

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

ADRIANO PIRES DE ALMEIDA

**O LUGAR DA AMÉRICA DO SUL NA POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA NO
PERÍODO DE 1995 A 2010**

Porto Alegre

2016

ADRIANO PIRES DE ALMEIDA

**O LUGAR DA AMÉRICA DO SUL NA POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA NO
PERÍODO DE 1995 A 2010**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, com ênfase em Economia Política Internacional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jacqueline Angélica Hernandez Haffner

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Almeida, Adriano Pires de
O lugar da América do Sul na política energética
brasileira no período de 1995 a 2010 / Adriano Pires
de Almeida. -- 2016.
260 f.

Orientadora: Jacqueline Angélica Hernandez
Haffner.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. América do Sul. 2. Gás natural. 3. Grupos de
interesse. 4. Integração energética. 5. Política
energética. I. Haffner, Jacqueline Angélica
Hernandez , orient. II. Título.

ADRIANO PIRES DE ALMEIDA

**O LUGAR DA AMÉRICA DO SUL NA POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA NO
PERÍODO DE 1995 A 2010**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, com ênfase em Economia Política Internacional.

Aprovada em: Porto Alegre, 25 de novembro de 2016.

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Angélica Hernandez Haffner - Orientadora

UFRGS

Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Ranincheski

UFRGS

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins

FEEVALE

Com profundo respeito e admiração, dedico esta tese aos meus avós
(*in memoriam*) e aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Protesto aqui os meus mais sinceros agradecimentos à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelo apoio e concessão de liberdade para o desenvolvimento desta tese. Aos secretários e secretárias do Programa, registro meus sentimentos de reconhecimento pelo excelente trabalho no esclarecimento de dúvidas e na solução dos problemas que tive ao longo desses últimos quatro anos, vocês foram essenciais.

A minha querida Professora Dr^a Jacqueline Angélica Hernandez Haffner, pelo profissionalismo na orientação desta tese e por me ter ensinado o verdadeiro significado da palavra “orientar”, quero manifestar meus profundos, límpidos e eternos sentimentos de gratidão e respeito. Suas palavras de incentivo fizeram a diferença nos momentos de desespero. Muitíssimo obrigado por não ter desistido de mim, mesmo quando eu mesmo já havia desistido.

Aos amigos Diego Trindade D’Ávila, Leandro Teixeira e Anselmo Otávio registro meu muito obrigado pelo companheirismo no período de tempo em que vivi em Porto Alegre. Um agradecimento especial para o amigo Leandro Teixeira que me apresentou o pensamento de Putnam.

Aos estimados amigos Vinícius Furtado, Leandro Bernardes Borges, Moises de Souza e André Dejuste pela amizade e apoio nas horas difíceis.

Aos Professores Dr. Wilson Almeida, Dr. Pedro Pietrafesa, Dr. Paulo Duarte, Dr. Evgeny Vahovskiy, Dr. Daniel Sorichetti e Ms. Alberto Aleman e ao Diplomata Taiwanês Alfredo Shu pela amizade e apoio aqui em Taipei. Registro um agradecimento especial ao Prof. Dr. Daniel Sorichetti pela generosidade em compartilhar comigo seus conhecimentos sobre metodologia científica e por ouvir minhas leituras de revisão dos textos na medida em que iam sendo finalizados.

Ao Embaixador Fábio Franco e esposa, a Embaixatriz e Professora Dr^a Shirley Carvalhêdo Franco, pela amizade e apoio aqui em Taipei.

Aos Professores que gentilmente aceitaram participar da banca examinadora desta tese.

E, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho, pois uma tese é escrita por muitas mãos. Muito obrigado!

A Integração Energética da América do Sul pode parecer um longo e árduo caminho a ser percorrido, mas não impossível. [...] Acreditamos que este processo promoverá um desenvolvimento sustentável para o povo da América do Sul e, sem dúvida, permitirá mais equilíbrio e colocará um ponto final na questão da escassez de energia. (SKAF, 2010, p. 4).

RESUMO

Esta tese tem como objetivo investigar a atuação dos grupos de interesse brasileiros no processo de elaboração da Política Energética nacional no período de 1995 a 2010. A pesquisa toma como ponto de partida histórico a celebração, na interface das proposições da CEPAL, do Tratado de Montevideo que deu vida à ALALC em 1960 e chega até a assinatura da “Declaração de Margarita” que criou a UNASUL em 2007. Do ponto de vista metodológico, este trabalho apresenta uma discussão sobre o uso da abordagem quantitativa e qualitativa nos estudos sobre energia e adota a abordagem mista no seu desenvolvimento. Do ponto de vista teórico, esta tese se desenvolve sob a ótica de um enfoque híbrido com centralidade no pensamento desenvolvido por Putnam (2010) sobre Política Internacional. Assume-se a promulgação da Lei nº 9.478/97 que criou a ANP e o CNPE e estabeleceu as prioridades nacionais em termos investimentos no setor de energias como ponto de partida normativo e chega-se até a publicação do Decreto nº 7.382/10 que regulamentou a Lei nº 11.909/09 relativa à comercialização de Gás Natural no país. Além disso, do ponto de vista prático, esta pesquisa identifica qual o setor produtivo brasileiro é mais intensivo no uso do Gás Natural, em que região do país ele encontra-se localizado e de que forma influencia, enquanto grupo de interesse, o processo de definição das prioridades nacionais em termos de energia. A hipótese que motivou o desenvolvimento desta tese pressupõe que o processo de regional de integração energética foi afetado pela promulgação do Decreto “Héroes del Chaco”, que nacionalizou em 2006 os ativos das empresas estrangeiras exploradoras de hidrocarbonetos no território boliviano, de tal forma que provocou um acentuado abandono das políticas de complementação energética entre o Brasil e os países da América do Sul. Além disso, as diretrizes que até então orientaram a elaboração da Política Energética nacional sofreram uma evidente guinada em direção à busca pela autossuficiência na produção de energias, expressa no lançamento do par de relatórios PNE-2030 e MEN-2030 em 2007.

Palavras-chave: América do Sul. Gás natural. Grupos de interesse. Integração energética. Política energética.

RESÚMEN

Esta tesis tiene como objetivo investigar la actuación de los grupos de interés brasileños en el proceso de elaboración de la Política Energética nacional desde 1995 hasta 2010. La investigación toma como punto de partida histórico la celebración, en el intervalo que va desde de las proposiciones de la CEPAL, del Tratado de Montevideo que le dió origen a la ALALC en 1960 y que es finalizado con la firma de la “Declaración de Margarita” que creó el UNASUR en el año 2007. Desde un punto de vista metodológico, este trabajo presenta una discusión sobre el uso del enfoque cuantitativo y cualitativo de estudios energéticos y adopta un enfoque mixto en su desarrollo. Desde un punto de vista teórico, esta tesis se desarrolla desde la perspectiva de un enfoque híbrido a la centralidad en pesamento desarrollado por Putnam (2010) sobre la Política Internacional. En este estudio se considera la promulgación de la Ley N° 9478/97 que creó la ANP y el CNPE y estableció las prioridades nacionales en términos de inversiones en el sector de energía como marco normativo, que concluye con la promulgación del Decreto N° 7382/10 que reglamentó la Ley N° 11909/09 relativa a la comercialización de Gas Natural en el país. Además de esto, y desde un punto de vista práctico, esta investigación identifica cuál es el sector brasileño que es más intensivo en el uso de Gas Natural, su localización regional y su influencia como grupo de interés; como también, el proceso de definición de las prioridades nacionales en términos de energía. La hipótesis que fue motivó del desarrollo de esta tesis presupone que el proceso de integración energética regional fue afectado por la promulgación del Decreto “Héroes del Chaco”, el cual – en el año 2006 – nacionalizó los activos de las empresas extranjeras que exploraban hidrocarburos en el territorio boliviano, lo que produjo un acentuado abandono de las políticas de complementación energética entre Brasil y los países de América del Sur. Por otro lado, las directrices, que hasta entonces, orientaron la elaboración de la Política Energética nacional, sufrieron un evidente desvío hacia la búsqueda de autosuficiencia en la producción de energías que fue sintetizada en la publicación de los informes PNE-2030 y MEN-2030 en el año 2007.

Palabras-clave: América del Sur. Gas natural. Grupos de interés. Integración energética. Política energética.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Enfoque Metodológico Misto	84
Figura 2 – Correntes Revisionistas do Conceito de Segurança	89
Figura 3 – Abrangência dos Estudos de Segurança Internacional	89
Figura 4 – Construção da Realidade.....	93
Figura 5 – Interação Agente-Estrutura	95
Figura 6 – As Três Culturas da Anarquia Internacional.....	98
Figura 7 – A Cultura Hobbesiana da Anarquia Internacional	99
Figura 8 – A Cultura Lockeana da Anarquia Internacional.....	101
Figura 9 – A Cultura Kantiana da Anarquia Internacional.....	102
Figura 10 – O Macro Nível de Análise de Singer (1961).....	106
Figura 11 – O Micro Nível de Análise de Singer (1961)	107
Figura 12 – Composição do Modelo Teórico Híbrido	119
Figura 13 – Grupos de Interesse: Maiores Empresas Consumidoras de Energia dos Segmentos do Setor Industrial Brasileiro.....	132
Figura 14 – Grupos de Interesse: Percentual (%) dos Segmentos do Setor Industrial no Brasil	133
Figura 15 – Grupos de Interesse: Percentual (%) dos Segmentos do Setor Industrial por Região Brasileira	133
Figura 16 – Localização das Principais Reservas de GN na Venezuela	143
Figura 17 – Papeleta do Referendo Vinculante de 2004	160
Figura 18 – Infraestrutura de Gasodutos de Transporte no Brasil em 2015.....	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do Consumo (%) de GN por Setor (1995-2010)	125
Gráfico 2 – Evolução do Consumo (10^3 tep) de GN por Segmento do Setor Industrial (1995-2010).....	129
Gráfico 3 – Evolução do Consumo (%) de GN por Segmento do Setor Industrial (1995-2010).....	130
Gráfico 4 – Reservas Provadas de GN (m^3) na América do Sul em 2014	143
Gráfico 5 – Produção de GN (m^3) na América do Sul no Biênio de 2013-2014	144
Gráfico 6 – Consumo de GN (m^3) na América do Sul no Biênio de 2013-2014	144
Gráfico 7 – Resultados Nacionais do Referendo Vinculante de 2004	160
Gráfico 8 – Projeção (%) de Participação do Consumo de GN na Produção de Derivados de Petróleo e na Geração de Energia Elétrica na Transformação para os anos de 2020 e 2030 .	172
Gráfico 9 – Projeção (%) de Participação de Consumo Não Energético e do Consumo Energético no Consumo Final de GN para os anos de 2020 e 2030	172
Gráfico 10 – Projeção (%) de Participação Setorial no Consumo Energético de GN para os anos de 2020 e 2030	173
Gráfico 11 – Projeção (%) de Participação da Transformação e do Consumo Final no Consumo Total de GN para os anos de 2020 e 2030.....	173
Gráfico 12 – Taxa de Acréscimo ou Decréscimo (%) na Importação Brasileira de GN e GNL no Período de 1999 a 2010	188
Gráfico 13 – Taxa de Acréscimo ou Decréscimo (%) na Importação Brasileira de GN e GNL nos Períodos de 1999-2006, 2006-2008 e 2008-2010	189

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características do Enfoque Quantitativo	76
Quadro 3 – Características do Enfoque Qualitativo	81
Quadro 3 – Características do Modelo Teórico Híbrido	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do Consumo (%) de GN por Setor (1995-2010).....	124
Tabela 2 – Evolução do Consumo (10^3 tep) de GN por Setor (1995-2010).....	125
Tabela 3 – Evolução do Consumo (10^3 tep) de GN por Segmento do Setor Industrial (1995-2010).....	128
Tabela 4 – Evolução do Consumo (%) de GN por Segmento do Setor Industrial (1995-2010).....	129
Tabela 5 – Comparação entre Consumo e Crescimento por Segmento do Setor Industrial (1995-2010)	131
Tabela 6 – Comparação entre Reservas, Produção, Consumo e Dependência Externa de GN na América do Sul no Biênio de 2013-2014	145
Tabela 7 – Importação Brasileira de GNL (10^6 m ³) no Período de 1999 a 2010	165
Tabela 8 – Projeção das Reservas, da Produção, do Coeficiente R/P, da Importação e das Perdas e Reinjeção de GN no Brasil para os anos de 2020 e 2030	170
Tabela 9 – Projeção do Consumo Total de GN (10^6 m ³ /ano) no Brasil para os anos de 2020 e 2030	171
Tabela 10 – Unidades de Processamento de GN (UPGNs) no Brasil em 2012	176
Tabela 11 – Importação Brasileira de GN e GNL (10^6 m ³) no Período de 1999 a 2010.....	186
Tabela 12 – Importação Brasileira de GN e GNL (%) no Período de 1999 a 2010	187
Tabela 13 – Taxa de Acréscimo ou Decréscimo (%) na Importação Brasileira de GN e GNL no Período de 1999 a 2010	188
Tabela 14 – Taxa de Acréscimo ou Decréscimo (%) na Importação Brasileira de GN e GNL nos Períodos de 1999-2006, 2006-2008 e 2008-2010	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

10^3 m^3	Mil metros cúbicos
10^6 m^3	Milhão de metros cúbicos
10^9 m^3	Bilhão de metros cúbicos
10^{12} m^3	Trilhão de metros cúbicos
ABRACE	Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres
ALADI	Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre Comércio Sul-Americano
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BEN	Balanco Energético Nacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	British Petroleum
CAET	Comitê de Acompanhamento da Expansão Termelétrica
CAF	Corporación Andina de Fomento
CAN	Comunidade Andina de Nações
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CAUCE	Convênio Argentino-Uruguaio de Cooperação Econômica
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CCM	Comissão de Comércio do MERCOSUL
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPEL	Centro de Estudos e Pesquisas em Energia Elétrica
CIA	Central Intelligence Agency
CMC	Conselho do Mercado Comum
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CNTP	Condições Normais de Temperatura e Pressão
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COPRI	Copenhagen Peace Research Institute
CP	Capacidade de Processamento
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CUSFTA	Canada-U.S. Free Trade Agreement
DE	Dependência Externa
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ECOMPs	Estações de Compressão
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
EMEDs	Estações de Medição
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ETSF	Estação de Tratamento São Francisco
EUA	Estados Unidos da América
FCES	Foro Consultivo Econômico-Social
FONPLATA	Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata
G7	Grupo formado por Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido
GASBOL	Gasoduto Bolívia-Brasil
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GMC	Grupo Mercado Comum
GN	Gás Natural
GNL	Gás Natural Liquefeito
GNV	Gás Natural Veicular
IDR	Índice de Renovabilidade
IGN	Indústria de Gás Natural
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IPA	Iniciativa para as Américas
LUBNOR	Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste
MAE	Mercado Atacadista de Energia

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEN-2030	Matriz Energética Brasileira 2030
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MW	Mega Watts
NAFTA	North American Free Trade Agreement
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLADE	Organización Latinoamericana de Energía
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAD's	Países Atualmente Desenvolvidos
PD's	Países Desenvolvidos
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A
PE	Ponto de Entrega
PEC	Protocolo de Expansão Comercial Brasil-Uruguaí
PED's	Países em Desenvolvimento
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A
PICE	Programa para a Integração e Cooperação Econômica
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
PNE 2030	Plano Nacional de Energia 2030
PPT	Programa Prioritário de Termelétricidade
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
R/C	Coefficiente de Reserva/Consumo
R/P	Coefficiente de Reserva/Produção
REDUC	Duque de Caxias
RPBC	Refinaria Presidente Bernardes Cubatão
RPC	Relação Produção-Consumo

SAM	Secretaria Administrativa do MERCOSUL
SE	Sobra Exportável
SEB	Setor Elétrico Brasileiro
SIEE	Sistema de Información Energética
SRI	Sem Registro de Importação
TBG	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A
TEC	Tarifa Externa Comum
TEP (tep)	Toneladas equivalentes de petróleo
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TTP	Tratado de Livre Comércio Trans-Pacífico
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UPGNs	Unidades de Processamento de GN
VRES	Valor Anual de Referência Específico
YPFB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	O ESTADO DA ARTE: AS TENTATIVAS DE COMPLEMENTAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL DA CEPAL A UNASUL	30
2.1	PRIMEIROS INTENTOS: DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC) A ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO (ALADI)	36
2.2	O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)	45
2.3	DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)	57
3	AS POLÍTICAS DE COMPLEMENTAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL: ASPECTOS METODOLÓGICOS, TEÓRICOS E PRÁTICOS.....	72
3.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS	73
3.1.1	Método Quantitativo	75
3.1.2	Método Qualitativo.....	78
3.1.3	Método Misto	82
3.2	ASPECTOS TEÓRICOS.....	85
3.2.1	Impressões Teóricas	86
3.2.2	Putnam e a Lógica dos Jogos de Dois Níveis de Análise	115
3.2.3	O Modelo Teórico Híbrido.....	118
3.3	ASPECTOS PRÁTICOS	122
3.3.1	Os Grupos de Interesse Não Governamentais	124
4	O GÁS NATURAL E A POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA DE 1995 A 2010	136
4.1	O INTERESSE E A APROXIMAÇÃO: OS ANOS DE 1995 A 2005.....	137
4.1.1	A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)	141
4.1.2	O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)	148
4.1.3	A Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	153
4.2	A AUTOSSUFICIÊNCIA E O DISTANCIAMENTO: OS ANOS DE 2006 A 2010	157
4.2.1	O Decreto “Héroes del Chaco” e a Nacionalização dos Ativos da Petrobras no Território Boliviano.....	159
4.2.2	O Horizonte 2030	163
4.2.3	A Normatização das Atividades da IGN no Brasil	178

5	CONCLUSÃO.....	190
	REFERÊNCIAS	196
	APÊNDICE A – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO CIMENTO	221
	APÊNDICE B – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO FERRO-GUSA E AÇO.....	224
	APÊNDICE C – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO FERRO-LIGAS.....	227
	APÊNDICE D – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO MINERAÇÃO E PELOTIZAÇÃO.....	229
	APÊNDICE E – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO QUÍMICA	231
	APÊNDICE F – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO NÃO-FERROSOS E OUTROS DA METALURGIA	234
	APÊNDICE G – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO TÊXTIL (INCLUI CALÇADOS).....	237
	APÊNDICE H – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO ALIMENTOS E BEBIDAS.....	239
	APÊNDICE I – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO PAPEL E CELULOSE.....	242
	APÊNDICE J – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO CERÂMICA	245
	APÊNDICE L – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO OUTRAS INDÚSTRIAS (FARMACÊUTICAS – PLÁSTICOS – VEÍCULOS AUTOMOTORES)	249
	APÊNDICE M – GASODUTOS EM OPERAÇÃO NO BRASIL	253
	APÊNDICE N – GASODUTOS EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL	255
	APÊNDICE O – GASODUTOS PROJETADOS E EM AVALIAÇÃO NO BRASIL	256
	APÊNDICE P – GLOSSÁRIO	257

1 INTRODUÇÃO

A América do Sul desfruta – no que se refere à diversidade e disponibilidade de recursos naturais e de outras matérias primas, que decorrem, principalmente, de sua formação geográfica e geológica – de uma privilegiada posição na hierarquia internacional. Além disso, a geografia sul-americana se destaca por ter como principal característica a predominância de numerosos rios de planalto com inúmeras quedas de água com um significativo potencial para geração de energia por meio da construção de usinas hidrelétricas.

Deste modo, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu¹, situada na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, significou um importante marco na história das relações internacionais da América do Sul, pois solucionou um contencioso de mais de um século e meio entre os dois países pela posse das terras situadas no entorno do Salto de Sete Quedas. Assim, tanto a assinatura do Tratado de Itaipu² pelos dois países, em 26 de abril de 1973, quanto à assinatura do Acordo Tripartite entre eles e a Argentina, em 19 de outubro de 1979, se tornaram importantes instrumentos legais em favor do uso compartilhado desse tipo de recurso natural, pois viabilizaram a construção do primeiro projeto de integração de infraestrutura de grande envergadura da região, ou seja, a construção de Itaipu Binacional.

Embora não seja o objeto direto de análise desta pesquisa, é importante sublinhar que este trabalho não ignora o fato de que é provável que a proposta de análise emergética³ de Odum (1971) não tenha sido levada em consideração nos estudos técnicos que viabilizaram a elaboração do projeto conjunto de construção da usina de Itaipu. Neste sentido, especula-se se o espírito da *The United Nations Conference on the Human Environment* (UNEP, 1972) – contido na “*Declaration of the United Nations Conference*

¹ Segundo informações disponibilizadas pelo governo brasileiro no sítio eletrônico de Itaipu Binacional, “O passo decisivo para essa construção se deu exatamente há 40 anos, em 17 de maio de 1974, com a criação da empresa [...] binacional Itaipu [...]. [E, no] dia 5 de novembro de 1982, os presidentes do Brasil, João Figueiredo, e do Paraguai, Alfredo Stroessner, acionaram o mecanismo que levanta automaticamente as 14 comportas do vertedouro e liberam a água represada do Rio Paraná. Assim, foi oficialmente inaugurada a maior hidrelétrica do mundo, após mais de 50 mil horas de trabalho” (ITAIPU BINACIONAL, 2016).

² O Tratado de Itaipu foi promulgado pelo Decreto nº 72.707 em 28 de agosto de 1973 (BRASIL, 1973).

³ A análise emergética proposta por Howard Thomas Odum (1971) objetiva calcular – com base na energia solar equivalente, isto é, por meio da emergia – o valor biofísico dos sistemas naturais e dos produtos que resultam da atividade humana.

on the Human Environment” – e os critérios de análise propostos por Odum (1971) tivessem sido observados naquela ocasião, a viabilidade do projeto, pelo menos do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, teria sido negada.

E, mesmo não sendo o objeto de análise desta pesquisa cumpre assinalar que os sistemas naturais analisados por Odum (1971) e Odum e Odum (1981) apresentaram um Índice de Renovabilidade (IDR)⁴ próximo de 100% e que, segundo os indicadores energéticos disponibilizados pelo *Sistema de Información Energética* (SIEE) da *Organización Latinoamericana de Energía* (OLADE) em 2013, o IDR da matriz energética paraguaia e brasileira em 2013 foi de 71% e 42%, respectivamente⁵. Isso significa dizer que no caso do Paraguai apenas 29% de recursos de origem não renovável foram usados para gerar energia e no caso do Brasil 58%.

Neste particular, pode-se dizer que mesmo contrariando os critérios da análise emergética, a opção pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu, no longo prazo, se mostrou acertada, pois, conforme informações sobre geração de energia, disponibilizadas pelo governo paraguaio no sítio eletrônico de Itaipu, a usina hidrelétrica ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial na “producción de energía limpia y renovable [...] desde el inicio de su operación, en 1984”⁶ (ITAIPU BINACIONAL PARAGUAI, 2016). A usina conta “con 20 unidades generadoras y 14.000 MW de la potencia instalada, suministra alrededor del 15% de la energía consumida en Brasil y el 75% de la utilizada en Paraguay”⁷ (ITAIPU BINACIONAL, 2016).

Portanto, a partir dos dados disponibilizados pelo SIEE (2013) e pelo governo paraguaio sobre a usina de Itaipu, é possível concluir que o elevado percentual de IDR da matriz energética paraguaia e brasileira é resultado da enorme capacidade de geração de energia de Itaipu Binacional. E é neste ponto que os projetos de integração física de

⁴ O IDR é um índice utilizado pela análise emergética para avaliar, tal qual posto por Odum (1971) e Odum e Odum (1981), a sustentabilidade de alguns sistemas de produção. O IDR é expresso em termos percentuais e é definido pela Razão de Renovabilidade, representada pela equação $R/Y=100\%$. No caso da produção sustentável de energia, a variável R representa o conteúdo de energia de recursos renováveis e a variável Y o produto, isto é, a energia.

⁵ O SIEE (2013) acrescenta que o IDR paraguaio e brasileiro superaram as metas prometidas tanto para o mundo (13%) quanto os países da América Latina e Caribe (25%).

⁶ “produção de energia limpa e renovável [...] desde o início de sua operação, em 1984”. Tradução nossa.

⁷ “com 20 unidades geradoras e 14.000 MW de sua potência instalada, fornece aproximadamente 15% da energia consumida no Brasil e 75% da energia utilizada no Paraguai”. Tradução nossa.

infraestrutura apresentam, para além de seus propósitos específicos, seu potencial transformador.

Além do significativo potencial hidrográfico para geração de energia, Almeida (2009) salienta que a América do Sul é dotada de importantes reservas de outros tipos de energéticos como, por exemplo, o petróleo e o Gás Natural (GN). Assim sendo, observa-se que na parte Central do continente: a Bolívia possui a maior reserva mundial de lítio e significativas reservas provadas de GN; o Brasil, além de possuir as maiores reservas do mundo de silício e de minério de ferro de excelente teor, guarda, também, grandes quantidades de petróleo e de GN; e, o Peru se destaca por possuir importantes reservas provadas de petróleo e de GN. Além disso, o país apresenta um expressivo potencial para geração de energia hidrelétrica.

Na região Norte: a Colômbia além de ter a maior reserva provada de carvão mineral e de ser um importante produtor de biocombustível e de energia hidrelétrica, possui também, reservas significativas de petróleo e de GN; a Venezuela é dona da maior reserva provada de petróleo e de GN da América do Sul; o Equador conta com uma significativa reserva provada de petróleo; e, apesar da Guiana e do Suriname não possuírem significativas reservas provadas de petróleo, carvão ou GN, apresentam um enorme potencial para a produção de biocombustíveis.

Na parte Sul: a Argentina é um importante produtor de biocombustível e gerador de energia hidrelétrica e dispõe de consideráveis reservas de petróleo e de GN na região da Patagônia; o Chile conta a maior reserva mundial de minério de cobre e com importantes reservas provadas de lítio, de petróleo e de GN; e, o Uruguai e o Paraguai, apesar de não possuírem reservas provadas de petróleo e de GN, são importantes geradores de energia hidrelétrica e apresentam um grande potencial para a produção de biocombustíveis.

Deste modo, o objetivo deste trabalho é analisar – considerando o enorme potencial energético da América do Sul e, de algum modo, procurando preencher algumas lacunas sobre as tentativas de integrar os países da região, pela via energética, identificadas por Almeida (2009) – os efeitos que a relação entre os grupos de interesse, tal qual proposto por Putnam (2010)⁸, do setor privado e os grupos de interesse do setor governamental pode

⁸ Para um estudo mais aprofundado sobre esse tema consultar: Robert D. Putnam em sua “Teoria do Jogo de Dois Níveis” (2010) – publicado originalmente sob o título de *Diplomacy and Domestic Politics: the*

ter provocado na definição das prioridades nacionais no processo de formulação de sua Política Energética no período de 1999 a 2010. Além disso, espera-se identificar quais foram os principais impactos dessa relação sobre as propostas de Integração Energética da América do Sul – da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) – empreendidas neste período.

Cumprе salientar que, neste ínterim, conforme informa o Relatório “Mercados Energéticos” sobre a situação energética da América Latina, elaborado pela OLADE em 2003, no dia 16 de agosto de 1996 a Petrobras e a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) assinaram o contrato de compra e venda de GN e no dia 4 de setembro de 1996, os contratos de transporte e construção do gasoduto que ligaria fisicamente os dois países (OLADE; MERCADOS ENERGÉTICOS, 2003).

Deste modo, esta pesquisa defende que a construção do gasoduto Bolívia-Brasil, também chamado de GASBOL, em novembro de 1997, significou a retomada do processo de integração pelo viés energético, iniciado com a construção de Itaipu Binacional, da América do Sul. Neste particular, ressalta-se que a retomada e o avanço das negociações sobre o estabelecimento do contrato de compra e venda de GN entre o governo boliviano e o governo brasileiro só foi possível porque o contexto econômico da época favoreceu enormemente estas iniciativas.

Além disso, cumprе salientar que o processo de complementação energética entre os dois países foi impulsionado pelo fato de que a Argentina – que desde o início dos anos 1970 figurou como sendo o principal destino, por meio do gasoduto Yabog, das exportações bolivianas de GN – se tornou, no decorrer dos anos 1990, autossuficiente na produção de GN. E, como consequência disso, o governo argentino desativou o Yabog e deixou de importar o energético do país vizinho paralisando, assim, o processo de complementação energética entre eles.

Em função disso, o governo boliviano se voltou para o Brasil como mercado consumidor alternativo ao argentino, pois o interesse brasileiro por seus recursos energéticos remete ao ano de 1938⁹. É importante frisar que a movimentação boliviana foi

logic of two-level games na revista *International Organization*, Los Angeles, vol. 42, nº. 3, p. 427-460, Summer 1988.

⁹ Em 1938 os governos da Bolívia e do Brasil assinaram dois acordos com o objetivo de explorar as reservas bolivianas de petróleo. O primeiro acordo visava construir uma rede férrea de transporte de petróleo ligando a cidade brasileira de Corumbá à cidade boliviana de Santa Cruz de La Sierra. O

favorecida pelo fato de que o Brasil, em razão dos choques do petróleo nos anos 1970, flexibilizou a busca pela autossuficiência em produção e geração de energia¹⁰ – como sinônimo de segurança energética – em favor da promoção de estratégias regionais de complementação energética. Além disso, conforme coloca Barufi, Santos e Ide (2006), a alta dos preços do petróleo no biênio de 1985-1986 contribuíram enormemente para a redefinição, por parte dos grupos de interesse, das prioridades da Política Energética Brasileira em torno das propostas de complementação energética entre os dois países de modo que no decorrer dos anos 1990 elas tiveram um significativo avanço.

Desta forma, o desenvolvimento de políticas de integração regional, como forma de minimizar não só a dependência extrarregional dos países sul-americanos do fornecimento de insumos energéticos como também a vulnerabilidade da região às oscilações do preço do petróleo no mercado energético mundial, passaram a ocupar um lugar de destaque na Política Energética Brasileira.

Entretanto, não é fora de propósito considerar que em um sistema democrático há que se reservar um espaço para o debate crítico acerca dos processos de tomada de decisões em questões consideradas estratégicas e vitais para o desenvolvimento e futuro do país, como as questões energéticas. Neste sentido, destaca-se que diversos grupos de interesse brasileiros criticaram severamente a assinatura do contrato de compra e venda do GN boliviano.

Para estes grupos, a demanda nacional por esse tipo de energético se restringia as necessidades próprias das atividades desenvolvidas nas plataformas *offshore*¹¹ de produção de petróleo e que isso não justificaria o volume de investimentos que deveria ser aplicado na expansão *onshore*¹² dessa demanda. Na visão destes grupos de interesse o mercado brasileiro de GN era tão incipiente que não justificava o estabelecimento de um contrato de

segundo tinha o propósito de estabelecer os termos legais de compra e venda do petróleo boliviano. Contudo, nenhum dos acordos foi executado.

¹⁰ Como exemplo disso cita-se o fato de que “[...] o Programa Nacional de Álcool (Proálcool), instituído pelo governo de Ernesto Geisel em 14 de novembro de 1975, conseguiu desenvolver o primeiro biocombustível comercial do mundo, o álcool hidratado à base de cana-de-açúcar, atualmente chamado de etanol. Criado após o primeiro ‘choque do petróleo’, quando a Opep elevou em cerca de 400% o preço do barril do óleo, no fim de 1973 [...]. Com o segundo ‘choque do petróleo’, em 1979, o programa assumiu um caráter estratégico na área de energia. [...] Inicialmente criado para ser diluído na gasolina, o álcool foi gradativamente ocupando um espaço cada vez maior na matriz energética do país. O grande salto se deu a partir do desenvolvimento de motores ciclo Otto (que equipam veículos de passeio), movidos exclusivamente a etanol, no final dos anos [1970]” (MACEDO, 2015).

¹¹ Localizado ou que opera no mar.

¹² Localizado ou que opera em terra.

fornecimento de GN de longo prazo¹³, principalmente quando considerado a intensidade de capital exigido na construção das redes de transporte. Em adição, cumpre assinalar que a desconfiança sobre a capacidade real das reservas bolivianas de cobrir os compromissos firmados até o final do contrato fortaleceu os argumentos críticos sobre o seu estabelecimento.

Contudo, a pesquisa realizada para elaborar esta tese mostrou que, apesar da atmosfera crítica em torno do estabelecimento do contrato bilateral de compra e venda do GN boliviano, o volume das importações brasileiras desse energético somou um volume total de $81.605 \cdot 10^6 \text{ m}^3$ ¹⁴ no período de 1999 a 2010. Deste modo, este trabalho sustenta que o volume total de GN importado no período de 1999 a 2010 contradiz as expectativas críticas acerca da viabilidade da construção do GASBOL e da capacidade boliviana de fornecimento, pois, em termos percentuais, o volume total de GN importado apresentou um crescimento de 2.355% no período analisado.

Além disso, os Anuários Estatísticos de 2001 a 2010, emitidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), informam que, se desconsiderado o crescimento¹⁵ de 426,25% na fase de testes do GASBOL no ano de 1999, o crescimento na importação do GN boliviano no período de 2000-2005 foi de 310,83%. Se considerado, o crescimento registrado atinge o valor de 2.062 %¹⁶. Entretanto, é necessário sublinhar que esse enorme crescimento nas atividades de importação de GN boliviano não ocorreu, como será abordado mais adiante neste trabalho, de forma linear.

O aumento da presença do GN na matriz energética brasileira está previsto na Lei nº 9.478 do dia 6 de agosto de 1997 (BRASIL, 1997). O Capítulo II dessa Lei criou o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)¹⁷ que, em conformidade com o exposto no inciso VI do art. 2º dessa Lei, tem como atribuição “sugerir a adoção de medidas

¹³ Neste caso, de vinte anos.

¹⁴ Onde: 10^3 m^3 = Mil metros cúbicos; 10^6 m^3 = Milhão de metros cúbicos; 10^9 m^3 = Bilhão de metros cúbicos; e, 10^{12} m^3 = Trilhão de metros cúbicos.

¹⁵ Fórmula usada para calcular o crescimento das importações de GN neste trabalho: $C = (V_F - V_I) \times 100 / V_I$ Onde: C (Crescimento); V_F (Volume Final); e, V_I (Volume Inicial). Elaboração própria.

¹⁶ Para efeitos de análise comparativa, não foi considerado o percentual de crescimento na importação do GN boliviano no biênio de 2005-2006 que foi de 13,55%, pois considera que 2006, em função da decisão do governo boliviano de nacionalizar os ativos das empresas estrangeiras exploradoras de hidrocarbonetos presentes em seu território, foi um ano de muitos ajustes internos tanto na Bolívia quanto no Brasil.

¹⁷ Conforme coloca o art. 2º da Lei nº 9.478/97 a finalidade do CNPE é prestar auxílio ao Presidente da República em questões de políticas nacionais e medidas específicas no campo do tema energia.

necessárias para garantir o atendimento à demanda nacional de energia elétrica [...], podendo indicar empreendimentos que devam ter prioridade de licitação e implantação, tendo em vista seu caráter estratégico e de interesse público [...]” (BRASIL, 1997). Deste modo, além de ter se constituído como uma das obras de infraestrutura mais importante da América do Sul, a construção do GASBOL representou, também, um importante instrumento em favor da diversificação da matriz energética brasileira e um dos principais exemplos de atuação do CNPE no processo de formulação da Política Energética Brasileira.

O vertiginoso crescimento das atividades de importação de GN boliviano foi impulsionado tanto pelo anúncio do Decreto Presidencial nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000 (BRASIL, 2000a), que instituiu, no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME) brasileiro, o lançamento do Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) – que previa a construção de diversas usinas termelétricas no país – quanto pela Portaria Ministerial nº 43, de 25 de fevereiro de 2000 (BRASIL, 2000c), que, em observância aos critérios de enquadramento estabelecidos pelo Comitê de Acompanhamento da Expansão Termelétrica (CAET), incluiu 53 usinas termelétricas¹⁸ no PPT. Portanto, observa-se que, pelo menos até o ano de 2006, o CNPE procurou garantir a segurança energética brasileira por meio de um substancial aumento da participação do GN na matriz energética nacional.

¹⁸ De acordo com a Portaria Ministerial nº 43/00 (BRASIL, 2000c), foram incluídas no PPT: 11 Usinas de Cogeração a GN (Vale do Açu no Rio Grande do Norte; Sergipe em Sergipe; TermoBahia na Bahia; TermoRio no Rio de Janeiro; Cubatão em São Paulo; Rhodia Paulínia em São Paulo; Rhodia Santo André em São Paulo; Alto Tietê I, II em São Paulo; Capuava em São Paulo; Valparaíso em São Paulo; e, Ibirité em Minas Gerais); 30 Usinas a GN em Ciclo Combinado (Dunas no Ceará; Paraíba na Paraíba; TermoAlagoas em Alagoas; TermoPernambuco em Pernambuco; Vitória no Espírito Santo; Norte Fluminense no Rio de Janeiro; Cabiunas no Rio de Janeiro; Riogen no Rio de Janeiro; Poços de Caldas em Minas Gerais; Juiz de Fora em Minas Gerais; Santa Branca em São Paulo; Vale do Paraíba em São Paulo; Araraquara em São Paulo; Paulínia em São Paulo; Paulínia – DSG em São Paulo; Carioba em São Paulo; ABC em São Paulo; Bariri em São Paulo; Cachoeira Paulista em São Paulo; Indaiatuba em São Paulo; Duke Energy 1 em São Paulo; Araucária no Paraná; TermoCatarinense em Santa Catarina; Gaucha no Rio Grande do Sul; TermoSul no Rio Grande do Sul; Campo Grande no Mato Grosso do Sul; Corumbá no Mato Grosso do Sul; Cuiabá II no Mato Grosso; TermoNorte II em Rondônia; e, Manaus no Amazonas); 2 Usinas a GN (TermoNorte I em Rondônia; e, Pitanga no Paraná); 6 Usinas com outros combustíveis (Cofepar no Paraná [Resíduo Asfáltico – RASF]; Figueira no Paraná [Carvão]; São Mateus no Paraná [Xisto]; Sul Catarinense em Santa Catarina [Carvão]; Seival no Rio Grande do Sul [Carvão]; e, Candiota III no Rio Grande do Sul [Carvão]); e, 4 Usinas existentes a serem convertidas a GN com Processo de Conservação de Energia (Manaus no Amazonas; Santa Cruz no Rio de Janeiro; Camaçari na Bahia; e, Bongi em Pernambuco).

Essa pesquisa segue a hipótese de que a promulgação do Decreto “Héroes del Chaco”¹⁹ provocou um acentuado abandono das políticas de complementação energética entre os países da América do Sul que tinham como objetivo a criação de condições de desenvolvimento regional nos níveis político, econômico e social. Deste modo, pressupõe-se que a publicação do Decreto responsável por nacionalizar os ativos das empresas estrangeiras exploradoras de hidrocarbonetos no território boliviano provocou uma guinada, em direção à busca pela autossuficiência na produção de energia, na formulação da Política Energética Brasileira.

Assim sendo, essa tese pretende responder as seguintes questões: De que forma a decisão do governo boliviano influenciou a definição das prioridades dos grupos de interesse brasileiros na elaboração da Política Energética do país? Na mesma linha, pergunta-se qual foi o reflexo desses aspectos sobre as iniciativas regionais de integração energética? E, neste sentido, qual foi o lugar da América do Sul na Política Energética Brasileira no período de 1995 a 2010?

Deste modo, este trabalho sustenta que em resposta à decisão tomada pelo governo boliviano e com o objetivo de minimizar a dependência de fornecedores externos de insumos energéticos, o governo brasileiro lançou, em 2007, os relatórios²⁰ “Plano Nacional de Energia 2030” (PNE 2030) e “Matriz Energética Brasileira 2030” (MEN-2030). Nota-se, portanto, que as decisões tomadas pelo governo brasileiro sobre a Política Energética do país após 2006 colocaram o eixo da integração regional da infraestrutura energética presente na proposta da IIRSA em posição de xeque mate.

Sobre os aspectos metodológicos é importante assinalar que este trabalho não desconsidera o fato de que os estudos sobre a temática energética são, usualmente, influenciados pelo “pensamento positivista lógico, que tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana” (POLIT; BECKER; HUNGLER, 2004, p. 201). Este pensamento pressupõe o estabelecimento de um modelo único de pesquisa científica para todas as ciências por meio do uso da “[...] linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno [e] as relações [e

¹⁹ Publicado no dia 1º de maio de 2006 e oficialmente nomeado de Decreto Supremo nº 28701 (BOLÍVIA, 2006).

²⁰ Esse par de Relatórios apresenta um importante estudo acerca da expansão da oferta e da demanda energética brasileira no horizonte 2030. Além disso, esses Relatórios são claros exemplos da guinada na formulação da Política Energética Brasileira pós 2006.

correlações] entre variáveis.” (FONSECA, 2002, p. 20) ou descritivos. E, também, o fato de que é este modelo de análise que estabelece os pressupostos que formam a base constitutiva do enfoque metodológico quantitativo.

Tão pouco foi desconsiderado o fato de que o entendimento sobre determinadas questões quando situadas no campo da subjetividade e do raciocínio interpretativo, exigem, conforme coloca Sampieri, Collado e Lucio (2014), Serrano (1994) e Esteban (2003), o emprego de práticas mais flexíveis de observação, mesmo quando elas são passíveis de mensuração.

Em face disso, a perspectiva metodológica adotada nesta pesquisa procurou, em conformidade com a abordagem metodológica apresentada por Diehl (2004), aproximar os pressupostos metodológicos dos enfoques quantitativo e qualitativo como forma de identificar, classificar e analisar as relações e correlações existentes tanto entre variáveis qualificáveis quanto entre variáveis quantificáveis e destas com aquelas.

Além disso, defende-se que “a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que poderia conseguir isoladamente” (FONSECA, 2002, p. 20) qualquer uma delas. Para Richardson (1989), isto só é possível porque a maior parte das pesquisas nas Ciências Sociais é limitada pelas características do sujeito que observa e do objeto que é observado, o que, em sua visão, pode provocar graves imprecisões analíticas como, por exemplo, erros de percepção.

Neste sentido, destaca-se que esta tese segue o pressuposto desenvolvido por Denzin e Lincoln (1994) que afirma que nenhum paradigma metodológico tem primazia sobre o outro. Deste modo, por utilizar instrumentos de pesquisa tanto do enfoque quantitativo quanto do qualitativo, este trabalho emprega, conforme sugerido por Fonseca (2002), a metodologia de análise científica mista.

Sobre os aspectos teóricos, destaca-se que esta tese adota o Modelo “Teórico Híbrido”²¹ desenvolvido por Botelho (2013). Por meio da aplicação deste Modelo pretende-se identificar os principais pontos de aproximação e afastamento entre a abordagem analítica de Putnam (2010) e o pensamento desenvolvido por autores de outras vertentes teóricas como, por exemplo: Nicholas Onuf (1989), Alexander Wendt (1999) e Karin M. Fierke e Knud Erik Jorgensen (2001) – da vertente Teórica do Construtivismo –;

²¹ É importante sublinhar que a intenção deste trabalho não é rechaçar a validade dos pressupostos teóricos positivistas e sim relativizar a sua aplicabilidade como principal unidade analítica no caso aqui proposto.

J. David Singer (1961) e Kenneth N. Waltz (2004) – da vertente Teórica dos Jogos Múltiplos –; e, Barry Buzan (1993), Barry Buzan e Lene Hasen (2012) e Barry Buzan e Ole Wæver (2003) – da vertente Teórica da Escola de Copenhague.

A base de dados é formada pelos documentos, pronunciamentos, relatórios e dados estatísticos emitidos, dentre outros, pelo MME, pela UNASUL, pela ANP, pela Petrobras, pela YPFB, pela OLADE e pela *British Petroleum* (BP). Além disso, cumpre mencionar que a elaboração da base de dados sobre os grupos de interesse do setor industrial brasileiro²² levou em consideração as informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos das empresas consultadas e dos Sindicatos e Associações de alguns segmentos do setor industrial do país²³.

Além deste capítulo introdutório, o trabalho encontra-se estruturado em mais quatro capítulos, referências bibliográficas e apêndices. O segundo capítulo faz um apanhado histórico das tentativas de aproximação entre os países da América do Sul sob a ótica da complementação e do aproveitamento de seus recursos energéticos. Neste sentido, foram analisadas as propostas de desenvolvimento econômico e as iniciativas de integração regional a partir do surgimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)²⁴. Desta forma, o capítulo apresenta uma análise dos Tratados de Montevideo de 1960²⁵ e 1980²⁶ que, respectivamente, deram origem a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e

²² Conforme os Apêndices A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e L deste trabalho.

²³ Como critério de seleção das empresas analisados em cada segmento do setor industrial brasileiro neste trabalho, foram usadas informações disponibilizadas por Associações, Sindicatos e em alguns casos foi consultado o *ranking* das maiores empresas brasileiras da Revista Exame (AS MAIORES..., 2016) e da Revista Ingredientes e Tecnologias (AS 100 MAIORES..., 2016). Em decorrência disso, é importante salientar que algumas empresas de alguns estados brasileiros não foram citadas nas tabelas dos Apêndices A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e L como, por exemplo, o Mato Grosso do Sul na Tabela 1.2 do Apêndice H. Nesta mesma Tabela, o DF foi citado com apenas uma planta industrial no segmento de alimentos e bebidas. Isso não significa que o Mato Grosso do Sul não possua esse tipo de planta industrial ou que o DF possua apenas uma. Isso significa tão somente que este estado e o DF não cumpriram ou cumpriram em parte com os critérios de ranqueamento adotados neste trabalho.

²⁴ De acordo com informações colhidas no sítio eletrônico da CEPAL, “A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe”.

²⁵ Firmado no dia 18 de fevereiro de 1960.

²⁶ Assinado no dia 12 de agosto de 1980.

Integração (ALADI) e do processo constitutivo do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)²⁷ e da UNASUL.

O terceiro capítulo tem como principal objetivo sustentar os argumentos levantados nesta pesquisa sobre a formulação da política brasileira de complementação energética na região. Deste modo, o capítulo encontra-se dividido em três partes. A primeira parte apresenta uma discussão sobre os limites da aplicação dos métodos de análise quantitativo e qualitativo nos estudos energéticos e propõe o uso de uma abordagem mista como alternativa a eles nestes casos. A segunda parte do capítulo expõe alguns aspectos do pensamento teórico das Relações Internacionais que de algum modo tocam a questão energética. Nesta parte é desenvolvido, com centralidade em Putnam (2010), o Modelo “Teórico Híbrido” que é aplicado na análise da Política Energética Brasileira desta pesquisa. A última parte apresenta, com base na identificação dos grupos de interesse governamentais e não governamentais, os aspectos práticos das políticas brasileiras de complementação energética para a América do Sul.

O quarto capítulo apresenta a defesa da hipótese que motivou o desenvolvimento desta tese. Além disso, o capítulo discute a questão da regulamentação das atividades desempenhadas pela Indústria de Gás Natural (IGN) em dois momentos distintos. O primeiro deles corresponde ao período de 1995 a 2005 e abarca a publicação das Leis nº 9.478/97 (BRASIL, 1997) e nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c) e do Decreto nº 5.184/04 (BRASIL, 2004b). Parte-se do pressuposto de que estes dispositivos normativos forneceram os instrumentos legais necessários para a formulação de uma Política Energética nacional mais engajada nas propostas regionais de aproveitamento e complementação energética. O segundo momento, examina os impactos que as publicações do Decreto “Héroes del Chaco”, do par de relatórios PNE-2030 e MEN-2030, da Lei nº 11.909/09 (BRASIL, 2009) e do Decreto nº 7.382/10 (BRASIL, 2010) tiveram no processo de formulação da Política Energética Brasileira no período de 2006 a 2010.

O capítulo de conclusão pretende responder as indagações realizadas ao longo dos capítulos bem como apresentar uma síntese dos principais pontos neles trabalhados e os resultados finais da tese. Dada à complexidade da temática energética e a sua importância

²⁷ O MERCOSUL foi criado por meio da assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991.

para os Estudos Estratégicos Internacionais o capítulo apresenta uma proposta de investigação científica para os temas adjacentes ao tema trabalhado nesta tese.

2 O ESTADO DA ARTE: AS TENTATIVAS DE COMPLEMENTAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL DA CEPAL A UNASUL

Existe, pues, manifiesto desequilibrio, y cualquiera que fuere su explicación o el modo de justificarlo, se trata de un hecho cierto, que destruye la premisa básica en el esquema de la división internacional del trabajo¹ (PREBISCH, 1949, p. 6).

A despeito das potencialidades e possibilidades de complementação energética presente em qualquer processo de integração regional, é possível observar que a condição de subdesenvolvimento e a existência de profundas assimetrias² – políticas, econômicas e sociais – dentro e entre os países da América do Sul têm, de alguma forma, colocado severos desafios – e, em alguns casos, até mesmo obstáculos contrários – às diversas propostas de aproximação regional que foram pensadas no decorrer do século XX.

Deste modo, tal qual posto por Putnam (2010), esta pesquisa entende que por causa das condições de subdesenvolvimento e das assimetrias regionais as iniciativas que conseguiram sair do plano retórico tiveram suas proposições originais enfraquecidas por questões de interesse particular de determinados grupos de interesse nacionais, ou seja, “a inevitabilidade do conflito doméstico em relação às exigências do ‘interesse nacional’” (PUTNAM, 2010, p. 169-170) é claramente perceptível nas variadas tentativas de aproximação dos países da América do Sul.

Entretanto, é importante não perder de vista a noção de que na maioria das vezes “os tomadores de decisão lutam para conciliar simultaneamente os imperativos domésticos e internacionais” (PUTNAM, 2010, p. 170), pois, apesar da constatação da existência das chamadas “exigências do ‘interesse nacional’”, alguns esquemas de integração conseguiram sair do plano retórico e ganharam espaço físico. Ainda que na maioria das vezes esses esquemas tenham funcionado apenas como associações econômicas o principal ponto de interseção entre eles é a adoção do formato regional ou semirregional em suas proposições iniciais.

¹ “Existe, portanto, um manifesto desequilíbrio e qualquer que seja o seu modo de explicação ou justificação, é um fato, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho”. Tradução nossa.

² Esta pesquisa entende por assimetrias, conforme coloca Guimarães (2007) e Salomão e Silva (2007), as seguintes diferenças: natureza territorial e demográfica; dotação de recursos naturais, inclusive os de caráter energético; pequena diversificação industrial e conseqüente falta de complementaridade entre as cadeias produtivas nacionais; precariedade e pouca densidade de infraestrutura em redes de transportes e comunicações; e, níveis de desenvolvimento político, cultural, agrícola, industrial e de serviços.

Neste particular, é importante frisar que o objetivo deste capítulo é apresentar, a partir da criação da CEPAL, as distintas origens, motivações e paralelos históricos da atual proposta de integração regional na América do Sul. Para Furtado (1996) e Chang (2004), é por meio da perspectiva histórica que o exame tanto dos conceitos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento quanto do processo de desenvolvimento experimentado pelos chamados países desenvolvidos (PD's)³ pode ser realizado.

Apesar do pensamento econômico da Cepal adotar uma perspectiva histórica que avalia que os problemas da América Latina decorrem da exploração, sem acumulação de capital, de seus recursos internos. Moreira (2015) considera que a CEPAL é fruto do esforço manifesto da Argentina, do Brasil, do Chile e do México⁴ em estabelecer um pensamento econômico que oferecesse aos países latino-americanos, a partir de suas próprias perspectivas, propostas de desenvolvimento que permitissem a superação dos limites de crescimento econômico presentes na região desde o seu período inicial de formação. De acordo com o autor, os trágicos eventos históricos ocorridos na primeira metade do século XX como, por exemplo: a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o *Crash* da Bolsa de Nova York em 1929, a Grande Depressão da década de 1930, o início da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, agravaram ainda mais os problemas econômicos da América Latina.

Sobre estes eventos históricos é conveniente mencionar que por causa do *Crash* da Bolsa de Nova York os principais PD's adotaram políticas econômicas protecionistas para minimizar os impactos dos refluxos no comércio internacional e no mercado de capital. Em um ambiente de crescente intervenção estatal nos assuntos econômicos, os PD's não só desarticularam o sistema monetário do padrão-ouro como, também, passaram a exercer um forte controle cambial em suas transações financeiras. Além disso, em suas relações comerciais, os PD's se voltaram para as suas áreas de influência o que provocou graves desequilíbrios no balanço comercial do mundo subdesenvolvido uma vez que a sua condição de fornecedor de *commodities*⁵ na divisão internacional do trabalho ficou ainda

³ Países Atualmente Desenvolvidos (PAD's), para Chang (2004).

⁴ Além do apoio da Colômbia, do Peru, do Uruguai e da Venezuela, a CEPAL, em seu processo de implantação, contou também com o apoio do influente político francês Pierre Mendès France.

⁵ O conceito de *Commodity* envolve a noção de “um bem fungível e genérico cujas quantidades, usualmente, são comercializadas em um mercado competitivo centralizado. Nesse tipo de mercado são transacionadas operações a vista, a mercado futuro e seus derivativos, e o preço determinado reflete, principalmente, os fundamentos de sua oferta e de sua demanda” (ALMEIDA, 2009, p. 73).

mais evidente. No caso da América Latina, essa condição foi bastante agravada com a emergência dos Estados Unidos da América (EUA) como potência hegemônica no pós Segunda Guerra Mundial.

Embora não trabalhe diretamente com a questão do subdesenvolvimento, Chang (2004) discute a condição de vulnerabilidade dos países em desenvolvimento (PED's) diante das políticas de desenvolvimento propostas pelos PD's. Em revisão histórica o autor observa que:

Quando estavam em situação de *catching-up*⁶, os países altamente desenvolvidos protegiam a indústria nascente, cooptavam mão-de-obra especializada e contrabandeavam máquinas dos países mais desenvolvidos, envolviam-se em espionagem industrial e violavam obstinadamente as patentes e marcas. Entretanto, mal ingressam no clube dos mais desenvolvidos, puseram-se a advogar o livre-comércio e a proibir a circulação de trabalhadores qualificados e de tecnologia; também se tornaram grandes protetores das patentes e marcas registradas (CHANG, 2004, p.114).

Neste particular, pode-se dizer que o pensamento de Chang (2004) coincide com o pensamento desenvolvido pelo economista argentino Raúl Prebisch, uma vez que “En ese esquema a la América Latina venía a corresponderle, como parte de la periferia del sistema económico mundial, el papel específico de producir alimentos y materias primas para los grandes centros industriales.”⁷ (PREBISCH, 1949, p. 5). Além disso, o economista argentino concluiu que a “deterioração dos termos de troca”, o baixo perfil industrial e as particularidades dos mercados sul-americanos – como, por exemplo, dimensão e isolamento –, como importantes fatores que explicariam o atraso no desenvolvimento da região a baixo do Rio Grande.

Ao comparar o processo de desenvolvimento econômico da América do Sul com o da América do Norte, Furtado (1996), por sua vez, reitera o pensamento de Prebisch ao afirmar que a condição de subdesenvolvimento sul-americano resulta de uma situação de desequilíbrio histórico – isto é, de uma situação de desvantagem – em suas trocas comerciais com os PD's. Para o autor, a rejeição da teoria econômica dominante produzida pelos PD's contribuiu enormemente para o desenvolvimento do pensamento crítico da

⁶ Emparelhamento.

⁷ “Nesse esquema a América Latina viria a desempenhar, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais.” Tradução nossa.

CEPAL. Assim sendo, pode-se dizer que foi exatamente a identificação dessa situação de desequilíbrio que levou o economista argentino e os pensadores da CEPAL a desenvolverem a teoria estruturalista do subdesenvolvimento.

Neste sentido, Prebisch, em sua concepção de desenvolvimento econômico, considera que:

La industrialización de América Latina no es incompatible con el desarrollo eficaz de la producción primaria. Por el contrario, una de las condiciones esenciales para que el desarrollo de la industria pueda ir cumpliendo el fin social de elevar el nivel de vida, es disponer de los mejores equipos de maquinaria e instrumentos, y aprovechar prontamente el progreso de la técnica, en su regular renovación. La mecanización de la agricultura implica la misma exigencia. Necesitamos una importación considerable de bienes de capital, y también necesitamos exportar productos primarios para conseguirla⁸ (PREBISCH, 1949, p. 7).

Para Prebisch o desenvolvimento na América Latina foi marcado ou pelo desenvolvimento dos setores ligados ao mercado externo ou pelo desenvolvimento da atividade exportadora. Assim, o autor defende que superar a condição de subdesenvolvimento exige, conforme a citação em epígrafe que abre este capítulo, romper com a clássica noção econômica de que a especialização da produção eleva o padrão de vida e cria possibilidades de comércio vantajosas para todos os parceiros comerciais. Assim, conforme coloca Guimarães (2007), os países sul-americanos são caracterizados não só por suas vulnerabilidades externas, em termos econômicos, e por suas enormes disparidades sociais, como também, ou talvez principalmente, pelo potencial não explorado de suas sociedades.

Em outras palavras, para alcançar o *status* de PD os PED's devem passar por um processo de industrialização que saiba “extraer, de un comercio exterior cada vez más grande, los elementos propulsores del desarrollo económico”⁹ (PREBISCH, 1949, p. 7). Além disso, de acordo com esse pensamento, a condição de subdesenvolvimento não

⁸ “A industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária. Pelo contrário, uma das condições essenciais para que o desenvolvimento da indústria possa cumprir a finalidade social de elevar o padrão de vida, é dispor de melhores instrumentos e equipamentos maquinários, para que se possa aproveitar de imediato o progresso técnico, em sua renovação regular. A mecanização da agricultura envolve o mesmo tipo de exigência. Precisamos de uma considerável importação de bens de capital, e também precisamos exportar produtos primários para atingir este fim”. Tradução nossa.

⁹ “extrair, de um comércio exterior em crescimento, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico”. Tradução nossa.

poderia ser superada por meio de estratégias definidas por outras realidades, ou seja, fora da realidade do mundo subdesenvolvido.

Deste modo, ao propor que “Cuanto más activo sea el comercio exterior de América Latina, tanto mayores serán las posibilidades de aumentar la productividad de su trabajo, mediante la intensa formación de capitales”¹⁰ (PREBISCH, 1949, p. 7) e ao impugnar a ideia do desenvolvimento econômico por meio de um processo de etapas, o pensamento de Prebisch, consubstanciado na CEPAL, inaugurou a escola de pensamento econômico mais influente do mundo periférico marcando, assim, o pensamento latino-americano.

No âmbito da CEPAL, os adeptos dessa escola de pensamento, também chamados de desenvolvimentistas, argumentavam sobre o Brasil que:

[...] a transformação da economia brasileira seria impossível sem industrialização, planejamento econômico e participação do Estado no processo produtivo. [...] [E] [...] que para a América Latina sair do subdesenvolvimento ela deveria implementar sua industrialização por meio da substituição de importações (MOREIRA, 2015, p. 5).

Neste sentido, observa-se que:

Os países subdesenvolvidos, deixados à mercê das leis naturais do mercado, tendem a permanecer agroexportadores e a perpetuar o atraso e o próprio subdesenvolvimento. Cabe aos Estados, portanto, assumir a condução do processo de desenvolvimento, implantando ou impulsionando a industrialização por meio do planejamento econômico (MANTEGA, 1989, p. 32).

Desta forma, tem-se que os estudos sobre a situação econômica da América Latina que foram desenvolvidos pela CEPAL procuraram oferecer alternativas de desenvolvimento para os países da região. Ademais, Guimarães (2007) destaca que a discussão acerca do desenvolvimento econômico na América Latina compreende opiniões de pensadores de diversas influências teóricas e que, por isso, é considerada, na Teoria Econômica, profícua e complexa. Todavia, faz-se necessário lembrar que a intenção aqui não é esgotar, por meio de um debate profundo, o alcance do pensamento desenvolvido

¹⁰ “Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, diante da intensa formação de capitais”. Tradução nossa.

pela CEPAL, mas sim, discutir como o pensamento integracionista na América do Sul ganhou corpo físico e impulso a partir dele.

No caso do Brasil, conforme coloca Bielschowsky (2000), Guimarães (2007) e Moreira (2015), a influência de Celso Furtado sobre o pensamento do nacional desenvolvimentismo da década de 1950¹¹ e, portanto, sobre a concepção de desenvolvimento econômico da CEPAL que resultou na criação da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)¹². Portanto, pode-se dizer que as contribuições dos estudos da CEPAL sobre a temática do desenvolvimento foram determinantes para a elaboração da Política Energética Brasileira e que, posteriormente, inspiraram a proposição de esquemas de complementação energética como forma de superação da condição de subdesenvolvimento regional e que, posteriormente, permitiram que iniciativas de aproximação regional como, por exemplo, a IIRSA e a UNASUL fossem pensadas.

A partir dos anos 1960, a CEPAL, sob a liderança intelectual de Prebisch, defendeu a ideia de constituição de um mercado comum latino-americano, para que a produção industrial da região pudesse ganhar escala. Para o intelectual argentino, o Brasil, a Argentina e o Uruguai deveriam trabalhar juntos “No sólo para desarrollar sus industrias sino para exportar. De ser así, se establecieran una planta [industrial] en Brasil, otra se establecería en la Argentina. Se dividirían el trabajo”¹³ entre eles (POLLOCK; KERNER; LOVE, 2001, p.22).

¹¹ Apesar da produção recente da CEPAL continuar trabalhando os problemas da América Latina, Moreira pontua que “A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) fez uma análise em cinco fases para demonstrar a evolução histórica desse processo na região. A primeira, nos anos 1950, foi marcada pelo processo de industrialização; a segunda, anos 1960, pelas reformas que visavam eliminar os entraves à industrialização; a terceira, nos anos 1970, pela reorientação do modelo de desenvolvimento; a quarta, na década de 1980, pela superação do endividamento externo e, por fim, os anos 1990, marcados pela estabilização e reinserção produtiva na globalização” (MOREIRA, 2015, p. 5).

¹² O BNDE foi criado pela Lei nº 1.628 de 18 de junho de 1952. O Banco “foi instituído com o propósito de elaborar projetos a serem financiados em conjunto pelo governo brasileiro, por meio de recursos fiscais, e por agências norte-americanas, sobretudo o Banco Mundial e o Eximbank” e seria o principal financiador e executor do Plano de Reaparelhamento Econômico do segundo governo Vargas, assim como do Plano de Metas do governo Kubitschek e também dos planos dos governos militares, principalmente do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (II PND) do governo Geisel. A partir da “criação do Finsocial, pelo Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982” (Todas as citações diretas desta nota de rodapé foram retiradas de TAVARES et al., 2010, p. 22 e 9, respectivamente), o Banco recebeu a função de contribuir para o desenvolvimento social, sendo acrescentado o “S” em seu acrônimo, tornando-se então o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

¹³ “Não somente para desenvolver suas indústrias como para exportar. Sendo assim, uma planta industrial seria estabelecida no Brasil e outra na Argentina. O trabalho seria dividido”. Tradução nossa.

Um dos argumentos do pensamento da CEPAL se baseava no entendimento de que as tecnologias adquiridas pelo processo de industrialização por substituição de importações eram de alta escala e que, em função disso, ficavam subutilizadas porque os mercados internos dos países da região não eram grandes o suficiente para incorporá-las de maneira ótima.

Neste sentido, Martins (2001) sustenta que, para fazer avançar o processo de industrialização na América Latina, a CEPAL entendeu que a integração comercial poderia oferecer uma resposta plausível para solucionar essa problemática. Assim, a concepção de desenvolvimento pensada por Prebisch estimulou a criação de diversas propostas de integração regional. Portanto, foi no terreno fértil da CEPAL que a América do Sul viu, a partir dos anos 1960, nascerem importantes iniciativas de integração regional como a ALALC, o Pacto Andino, a ALADI, o MERCOSUL, a IIRSA, a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e a UNASUL, temas que serão tratadas a seguir.

2.1 PRIMEIROS INTENTOS: DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC) A ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO (ALADI)

Fico pensando como, em 1960, um punhado de pessoas, alguns economistas patriotas, algumas pessoas que ousavam ver o mundo de uma maneira diferente daquela que era vista, resolveram iniciar um processo de integração da América Latina e criaram o Tratado de Montevidéu, o primeiro, de 1960, que visava uma integração, uma área de livre comércio, um mercado comum de toda América Latina e Caribe (AMORIM, 2010, p. 9).

Conforme destaca Amorim (2010), a assinatura do “Tratado de Montevidéu”¹⁴, em 18 de fevereiro de 1960, representou uma importante ruptura com o pensamento econômico tradicional “prevalecente à época, [o] das *vantagens comparativas*, [que] dizia que os países da região não tinham de ter desenvolvimento industrial algum, eles tinham de vender apenas matéria prima e comprar produtos industriais” (AMORIM, 2010, p. 11, grifo nosso). De acordo com o autor, a assinatura do “Tratado de Montevidéu” concentrou

¹⁴ O “Tratado de Montevidéu” foi inicialmente assinado pela Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Posteriormente a ele os seguintes países: Colômbia (1961), Equador (1962), Venezuela (1966) e Bolívia (1967).

na ALALC as tentativas anteriores de aproximação regional na América Latina como, por exemplo, a tentativa de aproximação presente no “Tratado do ABC” de 1915¹⁵.

De acordo com o autor, a celebração desse Tratado significou um ato de grande ousadia, pois, conforme reza o seu art. 2º¹⁶, a ALALC deveria estabelecer uma zona de livre comércio entre as partes contratantes num período máximo de 12 anos, isto é, até o ano de 1972. Nesse sentido, o art. 3º do Tratado de 1960 coloca que:

Durante el período indicado en el artículo 2, las Partes Contratantes eliminarán gradualmente, para lo esencial de su comercio recíproco, los gravámenes y las restricciones de todo orden que incidan sobre la importación de productos originarios del territorio de cualquier Parte Contratante.

A los fines del presente Tratado se entienden por gravámenes los derechos aduaneros y cualesquier otros recargos de efectos equivalentes – sean de carácter fiscal, monetario o cambiario – que incidan sobre las importaciones.

Lo dispuesto en este artículo no es aplicable a las tasas o recargos análogos, cuando respondan al costo de los servicios prestados¹⁷ (URUGUAY, 1960, p. 2).

Em outras palavras, para que os objetivos do referido artigo fossem alcançados, os países membros da ALALC:

[...] deveriam [eliminar] os principais obstáculos, diretos ou indiretos, ao comércio internacional, mediante a diminuição indiscriminada das taxas alfandegárias e a abolição de toda forma de contingenciamento e de restrição quantitativa à importação e à exportação de mercadorias (COMBA, 1984, p. 34).

Para tanto, Prazeres (2006) sublinha que as Listas Nacionais¹⁸ e a Lista Comum¹⁹, previstas no art. 4º²⁰ do Tratado Constitutivo da Associação, deveriam funcionar como

¹⁵ Sobre o “Tratado do ABC” consultar: CONDURU, Guilherme Frazão. *O subsistema americano: Rio Branco e o ABC*. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. 2, p. 59-82, dezembro de 1998.

¹⁶ O art. 2º do Tratado determina que: “La zona de libre comercio, establecida en los términos del presente Tratado, se perfeccionará en un período no superior a doce (12) años, a contar desde la fecha de su entrada en vigor” (URUGUAY, 1960, p. 2). “A zona de livre comércio, estabelecida nos termos do presente Tratado, deve ser concluída em período não superior a doze (12) anos, a partir da data de sua entrada em vigor”. Tradução nossa.

¹⁷ “Durante o período indicado no art. 2º, as Partes Contratantes deverão eliminar, com o intuito de garantir o seu comércio mútuo, as taxas e restrições de toda ordem que incidam sobre a importação de produtos originários do território de qualquer Parte Contratante”. Tradução nossa.

“Para os fins do presente Tratado são entendidas como taxas os direitos aduaneiros e quaisquer outros encargos de efeito equivalente – sejam de caráter fiscal, monetária ou cambial – que incidam sobre as importações”. Tradução nossa.

“O disposto no presente artigo não se aplicam aos impostos ou encargos semelhantes quando eles representam o custo dos serviços prestados”. Tradução nossa.

¹⁸ O §1º do art. 5º do Tratado estabelece que: “Para la formación de las Listas Nacionales a que se refiere el inciso a) del artículo 4, cada Parte Contratante deberá conceder anualmente a las demás Partes

importantes instrumentos no processo construção da área de livre comércio latino-americana. Deste modo, é apropriado destacar que:

La ALALC hizo un aporte invaluable al desarrollo del comercio exterior latinoamericano através de la adopción de normas para la armonización de instrumentos comerciales, en la generación de condiciones para incrementar el comercio, en el perfeccionamiento de las políticas comerciales y en

Contratantes, reducciones de gravámenes equivalentes por lo menos al ocho por ciento (8%) de la media ponderada de los gravámenes vigentes para terceros países, hasta alcanzar su eliminación para lo esencial de sus importaciones de la Zona, de acuerdo con las definiciones, métodos de cálculos, normas y procedimientos que figuran en protocolo”. O §2º, por sua vez, determina que: “A tales efectos, se considerarán gravámenes para terceros países los vigentes al día treinta y uno de diciembre precedente a cada negociación”. Por fim, §3º do referido artigo reza que: “Cuando el régimen de importación de una Parte Contratante contenga restricciones de naturaleza tal que no permita establecer la debida equivalencia con las reducciones de gravámenes otorgados por otras Partes Contratantes, la contrapartida de tales reducciones se complementará mediante la eliminación o atenuación de aquellas restricciones” (Todas as citações diretas desta nota de rodapé foram retiradas de URUGUAY, 1960, p. 3).

“Para a formação das Listas Nacionais conforme o exposto na alínea *a* do art. 4º, cada Parte Contratante deverá conceder, anualmente para as outras Partes Contratantes, a redução dos encargos equivalentes a pelo menos oito por cento (8%) da média ponderada das taxas existentes para terceiros países, até atingir a eliminação das taxas dos produtos essenciais na zona de livre comércio, de acordo com as definições, métodos de cálculo, normas e procedimentos contidos no protocolo”. [...] “Para tais efeitos, são consideradas como taxas aplicadas a terceiros países aqueles que estiverem vigentes até o dia trinta e um de dezembro que preceder cada negociação”. [...] “Quando o regime de importação de uma Parte Contratante contém restrições de tal natureza que não permita estabelecer a sua devida equivalência com as reduções de taxas concedidas por outras Partes Contratantes, a contrapartida de tais reduções será complementada pela eliminação ou atenuação de tais restrições”. Tradução nossa.

¹⁹ O art. 7º do Tratado determina que: “La Lista Común deberá estar constituida por productos cuya participación en el valor global del comercio entre las Partes Contratantes alcance, por lo menos, los siguientes porcentajes, calculados de conformidad con lo dispuesto en protocolo: Veinticinco por ciento (25%) en el curso del primer trienio; Cincuenta por ciento (50%), en el curso del segundo trienio; Setenta y cinco por ciento (75%), en el curso del tercer trienio; y Lo esencial de ese comercio, en el curso del cuarto trienio” (URUGUAY, 1960, p. 3-4). “A Lista Comum deverá ser constituída por produtos cuja participação no valor global do comércio entre as Partes Contratantes alcance, pelo menos, as seguintes porcentagens, calculadas em conformidade com disposto no Protocolo: vinte e cinco por cento (25%) no decorrer do primeiro triênio; cinquenta por cento (50%), no decorrer do segundo triênio; setenta e cinco por cento (75%), no decorrer do terceiro triênio; e, o essencial para este comércio, no decorrer do quarto triênio”. Tradução nossa.

²⁰ O art. 4º do Tratado expõe que: “El objetivo previsto en el artículo 3 será alcanzado por medio de negociaciones periódicas que se realizarán entre las Partes Contratantes y de los cuales deberán resultar: a) Listas Nacionales con las reducciones anuales de gravámenes y demás restricciones que cada Parte Contratante conceda a las demás Partes Contratantes, de conformidad con lo dispuesto por el artículo 5; y b) Una Lista Común con la relación de los productos cuyos gravámenes y demás restricciones las Partes Contratantes se comprometen por decisión colectiva a eliminar íntegramente para el comercio intrazonal en el período referido en el artículo 2, cumpliendo los porcentajes mínimos fijados en el artículo 7 y el proceso de reducción gradual establecido en el artículo 5” (URUGUAY, 1960, p. 3). “O objetivo previsto no art. 3º deverá ser alcançado por meio de negociações periódicas que deverão ser realizadas entre as Partes Contratantes dos quais devem resultar: a) Listas Nacionais com as reduções anuais de taxas e demais restrições que cada Parte Contratante conceda as demais Partes Contratantes, em conformidade com o disposto no art. 5º; e b) Uma Lista Comum com a relação dos produtos cujas taxas e demais restrições as Partes Contratantes se comprometam por decisão coletiva a eliminar integralmente para o comércio dentro da zona de livre comércio no período estipulado pelo art. 2º, cumprindo os percentuais mínimos fixados pelo art. 7º e no processo de redução gradual estabelecida no art. 5º”. Tradução nossa.

establecimiento de facilidades al transporte, entre otros temas²¹ (ESTIGARRIBIA, 2010, p. 26).

Todavía, convém mencionar que apesar de sua expansão, por meio da adesão da Colômbia, do Equador, da Venezuela e da Bolívia, a ALALC teve que lidar com a natureza fechada e protecionista do modelo de desenvolvimento econômico adotado pela maior parte dos países latino-americanos naquele período. A adoção do nacional-desenvolvimentismo e a adoção de políticas restritivas a importação colocaram, logo de início, enormes obstáculos ao cumprimento das metas estabelecidas nos artigos 2º, 3º e 4º do “Tratado de Montevideo” e impediram a adesão de alguns países latino-americanos à Associação o que limitou o seu espaço de atuação e prejudicou o aprofundamento das relações interamericanas.

Além disso, Prazeres (2006) chama a atenção para o fato de que os mecanismos de liberalização comercial previstos nos capítulos IV²² e V²³ do “Tratado de Montevideo” tornaram a base das negociações comerciais da Associação demasiadamente rígida o que provocou a divisão de seus membros, no que se refere à natureza da instituição, em dois grupos de interesses distintos.

Um grupo de interesse reunia os países que defendiam o desenvolvimento de políticas de liberalização comercial. Faziam parte deste grupo países como, por exemplo, a Argentina, o Brasil, o México e a Venezuela. É importante mencionar que no caso do setor

²¹ “A ALALC fez um aporte inestimável ao desenvolvimento do comércio exterior latino-americano por meio da adoção de normas para a harmonização de instrumentos comerciais, na geração de condições para incrementar o comércio, no aperfeiçoamento das políticas comerciais e no estabelecimento de facilidades ao transporte, entre outros temas”. Tradução nossa.

²² O Capítulo IV do Tratado dispõe sobre a Cláusula da Nação Mais Favorecida e formado pelos artigos 18º, 19º e 20º. Destes, o mais importante é o art. 18º que estabelece que: “Cualquier ventaja, favor, franquicia, inmunidad o privilegio que se aplique por una Parte Contratante en relación con un producto originario de o destinado a cualquier otro país, será inmediata e incondicionalmente extendido al producto similar originário de o destinado al territorio de las demás Partes Contratantes” (URUGUAY, 1960, p. 6). “Qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilegio que for aplicado por uma Parte Contratante em relação a um produto originário de ou destinado a qualquer outro país, deverá ser imediatamente e incondicionalmente estendido ao produto similar originário de ou destinado ao território das demais Partes Contratantes”. Tradução nossa.

²³ Capítulo V do Tratado versa sobre o Princípio do Tratamento Nacional e é composto pelos artigos 21º e 22º, sendo o primeiro o mais importante porque estabelece que: “En materia de impuestos, tasas y otros gravámenes internos, los productos originarios del territorio de una Parte Contratante gozarán en el territorio de otra Parte Contratante de tratamiento no menos favorable que el que se aplique a productos similares nacionales” (URUGUAY, 1960, p. 7). “Em matéria de impostos, taxas e outras formas de quotizações internas, os produtos originários do território de uma Parte Contratante gozarão no território da outra Parte Contratante de tratamento menos favorável ao que for aplicado aos produtos nacionais similares”. Tradução nossa.

de energias, conforme explica Cervo (2001), a Venezuela – apesar de defender a formação da área de livre comércio e, também, a adoção de políticas de proteção e restrição às importações extrabloco – se mostrou, posteriormente, reticente em relação ao posicionamento dos demais países membros da Associação.

Os grupos de interesse venezuelanos temiam que, na procura por insumos energéticos baratos, o país, em relação aos países árabes e a União Soviética, viesse a atuar como coadjuvante nas relações comerciais do bloco. Ou seja, para esses grupos de interesse, a adesão venezuelana a Associação Latino-Americana poderia vir a limitar o seu espaço de atuação na região e, como consequência disso, afetar negativamente o seu processo de industrialização.

Em detrimento do desenvolvimento de políticas regionais de integração de caráter puramente comercial, o outro grupo de interesse, formado pelos países do Pacto Andino²⁴ e pelo Uruguai, defendia, conforme sustenta Prazeres (2006), que tanto a interconexão industrial e a complementação econômica quanto à promoção de investimentos e a complementação dos recursos naturais – como, por exemplo, os recursos energéticos – deveriam ser os principais objetivos da Associação.

Para Guimarães (2007), o objetivo do Pacto era desenvolver, entre seus membros, a alocação de políticas comuns como, por exemplo, políticas de alocação espacial de indústrias. Portanto, independentemente da ótica adotada, pode-se dizer que para esse grupo de interesse a ALALC deveria direcionar seus esforços no sentido de elaborar políticas conjuntas que privilegiassem o desenvolvimento regional.

Assim, na tentativa de solucionar os impasses que limitavam o espaço de atuação da ALALC, nove meses após a celebração do “Tratado de Montevideo” seus signatários se reuniram na capital venezuelana da cidade de Caracas para discutir a extensão do prazo inicial para o estabelecimento da área de livre comércio latino-americana. Deste modo, no dia 12 de dezembro de 1969, por meio do “Protocolo de Caracas”, os países membros da ALALC concordaram em estender o prazo para formação da área de livre comércio latino-

²⁴ No dia 26 de maio de 1969 o Chile, a Colômbia, a Bolívia, o Peru e o Equador assinaram o acordo que deu vida ao Pacto Andino. Posteriormente, em 1973, a Venezuela reorientou sua visão econômica, deixou de ser protecionista, e em 1973 aderiu ao Pacto. Por causa da ascensão de Pinochet ao poder, o Chile se retirou do Pacto em 1976. Em 1996 a comunidade formada pelo Pacto Andino assinou o “Protocolo de Trujillo” que a renomeou de Comunidade Andina de Nações (CAN).

americana em oito anos, ou seja, a conclusão do processo deveria ocorrer até o dia 31 de dezembro de 1980. Portanto, pode-se concluir que a reunião de Caracas tinha como principal objetivo criar instrumentos que fortalecessem o processo de formação da área regional de livre comércio.

No entanto, observa-se que “a flexibilidade trazida pelo acordo implicou obrigações pouco claras e, desde o primeiro momento, o instrumento foi tomado pelas partes do acordo como uma suspensão dos compromissos assumidos” (PRAZERES, 2006, p. 21) anteriormente. Ou seja, a celebração do “Protocolo de Caracas” não foi suficiente para evitar que os impasses advindos das políticas de desenvolvimento nacional adotadas pelos países membros da Associação enfraquecessem o seu processo de constituição. É importante, considerar o fato de que o ambiente político favorável à integração, pelo menos na América do Sul, foi extremamente prejudicado pela proliferação dos governos militares²⁵ e pelas sucessivas crises provocadas pelas repentinas altas no preço do petróleo nos anos 1970²⁶.

Usualmente, por não ter conseguido estabelecer de forma abrangente suas metas de liberalização, os críticos da ALALC consideram que ela fracassou em suas propostas basilares. Todavia, é importante mencionar que apesar dos enormes desafios faceados pela ALALC, a Associação de algum modo conseguiu, conforme coloca Martins (2001), fazer avançar o processo de industrialização de seus membros. Neste sentido, destaca-se que:

Podem dizer que ALALC fracassou porque não conseguiu criar uma área de Livre Comércio em [doze] anos como era esperado, ou porque teve de ser adaptada e a cláusula de nação mais favorecida teve de ser abandonada, ou simplesmente porque teve de ser transformada em ALADI. Ela não fracassou, pois se não estivesse lá, servindo como um instrumento para que outros acordos fossem feitos, estes acordos não existiriam (AMORIM, 2010, p. 11).

²⁵ Os governos militares passaram a encarar uns aos outros não só como rivais na disputa por relações preferenciais com os PD's como, também, rivais na disputa por áreas de influência em suas respectivas regiões e isso limitou o campo de atuação da ALALC.

²⁶ Vale a pena mencionar que no “período 1968-1973, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa de [...] 11,1% a.a., enquanto no período 1964-1967 o crescimento havia sido de 4,2% a.a. [...] [Uma] característica notável do “milagre” é que, simultaneamente a taxas muito elevadas de crescimento econômico, o período 1968-1973 caracterizou-se por taxas de inflação declinantes e relativamente baixas para os padrões brasileiros e por superávits no balanço de pagamentos” (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2007, p. 9).

Além disso, Martins (2001) destaca que mesmo sofrendo os reflexos advindos da pouca flexibilidade de seu mecanismo interno de funcionamento a ALALC conseguiu estimular o comércio entre seus países membros e com isso impulsionar o processo de industrialização em curso na região. E, apesar de sua reduzida margem de manobra, a Associação conseguiu garantir a continuidade do processo de substituição de importações. Sob esta ótica, eles consideram que não é adequado falar em fracasso, mas sim em substituição. Assim, por ocasião da assinatura do “Tratado de Montevideo”²⁷, a ALALC foi substituída pela ALADI.

O preâmbulo do acordo constitutivo da nova Associação tornou evidente o desejo de seus signatários em dar continuidade ao processo de aproximação regional por meio do “aproveitamento da experiência positiva, colhida na aplicação do Tratado de Montevideu, de 18 de fevereiro de 1960” e do reconhecimento de que para fazer avançar esse processo é necessário “estabelecer objetivos e mecanismos compatíveis com a realidade da região” e “assegurar um tratamento especial para os países de menor desenvolvimento econômico relativo” (URUGUAY, 1980, p. 1). Ou seja, o reconhecimento do esforço integrativo empregado na ALALC e de seus limites formou, conforme colocado por Prazeres (2006), a base de sustentação sobre a qual a ALADI foi construída.

O art. 1º do Tratado apresenta a novidade da ALADI em relação a sua antecessora que deixa de ser a formação de uma área de livre comércio em um prazo pré-determinado para ser o de criação de um mercado comum regional de “forma gradual e progressiva”²⁸. Neste particular, a identidade flexível da ALADI, introduzida pelas noções de gradualismo e progressividade, encontra-se consubstanciada nas alíneas *b*²⁹ e *c*³⁰ do art. 3º de sua Carta constitutiva.

²⁷ O Tratado foi assinado pelos governos da Argentina, da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Chile, do Equador, do México, do Paraguai, do Peru, do Uruguai e da Venezuela.

²⁸ Neste sentido, pode-se dizer que a “inexistência de prazos para a conclusão do processo, o novo Tratado de Montevideu permite que os membros da Aladi participem do projeto de integração no ritmo que [reputem] convenientes e não obriga todos os membros a serem signatários dos acordos que vierem a ser negociados” (PRAZERES, 2006, p. 27).

²⁹ A alínea *b* estabelece que: “Convergência, que se traduz na multilateralização progressiva dos acordos de alcance parcial, através de negociações periódicas entre os países-membros, em função do estabelecimento do mercado comum latino-americano” (URUGUAY, 1980, p. 2).

³⁰ A alínea *c* reza que: “Flexibilidade, caracterizada pela capacidade para permitir a celebração de acordos de alcance parcial, regulada com forma compatível com a consecução progressiva de sua convergência e pelo fortalecimento dos vínculos de integração” (URUGUAY, 1980, p. 2-3).

É importante mencionar que a substituição do art. 4º (alíneas *a* e *b*) e do art. 18º do antigo “Tratado de Montevideo” – ambos citados anteriormente – pela alínea *d*³¹ do art. 3º no novo “Tratado de Montevideo”, permitiu que a ALADI assumisse um caráter mais dinâmico em suas negociações, pois introduziu a possibilidade de estabelecimento de acordos de alcance regional³² e de acordos de alcance parcial³³. Em outras palavras, no que diz respeito às questões de liberalização tarifária a ALADI adotou medidas mais flexíveis que sua antecessora.

No caso das liberalizações tarifárias, o art. 4º do novo Tratado reza que seus membros devem estabelecer em conformidade com o exposto em seu art. 2º, uma área de preferências econômicas regida pelo art. 3º, alínea *d*, e pelo art. 5º do referido documento que estabelece que: “Os países-membros outorgar-se-ão reciprocamente uma preferência tarifária regional que será aplicada com referência ao nível que vigore para terceiros países e se sujeitará à regulamentação correspondente” (URUGUAY, 1980, p. 3). Em suma, por meio do estabelecimento de um esquema de preferência tarifária regional a ALADI criou uma importante margem de manobra em relação a terceiros países.

Entretanto, é necessário comentar que mesmo não sendo objeto de preocupação da ALADI, este trabalho defende que a deflagração do conflito armado entre Argentina e Inglaterra por causa do arquipélago das Malvinas, no início dos anos 1980, colocou sérios desafios para a Associação, pois o governo argentino, em seu pleito, pode ter encontrado, no preâmbulo do novo “Tratado de Montevideo”, indícios de que o estabelecimento de “laços de amizade e de solidariedade” entre seus membros ultrapassaria a questão econômica e atrairia o apoio da comunidade latino-americana para a sua causa.

³¹ A alínea *d* coloca que: “Tratamentos diferenciais, estabelecidos na forma que em cada caso se determine, tanto nos mecanismos de alcance regional como nos de alcance parcial, com base em três categorias de países, que se integrarão levando em conta suas características econômico-estruturais. Esses tratamentos serão aplicados em determinada magnitude aos países de desenvolvimento médio e de maneira mais favorável aos países de menor desenvolvimento econômico relativo” (URUGUAY, 1980, p. 3).

³² Conforme reza o §1º do art. 6º: “Os acordos de alcance regional são aqueles dos quais participam todos os países-membros”. O §2º do mesmo art. coloca que: “Celebrar-se-ão no âmbito dos objetivos e disposições do presente Tratado e poderão referir-se às matérias e compreender os instrumentos previstos para os acordos de alcance parcial estabelecidos na seção terceira do presente capítulo” (as citações diretas desta nota de rodapé foram retiradas de URUGUAY, 1980, p. 3).

³³ De acordo com o exposto no §1º do art. 7º: “Os acordos de alcance parcial são aqueles de cuja celebração não participa a totalidade dos países-membros e propenderão a criar as condições necessárias para aprofundar o processo de integração regional, através de sua progressiva multilateralização”. O §2º do referido art. reza que: “Os direitos e obrigações que forem estabelecidos nos acordos de alcance parcial regerão exclusivamente para os países-membros que os subscrevam ou que a eles adiram” (as citações diretas desta nota de rodapé foram retiradas de URUGUAY, 1980, p. 4).

Além disso, em seus cálculos estratégicos, o governo argentino considerou que se o inciso I do art. 3º³⁴ do “Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)”, de 1947, ou o Capítulo VI³⁵, que trata das questões de segurança coletiva, da “Carta Constitutiva da Organização dos Estados Americanos (OEA)”, de 1948, fosse observado por seus signatários, o país teria o apoio dos EUA no empreendimento armado contra a Inglaterra. Contudo, é necessário mencionar que os EUA se posicionaram contrários à demanda argentina com base no exposto na alínea *a* do art. 9º³⁶ do TIAR que tipifica agressão externa como sendo o ataque armado não provocado. Para eles, portanto, não houve agressão externa ao território argentino no caso das Malvinas. No entender de Martins (2001), entretanto, os EUA se colocaram a favor da Inglaterra porque eles não estavam dispostos a adotar uma posição contrária aos interesses de um país membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – Organização da qual eles também são partícipes.

No desenrolar do contencioso com a Argentina pelo arquipélago das Malvinas, o governo brasileiro não atendeu ao pedido inglês de apoio logístico às tropas militares

³⁴ O inciso I do art. 3º do TIAR coloca que: “As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos, e, em [consequência], cada uma das ditas Partes Contratantes, se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito imaneente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas” (BRASIL, 1947, p. 2).

³⁵ O Capítulo VI da Carta Constitutiva da OEA é composto pelos artigos 28º e 29º. O primeiro deles estabelece que: “Toda agresión de un Estado contra la integridad o la inviolabilidad del territorio o contra la soberanía o la independencia política de un Estado americano, será considerada como un acto de agresión contra los demás Estados americanos”. O segundo, por sua vez, considera que: “Si la inviolabilidad o la integridad del territorio o la soberanía o la independencia política de cualquier Estado americano fueren afectadas por un ataque armado o por una agresión que no sea ataque armado, o por un conflicto extracontinental o por un conflicto entre dos o más Estados americanos o por cualquier otro hecho o situación que pueda poner en peligro la paz de América, los Estados americanos en desarrollo de los principios de la solidaridad continental o de la legítima defensa colectiva, aplicarán las medidas y procedimientos establecidos en los tratados especiales, existentes en la materia” (As duas citações diretas desta nota de rodapé fora retiradas de COLOMBIA, 1948, p. 8). “Toda agressão de um Estado contra a integridade ou a inviolabilidade do território ou contra a soberania ou a independência política de um Estado americano, será considerada como um ato de agressão contra todos os demais Estados americanos”. [...] “Se a inviolabilidade ou a integridade do território ou a soberania ou a independência política de qualquer Estado americano for afetada por um ataque armado ou por agressão que não seja um ataque armado, ou por um conflito extracontinental ou por um conflito entre dois ou mais Estados americanos ou por qualquer outro feito ou situação que possa colocar em perigo a paz na América, os Estados americanos no desenvolvimento dos princípios de solidariedade continental ou de legítima defesa coletiva, aplicarão as medidas e procedimentos estabelecidos nos tratados especiais, existentes nesta matéria”. Tradução nossa.

³⁶ De acordo com a alínea *a* do art. 9º do TIAR, será considerada agressão “O ataque armado, não provocado, por um Estado contra o território, a população ou as forças terrestres, navais ou aéreas de outro Estado” (BRASIL, 1947, p. 3).

britânicas o que, no entender deste trabalho, pode ter sido percebido pelo governo argentino como um ato de fortalecimento dos “laços de amizade e de solidariedade” previstos no preâmbulo do novo “Tratado de Montevideo”. Ademais, Martins (2001) sustenta que a recusa dos EUA em prestar apoio à causa argentina favoreceu, sobremaneira, o contexto de aproximação entre o Brasil e a Argentina e, além disso, evidenciou a fragilidade do alinhamento político e econômico dos países sul-americanos aos EUA. Assim sendo, pode-se dizer que foi na esteira da ALALC e, posteriormente, da ALADI que a percepção de que os países da América Latina deveriam buscar alternativas regionais de desenvolvimento tomou corpo físico e permitiu que, por exemplo, a aproximação entre o Brasil e a Argentina gerasse entre eles condições de entendimentos e negociação de um tratado de cooperação da natureza e alcance do MERCOSUL.

2.2 O MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)

Com o objetivo central de promover o desenvolvimento econômico, conforme mencionado anteriormente, o Brasil e a Argentina aprofundaram, em meados da década de 1980, o processo de aproximação bilateral que, posteriormente, envolveu o Paraguai e o Uruguai e foi consubstanciado na assinatura, em 26 de março de 1991, do “Tratado de Assunção”³⁷, que deu origem ao MERCOSUL.

Apesar da celebração do “Tratado de Assunção” ter ocorrido em um contexto regional distinto, este trabalho sustenta, como vem sendo discutido até aqui, que as tentativas de integração da América do Sul estão inseridas em uma sequência histórica que abarca os dois “Tratados de Montevideo”³⁸. Deste modo, pode-se dizer que os países membros do MERCOSUL ensaiaram o seu processo de aproximação de forma mais contundente a partir dos anos 1970.

Neste sentido, observa-se que no dia 20 de agosto de 1974 o governo argentino e o governo uruguaio celebraram, na cidade de Montevideo, o “Convênio Argentino-Uruguaio

³⁷ Tratado firmado em 26 de março de 1991 entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai com o propósito de constituição de um Mercado Comum entre eles.

³⁸ No sentido de que existe uma linha de continuidade histórica no processo integrativo regional, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai reconheceram “que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980” (PARAGUAY, 1991, p. 1).

de Cooperação Econômica (CAUCE)” cujo preâmbulo reconhecia “[...] la conveniencia de establecer un marco institucional que fortalezca la integración entre ambos países, como medio conducente para ampliar las perspectivas del crecimiento económico y consolidar sus respectivas economías”³⁹ (URUGUAY, 1974, p. 1). Para tanto, ambos os governos entenderam que a facilitação das relações comerciais entre eles, por meio da eliminação das taxas e restrições às importações, era um elemento fundamental para o estabelecimento do Convênio. Considerando que os artigos 3º⁴⁰, 4º⁴¹ e 13º⁴² do Convênio foram concebidos em conformidade com as normas de liberalização comercial presentes no primeiro “Tratado de Montevideo”, esta tese sustenta que os termos constitutivos do CAUCE são, de fato, representativos da afirmação de que o processo de integração sul-americano se insere em uma linha de continuidade histórica. Além disso, é importante destacar que a alínea *d* do art. 10º⁴³ recomenda que as “Partes mantendrán permanentemente actualizadas las listas de restricciones de todo tipo registradas en la ALALC”⁴⁴ (URUGUAY, 1974, p. 2), ou seja, o estabelecimento dessa alínea revela a intenção das Partes de tornar o trânsito comercial bilateral mais dinâmico.

³⁹ “[...] a conveniência de estabelecer um marco institucional que fortaleça a integração entre ambos os países, como meio conducente de ampliação das perspectivas de crescimento econômico e consolidar suas respectivas economias”. Tradução nossa.

⁴⁰ O art. 3º do Convênio estabelece que: “Para los efectos del presente Convenio se entenderá por ‘gravámenes’ y ‘restricciones’, los definidos como tales en el ‘Tratado de Montevideo’ y Resoluciones complementares de la Conferencia de las Partes Contratantes de dicho Tratado” (URUGUAY, 1974, p. 1). “Para os devidos efeitos do presente Convênio serão entendidos por ‘quotizações’ e ‘restrições’, os definidos como tais no ‘Tratado de Montevideo’ e nas Resoluções complementares da Conferência das Partes Contratantes do dito Tratado”. Tradução nossa.

⁴¹ O art. 4º do CAUCE é composto por dois parágrafos. O primeiro deles coloca que: “Se considerán originarios de cada una das Partes los productos que cumplan con las normas generales de origen y los requisitos específicos establecidos por la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC)”. O segundo, a seu turno, diz que: “A petición de una de las Partes, se podrá fijar para el intercambio entre ellas requisitos especiales de origen para los productos no incluidos em el Programa de Liberación de la ALALC” (As citações diretas desta nota de rodapé foram retiradas de URUGUAY, 1974, p. 1). “São considerados como originários de cada uma das Partes, os produtos que cumprirem com as normas gerais de origem e com os requisitos específicos estabelecidos pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)”. [...] “A pedido de uma das Partes poderão ser fixados, para o comércio entre elas, requisitos especiais de origem para os produtos não incluídos no Programa de Liberação da ALALC”. Tradução nossa.

⁴² O art. 13º define que as “Partes podrán aplicar, para la adopción de medidas de excepción, las cláusulas de salvaguardia establecidas en el Capítulo VI del ‘Tratado de Montevideo’ y Resoluciones complementarias” (URUGUAY, 1974, p. 2). “Partes poderão aplicar, para a adoção de medidas de exceção, as cláusulas de salvaguarda estabelecidas no cap. 6º do ‘Tratado de Montevideo’ e Resoluções complementares”. Tradução nossa.

⁴³ O art. 10º do CAUCE apresenta os principais instrumentos de coordenação política entre os dois países.

⁴⁴ “Partes mantengan permanentemente atualizadas as listas de restrições de todo tipo registradas na ALALC”. Tradução nossa.

Por fim, tem-se nos artigos 15º e 16º⁴⁵ a verdadeira facécia do CAUCE. Com o objetivo de estimular o processo de “integración económica y social entre ambos países, procurar la solución de los diferendos que pudieren plantearse con referencia a la aplicación del presente Convenio y ser un canal expeditivo entre ambos gobiernos para alcanzar los propósitos en el mismo”⁴⁶ (URUGUAY, 1974, p. 2), o art. 15º do CAUCE propõe a criação de uma Comissão de Monitoramento do Convênio. O art. 16º, por sua vez, reitera o compromisso dos dois países com os critérios de integração econômica estabelecidos no primeiro “Tratado de Montevideo”.

Além disso, outros dois instrumentos favoráveis à aproximação entre os países da América do Sul foram celebrados entre o governo brasileiro e o governo uruguaio na cidade uruguaia de Rivera em 12 de junho de 1975, são eles: o “Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio”; e, o “Protocolo de Expansão Comercial Brasil-Uruguai (PEC)”.

No primeiro caso, os dois governos, em conformidade com os termos da ALALC, afirmaram, no preâmbulo desse Tratado, “o propósito de fortalecer a integração entre ambos os países, como contribuição ao desenvolvimento de suas respectivas economias no contexto da integração regional” (URUGUAY, 1975b, p. 1) e a intenção de impulsionar, por meio dos artigos 7º⁴⁷ e 18º⁴⁸, seus planos de desenvolvimento regional via o aproveitamento do potencial energético de seus territórios.

⁴⁵ De acordo com o exposto no §1º do 16º do CAUCE: “Las Partes reafirman su adhesión a los objetivos de la integración económica latino-americana y expresan su convicción de que la firma del presente Convenio es un paso importante en tal sentido”. O §2º, por sua vez, coloca que: “Asimismo, expresan su propósito de proceder a la ejecución del presente Convenio de conformidad con las normas establecidas en el ‘Tratado de Montevideo’, que estableció la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio, y las contenidas en la estructura jurídica de dicha Asociación”. Por fim, o § 3º estabelece que: “En caso necesario, procederán a gestionar conjuntamente la adopción por la mencionada Asociación, de medidas que les permitan proceder a dicha ejecución” (As citações diretas desta nota de rodapé foram retiradas de URUGUAY, 1974, p. 2). “As Partes reafirman sua adesão aos objetivos da integração econômica latino-americana e expressam sua convicção de que assinatura do presente Convênio é um importante passo nesse sentido”. [...] “Assim mesmo, expressam seu propósito de continuar a execução do presente Convênio em conformidade com as normas estabelecidas no ‘Tratado de Montevideo’, que estabeleceu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, e as norma contida em sua estrutura jurídica”. [...] “Em caso de necessidade, poderão gerir conjuntamente com a Associação, a adoção de medidas que permita exercer tal execução”. Tradução nossa.

⁴⁶ “integración económica y social entre ambos os países, procurar a solução de litígios que possam surgir em referência à aplicação do presente Convênio e ser um canal expeditivo entre os dois governos para os propósitos em si mesmos”. Tradução nossa.

⁴⁷ O art. 7º expõe que: “O Governo brasileiro, com o intuito de colaborar com o Governo Uruguaio em seus planos de desenvolvimento cooperará, dentro de suas possibilidades, e na forma que for fixado de comum acordo, na construção da represa hidrelétrica de Palmar, através do financiamento para a aquisição e utilização de equipamentos e serviços brasileiros” (URUGUAY, 1975b, p. 2).

Em adição, é importante mencionar que o Tratado, em seu art. 1º, prevê a possibilidade de que fossem instaurados “mecanismos permanentes de cooperação, entendimento e troca de informações sobre todos os assuntos de interesse comum, bilaterais ou **multilaterais**” (URUGUAY, 1975b, p. 1, grifo nosso), ou seja, os governos do Brasil e do Uruguai observaram as proposições do citado “Protocolo de Caracas” de 1969 em suas considerações na ocasião da celebração do “Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio”.

No segundo caso, têm-se expostas as normas, expressas em onze artigos, que deveriam regular as transações comerciais entre os dois países. Além disso, o Protocolo se coloca, por intermédio do art. 10º, aberto “a participação dos demais países-membros da ALALC” (URUGUAY, 1975a, p. 5). Isso implica dizer que apesar da pouca flexibilidade da ALALC, tentou-se, naquela ocasião, garantir, tanto por meio desse artigo quanto por meio do art. 1º do Tratado de 1991, que os interesses situados na órbita multilateral fossem levados em consideração.

Para Peixoto (2001), uma observação mais aproximada do processo de integração regional sul-americano revela a genuinidade desse Tratado em relação aos seus predecessores, pois seus signatários manifestaram, naquele momento, o interesse em conformar um mercado comum⁴⁹ entre eles. Ou seja, a assinatura do “Tratado de Assunção” foi além das propostas regionais anteriores de formação de blocos econômicos.

⁴⁸ O art. 18º estabelece que: “As Altas Partes Contratantes terão presentes as necessidades de suprimento de energia em seus territórios, especialmente nas regiões fronteiriças, que procurarão satisfazê-las nas melhores condições técnicas e financeiras, inclusive mediante interconexão dos respectivos sistemas elétricos” (URUGUAY, 1975b, p. 3).

⁴⁹ De acordo com o exposto no sítio eletrônico do Congresso Nacional (BRASIL, 2016) brasileiro, os blocos econômicos “são associações de países que estabelecem *relações econômicas privilegiadas entre si* e que tendem a adotar *uma soberania comum*, ou seja, os parceiros concordam em abrir mão de parte da soberania nacional em proveito do todo associado” e podem ser classificados em: “em zona de preferência tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária”. No primeiro caso o “processo de integração econômica consiste apenas em garantir níveis tarifários preferenciais para o conjunto de países que pertencem a esse tipo de mercado”. São exemplos desse caso: a ALALC e a ALADI. No segundo caso, “os países reduzem ou eliminam as barreiras alfandegárias, tarifárias e não tarifárias, que incidem sobre a troca de mercadorias dentro do bloco”. O *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) é um exemplo desse tipo de bloco econômico. No terceiro caso, “os Estados-Membros, além de abrir mercados internos, regulamentam o seu comércio de bens com nações externas, já funcionando como um bloco econômico em formação”. Além disso, esse tipo de formação tem como principal característica a adoção de “uma Tarifa Externa Comum (TEC), a qual permite estabelecer uma mesma tarifa aplicada a mercadorias provenientes de países que não integram o bloco”. Apesar de possuir uma TEC, os países signatários do Tratado de 1991 “constituem [...] União Aduaneira que luta para se transformar em um Mercado Comum”. No quarto caso, garante-se “a livre circulação de pessoas, bens, serviços e [fatores de produção]”. Outra característica desse tipo de

Em revisão histórica, é imperioso frisar que apesar dos critérios de análise emergética apresentados por Odum (1971) não terem sido levados em consideração na ocasião da celebração do “Acordo Tripartite Itaipu-Corpus” entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, esta pesquisa considera que o estabelecimento deste Acordo foi extremamente importante para o processo de aproximação multilateral que os conduziu à Assunção. Pois, o Acordo trilateral encerrou as históricas disputas regionais que envolviam a questão da utilização dos recursos hídricos na Bacia do Rio da Prata e, além disso, marcou o começo de uma nova fase nas relações bilaterais do Brasil com a Argentina, uma vez que contribuiu para que a visão dominante de rivalidade – que caracterizou a maior parte das relações diplomáticas dos dois países – fosse superada (PARAGUAY, 1979).

Se considerando o contexto histórico no qual as notas diplomáticas acerca do aproveitamento compartilhado dos recursos hídricos do rio platino entre os três países foram trocadas, pode-se dizer que o diálogo trilateral é representativo de um momento singular na história das relações exteriores entre os países da América do Sul porque naquele momento a concentração de poder se encontrava nas mãos de governos militares de exceção. Em outras palavras, a assinatura do Acordo Tripartite ocorreu em um contexto histórico no qual as proposições do modelo desenvolvimentista já não eram consideradas suficientes para responder de forma adequada aos desafios colocados, em função dos reflexos provenientes das altas nos preços de petróleo no decorrer dos anos 1970, para os países da região.

Conforme mencionado anteriormente, o advento da guerra das Malvinas e o relativo abandono da abordagem desenvolvimentista nas questões de desenvolvimento econômico marcou profundamente o início da década de 1980 na América do Sul. Além disso, Guimarães (2007) considera que tanto a crise da dívida externa e o descontrole

associação é “a coordenação de políticas [macroeconômica], devendo todos os [países membros] seguir os mesmos parâmetros para fixar taxas de juros e de câmbios e para definir políticas fiscais”. Um exemplo disso é “a Comunidade Econômica [Europeia], [que] a partir de 1993, transformou-se em um bloco econômico do tipo Mercado Comum”. O último caso, “constitui o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos, contando com uma moeda única e um fórum político”. Neste sentido, “a [...] União [Europeia] [...] representa o mais avançado estágio desse processo de integração em blocos econômicos, inclusive com a adoção de uma moeda comum, o Euro, e [...] política, com o [...] Parlamento Europeu [...] formado por deputados dos países da Comunidade [Europeia], eleitos pelos cidadãos dos países-membros para representa-los num fórum supranacional” – (Todas as citações desta nota encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Congresso Nacional, conforme referência bibliográfica ao final deste trabalho) (BRASIL, 2016).

inflacionário que assolou a maior parte dos países da América Latina quanto o processo de redemocratização experimentado por alguns países da região logo na primeira metade dos anos 1980, encorajaram, no caso da América do Sul, o Brasil e a Argentina a procurarem por meio da via regional alternativas plausíveis de desenvolvimento econômico e de autonomia externa.

Assim sendo, por ocasião da inauguração da Ponte Internacional⁵⁰ que liga a cidade brasileira de Porto Meira à cidade argentina de Puerto Iguazú, o Brasil e a Argentina assinaram, no dia 30 de novembro de 1985, a “Declaração Conjunta sobre Política Nuclear”⁵¹ e a “Declaração do Iguazu”⁵². A “Declaração do Iguazu” criou a “Comissão Mista de Alto Nível para Cooperação e Integração Econômica Bilateral”⁵³ que tinha como objetivo apresentar aos dois países propostas de desenvolvimento, conforme o estabelecido em seu § 22^{o54}, nas áreas de transportes, energia, comunicações e ciência e tecnologia⁵⁵.

⁵⁰ A Ponte Internacional foi inaugurada no dia 29 de novembro de 1985.

⁵¹ A celebração desse Acordo constitui um bom exemplo da superação da visão dominante de rivalidade entre o Brasil e a Argentina, pois em seu preâmbulo os dois países tornaram evidente o desejo de que a cooperação entre eles viesse a ter um “efeito multiplicador sobre os benefícios recíprocos que os dois países [poderiam] obter do uso pacífico da energia nuclear; e que [permitiria] aos dois países enfrentarem em melhores condições as dificuldades crescentes encontradas no suprimento internacional de equipamentos e materiais nucleares” e que “a referida cooperação [deveria] manter-se aberta a todos os países latino-americanos interessados” (BRASIL, 1985, p. 1). Ou seja, o Acordo foi pensado sob o manto da ALADI e em um contexto de reconhecimento das possíveis vantagens advindas do aproveitamento compartilhado dos recursos energéticos regionais.

⁵² Os parágrafos 4º e 5º são representativos do Espírito de Iguazu. Pois, no primeiro caso, tem-se que: “Durante suas conversações, que transcorreram dentro de uma atmosfera de alta cordialidade e simpatia, os Presidentes do Brasil e da Argentina congratularam-se pela inauguração da Ponte Presidente Tancredo Neves e ressaltaram seu expressivo significado como elo de união real e simbólico entre as duas Nações. Realçaram também sua importância para o desenvolvimento da região, conferindo forma concreta aos legítimos anseios das populações de ambos os lados da fronteira”. No segundo, o reconhecimento do “fato de ser esta a primeira obra do gênero construída entre o Brasil e a Argentina desde a inauguração, em 1947, da Ponte Internacional entre as cidades de Uruguaiana e Paso de los Libres. Nesse sentido, a Ponte Presidente Tancredo Neves representa um marco significativo no processo de integração física entre os dois países, constituindo mais um testemunho da capacidade de cooperação bilateral” (As citações diretas desta nota de rodapé foram retiradas de BRASIL, 1985, p. 1).

⁵³ Por meio do exposto no § 19º, os governos dos dois países “decidiram criar uma Comissão Mista de Alto Nível para Cooperação e Integração Econômica Bilateral” cujo principal objetivo, conforme colocado no § 20º, seria o de elaborar “até 30 de junho [de 1986], um relatório aos dois Presidentes com as prioridades propostas para lograr um rápido aprofundamento dos vínculos de cooperação e integração econômica, especialmente no que se refere às áreas de complementação industrial, energia, transporte e comunicações, desenvolvimento científico-técnico, comércio bilateral e com terceiros mercados” (BRASIL, 1985, p. 4).

⁵⁴ Este parágrafo estabelece que: “Nos setores de energia, transporte e comunicações, os Presidentes manifestaram sua intenção de promover a complementação crescente entre os sistemas dos dois países como forma de integração efetiva que gere benefícios mútuos nos planos técnico, econômico, financeiro e comercial para seus respectivos países. Destacaram a necessária participação das indústrias brasileira e argentina e das respectivas empresas estatais neste esforço de integração” (BRASIL, 1985, p. 5).

Todavia, deve-se mencionar que apesar da atmosfera favorável ao “Espírito de Iguazu”, os dois países encontraram limites efetivos para fazer avançar as propostas presentes nos acordos de 1985 como, por exemplo, a escassez de recursos financeiros – comum em contextos de crise econômica – e as dificuldades próprias do processo de recuperação de credibilidade externa. Ademais, a questão da instabilidade política regional, em um cenário de fortalecimento dos princípios democráticos, imprimiram sérios desafios para os países da região.

Neste particular, Cervo (2001) coloca que o caráter comercialista do processo de integração sul-americano é resultado tanto destes limites quanto do citado gradativo abandono do modelo desenvolvimentista. O reflexo disso, no entender deste trabalho, foi o aprofundamento das assimetrias existentes entre os países da região. Pode-se dizer, ademais, que esse abandono, de algum modo, contribuiu para que o projeto liberal, encabeçado pelos EUA de Ronald Reagan e auxiliado pela Inglaterra de Margaret Thatcher, avançasse sobre a região nos anos 1980 e 1990.

De acordo com Cervo (2001), o projeto liberal procurou cobrir, em um primeiro momento, os países de menor porte, como o Chile, a Venezuela e o Peru, para depois, em um segundo momento, cobrir os países de maior porte como o México⁵⁶, a Argentina e o Brasil. Deste modo, a passagem do Estado desenvolvimentista para o Estado normal representou, em sua visão:

[...] o caminho aberto pela inteligência política latino-americana nos anos 1990. Todos os governos se dispuseram a trilhá-lo à galope, mas não o fizeram no mesmo ritmo e com a mesma coerência. Em toda parte, o paradigma revelava seus três parâmetros essenciais: subserviência na esfera política, destruição na esfera econômica e regresso do ponto de vista estrutural e histórico (CERVO, 2003, p. 19).

⁵⁵ Sobre esse tema, o § 28º reconhece que: “No âmbito da cooperação científica e tecnológica, ambos os Presidentes expressaram sua convicção de que a ciência e a tecnologia desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social e assinalaram a importância do Acordo Básico como quadro adequado para a cooperação bilateral. Sua expressão concreta manifesta-se nos Ajustes Complementares referentes à metrologia, florestamento, atividades espaciais, agricultura, comunicações e o assinado durante o transcurso deste encontro sobre biotecnologia, assim como no acordo de cooperação existente sobre os usos pacíficos da energia nuclear. Ressaltaram, igualmente, a importância da cooperação técnica entre instituições, que se traduziu em projetos nos campos da virologia, da formação profissional e dos transportes. Neste particular, assinalaram sua satisfação pelas negociações em curso entre os Governos com vistas à celebração de um *Memorandum* de Entendimento sobre cooperação nos campos da pesquisa e tecnologia no setor dos transportes” (BRASIL, 1985, p. 6).

⁵⁶ O México foi atraído para a órbita do *Canada-U.S. Free Trade Agreement* (CUSFTA) de modo que no dia 1º de janeiro de 1994 os três países conformaram o NAFTA.

Ou seja, como forma de adaptação ao novo paradigma econômico, isto é, ao paradigma do Estado normal, os países latino-americanos presenciaram, no decorrer dos anos 1990, um relativo abandono do modelo de desenvolvimento da CEPAL e a adoção do modelo monetarista e liberal de desenvolvimento formulado pelos e de acordo com os interesses dos PD's⁵⁷.

Entretanto, a despeito do avanço das propostas de caráter liberal sobre os países da América Latina, os governos do Brasil e da Argentina decidiram, por ocasião da assinatura da “Ata para a Integração Brasileiro-Argentina”, em 29 de julho de 1986, criar em conformidade com o seu § 1º, o “Programa para a Integração e Cooperação Econômica (PICE)” cujos princípios, estabelecidos no § 2º⁵⁸, viriam a influenciar fortemente a proposição do “Tratado de Assunção”. Dois anos após a criação do PICE, no dia 29 de novembro de 1988, os presidentes do Brasil, José Sarney, e da Argentina, Raúl Alfonsín, assinaram, na cidade argentina de Buenos Aires, o “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”. O art. 2º desse Tratado coloca em evidência os princípios “de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria [como elementos fundamentais para garantir] a progressiva adaptação dos habitantes e das empresas de cada Estado-Parte às novas condições de concorrência e de legislação econômica” (ARGENTINA, 1988, p. 17092). Nota-se, portanto, que os princípios do Tratado de 1988 reiteraram os princípios do PICE. Além disso, é conveniente ressaltar que o art. 3º desse Tratado estabeleceu um prazo de 10 anos para a remoção completa de todas as restrições tarifárias e não tarifárias postas ao comércio de bens e serviços entre os dois Estados.

É importante mencionar que o aprofundamento do pensamento liberal na América Latina afetou diretamente as relações entre o Brasil e a Argentina. Neste sentido, o

⁵⁷ Neste ponto é imperativo mencionar que: “A corrente de pensamento monetarista de matriz neoliberal reforçou-se quando a própria [CEPAL] fez autocrítica. Ela adaptou seu pensamento, cedendo às circunstâncias imperantes e formulando a doutrina do regionalismo aberto, uma versão mais inclinada para o lado do neoliberalismo do que do estruturalismo desenvolvimentista” (CERVO, 2003, p. 16).

⁵⁸ A Ata estabeleceu para o PICE os seguintes princípios norteadores: gradualismo, para fazer avançar as fases anuais; flexibilidade, para permitir ajustamentos no ritmo e nos objetivos propostos; simetria, para harmonizar as políticas específicas que interferem na competitividade setorial; equilíbrio dinâmico, para propiciar uma integração setorial uniforme; tratamento preferencial e harmonização gradual de políticas econômicas; e, por fim, estimular a participação do empresariado (ATA PARA A INTEGRAÇÃO BRASILEIRO-ARGENTINA, 1986, p. 2-3).

lançamento⁵⁹ da Iniciativa para as Américas (IPA)⁶⁰ – também chamada de “Plano Bush” – alterou drasticamente as posições de simetria e reciprocidade que vinham sendo trabalhadas entre eles desde a criação do PICE.

Em linhas gerais, tem-se que a proposta da IPA “[consistia] em três conjuntos de iniciativas, que [constituíam] os seus pilares de sustentação – o comércio, o investimento e a dívida –, cada um deles com algumas propostas de ação por parte dos Estados Unidos”⁶¹ (REIS; FISCHER; CAMPOS, 1990, p. 152). Ademais, convém pontuar que os critérios básicos da IPA preconizavam o estabelecimento de uma economia de mercado e de liberdade política – por meio da liberalização do comércio nas Américas –, o estímulo ao investimento e a redução da dívida externa dos países da América Latina. Em suma, o principal objetivo da IPA era estabelecer, nas Américas, uma área de livre comércio de alcance hemisférico.

Diante das incisivas pressões dos EUA em favor do estabelecimento da IPA e da evidente necessidade de solucionar a questão de suas dívidas externas, a Argentina e o Brasil buscaram, no âmbito regional, alternativas de desenvolvimento. Deste modo, em 6 de julho de 1990, os dois países assinaram a “Ata de Buenos Aires” cujo principal objetivo, em conformidade com o exposto em seu § 1º, seria o estabelecimento de “um mercado comum entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, que [deveria] estar definitivamente conformado em 31 de dezembro de 1994” (ARGENTINA, 1990, p. 2). Ou seja, em relação ao prazo determinado pelo art. 3º do “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”, o compromisso de “alíquota zero”⁶² foi reduzido em quatro anos e meio o que significou um considerável avanço no processo de aproximação entre os dois países.

Além disso, a intenção de criar um mercado comum deu passos decisivos no sentido de procurar agregar aos objetivos presentes na iniciativa de aproximação bilateral

⁵⁹ O anúncio da IPA foi proferido, em Washington no dia 27 de junho de 1990, pelo Presidente dos EUA, George Bush, na presença de importantes membros de seu governo e de embaixadores da América Latina, Caribe, Europa e Japão.

⁶⁰ *Enterprise for the Americas Initiative*, em inglês.

⁶¹ Em outras palavras, os três pilares eram: a iniciativa comercial; a iniciativa de investimento; e, a iniciativa para a dívida.

⁶² O § 2º do Anexo I (Metodologia para a conformação de Mercado Comum) da Ata de Buenos Aires estabelece que: “A coluna vertebral do processo de conformação do Mercado comum será constituída por reduções tarifárias generalizadas, lineares e automáticas, para chegar, em 31 de dezembro de 1994, à alíquota 0 (zero) e à anulação de barreiras não-tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário” (ARGENTINA, 1990, p. 3).

do PICE as capacidades de outros países da região o que, no entender deste trabalho, atraiu o Uruguai e o Paraguai para a órbita da iniciativa bilateral de integração. Deste modo, os quatro países assinaram o Tratado que instituiu oficialmente o MERCOSUL.

Todavia, Peixoto (2001) chama a atenção para o fato de que o MERCOSUL não foi estruturado a partir de uma reflexão diplomática que tivesse organizado os primeiros tratados de integração entre o Brasil e a Argentina. O autor advoga que no caso do MERCOSUL a ausência desse tipo de entendimento é explicada pela crença de que a sua formação constituía uma realidade dada por um processo de continuidade histórico que conspirava em seu favor e que por este motivo não exigia cuidados constantes.

No entender de Peixoto (2001), o sucesso de qualquer iniciativa de integração depende muito de como ela é percebida por suas chancelarias. Deste modo, ele observa que no processo de formação do MERCOSUL se tem a impressão de que os grupos de interesse brasileiros parecem ter ignorado o fato de que em política externa não só as alianças podem ser desfeitas como os parceiros podem ser trocados.

De acordo com Gonçalves e Lirio (2003), mesmo diante de uma aventada inexistência de reflexão teórica diplomática, é importante ressaltar que o MERCOSUL foi concebido, conforme colocado no § 2º⁶³ do preâmbulo de seu Tratado constitutivo, como objetivo de consolidar a distensão política entre seus membros por meio do cumprimento do seu art. 1º⁶⁴, que versa sobre a criação de um Mercado Comum. Além disso, a expectativa era a de que o estabelecimento desse Mercado viesse a motivar a criação de iniciativas de cooperação que extrapolassem os limites do campo econômico e comercial e que, em função disso, contribuíssem para que as assimetrias existentes nas relações entre seus membros fossem dirimidas. Assim sendo, o MERCOSUL entrou efetivamente em vigor no dia 1º de janeiro de 1995.

Sob outra perspectiva, pode-se dizer que tanto o aprofundamento do MERCOSUL quanto a proposta da “Área de Livre Comércio Sul-Americano” (ALCSA) – lançada pelo governo brasileiro em 1993, diante da adesão do México ao NAFTA – procuraram

⁶³ O § 2º coloca que: “[...] a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social” (PARAGUAY, 1991, p.1).

⁶⁴ O art. 1º do “Tratado de Assunção” estabelece que: “Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará ‘Mercado Comum do Sul’ (MERCOSUL)” (PARAGUAY, 1991, p.1).

responder às pressões do EUA em relação a IPA e ao seu corolário, a “Área de Livre Comércio das Américas” (ALCA)⁶⁵ lançada por ocasião da realização da “Cúpula de Miami”⁶⁶ – convocada em dezembro de 1994 pelo então presidente Clinton, após a conclusão das negociações que deram origem ao NAFTA, no qual o México praticamente abandonou a ALADI –. A intenção do presidente Clinton, no encontro de Miami, era realizar negociações de compromissos políticos e econômicos.

Apesar das declarações oficiais do governo dos EUA de que a ALCA não afetaria os projetos de integração regional em curso como, por exemplo, a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o MERCOSUL, alguns analistas de política internacional – como, por exemplo, Guimarães (1999) – receavam que a concretização da ALCA eliminaria qualquer possibilidade de integração na América Latina uma vez que condicionaria o desenvolvimento de qualquer iniciativa de aproximação latino-americana aos desígnios dos EUA. É imperativo mencionar que no contexto de pré-lançamento da ALCA, o governo brasileiro, em resposta as intenções dos EUA, procurou – por meio de uma frenética retomada no ritmo da agenda de negociações que culminou com a assinatura, no dia 17 de dezembro de 1994, do “Protocolo de Ouro Preto”⁶⁷, dias antes da realização da “Cúpula de Miami”⁶⁸ – aprofundar o MERCOSUL. Além disso, a partir da segunda metade da década

⁶⁵ Em realidade, pode-se dizer que a proposta da ALCA foi mais do que um projeto de criação de uma área de livre comércio de bens que se estenderia do Alasca à Terra do Fogo, com aproximadamente 800 milhões de habitantes e com uma parcela estimada de 40% do PIB mundial, pois visava criar um território econômico único nas Américas, com a livre movimentação de bens, serviços e capital, excluindo mão de obra ou tecnologia, e que estabeleceria regras uniformes que restringiriam a execução de políticas nacionais ou regionais de desenvolvimento econômico.

⁶⁶ Reunião dos presidentes das democracias das Américas.

⁶⁷ A celebração do “Protocolo de Ouro Preto” conferiu personalidade jurídica ao MERCOSUL, isto é, atribuiu ao bloco o direito de negociar acordos internacionais em nome próprio. Além disso, o art. 1º do Protocolo estabelece que: “A estrutura institucional do Mercosul contará com os seguintes órgãos: I – O Conselho do Mercado Comum (CMC); II – O Grupo Mercado Comum (GMC); III – A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); IV – A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); V – O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES); e, VI – A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM)”. Além disso, em parágrafo único do mesmo artigo, o Protocolo coloca que: “Poderão ser criados, nos termos do presente Protocolo, os órgãos auxiliares que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do processo de integração” (As citações diretas desta nota de rodapé foram retiradas de BRASIL, 1994, p. 2).

⁶⁸ Cabe destacar que o posicionamento brasileiro se deu, conforme coloca Almeida (2009), por dois motivos. O primeiro deles versa sobre a desconfiança brasileira quanto à proposta norte-americana e ao seu não envolvimento nos momentos iniciais das negociações. O segundo, intimamente ligado ao primeiro, pelo fato do Brasil não se lançar exclusivamente em bases voluntaristas no que se refere a assuntos internacionais.

de 1990 o MERCOSUL experimentou um processo de alargamento por meio da entrada de novos países como membros plenos ou como membros associados⁶⁹.

Neste particular, é conveniente registrar que no dia 16 de abril de 1998, o MERCOSUL, no gozo das atribuições que lhe foram conferidas pelo “Protocolo de Ouro Preto”, celebrou com a CAN um “Acordo Quadro” para a criação de uma zona de livre comércio entre ambos os blocos⁷⁰. No dia 24 de julho daquele mesmo ano foi assinado o “Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile” (ARGENTINA, 1998) que – em conformidade com a “Declaração Presidencial de las Leñas”, de 27 de junho de 1992 –, introduz, por meio do seu art. 1º⁷¹, a “cláusula democrática” como instrumento essencial para a existência e o desenvolvimento do bloco. Ademais, o Protocolo previa, também, o estabelecimento de um acordo de cooperação e paz entre o MERCOSUL e seus membros associados.

Por ser considerada a terceira maior economia da América do Sul, a entrada da Venezuela no MERCOSUL foi percebida como uma grande oportunidade de ampliação da influência do bloco econômico sul-americano nos foros multilaterais internacionais. No dia 4 de julho de 2006 a Venezuela assinou um “Protocolo de Adesão” ao bloco se tornando um membro associado do grupo.

Apesar da entrada da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL ter sido ratificada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, é importante mencionar que por causa da recusa do senado paraguaio em ratificar o “Protocolo de Adesão” venezuelano, sua entrada como membro pleno no bloco foi dificultada, pois de acordo com esse Protocolo o país só

⁶⁹ De acordo com sítio eletrônico do MERCOSUL (2016), os países associados ao bloco são os seguintes: “o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004). Guiana e Suriname tornaram-se Estados Associados em 2013”. Ademais, “o bloco passou pela primeira ampliação desde sua criação, com o ingresso definitivo da Venezuela como Estado Parte [em 2012]. No mesmo ano, foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, que, uma vez ratificado pelos congressos dos Estados Partes, fará do país andino o sexto membro pleno do bloco”. Desse modo, “todos os países da América do Sul fazem parte do MERCOSUL, seja como Estados Parte, seja como Associado” – Informação disponível no sítio eletrônico do MERCOSUL, conforme referência bibliográfica – (MERCOSUL, 2016).

⁷⁰ A alínea *a* do art. 1º desse Acordo estabelece como um de seus objetivos a criação de uma “área de livre comércio entre as Partes Contratantes, mediante a expansão e diversificação do intercâmbio comercial e a eliminação dos gravames e das restrições que afetam o comércio recíproco” (ACORDO QUADRO PARA A CRIAÇÃO DA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO ENTRE O MERCOSUL E A COMUNIDADE ANDINA, 1998, p. 2).

⁷¹ De acordo com o art. 1º do Protocolo: “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo” (ARGENTINA, 1998, p. 1).

poderia ingressar como membro pleno no MERCOSUL quando o instrumento de adesão fosse aprovado pelo Congresso dos quatro países membros do bloco, também, por seu próprio Congresso. Portanto, a adesão da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL se tornou uma questão em suspenso, uma vez que dependia do consenso paraguaio.

Todavia, vale ressaltar que a posição contrária da ala conservadora paraguaia à adesão venezuelana foi duramente afetada pelo processo de *impeachment* do ex-presidente paraguaio Fernando Lugo, ocorrido no dia 22 de junho de 2012. Naquela ocasião, o Brasil, a Argentina e o Uruguai consideraram o processo que afastou o presidente paraguaio do poder ilegítimo porque não conferiu ao ex-presidente o direito de defesa. Assim, com base no art. 1º do “Protocolo de Ushuaia” (ARGENTINA, 1998) os três países invocaram a “cláusula democrática” do MERCOSUL e suspenderam a participação do Paraguai no bloco até as eleições de abril de 2013.

A suspensão do Paraguai criou as condições ideais para que o “Protocolo de Adesão” venezuelano fosse aprovado uma vez que a Venezuela já havia sido aceita no MERCOSUL pelos demais países membros desde 2006. Assim sendo, os governos do Brasil, da Argentina e do Uruguai se reuniram em Brasília na chamada “Reunião Extraordinária de Cúpula” para oficializar, no dia 12 de agosto de 2012, a entrada da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL.

2.3 DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)

No han de ser la General Motors y la IBM las que tendrán la gentileza de levantar, en lugar de nosotros, las viejas banderas de unidad y emancipación caídas en la pelea, ni han de ser los traidores contemporáneos quienes realicen, hoy, la redención de los héroes ayer traicionados⁷² (GALEANO, 1991, p.436).

No contexto dos festejos comemorativos dos 500 anos da descoberta do Brasil e a convite do então presidente Fernando Henrique Cardoso, teve lugar em Brasília, entre os dias 30 de agosto e 1º de setembro de 2000, a realização da I Reunião de Cúpula de Países

⁷² “Não hão de serem a General Motors e a IBM as que terão a bondade de erguer, em nosso lugar, as velhas bandeiras de unidade e emancipação caídas na batalha, nem hão de serem os traidores contemporâneos que realizem, hoje, a redenção dos heróis anteriormente traídos”. Tradução nossa.

da América do Sul⁷³. No decorrer desta Reunião, tal qual posto por Galeano (1991) na citação em epígrafe, os doze países participantes reconheceram a importância e urgência de criar mecanismos regionais que viabilizassem o desenvolvimento da América do Sul, por meio de uma necessária integração física regional. Neste sentido, o governo brasileiro lançou, no decorrer desta Reunião, a proposta da iniciativa da IIRSA, como sendo a plataforma necessária para o desenvolvimento de qualquer projeto futuro de integração na região.

Sob esta perspectiva, pode-se dizer que a IIRSA surgiu como uma opção plausível de integração sul-americana e que:

A visão da infraestrutura como elemento-chave de integração é baseada na noção de que o desenvolvimento sinérgico do transporte, da energia e das comunicações pode gerar um impulso decisivo para a superação das barreiras geográficas, a aproximação dos mercados e a promoção de novas oportunidades econômicas, desde que seja desenvolvido em um contexto de abertura comercial e de investimentos, bem como de harmonização e convergência regulatória. Além disso, a melhoria da infraestrutura deve ser considerada como parte de um processo mais amplo que seja vetor do desenvolvimento sustentável e gerador de emprego e renda para as populações envolvidas (CCT-IIRSA, 2011, p. 16).

Em outras palavras, a proposta visava promover uma efetiva coordenação de políticas entre os países da região e os blocos regionais existentes nas questões de transportes, energia, telecomunicações – consideradas o tripé de sustentação da iniciativa – e o desenvolvimento de mecanismos de financiamento dos projetos de integração infraestrutural por meio do apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁷⁴, da *Corporación Andina de Fomento (CAF)*⁷⁵ e do *Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)*⁷⁶.

⁷³ Participaram dessa Reunião: a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Paraguai, o Peru, o Suriname, o Uruguai e a Venezuela.

⁷⁴ O Banco é considerado a principal fonte de financiamento multilateral em 26 países da América Latina e do Caribe, seu objetivo principal, em respeito à seção 1ª do art. 1º de seu “Convênio Constitutivo”, é apoiar “o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo” da região (BID, 1959, p. 5).

⁷⁵ Segundo informações registradas no sítio eletrônico da CAF (2016), no dia 07 de fevereiro de 1968 foi assinado, na capital colombiana de Bogotá, o “Convênio Constitutivo” que criou a CAF. Em realidade, a CAF é um banco de desenvolvimento composto pelos seguintes países da América Latina: Argentina; Barbados; Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Costa Rica; Equador; Jamaica; México; Panamá; Paraguai; Peru; República Dominicana; Trinidad e Tobago; Uruguai; e, Venezuela. Além da participação da Espanha e de Portugal, a CAF conta, também, com a participação de diversos bancos privados da região. A CAF encontra-se sediada na capital venezuelana de Caracas. Além disso, o art. 3º do Convênio estabelece que: “La Corporación tiene por objeto promover el desarrollo sostenible y la integración

No caso do BID é importante destacar que a ideia de criar uma instituição cujo principal objetivo fosse criar condições de promoção do desenvolvimento da América Latina, por meio das relações comerciais, surgiu em 1890 por ocasião da I Conferência Pan-Americana⁷⁷ realizada na cidade de Washington DC. Entretanto, foram necessárias quase sete décadas para que essa ideia se tornasse realidade. Deste modo, destaca-se que, sob a influência de uma proposta feita pelo então presidente brasileiro Juscelino Kubitschek de criação de um instrumento de financiamento para as iniciativas de desenvolvimento, a OEA redigiu, em 8 de abril de 1959, o “Convênio Constitutivo” que criou formalmente o BID (BID, 1959).

No caso da CAF, destaca-se o seu papel como importante instituição financeira multilateral comprometida com o desenvolvimento sustentável e a integração regional, pilares de sua missão. Em outras palavras, a CAF, conforme informações colhidas em seu sítio eletrônico, “promove um modelo de desenvolvimento sustentável através de operações de crédito, recursos não reembolsáveis e apoio em estruturação técnica e

regional, mediante la prestación de servicios financieros múltiples a clientes de los sectores público y privado de sus Países Accionistas” (COLOMBIA, 1968, p. 9). “A Corporação tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável e a integração regional, mediante a prestação de múltiplos serviços financeiros a clientes dos setores público e privado de seus Países Acionistas”. Tradução nossa.

⁷⁶ No dia 20 de maio de 1968 os Chanceleres da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai assinaram a “Ata de Santa Cruz de la Sierra” que deu “inicio al proceso de integración, coordinación y armonización de la sub-región”. Em 23 de abril de 1969, por ocasião da realização da I Reunião Ordinária dos Chanceleres, ocorrida na cidade de Brasília, os Chanceleres dos países da Bacia do Rio da Prata assinaram o “Tratado da Bacia do Prata” que entrou em vigor no 14 de agosto do ano seguinte. No dia 6 de junho de 1971 teve lugar na cidade paraguaia de Assunção a IV Reunião dos Chanceleres dos países platinos que resultou na decisão conjunta de “crear una entidad con Personería Jurídica Internacional que se denominaría: Fondo Financiero para el Desarrollo de los Países de la Cuenca del Plata, FONPLATA”. Além disso, é importante mencionar que foi no decorrer da VI Reunião, ocorrida na capital portenha no dia 12 de junho de 1974, que, em conformidade com o art. 1º do Convênio Constitutivo do Fundo, “los Cancilleres suscribieron el Convenio Constitutivo de FONPLATA como una persona de naturaleza jurídica internacional de duración ilimitada” (FONPLATA, 2016). “início ao processo de integração, coordenação e harmonização da sub-região”. [...] “criar uma entidade com Personalidade Jurídica Internacional denominada: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Plata, FONPLATA”. [...] “os Chanceleres subscreveram o Convênio Constitutivo do FONPLATA como uma pessoa de natureza jurídica de duração ilimitada”. Tradução nossa.

⁷⁷ Segundo dispõe o CPDOC-FGV (FGV, 2016a), em seu sítio eletrônico: “Seis Conferências Internacionais de Estados Americanos, frequentemente referidas como Conferências Pan-Americanas, foram realizadas durante o período da Primeira República (1889-1930): a primeira em Washington DC. (1889-1890); a segunda na Cidade do México (1901-1902); a terceira no Rio de Janeiro (1906); a quarta em Buenos Aires (1910); a quinta, após um intervalo de quase 13 anos, devido sobretudo à Primeira Guerra Mundial, em Santiago de Chile (1923); e a sexta em Havana (1928). O Brasil participou de todas as seis Conferências Pan-Americanas, bem como das quatro realizadas mais tarde – em Montevidéu (1933), Lima (1938) e, depois da Segunda Guerra Mundial, em Bogotá (1948) e Caracas (1954)”. O principal objetivo da Conferência de 1889-1890 era “criar, sob a liderança norte-americana, uma aliança informal das ‘nações da América’ que promoveria a solução pacífica das disputas e o comércio inter-regional” (FGV, 2016a).

financeira de projetos dos setores público e privado da América Latina” (CAF, 2016). A Corporação iniciou suas atividades em 1970 e é a principal fonte de financiamento multilateral para a região andina e a principal fonte de financiamento na área de infraestrutura na América Latina de modo que sua presença se faz sentir, principalmente, nos projetos que visam à integração regional. A CAF tem representações em Buenos Aires, La Paz, Brasília, Bogotá, Quito, Lima e Madrid.

O FONPLATA, por sua vez, começou a operar em 1977 e, de acordo com informações disponíveis em seu sítio eletrônico, estabeleceu “[...] inicialmente su base de operaciones en la ciudad de Sucre (Bolivia) [...], [mas] [...] [en] diciembre de 2002 [...] [passou a ter] la ciudad de Santa Cruz de la Sierra como Sede permanente”⁷⁸ (FONPLATA, 2016). Ademais, é importante mencionar que o Fundo, atendendo as diretrizes do 3º⁷⁹ de seu “Convênio Constitutivo”, se consolidou como importante organismo financeiro multilateral que presta um relevante apoio técnico e financeiro para realização de estudos, projetos, programas, obras e iniciativas que tenham como principal intuito a promoção do desenvolvimento harmônico e a integração física dos países da Bacia do Rio da Prata.

Portanto, o apoio destas instituições multilaterais de financiamento foi considerado de extrema importância para o efetivo sucesso da IIRSA. Além disso, vale ressaltar que o lançamento da IIRSA representou o primeiro passo dado na direção de uma integração regional de cunho energético, pois, conforme citado anteriormente, o tema energia foi concebido como sendo um dos pilares de sustentação desta Iniciativa. Assim sendo, esta tese defende que a proposta da IIRSA significou o reconhecimento, por parte dos governos dos países da região, de que não é possível pensar em integração sul-americana sem antes pensar em integração energética.

⁷⁸ “[...] inicialmente sua base de operações na cidade de Sucre (Bolívia) [...], [mas] [...] [em] dezembro de 2002 [...] [passou a ter] a cidade de Santa Cruz de la Sierra como Sede permanente”. Tradução nossa.

⁷⁹ O art. 3º do Convênio Constitutivo do Fundo estabelece que: “El objeto del Fondo será financiar, dentro de los términos del Artículo I del Tratado de la Cuenca del Plata, la realización de estudios, proyectos, programas y obras, tendientes a promover el desarrollo armónico y la integración física de la Cuenca del Plata, destinando a tales efectos sus recursos propios y los que gestione y obtenga de otras fuentes de financiamiento, en la forma prevista en los incisos b) y c) del Artículo 4º” (CONVÊNIO CONSTITUTIVO-FONPLATA, 1968, p. 9). “O objetivo do Fundo será financiar, de acordo com os termos colocados pelo art. 1º do Tratado da Bacia do Plata, a realização de estudos, projetos, programas e obras, que visem à promoção do desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Plata, destinando para isso recursos próprios e gerenciar os recursos venha a obter de outras fontes de financiamento, de acordo com o previsto nas alíneas *b* e *c* do art. 4º”. Tradução nossa.

A II Reunião de Cúpula de Países da América do Sul foi realizada entre os dias 26 e 27 de julho de 2002 na Capital do Equador, Guayaquil, e resultou na celebração do “Consenso de Guayaquil sobre Integração, Segurança e Infraestrutura para o Desenvolvimento”. Nesta Reunião, os presidentes sul-americanos, em conformidade com o § 5º⁸⁰ desse Consenso, reiteraram que “é vontade da América do Sul construir de maneira coordenada um espaço integrado, mediante o fortalecimento das conexões físicas e da harmonização dos marcos institucionais, normativos e regulatórios” (QUINTANAR; LOPEZ, 2003, p. 214). Além disso, Quintanar e Lopez (2003) destacam que na proposição de estratégias de desenvolvimento os governos dos países da América do Sul deveriam, enquanto grupos de interesse e em observância ao § 6º⁸¹ do “Consenso de Guayaquil”, procurar estabelecer pontes de contato entre infraestrutura e desenvolvimento⁸².

⁸⁰ O § 5º do Consenso estabelece que: “En el contexto de la Convocatoria del Presidente Gustavo Noboa, destacaron que es voluntad de América del Sur, fiel al mandato de sus Libertadores y a su identidad como región con historia común y herencia cultural compartida, construir de manera coordinada un espacio integrado, mediante el fortalecimiento de las conexiones físicas y la armonización de los marcos institucionales, normativos y regulatorios. La consolidación de este objetivo permitirá que la región participe más ampliamente en las corrientes internacionales de capital, bienes, servicios y tecnología, ya que su geografía constituye una extraordinaria base física para la intensificación de los esfuerzos de integración productiva, comercial y de infraestructura” (ECUADOR, 2002, sem página). “No contexto da Convocação feita pelo Presidente Gustavo Noboa, destacaram que é vontade da América do Sul, fiel aos ideais de seus Libertadores e a sua identidade como região com uma história comum e herança cultural compartilhada, construir de maneira coordenada um espaço integrado, mediante o fortalecimento das conexões físicas e da harmonização dos marcos institucionais, normativos e regulatórios. A consolidação deste objetivo permitirá que a região participe mais amplamente das correntes internacionais de capital, bens, serviços e tecnologia, já que sua geografia possui uma extraordinária base física para a intensificação dos esforços de integração produtiva, comercial e de infraestrutura”. Tradução nossa.

⁸¹ O § 6º do “Consenso de Quaiquil” coloca que, no decorrer da II Reunião de Cúpula, os governantes dos países da América do Sul: “Reiteraron, en este contexto, la importancia de la ampliación y fortalecimiento de la infraestructura regional como factor esencial para la integración del espacio económico de América del Sur y el desarrollo de sus países, al mitigar la pobreza e incorporar a los individuos, particularmente de los sectores marginados o más vulnerables, a los beneficios de la sociedad moderna. En esta perspectiva, reconocieron que la interrelación entre infraestructura y desarrollo debe ser explorada según una visión estratégica sudamericana, bajo el principio de regionalismo abierto, condicionada a los resultados del análisis de cinco principios básicos: a) perspectiva geo-económica; b) sostenibilidad social; c) eficiencia económica; d) sustentabilidad ambiental; y e) desarrollo institucional” (ECUADOR, 2002, sem página). “Reiteraram, neste contexto, a importância da ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional como fator determinante para a integração do espaço econômico da América do Sul e o desenvolvimento de seus países, ao mitigar a pobreza e incorporar os indivíduos, particularmente aos setores marginalizados ou mais vulneráveis, aos benefícios da sociedade moderna. Sob esta perspectiva, eles reconheceram que a relação entre infraestrutura e desenvolvimento deve ser explorada segundo uma visão estratégica sul-americana, sob o princípio do regionalismo aberto, condicionada aos resultados da análise de cinco princípios básicos: a) perspectiva geoeconômica; b) sustentabilidade social; c) eficiência econômica; d) sustentabilidade ambiental; e, e) desenvolvimento institucional”. Tradução nossa.

⁸² Neste ponto, é interessante sublinhar que na visão dos autores, a “estratégia deve ser lida como uma programação de longo prazo, como um caminho de transição dos países sul-americanos para um futuro desejável, uma determinada visão de desenvolvimento nacional e regional vinculada com o sistema

Por ocasião da realização da III Reunião de Cúpula de Países da América do Sul, realizada na cidade peruana de Cusco, foi assinado, no dia 8 de dezembro de 2004, a “Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações” na qual os presidentes dos países da América do Sul inspirados pela história dos “heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios de seus povos a favor da integração, unidade e construção de um futuro comum” (PERU, 2004b, p. 1), decidiram criar a CASA. O estabelecimento da CASA materializou fisicamente uma proposta de integração que representava o desejo dos presidentes da América do Sul em instituir:

[...] um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma perspectiva sub-regional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais (PERU, 2004b, p. 3).

Para tanto, a “Declaração de Cusco” colocou como meta principal para os seus países membros que eles deveriam, no decorrer do processo de formação desse espaço sul-americano integrado, buscar desenvolver e aperfeiçoar os seguintes temas em suas relações externas: concertação e coordenação política e diplomática; promoção de uma zona de livre comércio entre o MERCOSUL, a CAN e o Chile; promoção da integração física, energética e de comunicações; promoção da cooperação horizontal nas áreas da ciência, da educação e da cultura; e, promoção da interação entre empresas e sociedade civil.

Ainda no contexto da III Reunião de Cúpula, os presidentes sul-americanos assinaram no dia 9 de dezembro de 2004, na cidade de Ayacucho, a “Declaração de Ayacucho” que, por meio do seu § 8º, reiterava os compromissos firmados em Brasília no ano de 2002. Ou seja, as propostas, princípios e objetivos da IIRSA – como, por exemplo, a convergência dos processos de integração existentes na América do Sul –, foram aproveitadas e diluídas no interior da CASA. Além disso, é importante frisar que a

internacional. A visão estratégica sul-americana subordina os interesses nacionais estreitos, inserindo-os em um marco de definição mais amplo de interesse nacional. A concepção estratégica envolve a definição de metas e objetivos; o estabelecimento de cursos de ação ou caminhos através dos quais se chegará a tais metas; e os recursos que serão usados, entendidos no seu mais amplo espectro: econômicos, políticos, diplomáticos, militares, de informação, tecnológicos e outros” (QUINTANAR; LOPEZ, 2003, p. 220).

“Declaração de Ayacucho” estabeleceu, para o ano seguinte, a agenda de discussões sobre desenvolvimento econômico e social a ser cumprida por seus signatários (PERU, 2004a).

Neste particular, cumpre dizer que entre os dias 29 e 30 de dezembro de 2005 foi realizada em Brasília a I Reunião de Chefes de Estado da CASA. Naquela ocasião, os chefes de Estado dos países da América do Sul – com base na proposição de que o espírito da CASA “é o entendimento político e a integração econômica e social dos povos da América do Sul” (BRASIL, 2005, p. 1) e com as certezas de que ela “fortalecerá a identidade da América do Sul e contribuirá, em coordenação com outras experiências de articulação regional e sub-regional, para o fortalecimento da integração dos povos da América Latina e do Caribe” (BRASIL, 2005, p. 1) e que “A associação recíproca dos Estados Partes do MERCOSUR e da CAN, assim como a associação do Suriname, da Guiana e do Chile, são essenciais para a conformação da Comunidade Sul-americana de Nações” (BRASIL, 2005, p. 2) – aprovaram os documentos intitulados de “Declaração Presidencial e Agenda Prioritária” e “Programa de Ação” que, juntos, estabeleceram um conjunto de medidas que conferiram à Comunidade Sul-Americana uma estrutura organizacional básica⁸³, delimitou as áreas prioritárias⁸⁴ de atuação da instituição no processo de formação do espaço regional integrado e determinou “as tarefas a serem executadas durante a Secretaria Pro Tempore Brasileira” (TAUNAY FILHO, 2008, p. 22). Ao final dessa Reunião de Chefes de Estado, outros documentos mais específicos, conforme lembra Taunay Filho (2008), foram aprovados⁸⁵. A CASA esteve sob a liderança

⁸³ A título de exemplo, os parágrafos 7º e 8º da seção *Organização* desse documento estipulam, respectivamente, que a CASA: “estabelecer-se-á com base na institucionalidade existente, evitando a duplicação e superposição de esforços, sem novos gastos financeiros, estabelecendo coordenação entre as Chancelarias, com o apoio dos organismos de integração existentes e aperfeiçoando seu funcionamento”; e, que “As Reuniões de Chefes de Estado constituem a instância máxima da condução política da Comunidade. Elas serão anuais, realizar-se-ão em todos os países membros, preferencialmente em ordem alfabética” (As citações diretas desta nota de rodapé foram retiradas de BRASIL, 2005, p. 3).

⁸⁴ O § 16º da seção **Agenda Prioritária** da Declaração coloca que: “As áreas de ação prioritária da Comunidade [Sul-Americana] de Nações são: o diálogo político; a integração física; o meio ambiente; a **integração energética**; os mecanismos financeiros sul-americanos; as assimetrias; a promoção da coesão social, da inclusão social e da justiça social; e, as telecomunicações” (BRASIL, 2005, p. 5, grifo nosso).

⁸⁵ São eles: “Declaração sobre a Convergência dos Processos de Integração da América do Sul; Declaração sobre Integração na Área de Infraestrutura; Decisão sobre Propostas Apresentadas Durante o Diálogo Presidencial; Decisão sobre Propostas dos Presidentes do Uruguai e da Venezuela; Declaração sobre o Seguimento da Cúpula América do Sul-Países Árabes; Declaração sobre a Cúpula Comunidade Sul-Americana de Nações-União Africana; e Declaração Conjunta sobre a Colômbia. Os Presidentes também referendaram, na ocasião, a Declaração de Caracas no Âmbito da I Reunião dos Ministros de Energia da Comunidade Sul-Americana de Nações e a Declaração sobre Segurança Cidadã na América do Sul, ambas aprovadas em nível ministerial” (TAUNAY FILHO, 2008, p. 22).

conjunta do Brasil, da Argentina e da Venezuela e era formada pelo conjunto de todos os países da América do Sul.

Entre os dias 16 e 17 de abril de 2007 foi realizada na cidade venezuelana de *Isla Margarita* a I Cúpula Energética da CASA que contou com a participação de presidentes e representantes de 13 países⁸⁶ e resultou na assinatura da “Declaração de Margarita”. Na Cúpula de *Isla Margarita* o tema energia foi retomado pelos presidentes e representantes dos países sul-americanos⁸⁷ que, à luz de diversas perspectivas de desenvolvimento, discutiram as possibilidades de cooperação regional nas áreas de petróleo, GN, biocombustíveis, eletricidade e energias alternativas.

Neste sentido, esta pesquisa ressalta que a realização da Cúpula Energética permitiu que, pela primeira vez, os presidentes e representantes dos países da América do Sul se encontrassem para discutir, prioritariamente, questões ligadas ao tema energia. Ademais, convém mencionar que, por meio dos parágrafos 2º⁸⁸, 3º⁸⁹ e 5º⁹⁰ da “Declaração de

⁸⁶ Participaram da Cúpula Energética de 2007: 8 presidentes (Néstor Kirchner, da Argentina; Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil; Evo Morales, da Bolívia; Álvaro Uribe, da Colômbia; Michelle Bachelet, do Chile; Rafael Correa, do Equador; Nicanor Duarte, do Paraguai; e, Hugo Chávez, da Venezuela); 1 vice-presidente (Rodolfo Nin Novoa, do Uruguai); 1 ministro (Gregory Rusland, do Suriname); 1 primeiro ministro (Sam Hinds, da Guiana); e, 2 países observadores (México e República Dominicana). O presidente peruano Alan Garcia não participou da Cúpula de *Isla Margarita*.

⁸⁷ É importante destacar que, conforme registra o livro “Comunidade Sul-Americana de Nações: documentos” da FUNAG (2005), a I Cúpula Energética da CASA se inseriu em uma trajetória histórica que envolve as seguintes tratativas: a assinatura, no âmbito da OLADE, em outubro de 2003 da Resolução sobre Integração Energética nº XXXIV/D/420; a Declaração da I Reunião de Ministros de Energia de América do Sul sobre Energia que lançou, no dia 29 de outubro de 2004, a proposta de criação da PETROSUR; o lançamento da base conceitual, em 10 de maio de 2005, para formação do Secretariado da PETROSUR; a assinatura, no dia 10 de agosto de 2005, do Acordo de Adesão do Uruguai à Secretaria da PETROSUR; a emissão no dia 29 de junho de 2005 da Declaração de PETROCARIBE; a realização em 22 de agosto de 2005 da II Reunião de Ministros de Energia do MERCOSUL; a Declaração de Caracas no âmbito da I Reunião de Ministros da Energia da Comunidade Sul-Americana de Nações de 26 de setembro de 2005; e, a Declaração Presidencial sobre Integração Energética Sul-Americana de 09 de dezembro de 2006.

⁸⁸ O § 2º dessa Declaração coloca que: “la integración energética de la Comunidad Suramericana de Naciones debe ser utilizada como una herramienta importante para promover el desarrollo social, económico y la erradicación de la pobreza. En este sentido, reiteran el compromiso con la universalización del acceso a la energía como un derecho ciudadano” (VENEZUELA, 2007, p. 1). “a integração energética da Comunidade Sul-Americana de Nações deve ser usada como uma ferramenta importante para promover o desenvolvimento social, econômico e a erradicação da pobreza. Neste sentido, reiteram o compromisso com a universalização do acesso a energia como um direito cidadão”. Tradução nossa.

⁸⁹ O seu § 3º destaca que: “FORTALECER las relaciones existentes entre los países miembros de la Comunidad Suramericana de Naciones, sobre la base del uso sostenible de sus recursos y potencialidades energéticas, aprovechando así las complementariedades económicas para disminuir las asimetrías existentes en la región y avanzar hacia la unidad suramericana” (VENEZUELA, 2007, p. 1). “FORTALECER as relações existentes entre os países membros da Comunidade Sul-Americana de Nações, sobre o princípio do uso sustentável de seus recursos e potencialidades energéticas, aproveitando

Margarita”, os participantes da Reunião de Cúpula estabeleceram, como ponto de convergência entre eles, que o uso sustentável dos recursos energéticos disponíveis na região deveria se constituir como um dos principais instrumentos de integração, de redução de assimetrias e de desenvolvimento regional. Deste modo, pode-se dizer que foi nessa Reunião de Cúpula que os líderes sul-americanos desenharam as estratégias de desenvolvimento regional com base no reconhecimento de que a integração da América do Sul pela via energética constitui um dos principais eixos estruturais na construção de um futuro espaço de unidade sul-americana.

Sob esta perspectiva, Fiori (2007) chama atenção para o fato de que a complementação energética entre os países da América do Sul com o objetivo de estabelecer “[...] una sistematización y evaluación del balance energético suramericano con el fin de proyectar una matriz energética regional, identificar opciones de integración energética, y fomentar proyectos de integración de la Comunidad Suramericana de Naciones”⁹¹ (VENEZUELA, 2007, p. 1) encontra plausibilidade de execução por causa tanto de seu enorme potencial regional de complementação energética⁹² quanto das iniciativas de cooperação energética e de infraestrutura existentes na região – como, por exemplo, os gasodutos Yabog e GASBOL e as usinas hidrelétricas binacionais de Salto Grande⁹³, Yacyretá⁹⁴ e Itaipu – e do enorme potencial da Venezuela e do Brasil como maiores produtores de petróleo e etanol da região, respectivamente.

assim as complementariedades econômicas para reduzir as assimetrias existentes na região e avançar na direção da unidade sul-americana”. Tradução nossa.

⁹⁰ O § 5º dessa Declaração estabelece que: “PROMOVER a través de inversiones conjuntas el desarrollo y expansión de la infraestructura de integración energética de la región, con el objetivo primordial de que los recursos de los países productores lleguen a toda la región Suramericana y coadyuven a la equidad y justicia social” (VENEZUELA, 2007, p. 1). “PROMOVER por meio de investimentos conjuntos o desenvolvimento e expansão da infraestrutura de integração energética da região, com o objetivo principal de que os recursos dos países produtores cheguem a toda região sul-americana e contribua para a equidade e justiça social”. Tradução nossa.

⁹¹ “uma sistematização e avaliação do balanço energético sul-americano com o objetivo de projetar uma matriz energética regional, identificar opções de integração energética, e fomentar projetos de integração da Comunidade Sul-Americana de Nações”. Tradução nossa.

⁹² Conforme mencionado anteriormente, a América do Sul é uma região muito rica em diversos tipos de recursos energéticos. Estima-se que a hidrografia regional, por exemplo, possui um potencial de geração de energia elétrica equivalente a todas as reservas provadas de petróleo que existem no mundo.

⁹³ De acordo com informações disponibilizadas no sítio eletrônico da usina hidrelétrica de Salto Grande (2016), a construção do empreendimento, no Rio Uruguai, exigiu um esforço conjunto da Argentina e do Uruguai. Sua construção teve início no dia 1º de abril de 1974 e conclusão no dia 27 de maio de 1983. A usina de Salto Grande é considerada um importante símbolo de união entre os dois países.

⁹⁴ No dia 3 de dezembro de 1973, por ocasião da assinatura do Tratado de Yacyretá, os governos da Argentina e do Paraguai decidiram, conforme coloca o seu art. 1º, que: “Las Altas Partes Contratantes

Todavia, é necessário pontuar que a Cúpula Energética da CASA também registrou a existência de um ponto de divergência entre os governos do Brasil e da Venezuela acerca do estabelecimento das políticas energéticas regionais nos setores de Biocombustíveis e de infraestrutura. No primeiro caso, em função do desejo do governo brasileiro – impulsionado pelo anúncio feito pelo governo dos EUA da iniciativa “*Twenty In Ten*”⁹⁵ e pelo apoio dos governos da Colômbia e do Paraguai –, de expandir a produção e oferta do etanol sul-americano nos mercados energéticos internacionais. A crítica venezuelana sobre a intenção brasileira de produção maciça de etanol foi apoiada pelos governos de Cuba e da Bolívia e repousa no temor de que no decorrer deste processo o Brasil avance sobre terras de cultivo de alimentos ou de proteção ambiental. No segundo, por causa da recusa brasileira, apoiada pelo governo argentino, da proposta venezuelana de usar as reservas internacionais dos países da região para compor os fundos⁹⁶ do Banco do Sul e, também, da proposta de construção do “Grande Gasoduto do Sul”⁹⁷, uma vez que o governo brasileiro mostrou entusiasmo somente pelo trecho do projeto que beneficiaria a região Nordeste do país, ou seja, pelo trecho inicial do projeto.

realizarán, en común y de acuerdo con lo previsto en el presente Tratado, el aprovechamiento hidroeléctrico, el mejoramiento de las condiciones de navegabilidad del Río Paraná a la altura de la isla Yacyretá y, eventualmente, la atenuación de los efectos depredadores de las inundaciones producidas por crecidas extraordinarias” (PARAGUAY, 1973, p. 1). “As Altas Partes Contratantes realizarão, em comum e de acordo com o previsto no presente Tratado, o aproveitamento hidrelétrico, o melhoramento das condições de navegabilidade do Rio Paraná na altura da ilha de Yacyretá e, eventualmente, a atenuação dos efeitos danosos das inundações produzidas por enchentes repentinas”. Tradução nossa.

⁹⁵ No dia 23 de janeiro de 2007 o presidente dos EUA, George W. Bush anunciou o lançamento da iniciativa “*Twenty In Ten: Strengthening America’s Energy Security*” (“Vinte em Dez: Fortalecimento da Segurança Energética dos EUA”, em português) que tinha, conforme informa o “*The 2007 State Of The Union Address*”, o objetivo de garantir a segurança energética do país por meio do incentivo ao aumento da produção mundial de combustíveis alternativos ao petróleo. Para tanto, W. Bush “expects most of the expanded fuel standard to be met with domestically-produced alternative fuels. However, importing alternative fuels also increases the diversity of fuel sources, which further increases our energy security” (UNITED STATES, 2007, p. 7). “espera que a maior parte da expansão do combustível padrão resulte da sua mistura com combustíveis alternativos produzidos internamente. Contudo, a importação de combustíveis alternativos pode aumentar a disponibilidade de combustível disponível, o que pode aumentar ainda mais a nossa segurança energética”. Tradução nossa.

⁹⁶ Para encorajar os demais países da região, o governo venezuelano colocou US\$ 1 bilhão de dólares provenientes de suas reservas a disposição do Banco do Sul (CONFIRA..., 2007).

⁹⁷ A intenção do governo venezuelano era que o Gasoduto do Sul funcionasse como uma espécie de “Artéria da integração energética da América do Sul [...] [...] [Para tanto, previa-se que a construção do] gasoduto [iria exigir um] investimento de US\$ 20 bilhões. O primeiro trecho [teria] 5 mil quilômetros e capacidade de transporte de 50 [10⁶ m³/dia], pouco mais que o consumo do Brasil, [...] suprido pelo gás boliviano e a produção nacional. Engajado no projeto, o governo Lula não [escondeu] seu interesse exclusivo no primeiro trecho, que [cruzaria] a floresta amazônica e o sertão nordestino para levar o insumo de Mariscal Sucre (Venezuela) até Recife (PE)”. (CONFIRA..., 2007).

Apesar da divergência entre Brasil e Venezuela, a realização da Cúpula Energética foi considerada um importante passo para o futuro da América do Sul uma vez que o seu principal fruto resultou da proposta do governo brasileiro de ampliação da CASA para todo o conjunto de países da América do Sul. Deste modo, ao final da Cúpula de *Isla Margarita* os presidentes e representantes dos países da América do Sul mudaram o nome da CASA para UNASUL.

No dia 23 de maio de 2008 teve lugar em Brasília a I Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas⁹⁸, na qual, por meio da assinatura do “Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas”, a UNASUL foi, em conformidade com o art. 1º⁹⁹ desse Tratado, oficialmente criada. Neste sentido, pode-se dizer que:

La creación de Unasur, por lo tanto, fue una acción gubernamental, a cargo, sobre todo, del país con más potencial para explotar la interdependencia creciente en América del Sur, Brasil, que ha aprovechado ese incentivo económico para avanzar en su objetivo político de impulsar la integración en la región. Eso se refleja, por un lado, en la énfasis que el bloque ha conferido a las áreas política y estratégica y, por otro, en la preocupación con el desarrollo de la infraestructura regional, como medio de incrementar los intercambios económicos¹⁰⁰ (BOTELHO, 2013, p. 124-125).

Para tanto, o art. 2º do “Tratado Constitutivo da UNASUL” estabelece que:

A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural,

⁹⁸ Em conformidade com o recorte temporal proposto por esta pesquisa, Botelho (2013) destaca que foram realizadas, no âmbito da CASA, duas Reuniões Ordinárias de Chefes de Estado – uma em Brasília em 2005 e a outra em Cochabamba no ano de 2006 – e duas Reuniões Extraordinárias de Chefes de Estado – uma em Montevideo em 2005 e a outra na *Isla Margarita* no ano de 2007 –. No âmbito da UNASUL, por sua vez, foram realizadas duas Reuniões Ordinárias de Chefes de Estado – uma em Quito em 2009 e a outra em Georgetown no ano de 2010 – e sete Reuniões Extraordinárias de Chefes de Estado – uma em Brasília em 2008, outra em Santiago em 2008, outra em Salvador em 2008, outra em San Carlos de Bariloche em 2009, outra em Quito em 2010, outra em Los Cardeales em 2010 e uma última em Buenos Aires 2010.

⁹⁹ De acordo com esse artigo: “Os Estados Partes do presente Tratado decidem constituir a União de Nações Sul-americanas (UNASUL) como uma organização dotada de personalidade jurídica internacional” (BRASIL, 2008, p. 2).

¹⁰⁰ “A criação da UNASUL, por outro lado, foi uma ação governamental, a cargo, sobretudo, do país com mais potencial para explorar a crescente interdependência na América do Sul, Brasil, que tem aproveitado esse incentivo econômico para avançar em seu objetivo político de impulsionar a integração na região. Isso reflete, por um lado, na ênfase que o bloco tem conferido as áreas política e estratégica e, por outro, na preocupação com o desenvolvimento da infraestrutura regional, como forma de incrementar as trocas comerciais”. Tradução nossa.

social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a [infraestrutura], o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados (BRASIL, 2008, p. 2).

No entanto, vale ressaltar que o espírito de otimismo em torno dos projetos de cooperação energética que motivaram a criação da UNASUL logo sofreu duros choques de realidade no sentido de que em seu processo de consolidação, além de ter que lidar com as resistências emanadas dos países sul-americanos¹⁰¹ que assinaram diversos acordos de livre comércio com os EUA¹⁰², teve que lidar também com a resistência dos países – como, por exemplo, a Argentina – que priorizam “o fortalecimento do MERCOSUL [...] [...] [Pois, para estes países] o Brasil estaria ‘trocando’ o MERCOSUL pela UNASUL” (GUIMARÃES, 2007, p. 181). Neste ponto, é necessário destacar que os intentos da proposta brasileira, bem como o papel do Brasil a frente desse processo de integração regional, foi questionado por alguns países da região – como, por exemplo, a Bolívia e o Paraguai – que “[consideravam] ser necessária a criação de uma organização mais audaciosa [do que a UNASUL]” (GUIMARÃES, 2007, p. 181). Para estes países, a proposta brasileira deveria ter na solidariedade e na cooperação entre seus membros os pilares de sustentação de princípios que deveriam ultrapassar as fronteiras, próprias dos blocos econômicos, das preferências meramente comerciais, dos projetos de investimentos e do livre comércio. Em outras palavras, para estes países a UNASUL deveria ter um caráter mais social do que econômico¹⁰³.

¹⁰¹ Neste sentido, cumpre dizer que “as diferenças de visões em relação às negociações comerciais com os Estados Unidos constituem o principal elemento divisor em termos das políticas comerciais dos países sul-americanos. De um lado estão os países que vêm os acordos comerciais com os países desenvolvidos, especialmente com os Estados Unidos, como uma oportunidade para seus projetos de desenvolvimento (Chile, Colômbia, Peru, Equador e Uruguai). No lado oposto, estão os que rejeitam acordos com os norte-americanos como ameaça à soberania e à capacidade de implementação de políticas de desenvolvimento autônomas: Argentina, Brasil e Venezuela” (RIOS; VEIGA, 2006, p. 9).

¹⁰² E, mais recentemente, com a adesão do Chile e do Peru ao “Tratado de Livre Comércio Trans-Pacífico [TTP]” (“*Trans-Pacific Partnership Agreement*” – TPP, em inglês). Além dos dois países sul-americanos, o Tratado foi assinado pelos seguintes países: Estados Unidos; Austrália; Brunei; Canadá; Japão; Malásia; México; Nova Zelândia; Cingapura; e, Vietnã.

¹⁰³ Neste particular, é importante destacar a pertinência desse tipo de reivindicação, pois nos processos de integração regional, “[...] os países, necessitam fortemente, em certo momento da sua evolução, de um esforço concentrado na criação de uma identidade própria” (FLÔRES JUNIOR, 2007, p. 36) o que tem como reflexo a percepção de legitimidade das decisões tomadas pelas instituições provenientes destes mecanismos de integração.

Em função disso, é importante assinalar que a crítica feita à proposta brasileira de integração regional desconsidera o fato de que das 21 alíneas do art. 3º que versa sobre os objetivos específicos da UNASUL, 11 delas tratam de questões de cunho social¹⁰⁴. Logo, o argumento avesso à iniciativa brasileira é deficiente de argumentos, pois não possui elementos concretos de sustentação.

Em observação ao § 7º¹⁰⁵ do preâmbulo do “Tratado Constitutivo da UNASUL”, Espinosa (2001) e Botelho (2013) pontuam que a crítica dos países que defendem o fortalecimento do MERCOSUL em detrimento da criação de novos blocos econômicos na região também não possui fundamentos concretos de sustentação, uma vez que, do ponto de vista do governo brasileiro, o MERCOSUL tem sido e continua sendo um fator dinamizador da integração sul-americana.

Neste particular, cumpre dizer que a UNASUL, em seu “Tratado Constitutivo”, reconheceu, como um de seus objetivos específicos, a importância da “integração energética para o aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da região”

¹⁰⁴ São elas: a alínea *b* que anuncia que “o desenvolvimento social e humano com [equidade] e inclusão para erradicar a pobreza e superar as desigualdades na região”; a alínea *c* que propõe “a erradicação do analfabetismo, o acesso universal a uma educação de qualidade e o reconhecimento regional de estudos e títulos”; a alínea *h* que defende “o desenvolvimento de mecanismos concretos e efetivos para a superação das assimetrias, alcançando assim uma integração [equitativa]”; a alínea *i* que versa sobre “a consolidação de uma identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado Membro residentes em qualquer outro Estado Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana”; a alínea *j* que intenciona assegurar “o acesso universal à seguridade social e aos serviços de saúde”; a alínea *k* que pretende estabelecer “a cooperação em matéria de migração, com enfoque integral e baseada no respeito irrestrito aos direitos humanos e trabalhistas para a regularização migratória e a harmonização de políticas”; a alínea *l* que coloca “a cooperação econômica e comercial para avançar e consolidar um processo inovador, dinâmico, transparente, [equitativo] e equilibrado que contemple um acesso efetivo, promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômico que supere as assimetrias mediante a complementação das economias dos países da América do Sul, assim como a promoção do bem-estar de todos os setores da população e a redução da pobreza”; a alínea *o* que versa sobre “a promoção da diversidade cultural e das expressões da memória e dos conhecimentos e saberes dos povos da região, para o fortalecimento de suas identidades”; a alínea *p* que visa promover “a participação cidadã, por meio de mecanismos de interação e diálogo entre a UNASUL e os diversos atores sociais na formulação de políticas de integração sul-americana”; a alínea *q* que pretende promover “a coordenação entre os organismos especializados dos Estados Membros, levando em conta as normas internacionais, para fortalecer a luta contra o terrorismo, a corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas, o tráfico de armas pequenas e leves, o crime organizado transnacional e outras ameaças, assim como para promover o desarmamento, a não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa e a deminagem”; e, por fim, a alínea *t* que visa estabelecer “a cooperação para o fortalecimento da segurança cidadã” (Todas as citações diretas desta nota de rodapé foram retiradas de BRASIL, 2008, p. 2-4).

¹⁰⁵ Este parágrafo coloca que: “a integração sul-americana deve ser alcançada através de um processo inovador, que inclua todas as conquistas e avanços obtidos pelo MERCOSUL e pela CAN, assim como a experiência de Chile, Guiana e Suriname, indo além da convergência desses processos” (BRASIL, 2008, p. 1-2).

(BRASIL, 2008, p. 3), o que torna evidente a compatibilidade da UNASUL com as iniciativas de integração e com os compromissos sociais assumidos anteriormente.

Todavia, é importante mencionar que o surgimento da Aliança do Pacífico¹⁰⁶, em 6 de junho de 2012, também colocou sérios desafios para a unidade e desenvolvimento da UNASUL. Isso porque, os países membros da Aliança, em conformidade com o exposto no art. 3º¹⁰⁷ do seu Acordo Constitutivo, devem buscar estabelecer um espaço de integração profunda voltada para a área Ásia-Pacífico. Além disso, é necessário colocar em relevo que três dos doze países membros da União Sul-Americana, são membros fundadores desta Aliança – Chile, Colômbia e Peru – e outros três participam dela na condição de membros observadores – Equador, Paraguai e Uruguai.

Em resumo, pode-se dizer que a noção de que o sucesso da integração sul-americana passa pela integração energética se materializou na realização da I Reunião de Cúpula Energética, em 2007. Entretanto, a aproximação dos países sul-americanos, nas questões de aproveitamento e complementação energética, deve levar em consideração o fato de que diversos grupos de interesse atuam na elaboração das políticas energéticas nacionais e regionais de acordo com prioridades definidas e influenciadas pela lógica econômica dos ganhos comerciais.

¹⁰⁶ No dia 6 de junho de 2012, os governantes do Chile, Colômbia, México e Peru se reuniram na cidade chilena de Paranal para celebrar o Acordo Marco que deu vida a Aliança do Pacífico (CHILE, 2012). São membros observadores da Aliança: Marrocos (África); Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Panamá, Rep. Dominicana e Trinidad e Tobago (América Central e Caribe); Canadá e EUA (América do Norte); Equador, Paraguai e Uruguai (América do Sul); China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Japão, Singapura e Tailândia (Ásia e Sudeste Asiático); Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Geórgia, Grécia, Hungria, Itália, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça (Europa); Austrália e Nova Zelândia (Oceania); e, Israel e Turquia (Oriente Médio).

¹⁰⁷ O art. 3º do Acordo Constitutivo da Aliança do Pacífico versa sobre os objetivos do bloco e é formado por três alíneas. A primeira delas coloca que os países membros da Aliança devem “construir, de maneira participativa y consensuada, un área de integración profunda para avanzar progresivamente hacia la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas”. A segunda, que eles devem procurar “impulsar un mayor crecimiento, desarrollo y competitividad de las economías de las Partes, con miras a lograr un mayor bienestar, la superación de la desigualdad socioeconómica y la inclusión social de sus habitantes”. A terceira alínea propõe que a Aliança deva “convertirse en una plataforma de articulación política, de integración económica y comercial, y de proyección al mundo, con especial énfasis al Asia Pacífico”. (ACUERDO MARCO DE LA ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012, p. 4). “construir, de forma participativa e consensual, uma área de integração profunda que avance de forma progressiva até alcançar a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas”. [...] “impulsionar um maior crescimento, desenvolvimento e competitividade das economias de seus membros, com vistas a atingir um maior bem estar, a superação da desigualdade socioeconômica e a inclusão social de seus habitantes”. [...] “converter-se em uma plataforma de articulação política, de integração econômica e comercial, e de projeção ao mundo, com ênfase especial na Ásia-Pacífico”. Tradução nossa.

Assim, diante de um cenário de diversas proposições de iniciativas de integração regional, em geral, e energética, em particular – como a proposta venezuelana de construção do “Grande Gasoduto do Sul” – que surgiram e que hão de surgir, faz-se necessário procurar, pelo menos, identificar os principais aspectos envolvidos nas propostas de interconexão energética e quais os seus possíveis impactos políticos, econômicos e sociais sobre os países da região no nível doméstico e no nível regional.

Neste sentido, esta tese sustenta que, independentemente do formado que venha a ter, o principal objetivo de qualquer proposta de integração energética na América do Sul deveria ser o de dirimir ou pelo menos minimizar as assimetrias, no sentido empregado por Guimarães (2007) e Salomão e Silva (2007), existentes entre os países da região. O próximo capítulo apresenta o arcabouço teórico e metodológico usado para testar a validade dos argumentos presentes neste trabalho.

3 AS POLÍTICAS DE COMPLEMENTAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL: ASPECTOS METODOLÓGICOS, TEÓRICOS E PRÁTICOS

Yo so yo y mi circunstancias, y si no la salvo a ella no me salvo yo¹.
(ORTEGA y GASSET, 1914, p. 43-44).

Este capítulo tem como objetivo discutir o conteúdo das políticas sul-americanas de aproveitamento e complementação energética sob as perspectivas metodológica, teórica e prática. No primeiro caso, são discutidos os limites da aplicação dos métodos quantitativos e qualitativos ao exame das questões energéticas. Assim sendo, esta tese parte do pressuposto de que a abordagem metodológica mista é a mais adequada para o caso da América do Sul.

No segundo, as interações entre o ambiente interno e o ambiente externo, isto é, entre o nível doméstico e o nível internacional, são discutidas a partir das proposições teóricas da Escola de Copenhague, das contribuições críticas e convencionais do pensamento Construtivista das Relações Internacionais e dos critérios analíticos próprios da Teoria dos Jogos Múltiplos das Relações Internacionais.

Além disso, é importante assinalar que esta pesquisa considera que o caráter dinâmico das relações internacionais no campo dos estudos energéticos e na interface dos Estudos Estratégicos Internacionais exige a adoção de uma perspectiva teórica que permita o exame das particularidades presentes tanto no processo de interação entre os dois níveis de análise quanto no interior de cada um deles. Deste modo, este trabalho adotou uma abordagem teórica que abraça a ideia de que o estudo de alguns temas, como o energético, é mais bem desenvolvido a partir da aplicação de um marco Teórico Híbrido.

No último caso, são identificados os grupos de interesse nacionais governamentais e não governamentais que atuam, direta ou indiretamente, na definição das prioridades energéticas do Brasil. Em função da complexidade, diversidade e especificidade dos grupos de interesse envolvidos no processo de elaboração da Política Energética Brasileira, este trabalho defende que o exame do caso brasileiro exige a adoção de uma abordagem metodológica e teórica apropriada como, por exemplo, a abordagem mista e o marco teórico híbrido. Deste modo, os próximos tópicos não só apresentam as principais características das abordagens metodológicas quantitativa, qualitativa e mista e do

¹ “Eu sou eu em minhas circunstâncias, e se não as salvo não salvo a mim mesmo”. Tradução nossa.

pensamento teórico objetivo, subjetivo e intersubjetivo como procuram justificar a adoção do modelo teórico metodológico aplicado no caso aqui apresentado.

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

É infrutífero debater se a política doméstica realmente determina as relações internacionais ou se é o inverso. A resposta para essa questão é clara: “Algumas vezes uma influencia a outra”. As perguntas mais interessantes são: “quando influencia?” e “como influencia?” (PUTNAM, 2010, p. 147).

Conforme indica Putnam (2010), entender o processo de interação, por meio de um exame holístico, entre o nível interno e o nível externo é mais interessante do que analisar exclusivamente suas causas e origens ou apenas medir os seus efeitos e resultados em cada um deles em perspectiva separada. Neste sentido, este trabalho entende que o caso da integração energética da América do Sul é complexo e genuíno.

Complexo por que envolve uma enorme diversidade de grupos de interesse dentro e fora da esfera governamental que influencia, a favor ou contra, as propostas de aproveitamento energético na região. É genuíno porque envolve um universo de países marcados por profundas assimetrias nos campos político, econômico e social que se manifestam tanto no nível interno quanto no externo, mas que de forma paradoxal apresenta uma enorme “vontade” de aproveitar as suas possibilidades de complementação energética com o objetivo de promover o desenvolvimento da região em todos os campos e níveis.

Neste particular, é importante mencionar que tanto a análise das causas e origens ou a medição dos efeitos ou resultados quanto à compreensão do processo de interação entre os níveis interno e externo estão condicionados a aplicação de métodos científicos de coleta e processamento de dados, isto é, dependem da adoção de um método científico de pesquisa. Todavia, Sampieri, Collado e Lucio (2014) destacam que historicamente o desenvolvimento das pesquisas científicas se polarizou na adoção de dois enfoques metodológicos distintos, o quantitativo e o qualitativo.

No primeiro caso, os resultados são alcançados por meio do estabelecimento de relações entre variáveis precisas dentro de um universo objetivo. No segundo, conforme colocado por Strauss e Corbin (1990), os resultados são atingidos sem que seja aplicado qualquer tipo de procedimento estatístico ou de quantificação dentro de um universo

subjetivo. Apesar de distintas, Sampieri, Collado e Lucio (2014) chamam a atenção para o fato de que os dois enfoques metodológicos adotam estratégias² similares no processo de geração do conhecimento como, por exemplo, o elevado rigor científico.

Neste sentido, o tema aqui proposto exige a adoção de um modelo metodológico de análise que observe ao mesmo tempo o seu caráter complexo e o seu caráter genuíno, ou seja, nesta tese parte-se do pressuposto de que – conforme o proposto por Richardson (1989), Tesch (1990), Fonseca (2002), Esteban (2003) e Sampieri, Collado e Lucio (2014), dentre outros estudiosos dos métodos de pesquisa científica – o exame do processo de integração energética da América do Sul é mais efetivo quando o modelo metodológico adotado se situa na interseção dos enfoques metodológico quantitativo e qualitativo.

Assim sendo, por considerar que o exame da Política Energética Brasileira em um contexto de integração energética regional impõe o uso de instrumentos de pesquisa caros tanto ao enfoque metodológico quantitativo quanto ao enfoque qualitativo na análise dos relatórios, dados estatísticos, tratados internacionais, leis, decretos, dentre outras referências consultadas, que compõem a sua base de dados³, esta pesquisa adota o enfoque misto – desde uma perspectiva analítica da realidade pelo viés da intersubjetividade, conforme trabalhado por Sampieri, Collado e Lucio (2014) – como instrumento metodológico de análise.

² Conforme colocam Sampieri, Collado e Lucio (2014), são estratégias metodológicas de pesquisa: “Llevan a cabo la observación y evaluación de fenómenos; Establecen suposiciones o ideas como consecuencia de la observación y evaluación realizadas; Demuestran el grado en que las suposiciones o ideas tienen fundamento; Revisan tales suposiciones o ideas sobre la base de las pruebas o del análisis; [e.] Proponen nuevas observaciones y evaluaciones para esclarecer, modificar y fundamentar las suposiciones e ideas o incluso para generar otras” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 4). “Levar a cabo a observação e avaliação de fenômenos; Estabelecer suposições ou ideias como consequência da observação realizadas; Demonstrar o grau de fundamento das suposições ou ideias; Revisar tais suposições ou ideias com base em provas ou análises; [e.] Propor novas observações ou avaliações para esclarecer, modificar e fundamentar as suposições e ideias ou até mesmo para gerar outras”. Tradução nossa.

³ De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2014) existe uma grande variedade de fontes que podem compor uma base de dados para o desenvolvimento de uma pesquisa científica, como por exemplo: “las experiencias individuales [;] materiales escritos (libros, artículos de revistas o periódicos, notas y tesis) [;] piezas audiovisuales y programas de radio o televisión [;] información disponible en internet (dentro de su amplia gama de posibilidades, como páginas web, foros de discusión, redes sociales y otras) [;] teorías [;] descubrimientos producto de investigaciones [;] conversaciones personales [;] observaciones de hechos [;] [e.] creencias e incluso intuiciones y presentimientos. [...] Sin embargo, las fuentes que originan las ideas no forzosamente se relacionan con la calidad de éstas” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 24). “as experiências individuais [;] materiais escritos (livros, artigos de revistas ou periódicos, notas e teses) [;] obras audiovisuais e programas de rádio ou televisão [;] informações disponíveis na *internet* (dentro de sua ampla gama de possibilidades, como páginas *web*, foros de discussão, redes sociais e outras) [;] teorías [;] descobertas advindas de investigações [;] conversas pessoais [;] observações realizadas [;] crenças, intuições e pressentimentos. [...] Entretanto, as ideias originárias das fontes consultadas não se relacionam necessariamente com a qualidade das mesmas”. Tradução nossa.

3.1.1 Método Quantitativo

De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2014), no enfoque quantitativo uma ideia de pesquisa deve obedecer a uma lógica sequencial e probatória, pois ela constitui o cerne das pesquisas científicas quantitativas visto que é a partir dessa ideia que são determinados os objetivos e as perguntas a serem respondidas.

Além disso, é importante frisar que no enfoque metodológico quantitativo a investigação científica, por priorizar critérios objetivos de verificação, se desenvolve de forma independente e fora da realidade individual, pois visa estabelecer relações causais entre os elementos examinadas e por meio delas identificar leis universais que possam ser replicadas em outros contextos analíticos.

Em outras palavras, a realidade externa aos indivíduos é possível de ser conhecida desde que os critérios adotados observem uma lógica objetiva de análise. Neste sentido, o Quadro 1, a seguir, apresenta algumas das principais características⁴ do enfoque metodológico de análise quantitativo:

⁴ Além disso, Sampieri, Collado e Lucio (2014) destacam as seguintes características do método quantitativo de pesquisa: “Refleja la necesidad de medir y estimar magnitudes de los fenómenos o problemas de investigación [;] [...] pretende confirmar y predecir los fenómenos investigados, buscando regularidades y relaciones causales entre elementos. Esto significa que la meta principal es la formulación y demostración de teorías [;] [e.] [...] si se sigue rigurosamente el proceso y, de acuerdo con ciertas reglas lógicas, los datos generados poseen los estándares de validez y confiabilidad, las conclusiones derivadas contribuirán a la generación de conocimiento” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 5, 6). “Reflete a necessidade de medir e estimar a magnitude dos fenômenos e problemas de investigação [;] [...] pretende confirmar e prever os fenômenos estudados, buscando padrões de regularidades e relações causais entre os elementos. Isto implica dizer que a meta principal é a formulação e demonstração de teorías [;] [e.] [...] se si segue rigorosamente o processo e, de acordo com certas regras lógicas, os dados gerados possuem os padrões de validade e confiabilidade, as conclusões derivadas irão contribuir para a geração de conhecimento”. Tradução nossa.

Quadro 1 – Características do Enfoque Quantitativo

Método Quantitativo	
Características	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Natureza objetiva; ▪ Abordagem mecanicista (as partes são representativas do todo); ▪ Utilização do raciocínio lógico e dedutivo em suas análises; ▪ As análises são realizadas em termos numéricos; ▪ A distância entre o sujeito que observa e o objeto de análise é preservada; ▪ A ação não depende da intervenção do sujeito; ▪ As análises realizadas devem ocorrer fora contexto examinado; ▪ Exame preciso e limitado de uma única realidade; e, ▪ Preocupação com a quantidade de dados e fontes estatísticas.
Instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicação de métodos estatísticos nas análises realizadas; ▪ Procura mensurar as hipóteses levantadas na pesquisa; e, ▪ Uso de um ferramental específico no exame dos dados coletados.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Testar as hipóteses e teorias levantadas; ▪ Realizar análises estatísticas precisas; ▪ Quantificar e medir os resultados das análises realizadas; ▪ Produzir leis universais; e, ▪ Definir as relações de causa e efeito entre as variáveis analisadas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Richardson (1989), Tesch (1990), Strauss e Corbin (1990), Serrano (1994), Dezin e Lincoln (1994), Olabuénaga (1999), Schwandt (2000), Fonseca (2002), Esteban (2003), Polit, Beck e Hungler (2004), Diehl (2004), Borsotti (2009), Puentes (2014) e Sampieri, Collado e Lucio (2014).

Em adição, Sampieri, Collado e Lucio (2014) colocam que apesar do enfoque quantitativo ser mais bem aplicado, em razão de sua natureza objetiva, nas ciências naturais, quando aplicado as ciências sociais “el enfoque cuantitativo parte [da ideia] de que el mundo ‘social’ es intrínsecamente cognoscible y [que] todos podemos estar de acuerdo con la naturaleza de la realidad social” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 6), desde que os critérios de análise estabelecidos se enquadrem na lógica objetivista de produção do conhecimento.

Assim sendo, pode-se dizer que:

La *investigación cuantitativa* ofrece la posibilidad de generalizar los resultados más ampliamente, otorga control sobre los fenómenos, así como un punto de vista basado en conteos y magnitudes. También, brinda una gran posibilidad de repetición y se centra en puntos específicos de tales fenómenos, además de que facilita la comparación entre estudios similares⁵ (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO 2014, p. 15).

No caso desta tese, convém mencionar que foi em decorrência da constatação de que existe um aspecto de continuidade histórica nas propostas sul-americanas de integração energética a partir do estabelecimento da IIRSA cujo principal propósito é a promoção do desenvolvimento dos países da região que a hipótese de pesquisa deste trabalho surgiu. No entanto, deve-se dizer que, uma vez que a lógica quantitativa exige um desenvolvimento probatório das ideias, esta pesquisa buscou na CEPAL, e a partir dela, os indícios que justificam a intenção de superação da condição de subdesenvolvimento da América do Sul pelo viés do aproveitamento e da complementação energética, conforme bem exemplifica os casos de Itaipu Binacional e do GASBOL.

Deste modo, Sampieri, Collado e Lucio (2014) coloca que é a partir do estabelecimento das perguntas de pesquisa e da coleta de dados que as hipóteses e as teorias são determinadas para posteriormente, na aplicação do método quantitativo, serem testadas. Assim, ao procurar identificar o tipo de influência que os grupos de interesse presentes no tema energia exerceram na elaboração da Política Energética Brasileira a partir do surgimento do CNPE até o ano de 2010, esta tese espera ter encontrado um ponto de ruptura nos eixos que determinavam e orientavam a condução das prioridades energéticas brasileiras em relação à América do Sul após 2006.

Neste contexto, as variáveis quantitativas desta pesquisa derivam principalmente dos volumes de importação e exportação de GN comercializados entre a Bolívia e o Brasil no período de 1999 a 2010. Deste modo, o autor (2014) destaca que a análise dos dados, pelo fato de serem produtos de medições apresentados em formato numérico, deve ser realizada por meio da aplicação dos métodos estatísticos. Em função disso, considera-se que a “[...] investigación cuantitativa debe ser lo más ‘objetiva’ posible.”⁶ (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 6) e que a coleta de dados deve buscar reunir as informações

⁵ “A *investigação quantitativa* oferece a possibilidade de que os resultados possam ser amplamente generalizados, confere controle sobre os fenômenos, assim como um ponto de vista baseado em cálculos e magnitudes. Oferece também, uma grande possibilidade de repetição e se concentra em pontos específicos de tais fenômenos, além disso, facilita a comparação entre estudos similares”. Tradução nossa.

⁶ “[...] investigação quantitativa deve ser o mais ‘objetiva’ possível.” Tradução nossa.

necessárias para, a luz de um arcabouço teórico, testar a(s) hipótese(s) previamente estabelecida(s).

No sentido mais amplo da integração energética sul-americana, isto é, da UNASUL, outras variáveis quantitativas – como, por exemplo, volume das reservas provadas, volume de produção e volume de consumo de GN – também foram consideradas relevantes neste estudo. Para tanto, a base de dados quantitativa deste trabalho é composta por relatórios e informes estatísticos sobre o tema energia emitidos pelo MME, pela ANP e pela Petrobras, dentre outras instituições.

3.1.2 Método Qualitativo

Diferentemente do enfoque metodológico quantitativo, o enfoque qualitativo envolve uma gama de “[...] prácticas interpretativas que hacen al mundo ‘visible’, lo transforman y convierten en una serie de representaciones en forma de observaciones, anotaciones, grabaciones y documentos”⁷ (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 9). A adoção destas práticas requer o estabelecimento de uma observação mais flexível que permita a associação entre os resultados obtidos e os argumentos teóricos desenvolvidos no decorrer de uma pesquisa científica.

Além disso, espera-se que o principal objetivo de uma pesquisa científica consista na “reconstrução”, por meio do emprego de uma perspectiva holística, de uma determinada realidade em um sistema social predeterminado. Deste modo, destaca-se que a intenção, neste caso, é realizar o exame do todo e não das partes uma vez que a análise qualitativa é considerada por alguns estudiosos como sendo “[...] un proceso *activo, sistemático y riguroso* de indagación dirigida, en el cual se toman decisiones sobre lo investigable [...] en el campo de estudio”⁸ (SERRANO, 1994, p. 46).

Entretanto, conforme coloca Esteban (2003), diante da enorme diversidade de entendimentos – excludentes e complementares –, acerca do alcance metodológico do enfoque qualitativo, existe certa dificuldade em definir de forma concreta seus métodos de

⁷ “[...] prácticas interpretativas que torna o mundo visível, que o transforma e que o converte em uma série de representações em forma de observações, anotações, registros e documentos”. Tradução nossa.

⁸ “[...] um processo *ativo, sistemático e riguroso* de pergunta dirigida, na qual são tomadas decisões sobre o investigável [...] no campo de estudo”. Tradução nossa.

pesquisa científica. Portanto, segundo ele, trabalhar com as características⁹ predominantes desse tipo de enfoque metodológico constitui a estratégia mais razoável a ser adotada nestes tipos de pesquisa científica.

Neste sentido, cumpre destacar que, em relação ao dissenso conceitual acerca do enfoque metodológico qualitativo, Sampieri, Collado e Lucio (2014) concordam com Esteban (2003), no sentido de que:

En la aproximación cualitativa hay una variedad de concepciones o marcos de interpretación, que guardan un común denominador: todo individuo, grupo o sistema social tiene una manera única de ver el mundo y entender situaciones y eventos, la cual se construye por el inconsciente, lo transmitido por otros y por la experiencia, y mediante la investigación, debemos tratar de comprenderla en su contexto¹⁰ (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 9).

Em adição, conforme coloca Esteban (2003), observa-se que:

[...] el “foco de atención” de los investigadores cualitativos radica en la realización de: descripciones detalladas de situaciones, eventos, personas, interacciones y comportamientos que son observables, incorporando la voz de los participantes, sus experiencias, actitudes, creencias, pensamientos y reflexiones tal y como son expresadas por ellos mismos¹¹ (ESTEBAN, 2003, p. 121).

⁹ Também, são características do enfoque metodológico qualitativo: “O investigador o investigadora plantea un problema, pero no sigue un proceso definido claramente. Sus planteamientos iniciales *no* son tan específicos como en el enfoque cuantitativo y las preguntas de investigación *no* siempre se han conceptualizado ni definido por completo [;] [na] búsqueda cualitativa, en lugar de iniciar con una teoría y luego ‘voltar’ al mundo empírico para confirmar si ésta es apoyada por los datos y resultados, el investigador comienza examinando los hechos en sí y en el proceso desarrolla una teoría coherente para representar lo que observa [;] [na] mayoría de los estudios cualitativos no se prueban hipótesis, sino que se generan durante el proceso y se perfeccionan conforme se recaban más datos; son un resultado del estudio [;] [e, o] enfoque se basa en métodos de recolección de datos *no* estandarizados ni predeterminados completamente” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 8). “O pesquisador ou pesquisadora estabelece um problema, mas não segue um processo claramente definido. Seus questionamentos iniciais *não* são tão específicos como no caso de enfoque quantitativo e as perguntas de pesquisa *nem* sempre se encontram conceitualizadas ou definidas por completo [;] na busca qualitativa, no lugar de iniciar com uma teoria e logo em seguida ‘retornar’ ao mundo empírico para confirmar se ela se encontra apoiada pelos dados e resultados, o pesquisador começa examinando os acontecimentos em si mesmos e neste processo se desenvolve uma teoria coerente com o que está sendo observado [;] [na] maior parte dos estudos qualitativos as hipóteses não precisam ser provadas, uma vez que são geradas e se aperfeiçoam durante o processo de investigação na medida em que os dados vão sendo analisados: as hipóteses são um resultado da pesquisa [;] [e, o] enfoque se baseia nos métodos de coleta de dados *não* padronizados nem completamente predeterminados”. Tradução nossa.

¹⁰ “Na aproximação qualitativa existe uma variedade de concepções ou marcos interpretativos, que apresentam um denominador comum: todo indivíduo, grupo ou sistema social tem uma maneira única de ver o mundo e de entender suas situações e eventos, na qual se constrói pelo inconsciente, o que foi transmitido pela experiência dos outros, e mediante a pesquisa devemos tratar de compreendê-la em seu contexto”. Tradução nossa.

¹¹ “[...] o ‘foco de atenção’ dos pesquisadores qualitativos se encontra na realização de: descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos que são observados, incorporando

Deste modo, Olabuénaga (1999) destaca que é mais fácil descrever o enfoque metodológico qualitativo do que apresentar uma definição amplamente aceita sobre ele. Neste sentido, esta tese entende que essa dificuldade é representativa de uma identidade própria do enfoque metodológico qualitativo, pois considera a possibilidade de examinar uma determinada realidade por meio da aproximação como sendo o elemento chave em seus experimentos analíticos.

Em outras palavras, na aplicação do método qualitativo o observador participa da ação, pois seu espaço analítico é ao mesmo tempo dependente e influenciado pelo contexto do objeto observado, ou seja, o observador imprime, no campo da subjetividade, suas perspectivas pessoais de interpretação ao exame dos dados coletados. De qualquer forma, seja qual for a perspectiva conceitual adotada, é importante pontuar que o enfoque qualitativo também pode ser orientado por áreas ou temas considerados relevantes na produção de um determinado conhecimento.

O Quadro 2, a seguir, reúne algumas características do enfoque metodológico qualitativo:

a voz dos participantes, suas experiências, atitudes, crenças, pensamentos e reflexões tal qual são expressas por eles mesmos”. Tradução nossa.

Quadro 2 – Características do Enfoque Qualitativo

Método Qualitativo	
Características	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Natureza subjetiva; ▪ Abordagem organicista (o todo é reflexo das partes); ▪ Utilização do raciocínio dialético e indutivo em suas análises; ▪ As análises são realizadas no plano das ideias; ▪ Não existe distância entre o sujeito que observa e o objeto analisado; ▪ A ação é dependente da intervenção do sujeito; ▪ As análises realizadas ocorrerem no contexto examinado; ▪ Exame complexo e amplo, pois é influenciado por diversas realidades; e, ▪ Preocupação com a qualidade das informações e respostas oferecidas.
Instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicação de métodos narrativos individuais de interpretação analítica; ▪ Procura interpretar as hipóteses levantadas na pesquisa; e, ▪ Uso da comunicação e observação como ferramenta analítico.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver as teorias e criar ideias e situações problema para a pesquisa; ▪ Realizar interpretações pessoais; ▪ Interpretar os resultados das análises realizadas; ▪ Descobrir particularidades; e, ▪ Descrever os resultados.

Fonte: Elaboração própria a partir de Richardson (1989), Tesch (1990), Strauss e Corbin (1990), Serrano (1994), Dezin e Lincoln (1994), Olabuénaga (1999), Schwandt (2000), Fonseca (2002), Esteban (2003), Polit, Beck e Hungler (2004), Diehl (2004), Borsotti (2009), Puentes (2014) e Sampieri, Collado e Lucio (2014).

Mesmo não sendo possível apresentar uma definição conclusiva acerca da metodologia qualitativa, esta pesquisa trabalha com a noção de que por envolver “[...] investigaciones acerca de la vida de las personas, historias, comportamientos, [...] movimientos sociales o relaciones y interacciones [sociais]”¹² (STRAUSS; CORBIN, 1990, p. 17), as pesquisas científicas qualitativas podem vir a usar métodos quantitativos para

¹² “[...] investigações acerca da vida das pessoas, histórias, comportamentos, [...] movimentos sociais, ou relações e interações [sociais]”. Tradução nossa.

formar sua base de dados¹³ desde que a sua coleta¹⁴ e exame obedeça aos critérios qualitativos de análise.

Ademais, cumpre assinalar que no enfoque qualitativo, as pesquisas podem desenvolver seus questionamentos e hipóteses, até mesmo porque não estão condicionadas a prová-las, “[...] antes, durante o después de la recolección y el análisis de los datos”¹⁵ (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 7), pois o seu intuito é desenvolver e aperfeiçoar as hipóteses para posteriormente responder aos questionamentos realizados, uma vez que o objetivo principal de uma pesquisa qualitativa tende a ser a compreensão de fenômenos complexos.

A principal técnica qualitativa utilizada nesta pesquisa é a revisão de literatura e de documentos oficiais e a sua base de dados é formada por documentos, leis, decretos, tratados, pronunciamentos, relatórios, dentre outros, emitidos pelas seguintes instituições e órgãos governamentais: MME; ANP; e, EPE, dentre outros.

3.1.3 Método Misto

Historicamente os enfoques metodológicos quantitativos e qualitativos foram considerados antagônicos, no sentido de que a adoção dos instrumentos de pesquisa de um excluía, necessariamente, a possibilidade de utilização dos instrumentos empregados pela outra metodologia. Conforme colocam Sampieri, Collado e Lucio (2014), a ideia dominante era a de que por serem considerados rivais, os dois enfoques se neutralizavam mutuamente e isso impedia que eles fossem aplicados conjuntamente em uma mesma pesquisa científica.

Entretanto, deve-se destacar que apesar do histórico “divórcio” entre os dois enfoques metodológicos de pesquisa, não existe barreiras concretas, conforme informa

¹³ Para alguns estudiosos do enfoque metodológico qualitativo a base de dados qualitativa deve ser composta por “descripciones detalladas de situaciones, eventos, personas, interacciones, conductas observadas y sus manifestaciones” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 9). “descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações, condutas observadas e suas manifestações”. Tradução nossa.

¹⁴ De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2014), a coleta de dados na pesquisa qualitativa deve utilizar as seguintes técnicas: “[...] la observación no estructurada, entrevistas abiertas, revisión de documentos, discusión en grupo, evaluación de experiencias personales, registro de historias de vida, e interacción e introspección con grupos o comunidades (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 9). “a observação não estruturada, entrevistas abertas, revisão de documentos, discussão em grupo, avaliação das experiências pessoais, registro de histórias de vida, e interação e introspecção com grupos ou comunidades”. Tradução nossa.

¹⁵ “[...] antes, durante ou depois da coleta e análise dos dados”. Tradução nossa.

Tesch (1990) e Esteban (2003), quanto ao uso, por exemplo, de dados quantitativos nas pesquisas qualitativas visto que “[...] los *datos cuantitativos* pueden ser transformados numéricamente y dar paso a procedimientos analíticos y de teorización alejados del enfoque hermenéutico que subyace a los estudios cualitativos”¹⁶ (TESCH, 1990, p. 55). Em função disso, as pesquisas qualitativas, em seu desenvolvimento, podem vir a ultrapassar os limites que cerceiam as ciências humanas e atingirem as ciências físicas, uma vez que:

La investigación cualitativa es muchas cosas al mismo tiempo. Es multiparadigmática en su enfoque. Las personas que la practican son sensibles al valor de un enfoque multimétodo. [...] Al mismo tiempo, el campo de la investigación cualitativa es inherentemente político y se perfila a través de múltiples posiciones éticas y políticas. La investigación cualitativa abarca dos tensiones. Por un lado, supone una amplia sensibilidad interpretativa, posmoderna, feminista y crítica. Por otro, recoge una estrecha definición de las concepciones positivista, pospositivista, humanística y naturalística de la experiencia humana y su análisis¹⁷ (DENZIN; LINCOLN, 1994, p. 3-4).

Neste sentido, Denzin e Lincon (1994) e Esteban (2003) pontuam que por causa de sua natureza subjetiva e de seu caráter “[...] interdisciplinar, transdisciplinar y en ocasiones contradisciplinar”¹⁸ (DENZIN; LINCOLN, 1994, p. 3-4) o enfoque qualitativo envolve também “[...] diversas perspectivas epistemológicas y teóricas, incluyendo también numerosos métodos y estrategias de investigación”¹⁹ (ESTEBAN, 2003, p. 122), o que, no entender desta tese, permite que temas como o energético possam ser trabalhados para além, por exemplo, da perspectiva econométrica.

Neste ponto, isto é, no caso das pesquisas sobre energia, em geral, e sobre as proposições de aproveitamento e complementação energética, em particular, este trabalho concorda com a afirmação de Denzin e Lincoln (1994) de que na adoção das práticas metodológicas o pesquisador não deve privilegiar o uso de um enfoque metodológico de

¹⁶ “[...] os *datos cuantitativos* podem ser transformados numericamente e dar lugar a procedimentos analíticos e de teorização longe da abordagem hermenêutica subjacente estudos qualitativos”. Tradução nossa.

¹⁷ “A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo. É multiparadigmática em seu enfoque. As pessoas que a praticam são sensíveis ao valor de um enfoque multimétodo. [...] Ao mesmo tempo, o campo de pesquisa qualitativa é inerentemente político e se alinha por meio de múltiplas posições éticas e políticas. A pesquisa qualitativa envolve duas tensões. Por um lado, supõe uma ampla sensibilidade interpretativa, pós-moderna, feminista e crítica. Por outro, guarda uma estreita definição das concepções positivista, pós-positivista, humanística e naturalística da experiência humana em suas análises”. Tradução nossa.

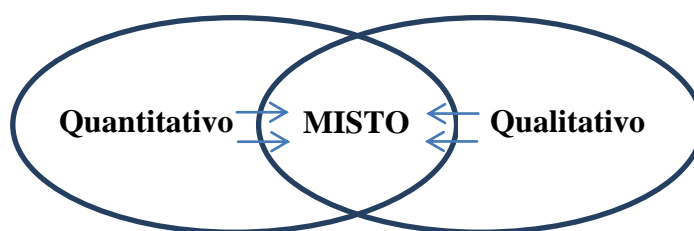
¹⁸ “[...] interdisciplinar, transdisciplinar e em alguns casos contradisciplinar”. Tradução nossa.

¹⁹ “[...] diversas perspectivas epistemológicas e teóricas, incluindo também numerosos métodos e estratégias de pesquisa”. Tradução nossa.

pesquisa científica em detrimento de outro, pois como “[...] espacio de discusión, [...] es difícil de definir claramente puesto que ninguna teoría o paradigma la distingue de forma exclusiva”²⁰ (DENZIN; LINCOLN, 1994, p. 1, 3). Deste modo, em concordância com o pensamento de Sampieri, Collado e Lucio (2014), pode-se dizer que ambos os enfoques podem ser empregados em uma mesma pesquisa científica porque nenhum deles pode, de fato, se sobrepor ao outro. Pois o que existe, em realidade, são diferentes formas de se aproximar de um determinado fenômeno ou objeto.

Considerando que os dois enfoques metodológicos possuem múltiplas técnicas de coleta de dados que, necessariamente não concorrem entre si, e que, em alguns casos, chegam a ser complementares, esta tese optou pela adoção de um enfoque metodológico que reúne em seu corpo físico – conforme apresenta a Figura 1, abaixo – as principais características de ambos os enfoques.

Figura 1 – Enfoque Metodológico Misto



Fonte: Elaboração própria a partir de Richardson (1989), Tesch (1990), Strauss e Corbin (1990), Serrano (1994), Dezin e Lincoln (1994), Olabuénaga (1999), Schwandt (2000), Fonseca (2002), Esteban (2003), Polit, Beck e Hungler (2004), Diehl (2004), Borsotti (2009), Puentes (2014) e Sampieri, Collado e Lucio (2014).

Neste sentido, pode-se dizer que o enfoque metodológico misto é o resultado da seguinte equação: Enfoque Quantitativo \cap Enfoque Qualitativo = Enfoque Misto. Ou seja, o enfoque misto encontra-se na interseção dos enfoques quantitativo e qualitativo no sentido de que ele agrupa um conjunto de características metodológicas comuns – representadas na Figura 1, acima, pelas “setas” – aos dois enfoques. Além disso, o enfoque misto é percebido “[...] como extremos en un continuo en el cual se puede situar cualquier

²⁰ “[...] espaço de discussão, [...] é difícil de definir claramente uma vez que nenhuma teoria ou paradigma a distingue de forma exclusiva”. Tradução nossa.

estúdio”²¹ (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO 2014, p. 15), o que, conforme dito anteriormente, lhe confere a sua característica intersubjetiva.

Ademais, é conveniente ressaltar que apesar das críticas realizadas – por aqueles que ainda consideram que os enfoques quantitativo e qualitativo apresentam metodologias de pesquisa científica irreconciliáveis – sobre o uso do enfoque metodológico misto, esta tese corrobora com a noção de que se trata de “[...] un enfoque relativamente nuevo que implica combinar los métodos cuantitativo y cualitativo en [...] una misma investigación [e que] – metafóricamente hablando – [representa] ‘el matrimonio cuantitativo-cualitativo’”²² (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2014, p. 18, 29).

Em outras palavras, o enfoque metodológico misto pode ser considerado pragmático, pois utiliza instrumentos de pesquisa próprios tanto da abordagem quantitativa quanto da abordagem qualitativa no desenvolvimento de suas investigações científicas. Deste modo, em função do enfoque metodológico adotado, o próximo tópico apresenta as perspectivas teóricas que constituem o alicerce teórico que suporta esta pesquisa.

3.2 ASPECTOS TEÓRICOS

A política doméstica e as relações internacionais estão sempre entrelaçadas de alguma forma e nossas teorias ainda não desvendaram esse quebra-cabeça (PUTNAM, 2010, p. 147).

Conforme colocado por Putnam (2010) na citação em epígrafe, as teorias existentes, sobretudo o pensamento teórico das Relações Internacionais, não conseguem explicar de forma isolada e satisfatória a diversidade de interações que ocorrem entre os países nos níveis doméstico e internacional. Quanto muito, as proposições teóricas conseguem examinar as particularidades de alguma questão específica em um determinado contexto que pode ser histórico, político, econômico, social ou cultural.

Neste sentido, este tópico pretende apresentar algumas possibilidades de análise da questão energética na América do Sul sob o ponto de vista da Política Energética Brasileira desenvolvida no período de 1995 a 2010. Inicialmente são introduzidos alguns aspectos do pensamento teórico sobre questões de segurança, em geral, e energética, em particular,

²¹ “[...] como extremos em um contínuo no qual qualquer estudo pode ser situado”. Tradução nossa.

²² “[...] um enfoque relativamente novo que implica combinar os métodos quantitativo e qualitativo em [...] uma mesma pesquisa [e que] – metaforicamente falando – [representa] ‘o matrimônio quantitativo-qualitativo’”. Tradução nossa.

desenvolvido pelos adeptos da Escola de Copenhague, do pensamento Construtivista e da Teoria dos Jogos Múltiplos das Relações Internacionais. Em seguida é apresentado o modelo analítico em dois níveis desenvolvido por Putnam (2010) e, por fim, é desenvolvido o modelo teórico de análise aplicado no restante desta tese.

3.2.1 Impressões Teóricas

Este trabalho defende o pressuposto de que se a aproximação dos países sul-americanos, iniciada em 1960 com a criação da ALADI, e “a intensificação das relações nos âmbitos bilateral e multilateral [que] impulsionou um processo de integração que, conforme dito anteriormente culminou com a criação da UNASUL” (ALMEIDA, 2009, p. 51) ao final da Cúpula Energética de 2007, não foram suficientes para extirpar do imaginário dos tomadores de decisões da região a ideia de rivalidade existente entre eles, ela “pelo menos permitiu que paradigmas menos duros ganhassem espaço” (ALMEIDA, 2009, p. 51) em suas considerações.

Neste sentido, pode-se dizer que, devido às particularidades da composição da matriz energética e da distribuição geográfica dos recursos energéticos da América do Sul, uma análise teórica das iniciativas de aproveitamento e complementação – empreendidas pelos governos da região – destes recursos exige a adoção de um marco teórico específico para esse fim.

Além disso, conforme assinala Schwandt, “Hemos visto que las perspectivas teóricas son múltiples”²³ (SCHWANDT, 2000, p. 123) nas pesquisas científicas e que “In any area of scholarly inquiry, there are always several ways in which the phenomena under study may be sorted and arranged for purposes of systemic analysis”²⁴ (SINGER, 1961, p. 77). Assim sendo, o modelo teórico adotado nesta tese é formado pelas contribuições de pensadores de diversas abordagens teóricas das Relações Internacionais.

²³ “Temos visto que as perspectivas teóricas são múltiplas”. Tradução nossa.

²⁴ “Em qualquer área de investigação acadêmica, para fins de uma análise sistêmica existem sempre diversas formas de classificar e arranjar os fenômenos em estudo”. Tradução nossa.

3.2.1.1 A Escola de Copenhague

Em 1985 foi criado o *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI) com o objetivo de promover estudos multidisciplinares sobre as questões de paz e de segurança. O COPRI reuniu estudiosos – como, por exemplo, Barry Buzan, Jaap de Wilde e Ole Wæver – cujos pensamentos fundaram a chamada Escola de Copenhague.

Os primeiros estudos da Escola de Copenhague sobre o tema segurança identificaram que o conceito de segurança utilizado nos estudos internacionais até aquele momento – por causa dos mais de setenta anos de tensão internacional provocado pelos dois conflitos mundiais e pelo longo período do conflito bipolar – era o produto de uma visão estatal centrada em premissas militares e estratégicas de defesa fortemente influenciadas pelo pressuposto de que “A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder [e que quaisquer que] forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato” (MORGENTHAU, 2003, p. 49).

Em decorrência disso, conforme explica Buzan e Hasen (2012), a questão da expansão do conceito de segurança durante o conflito bipolar foi eclipsada pela enorme capacidade militar de destruição dos dois polos antagônicos de poder. Essa capacidade de destruição tornou o tema da segurança nacional quase um sinônimo do termo segurança militar. Todavia, os autores destacam que outras capacidades – como, por exemplo, a econômica, a energética, a ambiental e a alimentar – também foi considerada temas de segurança militar, mas mais em função de seus efeitos sobre o “uso, ameaça e controle da força” do que sobre a ideia de segurança em si mesma.

Deste modo, Buzan e Hasen (2012) pontuam que estas outras capacidades só foram incorporadas ao conceito de segurança a partir dos eventos que puseram fim ao conflito bipolar. Em função disso, alguns pensadores da Escola de Copenhague destacaram a necessidade de atualizar, a partir daquele momento, o conceito de segurança e de redefinir a abrangência do seu alcance teórico e do seu emprego nos estudos internacionais. Porém, como acontece em todo processo de revisão, as visões e diferenças entre os adeptos da Escola de Copenhague em relação à revisão e alcance do conceito foram postas.

Neste sentido, observa-se que o debate sobre a revalidação teórica e conceitual do termo “segurança” aplicado aos estudos internacionais ao mesmo tempo em que

fragmentou o pensamento no interior dessa Escola, também os agrupou em torno das seguintes correntes teóricas de pensamento:

[...] traditionalists, who want to retain a largely military focus; wideners, who want to extend the range of issues on the security agenda; and the recently launched Critical Security Studies, proponents want to cultivate a more questioning attitude to the whole framework in which security is conceptualized²⁵ (BUZAN, 1993, p. 5).

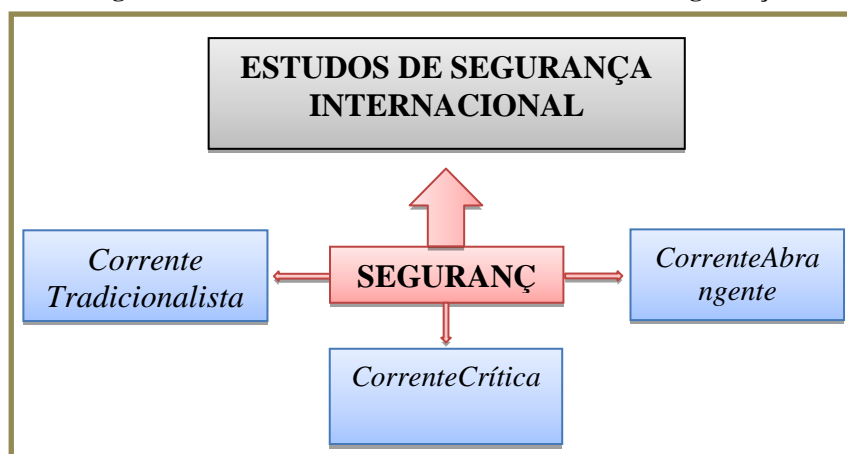
Em outras palavras, ao defenderem a manutenção do *status quo*, isto é, a manutenção da percepção de que o conceito de segurança deveria preservar seu caráter militar e estatocêntrico, os partidários da primeira corrente reiteraram o pensamento de Morgenthau (2003) sobre a natureza da política internacional. Os defensores da segunda corrente advogaram a favor da revisão do conceito de segurança por meio da adoção de uma perspectiva mais abrangente que, além do setor militar, envolvesse também os setores político, econômico, societal e ambiental²⁶. Nesse processo de revisão, os adeptos da terceira corrente se alinharam aos defensores da segunda corrente, mas defenderam a ideia de que o conceito de segurança incorporasse uma perspectiva crítica que contribuísse para a emancipação humana, no sentido kantiano da expressão.

Essa fragmentação de pensamento pode ser observada na Figura 2, abaixo.

²⁵ “[...] tradicionalistas, que desejam manter o foco militar amplo; abrangentes, que desejam ampliar o leque de questões na agenda de segurança; e os proponentes dos Estudos Críticos de Segurança que desejam estabelecer uma cultura crítica em todo o quadro conceitual do termo segurança”. Tradução nossa.

²⁶ Na visão de Buzan, Wilde e Wæver, cada setor apresenta internamente os seguintes tipos interações: “[...] the military sector is about relationships of forceful coercion; the political sector is about relationships of authority, governing status, and recognition; the economic sector is about relationships of trade, production, and finance; the societal sector is about relationships of collective identity; and the environmental sector is about relationships between activity and planetary biosphere” (BUZAN; WILDE; WÆVER, 1998, p. 7). “[...] o setor militar trata das relações incisivas de coersão; o setor político versa sobre as relações de autoridade, tipos de governo e de reconhecimento; o setor econômico discute as relações de comércio, de produção e de finanças; o setor societal versa sobre as relações de identidade coletiva; e, o setor ambiental das relações entre as atividades e a biosfera planetária”. Tradução nossa.

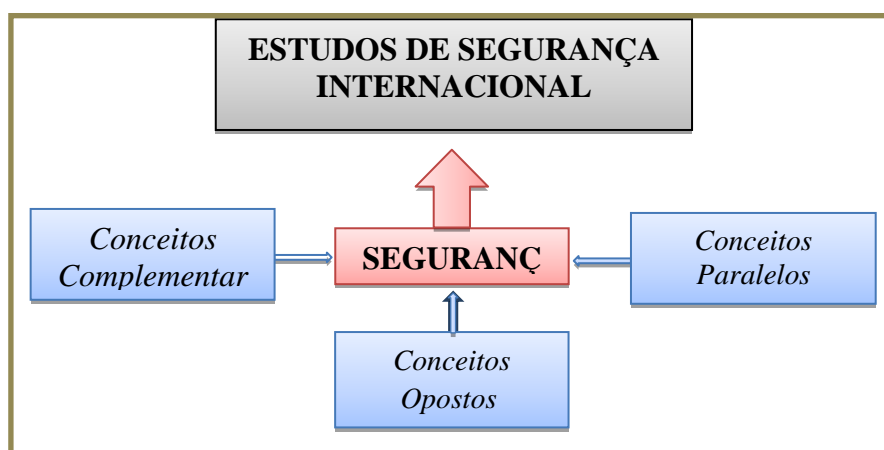
Figura 2 – Correntes Revisionistas do Conceito de Segurança



Fonte: Elaboração própria a partir de Buzan (1993).

Além disso, conforme pode ser observado na Figura 3, a seguir, Buzan e Hasen (2012) sustentam que a abrangência dos estudos de segurança internacional deve ser considerada a partir da compreensão do conceito tradicional de segurança desde que ele seja considerado na interface dos seguintes conceitos adjacentes: complementares; paralelos; e, opostos.

Figura 3 – Abrangência dos Estudos de Segurança Internacional



Fonte: Adaptado de Buzan e Hasen (2012, p. 14).

De acordo com Buzan e Hasen (2012), os *Conceitos Complementares* envolvem um quadro específico de termos como, por exemplo, “estratégia”, “dissuasão” e “contenção”. Os *Conceitos Paralelos*, por sua vez, incorporam ao conceito de segurança os temas próprios da Teoria Política e das Relações Internacionais como, por exemplo, “poder” e “soberania”. Por fim, os *Conceitos Opostos* rejeitam as proposições anteriores e defendem

a ideia de substituição do conceito de segurança pelo conceito de “paz”, “risco” ou “exceção”. Para os autores, a adoção do quadro de conceitos adjacentes permite que o escopo analítico do conceito de segurança seja ampliado, pois aproxima os estudos de segurança internacional de diversas perspectivas teóricas e analíticas de outras áreas do conhecimento.

Neste sentido, esta pesquisa considera que a *Corrente Abrangente e os Conceitos Paralelos* de Buzan e Hasen (2012) representam a melhor opção teórico-conceitual para examinar o “processo de securitização”²⁷ do tema energia nos estudos de segurança internacional, quando o cenário estudado envolve o nível dos “subsistemas internacionais”²⁸ como, por exemplo, a UNASUL. Assim, observa-se que o tratamento dado pelo pensamento desta escola teórica ao tema energia envolve a perspectiva da securitização, pois, conforme coloca Buzan (1991), a percepção de segurança no ambiente externo é dependente tanto do nível de influência das variáveis domésticas – que no caso brasileiro em relação ao processo de integração energética sul-americano derivam das prioridades de seus grupos de interesse governamentais e não governamentais, apresentados mais adiante nesta tese – quanto do alcance do conceito de segurança no ambiente interno de qualquer “unidade” estatal.

²⁷ Segundo Buzan, Wilde e Wæver, “In the process of securitization, the key issue is for whom security becomes a consideration in relation to whom. For example, a water shortage could become securitized at the global level, but the major battles will more likely be regional” (BUZAN; WILDE; WÆVER, 1998, p. 5-6). “No processo de securitização, a principal questão que se coloca é para quem e em relação a quem a segurança se torna uma consideração. Por exemplo, a escassez de água pode ser securitizada no nível global, contudo é mais provável que os grandes contenciosos ocorram no nível regional”. Tradução nossa.

²⁸ De acordo com Buzan, Wilde e Wæver, os estudos internacionais se desenvolvem em cinco níveis de análise, são eles: “*Internatinal systems*, meaning the largest conglomerates of interacting or interdependent units that have no system level above them [...] [;] *International subsystems*, meaning groups of units within the international system that can be distinguished from the entire system by the particular nature or intensity of their interactions with or interdependence on each other [...] [;] *Units*, meaning actors composed of various subgroups, organizations, communities, and many individuals and sufficiently cohesive and independent to be differentiated from others and to have standing at the higher levels [...] [;] *Subunits*, meaning organized groups of individuals within units that are able (or that try) to effect the behavior of the unit [...] [; e.] *Individuals*, the bottom line of most analysis in the social sciences” (BUZAN; WILDE; WÆVER, 1998, p. 5-6). “*Sistemas Internacionais*, ou seja, este nível reúne as interações entre os maiores conglomerados ou unidades independentes sem a ocorrência de qualquer tipo de intervenção externa, pois não existe nenhum nível sistêmico acima deles [...] [;] *Subsistemas Internacionais*, ou seja, são os grupos de unidades que formam o primeiro nível e se diferenciam do sistema como um todo por causa da intensidade ou natureza particular de suas interações, independente ou não, uns dos outros [...] [;] *Unidades*, ou seja, são atores formados por vários subgrupos, organizações, comunidades e por muitos indivíduos, as unidades são coesas e independentes o que dificulta sua diferenciação e acesso a posições nos níveis mais elevados [...] [;] *Subunidades*, ou seja, são grupos organizados de indivíduos que formam as unidades e, em função disso, tentam influenciar o seu comportamento [...] [; e.] *Indivíduos*, formam a base da maior parte das análises nas ciências sociais”. Tradução nossa.

Por conseguinte, pode-se dizer que os grupos de interesse brasileiros – formados nos níveis: unitário, subunitário e individual – procuram, em função de perceberem a temática energética pelo viés da securitização²⁹, garantir a realização de suas prioridades no nível subsistêmico. Para tanto, estes grupos de interesse atuam, principalmente, no nível unitário estatal, ou seja, no processo de elaboração da Política Energética interna e externa do país. Além disso, cumpre assinalar que o exame da relação entre as variáveis domésticas e as variáveis externas, tal qual posto pelos adeptos da Escola de Copenhague, depende, também, de outros fatores que incidem sobre elas e de como as prioridades dos grupos de interesse são construídas neste processo. Deste modo, o próximo item apresenta essa questão à luz do pensamento construtivista das Relações Internacionais.

3.2.1.2 A perspectiva Construtivista das Relações Internacionais

Do ponto de vista metodológico, a epistemologia construtivista, tal qual posto por Schwandt (2000) e Borsotti (2009), indica que o conhecimento é construído e modificado pela experiência humana, ou seja, o conhecimento não pode ser descoberto, pois não existe fora da realidade³⁰ dos seres humanos. Deste modo, são construídos os “[...] conceptos, modelos y esquemas para dar sentido a la experiencia, y constantemente comprobamos y modificamos estas construcciones a la luz de nuevas experiencias. Por tanto, existe una ineludible dimensión histórica y sociocultural en esta construcción”³¹ (SCHWANDT, 2000, p. 123).

Do ponto de vista histórico, o pensamento teórico construtivista “é bastante recente no estudo [...] das Relações Internacionais, tendo surgido, especificamente, no final dos

²⁹ Econômica, neste caso.

³⁰ Borsotti (2009) entende por “realidade” tudo “que acontece y existe independientemente de que sea pensado [...]. Este término, en cuanto síntesis, puede resultar cómodo, pero su ambigüedad se pone de manifiesto cuando se recuerda que, respecto de la realidad, hay distintas concepciones filosóficas. Las personas y los sectores sociales construyen sobre lo que acontece – independientemente de que sea pensado – realidades diferentes según las posiciones y las situaciones en las que desenvuelven su vida social y sus valoraciones” (BORSOTTI, 2009, p. 25). “que acontece e existe independentemente de que seja pensado [...]. Este termo, em resumo, é considerado satisfatório, mas sua ambigüidade se torna manifesta quando se tem em conta que a realidade é formada por distintas concepções filosóficas. As pessoas e os setores sociais constroem sobre o que acontece – independentemente do que seja pensado – realidades diferentes segundo as posições e situações nas quais os seus valores e vida social se desenvolvem”. Tradução nossa.

³¹ “[...] conceptos, modelos e esquemas para dar sentido à experiência, e constantemente comprobamos e modificamos estas construções à luz de novas experiências. Portanto, existe uma inevitável dimensão histórica e sociocultural nesta construção”. Tradução nossa.

anos oitenta” (CASTRO, 2012, p. 386). Sobre o seu surgimento é importante mencionar que:

A escola construtivista tem influências, sobretudo, da sociologia com centralidade para autores como Anthony Giddens, Peter Berger e Thomas Luckmann. O weberianismo tem sua importância e seu lugar de influência, quase como um natural (e esperado) credo semântico próprio, porém, não se torna superdimensionado, como em algumas outras correntes sociológicas (CASTRO, 2012, p. 388).

Em outras palavras, pode-se dizer que Friedrich Kratochwil, Nicholas Onuf e Alexander Wendt, influenciados pelo pensamento sociológico, desenvolveram os primeiros estudos, calcados no problema agente-estrutura³², que fundaram a escola teórica construtivista das Relações Internacionais. Para Castro (2012) a relação entre a agência e a estrutura constituiu o principal ponto de convergência de ideias entre os pensadores construtivistas.

Mas, assim como acontece em outras escolas teóricas, a escola construtivista apresentou, desde o início, concepções teóricas divergentes entre si acerca de diversos aspectos subjetivos da realidade. Essa divergência resultou no desenvolvimento do pensamento construtivista em torno de duas grandes vertentes analíticas: a crítica e a convencional cujos principais expoentes são Onuf e Wendt, respectivamente.

Neste particular, é importante mencionar que conforme coloca Fierke e Jorgensen (2001), o pensamento crítico no construtivismo de Onuf trabalha a questão das reivindicações de verdade e das relações de poder com base no uso do discurso, da linguagem e do significado, por meio dos “*deeds*”³³ que são expressos pelos chamados “*speech acts*”³⁴. Neste sentido, Onuf (1989) considera que a construção da realidade social é regida pela aplicação e observação dos “*deeds*” em um processo de coconstituição entre o agente e a estrutura³⁵. Para Fierke e Jorgensen (2001), o pensamento desenvolvido por Wendt concentra, por sua vez, seus esforços na figura do agente. Desta forma, o agente em Wendt é o objeto central de análise no construtivismo convencional.

³² De acordo com Castro (2012), “os agentes são Estados, enquanto que a estrutura é o próprio cenário internacional, sem, necessariamente, ter de adentrar nos meandros dos debates sobre sua terminologia (comunidade, sistema, sociedade ou cenário internacional)” (CASTRO, p. 387, 2012).

³³ “atos”.

³⁴ “atos da fala”.

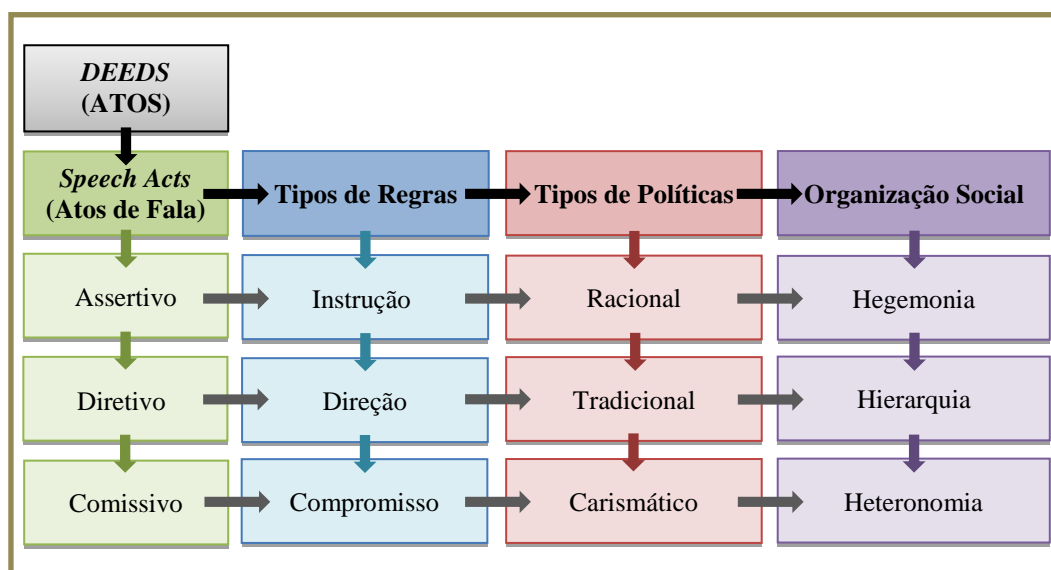
³⁵ Ou seja, não existe antecedência ontológica entre agente e estrutura.

3.2.1.2.1 A vertente crítica do pensamento construtivista

Conforme dito anteriormente, Onuf (1989) considera que a realidade social é definida pela ação dos “*deeds*” e dos significados que lhes são atribuídos neste processo. Em sua visão, a compreensão da realidade internacional exige que o seu processo de construção social seja igualmente compreendido.

Neste particular, Onuf (1989) e Onuf, Kubálková e Kowert (1998) entendem, conforme pode ser observado a seguir na Figura 4, que no núcleo dinâmico do processo de construção social da realidade encontram-se os “*speech acts*”. Estes, ao seu turno, determinam, por meio do discurso, os “tipos de regras” que definem os “tipos de políticas” adotadas pelos agentes. Estas, por sua vez, definem a forma da “organização social” internacional.

Figura 4 – Construção da Realidade



Fonte: Elaboração própria a partir de Onuf (1989) e Onuf, Kubálková e Kowert (1998).

Em relação aos “*speech acts*”, Onuf, Kubálková e Kowert (1998) ressaltam que: os atos de fala do tipo assertivo associam o conhecimento construído sobre o mundo à afirmação de uma percepção de ação como, por exemplo, a de que nas economias liberais todos os agentes tem acesso ao livre mercado; os atos de fala do tipo diretivo determinam os limites de abrangência de uma determinada ação e as penalidades para os casos de violação; e, os atos de fala do tipo comissivo vinculam as percepções implícitas sobre as

ações aos instrumentos legais explícitos como, por exemplo, os acordos e tratados internacionais.

No que se refere aos tipos de regras, os autores enfatizam que “[...] talking is undoubtedly the most important way that we go about making the world what it is”³⁶ (ONUF; KUBÁLKOVÁ; KOWERT, 1998, p.59), pois é a partir da compreensão dos significados dos discursos que os três tipos de regras podem ser estabelecidas. De acordo com Onuf, Kubálková e Kowert (1998) o estabelecimento das regras é importante porque é por meio delas que o processo de construção da realidade social pode ser compreendido uma vez que são elas que determinam como os agentes devem se comportar em determinadas circunstâncias.

Assim sendo, destaca-se que a principal função das regras de instrução é determinar que tipo de políticas racionais de interação, em um ambiente socialmente organizado em torno de um *hegemon*³⁷, os agentes devem adotar. As regras de direção, ao seu turno, tem o objetivo de orientar a ação dos agentes no sentido de que eles adotem práticas políticas tradicionais dentro de um sistema social hierarquizado³⁸, ou seja, que as políticas adotadas pelos agentes contribuam para a manutenção do *status quo* internacional. Por fim, observa-se que nas regras de compromisso os agentes, por meio de políticas carismáticas³⁹ em um

³⁶ “[...] sem dúvida o discurso é a forma mais importante que temos para fazer do mundo o que ele é”. Tradução nossa.

³⁷ “Hegemony is a concept meaning primacy or leadership. In an international system this leadership would be exercised by a ‘hegemon’, a state possessing sufficient capability to fulfil this role. Other states in the system would thereafter have to define their relationship with the hegemon. This they might do by acquiescing, by opposing or by remaining indifferent to its leadership” (EVANS; NEWNHAM, 1998, p. 221). “O conceito de hegemonia significa primazia ou liderança. Em um sistema internacional esta liderança pode ser exercida por um ‘hegemon’, um Estado que possui capacidade suficiente para exercer este papel. Outros Estados no sistema devem, posteriormente, definir sua relação com o hegemon. Esta relação pode ser de aquiescência, de oposição ou de indiferença ao hegemon”. Tradução nossa.

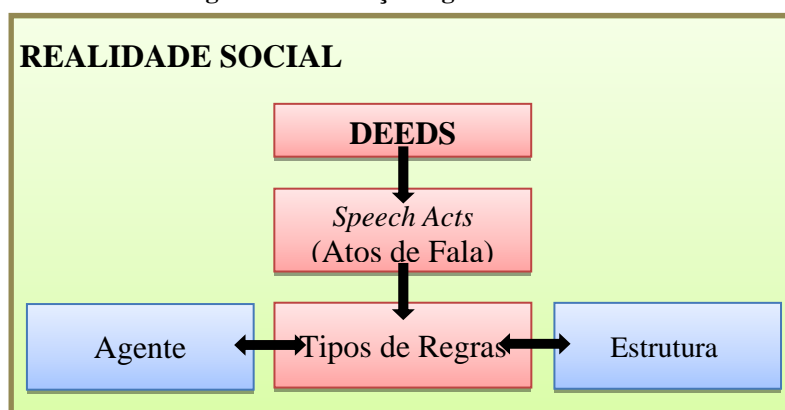
³⁸ “A hierarchy is a system of stratification. All social systems show evidence of stratification although the basis of this will differ. In the international system, stratification is based upon power and status. Taking these two dimensions as independent variables, it is possible to stipulate hierarchies based upon models which take power and status to be factors which are distributed unevenly between member states. As a result the relationships which develop within these hierarchies produce unequal outcomes between member states in the system” (EVANS; NEWNHAM, 1998, p. 224). “Uma hierarquia é um sistema de estratificação. Todos os sistemas sociais mostram evidência de estratificação, embora em bases diferentes. No sistema internacional, a estratificação é baseada em poder e *status*. Tomando estas duas dimensões como variáveis independentes, é possível estipular hierarquias baseadas em modelos nos quais o poder e o *status* são fatores distribuídos de forma desigual entre os Estados. Como resultado, as relações que se desenvolvem dentro das hierarquias produzem resultados desiguais entre os Estados membros do sistema”. Tradução nossa.

³⁹ Políticas que enfatizam promessas.

ambiente social heterônomo⁴⁰, assumem as responsabilidades contraídas no ambiente internacional.

No caso do processo de construção social da realidade, Onuf, Kubáľková e Kowert (1998) destacam que as regras são determinadas de acordo com os significados que os agentes atribuem aos “*deeds*” e aos “*speech acts*” e que, uma vez determinadas, as regras passam a reger o processo de interação entre o agente e a estrutura. Conforme pode ser observado, na Figura 5 a seguir, os “*deeds*” e os “*speech acts*” organizam socialmente o mundo e as interações que ocorrem dentro dele. Como sustentam os autores, no processo de coconstituição da realidade social os “*speech acts*” personifica os objetivos e as intenções dos agentes.

Figura 5 – Interação Agente-Estrutura



Fonte: Elaboração própria a partir de Onuf (1989) e Onuf, Kubáľková e Kowert (1998).

A vertente crítica do pensamento construtivista apresenta um processo dinâmico e subjetivo de construção social da realidade. A partir das informações dispostas na figura 5 acima, pode-se dizer que para mudar a estrutura os agentes devem antes mudar as regras ou vice-versa. Em suma, no caso desta tese, a análise desse processo permite identificar em que momento e de que forma os grupos de interesse, em observância a suas prioridades, interferem ou influenciam os formuladores da Política Energética Brasileira no âmbito doméstico e regional. O próximo tópico discute a temática aqui apresentada sob o ponto de vista da vertente convencional do pensamento construtivista.

⁴⁰ Ambiente social que não possui autonomia e que se organiza em torno do estabelecimento de compromissos e de promessas.

3.2.1.2.2 *A vertente convencional do pensamento construtivista*

Como reflexo dos horrores vividos pela humanidade no desenrolar da I Guerra Mundial, do relativo “fracasso” da Liga das Nações⁴¹, da enorme capacidade militar de destruição demonstrada ao final da Segunda Guerra Mundial e o do complexo “jogo” ideológico de poder – em termos de interesses – desenvolvido no período da Guerra Fria, pode-se dizer que as relações internacionais na segunda metade do século XX foram, conforme mencionado anteriormente, fortemente marcadas pelo pensamento de Morgenthau (2003) e, a partir dele, pelas premissas propostas pelos pensadores adeptos da abordagem teórica realista das Relações Internacionais. É neste sentido, que Wendt (1999) identifica que as questões de poder⁴² e de interesse nacional⁴³ foram os temas predominantes nos estudos internacionais a partir de meados dos anos 1940.

Além disso, é importante mencionar que o pensamento realista fundou suas estruturas de sustentação sobre a noção de que as relações internacionais se desenvolvem em um “[...] world in which states do not recognize rights to territory or existence – a war of all against all [–][and that in] this world, anarchy has a ‘realist’ meaning for state action:

⁴¹ Conforme informa o CPDOC-FGV (FGV, 2016b): “A Liga das Nações foi uma organização internacional criada em abril de 1919, quando a Conferência de Paz de Paris adotou seu pacto fundador, posteriormente inscrito em todos os tratados de paz. Ainda durante a Primeira Guerra Mundial, a ideia de criar um organismo destinado à preservação da paz e à resolução dos conflitos internacionais por meio da mediação e do arbitramento já havia sido defendida por alguns estadistas, especialmente o presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson. Contudo, a recusa do Congresso norte-americano em ratificar o Tratado de Versalhes acabou impedindo que os Estados Unidos se tornassem membro do novo organismo. A Liga possuía uma Secretaria Geral permanente, sediada em Genebra, e era composta de uma Assembleia Geral e um Conselho Executivo. A Assembleia Geral reunia, uma vez por ano, representantes de todos os países membros da organização, cada qual com direito a um voto. Já o Conselho, principal órgão político e decisório, era composto de membros permanentes (Grã-Bretanha, França, Itália, Japão e, posteriormente, Alemanha e União Soviética) e [não permanentes], estes últimos escolhidos pela Assembleia Geral. Não possuindo forças armadas próprias, o poder de coerção da Liga das Nações baseava-se apenas em sanções econômicas e militares. Sua atuação foi bem-sucedida no arbitramento de disputas nos Balcãs e na América Latina, na assistência econômica e na proteção a refugiados, na supervisão do sistema de mandatos coloniais e na administração de territórios livres como a cidade de Dantzig. Mas ela se revelou impotente para bloquear a invasão japonesa da Manchúria (1931), a agressão italiana à Etiópia (1935) e o ataque russo à Finlândia (1939). Em abril de 1946, o organismo se autodissolveu, transferindo as responsabilidades que ainda mantinha para a recém-criada Organização das Nações Unidas, a ONU” (FGV, 2016b).

⁴² Em suas palavras, por poder “[I] understood ultimately as military capability” (WENDT, 1999, p. 92). “[Eu] entendo, em última análise, como sendo a capacidade militar”. Tradução nossa.

⁴³ Wendt entende por interesse “an egoistic desire for power, security, or wealth” (WENDT, 1999, p. 92). “um desejo egoísta por poder, segurança ou riqueza”. Tradução nossa.

be insecure and concerned with relative power”⁴⁴ (WENDT, 1992, p. 410) dos outros agentes. Neste quadro, Wendt (1992) entende que o *approach* realista só tem sentido quando as práticas sociais produzem coletivamente um ambiente de insegurança no qual a imutável natureza do homem hobbesiano “[...] was possessed by an inherent lust for power or glory”⁴⁵ (WENDT, 1992, p. 409). Deste modo, pode-se dizer que quanto mais inseguro for esse ambiente, mais propenso à formação de “dilemas de segurança”⁴⁶ e menos propenso a criação de identidades coletivas ele será. Assim, para mudar o ambiente social e, portanto, a estrutura é preciso mudar as práticas sociais coletivas.

Para Wendt (1992), os eventos ocorridos nos anos 1980 – como, por exemplo, a guerra das Malvinas e o colapso da União Soviética – introduziram um novo debate teórico a cerca da eficácia⁴⁷ das Instituições Internacionais⁴⁸ entre os partidários do pensamento neoliberal e os defensores da abordagem neorrelista das Relações Internacionais. Apesar das visões das duas abordagens teóricas serem dissonantes em relação à importância relativa dessas Instituições, Wendt (1999) sustenta que elas apresentam posições consonantes no que se refere às questões de poder e de interesse nacional nos temas internacionais. Em seus estudos, o autor observa que, em um ambiente anárquico, as práticas sociais, no processo de construção social da realidade, podem ser influenciadas por três tipos distintos de culturas, conforme pode ser observado na Figura 6 a seguir, e que cada uma delas resulta, igualmente, em diferentes conformações estruturais.

⁴⁴ “[...] mundo no qual os Estados não reconhecem direitos ao território ou a existência – a guerra de todos contra todos [-] [e que neste] mundo, a anarquia tem um significado ‘realista’ para a ação do Estado: se manter inseguro e preocupado com o poder relativo”. Tradução nossa.

⁴⁵ “[...] foi possuída por um desejo inerente de poder ou glória”. Tradução nossa.

⁴⁶ Nos “dilemas segurança”, conforme coloca Wendt (1992), “the efforts of actors to enhance their security unilaterally threatens the security of the others, perpetuating distrust and alienation” (WENDT, 1992, p. 407). “os esforços unilaterais dos atores para aumentar a sua segurança ameaça a segurança dos outros, o que perpetua o ambiente de desconfiança e alienação”. Tradução nossa.

⁴⁷ De acordo com Young (2000), as Instituições Internacionais são eficientes quando elas conseguem alterar as decisões dos agentes, ou seja, quando os agentes internalizam e observam suas normas e regras em seus processos soberanos de tomada de decisões.

⁴⁸ Para um estudo sistematizado sobre a eficácia das Instituições Internacionais consulte: YOUNG, Oran R. *A Eficácia das Instituições Internacionais: alguns casos difíceis e algumas variáveis críticas*. In: ROSENAU, J.; CZEMPIEL, E. (Orgs.). **Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: UnB, 2000, pp. 219-261.

Figura 6 – As Três Culturas da Anarquia Internacional



Fonte: Elaboração própria a partir de Wendt (1999).

De acordo com Wendt (1992), “This raises a new the question of exactly how much and what kind of role human nature and domestic politics play in world politics”⁴⁹ (WENDT, 1992, p. 409). Neste sentido, pode-se dizer que nem a questão dos “dilemas de segurança” e nem as questões de poder e de interesse nacional podem ser consideradas como elementos inerentes a uma situação de anarquia ou a uma imutável natureza humana.

Portanto, ao citar Sheldon Stryker, o autor assinala que o processo de construção social da realidade humana “[...] is [a process] [...] of constructing and reconstructing self and social relationships”⁵⁰ (WENDT, 1992, p. 407). Assim sendo, a realidade social que conforma a estrutura sistêmica não é considerada por Wendt (1992) com sendo uma realidade estagne, ou seja, em seu entender, os agentes tem a estrutura que suas práticas sociais ajudaram a construir. Neste caso, se eles desejam mudar o conhecimento intersubjetivo que forma a estrutura, eles devem, conforme mencionado anteriormente, mudar suas práticas. A seguir, este trabalho procura apresentar as principais características das culturas de anarquia trabalhadas por Wendt e também os tipos de estrutura que delas resultam.

3.2.1.2.3 A Cultura Hobbesiana de Anarquia

A lógica da cultura hobbesiana de anarquia internacional se desenvolve, conforme pode ser observado na Figura 7 a seguir, a partir da percepção de que os atores internacionais se encontram em um ambiente hostil de “[...] war of all against all”⁵¹ (WENDT, 1999, p. 265). Neste ambiente, os atores se movimentam regidos pelo princípio

⁴⁹ “Isso levanta novamente a questão de quanto e de que tipo de papel, exatamente, a natureza humana e a política doméstica desempenham na política mundial”. Tradução nossa.

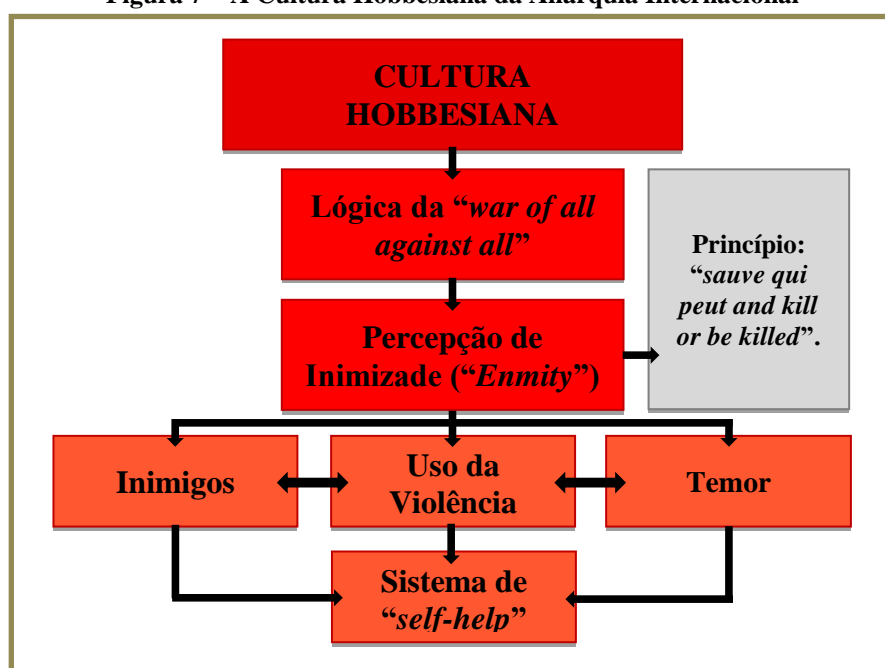
⁵⁰ “[...] é um processo de autoconstrução e reconstrução do relacionamento social”. Tradução nossa.

⁵¹ “[...] guerra de todos contra todos”. Tradução nossa.

do “[...] *saue qui peut and kill or be killed*”⁵² (WENDT, 1999, p. 265), o que, para Wendt (1999), constitui um verdadeiro “[...] *self-help*’ system [...], where actors cannot count on each other for help or even to observe basic self-restraint”⁵³ (WENDT, 1999, p. 265). No ambiente de hostilidade hobbesiano a percepção de inimidade em relação ao outro e, portanto, a visão do outro como um inimigo em potencial é recorrente.

De acordo com Wendt (1999), “Enemies are constituted by representations of the Other as an actor who (1) does not recognize the right of the Self to exist as an autonomous being, and therefore (2) will not willingly limit its violence toward the Self”⁵⁴ (WENDT, 1999, p. 260). Neste sentido, o autor entende que os ambientes de inimidade tendem a ser extremamente violentos, pois a expectativa de violência do outro torna o seu uso ilimitado entre eles.

Figura 7 – A Cultura Hobbesiana da Anarquia Internacional



Fonte: Elaboração própria a partir de Wendt (1999).

A cultura hobbesiana de anarquia internacional é fortemente associada ao pensamento teórico realista das Relações Internacionais. Assim sendo, Wendt (1999)

⁵² “[...] *salve-se se puder e mate para não morrer*”. Tradução nossa.

⁵³ “[...] sistema de ‘autoajuda’ [...], no qual os agentes não podem contar com a ajuda uns dos outros ou mesmo a autocontenção básica”. Tradução nossa.

⁵⁴ “Inimigos são constituídos por representações do Outro como sendo um ator que (1) não reconhece o direito de autoexistência, como um ser autônomo, de outro ator e, portanto, (2) que não vai limitar voluntariamente o uso de sua violência contra ele”. Tradução nossa.

coloca que a abordagem realista “[...] explains power politics ultimately by reference to material forces, whether biological or technological, and as such its view is not fundamentally social”⁵⁵ (WENDT, 1999, p. 263). Neste sentido, a questão da sobrevivência ocupa um lugar de centralidade no ambiente hobbesiano de modo que “[...] if you want peace, prepare for war”⁵⁶ (WENDT, 1999, p. 262). Portanto, pode-se dizer que no ambiente hobessiano a insegurança gerada pelo sistema de “self-help” alimenta tanto a percepção de ameaça quanto à sensação de insegurança e temor em relação ao comportamento do outro e que isso afasta qualquer possibilidade de cooperação e amizade entre os agentes no nível estrutural.

3.2.1.2.4 A Cultura Lockeana de Anarquia

A cultura lockeana de anarquia internacional, por sua vez, se desenvolve, conforme pode ser observado na Figura 8 a seguir, em um ambiente regido pela lógica do “[...] sovereignty recognition”⁵⁷ (WENDT, 1999, p. 279) e do direito a “[...] life and liberty”⁵⁸ (WENDT, 1999, p. 279) e, por dedução, da propriedade. E, além disso, Wendt (1999) coloca que no ambiente lockeano, diferentemente do ambiente hobessiano, a percepção de rivalidade toma o lugar da percepção de inimizade e que nele, os agentes internacionais se movimentam em um sistema de “[...] self-limitation”⁵⁹ (WENDT, 1999, p. 280) do uso da força, pois são orientados pelo princípio do “[...] live and let live”⁶⁰ (WENDT, 1999, p. 281).

⁵⁵ “[...] explica o poder político, em última análise, por meio das forças materiais, sejam elas biológicas ou tecnológicas, e como tal, a sua visão não é fundamentalmente social”. Tradução nossa.

⁵⁶ “[...] se você deseja paz, prepare-se para a guerra”. Tradução nossa.

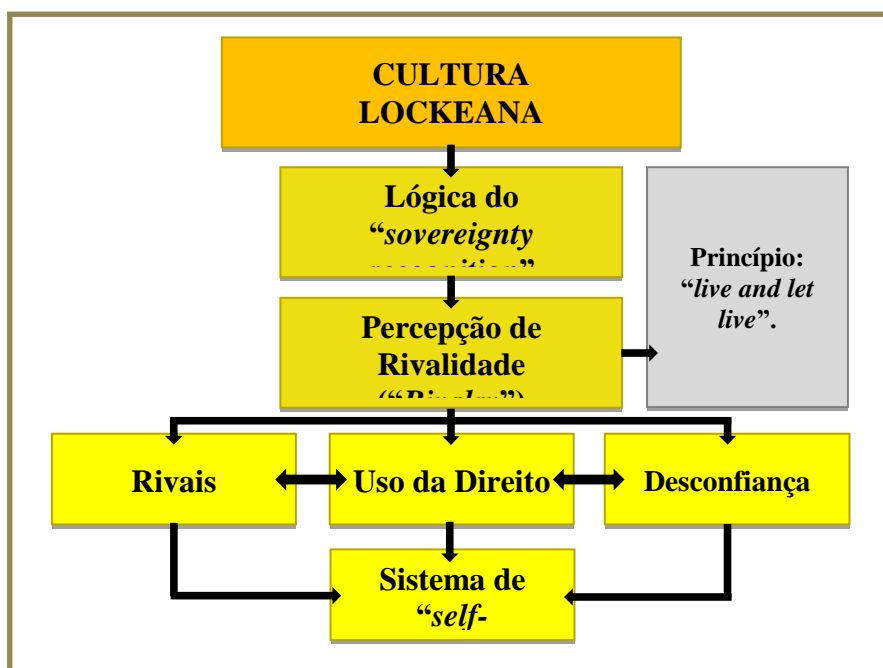
⁵⁷ “[...] reconhecimento da soberania”. Tradução nossa.

⁵⁸ “[...] vida e liberdade”. Tradução nossa.

⁵⁹ “[...] autolimitação”, Tradução nossa.

⁶⁰ “[...] viva e deixe viver”. Tradução nossa.

Figura 8 – A Cultura Lockeana da Anarquia Internacional



Fonte: Elaboração própria a partir de Wendt (1999).

Para Wendt (1999) a cultura lockeana só é possível porque a questão da ameaça e do poder militar ocupa, no processo de tomada de decisões dos agentes, um espaço de menor importância do que ocupa no ambiente hobbesiano. É neste sentido que o autor sustenta que “[...] if disputes do go to war, rivals will limit their own violence”⁶¹ (WENDT, 1999, p. 282), pois nessa cultura o uso da violência é constrangido pelo reconhecimento do direito do outro de existir.

Deste modo, pode-se dizer que por reconhecerem a soberania “[...] as a right [...] [...] we can speak of sovereignty not only as a property of individual states, but as an institution shared by many states”⁶² (WENDT, 1999, p. 280). Além disso, é importante mencionar que em função deste reconhecimento os agentes estabelecem a possibilidade de cooperação entre si, pois na sociedade anárquica lockeana a rivalidade entre os agentes não pressupõe a realização do desejo de conquista, como no caso da cultura hobbesiana.

⁶¹ “[...] no caso das disputas se tornarem guerras, as partes beligerantes autolimitariam o uso da violência”. Tradução nossa.

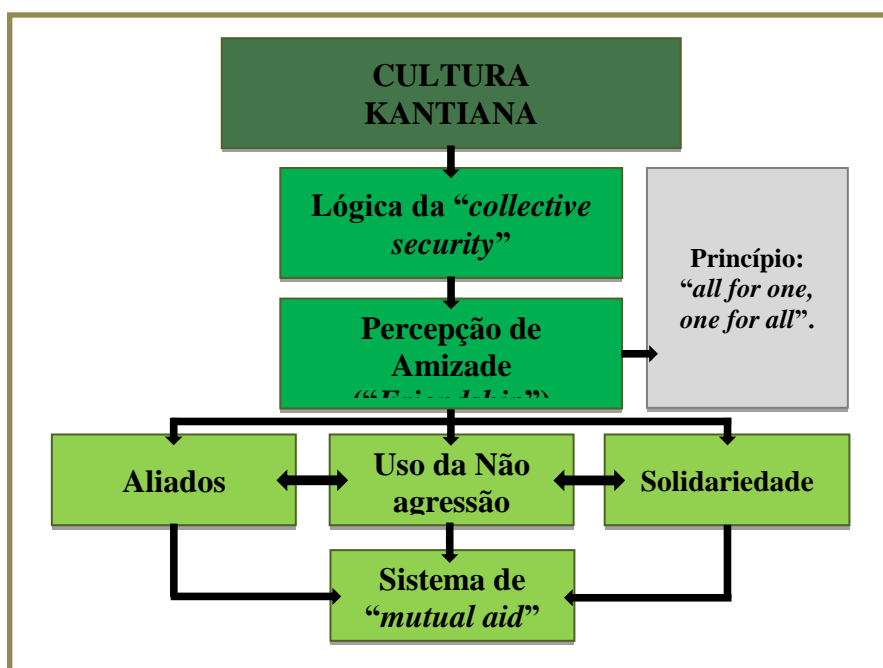
⁶² “[...] reconhecem a soberania uns dos outros como sendo um direito, podemos falar em soberania não como uma propriedade individual do Estado, mas como uma instituição compartilhada por vários Estados”. Tradução nossa.

3.2.1.2.5 A Cultura Kantiana de Anarquia

A cultura kantiana de anarquia internacional, conforme pode ser observado na Figura 9 a seguir, se desenvolve associada à lógica da “[...] ‘pluralistic security communities’ and ‘collective security’”⁶³ (WENDT, 1999, p. 299) e do princípio do “[...] all for one, one for all”⁶⁴ (WENDT, 1999, p. 301). No ambiente kantiano a percepção de amizade⁶⁵ orienta os rumos das interações entre os agentes.

Wendt (1999) considera que as interações entre os agentes na sociedade anárquica kantiana ocorrem sob o signo de um sistema baseado na concepção da “[...] mutual aid”⁶⁶ (WENDT, 1999, p. 299). Nessa sociedade, o temor e a desconfiança em relação ao outro é extinta e em seu lugar é erigida uma relação de solidariedade na qual o outro deixa de ser visto como um inimigo ou um rival e passa a ser percebido como um importante aliado.

Figura 9 – A Cultura Kantiana da Anarquia Internacional



Fonte: Elaboração própria a partir de Wendt (1999).

⁶³ “[...] ‘comunidades pluralísticas de segurança’ e ‘segurança coletiva’”. Tradução nossa.

⁶⁴ “[...] todos por um e um por todos”. Tradução nossa.

⁶⁵ No entender de Wendt (1999), “friendship is a role structure within which states expect each other to observe two simple rules: (1) disputes will be settled without war or the threat of war (the rule of non-Violence); and (2) they will right as a team if the security of any one is threatened by a third party (the rule of mutual aid)” (WENDT, 1999, p. 298-299). “a amizade possui uma estrutura frágil, pois depende do fato de que os Estados respeitem duas regras básicas: (1) os conflitos serão decididos sem guerra ou a ameaça dela (regra da não agressão); e (2) eles irão atuar em grupo caso a segurança de um deles seja ameaçada por uma terceira parte (regra da ajuda mútua)”. Tradução nossa.

⁶⁶ “[...] ajuda mútua”. Tradução nossa.

Todavia, é necessário pontuar que Wendt (1999) não desconsidera o fato de que em comparação ao conceito de inimigo, “[...] the concept of ‘friend’ is undertheorized in social theory, and especially in IR, where substantial literature exists on enemy images but little on friend images, on enduring rivalries but little on enduring friendships, on the causes of war but little on the causes of peace”⁶⁷ (WENDT, 1999, p. 298). E, também, que a regra da não agressão só tem aplicabilidade quando a lógica da “collective security” e a percepção de amizade entre os agentes são respeitadas, pois, de outro modo, eles não têm garantias de que as normas predeterminadas entre eles serão observadas.

Além disso, Wendt (1999) destaca o fato de que a cultura kantiana de anarquia internacional parece desconsiderar o fato de que existe uma expressiva diferença semântica entre os conceitos de aliado e de amigo uma vez que as alianças tendem a ser mais voláteis do que as relações de amizade, isto é, as últimas são mais duradouras do que as primeiras. Todavia, o autor ressalta que é no ambiente kantiano que a cooperação entre os agentes deixa de ser um objeto de desejo, como no caso lockeano, para se tornar um objetivo a ser alcançado pelos agentes em seus processos de interação.

Deste modo, Wendt (1992) sustenta que a cooperação entre os agentes é “[...] a process of reconstructing their interests in terms of shared commitments to social norms”⁶⁸ (WENDT, 1992, p. 417) o que, em sua visão, torna o quadro de normas mais estável e resistente a mudanças. Em outras palavras, por colocar as identidades e interesses dos agentes em torno de sua órbita, as normas tendem, enquanto produto do interesse coletivo, “[...] to transform a positive interdependence of outcomes into a positive interdependence of utilities”⁶⁹ (WENDT, 1992, p. 417). É neste sentido que o autor sustenta que as normas ganham estabilidade e se tornam resistentes a mudanças o que, em sua visão, favorece os processos de cooperação entre os agentes internacionais.

Portanto, pode-se dizer que a perspectiva de conciliação e cooperação é prevacente na sociedade anárquica kantiana e que este tipo de organização social favorece o desenvolvimento de processos de aproveitamento e complementação de

⁶⁷ “[...] o conceito de ‘amigo’ é subteorizado na teoria social, especialmente nas Relações Internacionais, onde existe uma vasta literatura sobre a imagem do inimigo, da rivalidade e das causas da guerra, existem algumas poucas sobre a figura do amigo, da amizade e das causas da paz”. Tradução nossa.

⁶⁸ “[...] um processo de reconstruir os seus interesses, em termos de compromissos partilhados com as normas sociais”. Tradução nossa.

⁶⁹ “[...] a transformar uma interdependência positiva dos resultados em uma interdependência positiva de serviços públicos”. Tradução nossa.

recursos energéticos entre os agentes. No entanto, é importante mencionar que uma vez que o ambiente favorável de interação em torno de uma determinada questão é estabelecido, torna-se necessário compreender o processo de internalização das decisões tomadas pelos agentes no âmbito interno e no âmbito externo. Neste sentido, considera-se que os modelos analíticos oferecidos pelos jogos múltiplos das relações internacionais podem clarificar esse processo.

3.2.1.3 Jogos Múltiplos das Relações Internacionais

O objetivo deste tópico é apresentar dois dos diversos modelos analíticos disponíveis de jogos múltiplos das relações internacionais. Todavia, é importante assinalar que não é objetivo deste trabalho esgotar o pensamento dos autores aqui analisados, mas sim passar em revista os principais aspectos de cada modelo para mais adiante compor um modelo híbrido de análise que reúna, em torno do modelo de análise de dois níveis proposto por Putnam (2010), características destes jogos e das abordagens teóricas apresentadas anteriormente.

O primeiro de modelo analítico examinado nesta tese foi proposto por Singer (1961). Para ele, o pesquisador “[...] must be prepared to evaluate the relative utility – conceptual and methodological – of the various alternatives open to him, and to appraise the manifold implications of the level of analysis finally selected. So it is with international relations”⁷⁰ (SINGER, 1961, p. 77). Ou seja, Singer (1961) sugere que por causa da complexidade das relações internacionais, o modelo analítico multinível consegue examinar com maior eficiência as interações entre os países nos níveis de análise micro e macro.

O segundo modelo aqui apresentado foi desenvolvido por Waltz (2004). Esse modelo examina, por meio de três imagens, a natureza dos fatores determinantes para a ocorrência da guerra e da paz. De acordo com o autor, “No âmbito de cada imagem, há otimistas e pessimistas concordando com as definições das causas e divergindo sobre o que se pode fazer com relação a elas” (WALTZ, 2004, p. 27). Neste sentido, Waltz (2004) considera que a natureza egoísta do ser humano, na perspectiva pessimista, é o fator

⁷⁰ “[...] deve estar preparado para avaliar a utilidade relativa – conceitual e metodológica – de diversas alternativas abertas para ele, bem como para avaliar as múltiplas implicações do nível de análise por ele selecionado. Assim é com as relações internacionais”. Tradução nossa.

determinante para a ausência da paz e para a ocorrência da guerra no caso da primeira imagem. No caso da segunda, o autor considera que a natureza reguladora do Estado é a fonte geradora de conflitos e que ela pode levar a guerra. A última imagem de Waltz (2004) analisa a natureza anárquica do sistema internacional como causadora da guerra.

3.2.1.3.1 *Os dois níveis de análise de Singer*

Segundo Singer (1961), a análise em níveis exige a adoção de um modelo analítico que, independentemente do nível examinado, procure “[...] articulate the alternatives [...] [and] examine the theoretical implications and consequences”⁷¹ (SINGER, 1961, p. 78) presentes no caso estudado. Para ele, as relações internacionais podem ser analisadas sob a ótica de dois níveis de análise, são eles: o macro nível e o micro nível.

O macro nível de análise se preocupa em examinar as interações entre os países no âmbito sistêmico, ou seja, no sistema internacional. Em função disso, Singer (1961), considera que:

By focusing on the system, we are enabled to study the patterns of interaction which the system reveals, and to generalize about such phenomena as the creation and dissolution of coalitions, the frequency and duration of specific power configurations, modifications in its stability, its responsiveness to changes in formal political institutions, and the norms and folklore which it manifests as a societal system⁷² (SINGER, 1961, p. 80).

A análise do macro nível tende, portanto, a resultar em generalizações como, por exemplo, o princípio de que no sistema internacional “o conceito de interesse [é] definido em termos de poder” (MORGENTHAU, 2003, p. 6). No entender de Singer (1961), essas generalizações podem afetar, positiva ou negativamente, o comportamento dos países no nível micro. Em outras palavras, o principal objetivo da análise macro nível é estabelecer padrões de regularidade que facilitem a compreensão do processo de interação entre os países e das relações internacionais no micro nível.

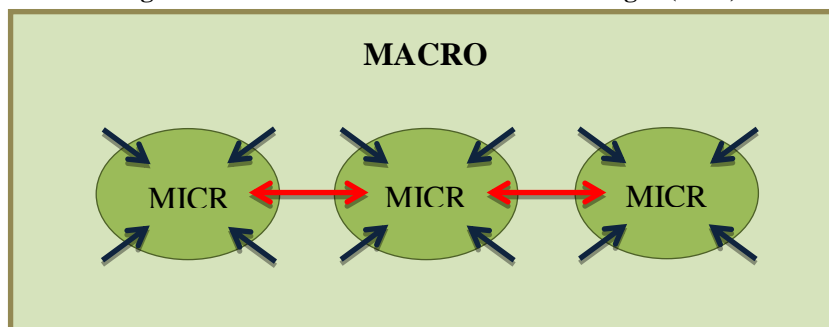
A figura 10, a seguir, apresenta a relação entre o macro e o micro nível. Nela, as setas em azul escuro representam a influência do ambiente macro nas ações, incluindo o

⁷¹ “[...] articular as alternativas [...] [e] examinar as consequências e implicações teóricas”. Tradução nossa.

⁷² “Focando no sistema, podemos estudar os padrões de interação revelados por ele e generalizar sobre o fenômeno analisado como, por exemplo, sobre a criação e dissolução de coalizões, a frequência e a duração de configurações específicas de poder, alterações em sua estabilidade, suas responsabilidades em relação a mudanças em instituições políticas formais e com as normas e crenças que ele manifesta enquanto um sistema social”. Tradução nossa.

processo de tomada de decisões, dos países no nível micro. As setas em vermelho, por sua vez, representam as interações, que foram influenciadas pelo ambiente macro, entre os países.

Figura 10 – O Macro Nível de Análise de Singer (1961)



Fonte: Elaboração própria a partir de Singer (1961).

De acordo com Singer (1961), a questão que se coloca que por resultar em generalizações, a análise do macro nível tende a superestimar os impactos de suas influências sobre as decisões tomadas pelos países no micro nível, ou seja, neste último os movimentos dos países podem ser motivados por outros interesses diferentes daqueles que expressam uma pura e simples vontade de poder.

Além disso, o macro nível de análise deve considerar o fato de que as “[...] nations may differ widely in what they consider to be the national interest”⁷³ (SINGER, 1961, p. 81) e também de que as políticas exteriores no micro nível não são uniformes e que, em função disso, o interesse de um país pode não afetar os interesses de outros países e vice versa. Dito de outro modo, o macro nível de análise tende a homogeneizar o comportamento heterogêneo dos países no micro nível.

Entretanto, Singer (1961) pontua que apesar das limitações do macro nível de análise, ele “[...] permits us to observe and measure correlations between certain forces or stimuli which seem to impinge upon the nation and the behavior patterns which are the apparent consequence of these stimuli”⁷⁴ (SINGER, 1961, p. 82). Deste modo, o autor entende que, resguardada as devidas ressalvas, esse nível de análise fornece uma base

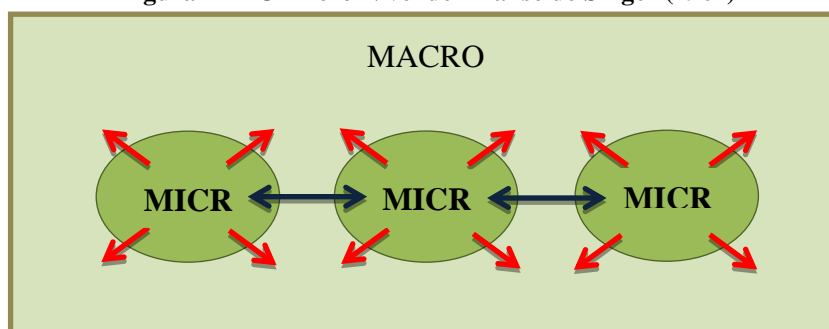
⁷³ “[...] nações podem divergir amplamente sobre o que elas consideram como sendo o interesse nacional”. Tradução nossa.

⁷⁴ “[...] permite-nos observar e mensurar correlações entre determinadas forças ou estímulos que parecem refletir sobre a nação e os padrões de comportamento que aparentemente decorrem desses estímulos”. Tradução nossa.

satisfatória de previsão comportamental dos países, desde que ele seja considerado previsível, em suas interações no micro nível.

O micro nível de análise ocupa das interações entre os países no âmbito subsistêmico e de seus reflexos no macro nível. De acordo com Singer (1961), uma das principais vantagens do micro nível de análise em relação ao macro nível reside no fato de que ele “[...] permits significant differentiation among [...] actors in the international system. Because it does not require the attribution of great similarity to the national actors, it encourages the observer to examine them in greater detail”⁷⁵ (SINGER, 1961, p. 82-83). Neste sentido, a figura 11 abaixo, apresenta as interações entre os países no micro nível e as interações destes com o macro nível.

Figura 11 – O Micro Nível de Análise de Singer (1961)



Fonte: Elaboração própria a partir de Singer (1961).

No micro nível de análise, cada país se movimenta de acordo com seus próprios interesses. Todavia, Singer (1961) sublinha que, em seus processos de interação, os interesses nacionais de um país podem ser afetados, positiva ou negativamente, pelos interesses nacionais de outros países. Na figura 11 acima, as setas em azul escuro representam essas interações. As setas em vermelho representam as interações entre o micro e o macro ambiente – o conteúdo destas interações é dependente da percepção, normalmente estabelecida nos processos de interação no nível micro, de um país em relação aos outros países.

Mesmo não oferecendo garantia de que suas análises resultarão em complexos modelos analíticos de política externa, o micro nível de análise “[...] permits us to avoid the inaccurate homogenization which often flows from the systemic focus, it also may lead

⁷⁵ “[...] permite uma significativa diferenciação entre os atores no sistema internacional. Pois, o micro nível de análise não exige que seja atribuída uma grande similaridade aos atores nacionais o que encoraja o observador a examina-los detalhadamente”. Tradução nossa.

us into [...] a marked exaggeration of the differences among [...] sub-systemic actors”⁷⁶ (SINGER, 1961, p. 83). Para Singer (1961), ao exagerar as diferenças entre os países no micro nível, o observador corre o risco de superestimar os atributos de seu país de origem em relação aos países com os quais ele interage. Neste caso, pode-se dizer que a análise do micro nível não refletiria a realidade objetiva das interações observadas o que, na visão do autor, poderia levar o país a calcular mal seus movimentos no macro nível.

De acordo com Singer (1961), outra vantagem do micro nível de análise em relação ao macro nível, é que enquanto neste o foco de análise se volta para o exame do todo – ou seja, das partes pelo todo –, naquele o foco de análise favorece o exame das partes, isto é, do todo pelas partes.

Em outras palavras, o autor sustenta que a análise do micro nível permite “[...] a detailed and comparative approach to the study of international relations”⁷⁷ (SINGER, 1961, p. 84). Em suma, pode-se dizer que o autor avalia que os dois níveis de análise fornecem, cada um ao seu turno, um bom quadro analítico para o exame das interações entre os países no sistema internacional. Assim, para o exame das interações entre os países no ambiente sistêmico o autor indica a aplicação do modelo de análise do macro nível e a adoção da análise do micro nível para o desenvolvimento de um quadro atomizado das relações entre os países no ambiente subsistêmico.

3.2.1.3.2 *Waltz e as três imagens das relações internacionais*

De acordo com Waltz (2004), o estudo da guerra e da paz na política internacional deve levar em consideração a existência de três imagens analíticas das relações internacionais. O foco de análise da primeira imagem recai sobre a figura do homem, pois o autor considera que as guerras ocorrem por causa da natureza e do comportamento humano. A segunda imagem considera que a natureza do Estado é o fator determinante para a ocorrência da guerra. A última imagem associa a ocorrência da guerra à natureza anárquica do sistema internacional. Para ele, neste sistema de anarquia internacional os Estados devem estar preparados para a guerra.

⁷⁶ “[...] permite-nos evitar as frequentes imprecisões próprias do foco sistêmico, mas pode nos levar a cometer exageros acerca das diferenças entre [...] os atores subsistêmicos”. Tradução nossa.

⁷⁷ “[...] um *approach* comparativo detalhado para o estudo das relações internacionais”. Tradução nossa.

3.2.1.3.3 *A primeira imagem*

A primeira imagem das relações internacionais de Waltz (2004) se preocupa em explicar as situações de guerra e paz a partir de uma discussão sobre a natureza e o comportamento humano, ou seja, o foco da primeira imagem analítica recai sobre a figura do homem. Para ele, “As guerras resultam do egoísmo, de impulsos agressivos mal canalizados, [e] da estupidez” (WALTZ, 2004, p. 23) dos homens. Deste modo, ele avalia que “Se essas são as causas fundamentais da guerra, a eliminação desta tem de vir da elevação e do esclarecimento dos homens ou de medidas que assegurem seu reajustamento psicossocial” (WALTZ, 2004, p. 23). Em outras palavras, o autor coloca que a situação de paz depende da supressão da ignorância humana sobre determinados temas em suas relações sociais.

Neste sentido, Waltz (2004) assinala que nos estudos sobre as situações de guerra a natureza e o comportamento dos homens podem ser classificados em otimistas e pessimistas. No primeiro caso, a ideia reinante é a de que a natureza humana é boa e que “As dificuldades que têm assediado o homem são superficiais e momentâneas [e que só] [...] continuam a existir porque a história é uma sucessão de momentos”⁷⁸ (WALTZ, 2004, p. 26) que o condiciona a situações conflituosas diante de outros homens.

Além disso, Waltz (2004) considera que não é possível analisar o comportamento do homem fora de seu contexto histórico ou a história apartada das circunstâncias humanas. Assim sendo, para mudar o comportamento do homem é necessário que se mude os “momentos” que moldam a história e, portanto, sua realidade social. Porém, é importante ter em mente que “Se mudar a natureza humana resolve o problema, é imperativo descobrir como efetuar a mudança [e, também, que se] as qualidades ruins do homem levam às guerras, é imperativo preocupar-se com maneiras de reprimir essa maldade ou de compensá-la” (WALTZ, 2004, p. 52).

No segundo caso, a ideia de bondade humana cede espaço para a noção de que a natureza do homem é inegavelmente egoísta. Para Waltz (2004), essa característica da natureza humana torna o ideal otimista de eliminação das situações de guerra impossível de ser realizado, pois os pessimistas consideram que “a paz é a um só tempo uma meta e

⁷⁸ Sobre este tema, Waltz (2004) menciona que “Os eventos da história do mundo não podem ser isolados dos homens que os fizeram. Mas a importância da natureza humana como um fator na análise causal de eventos sociais é reduzido pelo fato de que a mesma natureza, qualquer que seja sua definição, tem de explicar uma infinita variedade de eventos sociais” (WALTZ, 2004, p. 36-37).

um sonho utópico” (WALTZ, 2004, p. 50). O autor chama a atenção para o fato de que não se trata de analisar a natureza do homem sob as bases do bem ou do mal, pois ser egoísta não significa, necessariamente, ser mal.

Neste sentido, Waltz (2004) destaca que:

Morgenthau reconhece que, dada a competição por bens escassos, sem ninguém servindo de árbitro, segue-se uma luta pelo poder entre os competidores, e que, portanto, pode-se explicar a luta pelo poder sem referência ao mal que nasce com o homem. A luta pelo poder acontece simplesmente porque os homens desejam coisas, não porque haja algum mal em seus desejos (WALTZ, 2004, p. 45).

Dito de outra forma, o autor chama a atenção para o fato de que “Morgenthau considera muitas vezes o esforço pelo poder inerente aos homens como um dado mais básico do que as condições casuais em que ocorrem as lutas pelo poder” (WALTZ, 2004, p. 46) e, também, para o fato de que a maior parte dos pessimistas considera o poder como sendo um fim e não um meio, isto é, como um objetivo em si mesmo. Neste sentido, pode-se dizer que:

[...] em primeiro lugar, [...] as lutas pela preferência surgem em situações competitivas e, na ausência de uma autoridade capaz de limitar os meios usados pelos competidores, é introduzida a força; em segundo, [...] as lutas pelo poder surgem porque os homens nascem com a ânsia de poder. [...] Quem aceita a segunda [ideia] vai definir o interesse nacional como poder, uma vez que os homens buscam naturalmente o poder. Quem aceita a primeira, também vai definir o interesse nacional como poder, mas dessa vez porque, em certas condições, o poder é o meio necessário para garantir os fins dos Estados. Num caso, o poder é um fim; no outro, um instrumento (WALTZ, 2004, p. 46).

Todavia, o autor sublinha que existem “graus de otimismo e de pessimismo, e a mesma pessoa pode ser otimista com relação a algumas coisas e pessimista com respeito a outras” (WALTZ, 2004, p. 26) e que, apesar de sua importância, a natureza humana, de forma isolada, não é suficiente para explicar situações de guerra ou de paz. Como exemplo disto, o autor assinala que do mesmo modo que a natureza humana “pode ter sido em algum sentido a causa da guerra de 1914, [...] [ela] foi a causa da paz em 1910” (WALTZ, 2004, p. 38).

Waltz (2004) considera que a análise do comportamento humano empreendida pelos pessimistas oferece melhores condições de compreensão das relações internacionais do que aquelas desenvolvidas pelos otimistas. Neste sentido, o autor considera que as proposições otimistas são próximas de um desejo utópico e, portanto, distantes de uma

realidade objetiva. E conclui que “A maldade do homem, ou seu comportamento impróprio, leva à guerra; a bondade individual se pudesse ser universalizada, significaria paz” (WALTZ, 2004, p. 50).

Deste modo, considerando os postulados de Waltz (2004) nesta imagem, esta tese defende que quando a elaboração da Política Energética de um país é influenciada por grupos de interesse do tipo pessimista, seus objetivos tendem a afastar as propostas de aproveitamento e complementação energética bi ou multilaterais e a privilegiar a sua busca por autonomia na produção de insumos energéticos e na geração de energias.

3.2.1.3.4 A segunda imagem

A segunda imagem das relações internacionais de Waltz (2004) estabelece que “para compreender a guerra e a paz, tem-se de usar a análise política” (WALTZ, 2004, p. 102) internacional, pois o exame da ocorrência da guerra exige, segundo ele, a compreensão dos mecanismos de funcionamento interno dos países e de suas interações com os demais países no cenário internacional uma vez que é neste cenário que as cenas de guerra são desenroladas. Em outras palavras, o foco analítico da segunda imagem de Waltz (2004) incide sobre a figura do Estado.

De acordo com o autor, muitas vezes os países recorrem à guerra como forma de promover a estabilidade e a paz interna. Nesse caso, para usar a categoria analítica de Singer (1961), a guerra é pensada como sendo um instrumento de paz no micro nível. Um exemplo disso é observado no já mencionado episódio das Malvinas no qual o governo argentino – na tentativa de garantir a estabilidade interna por meio do apoio popular para conseguir uma sobre vida ao regime militar – empreendeu um conflito militar com a Inglaterra no início dos anos 1980. Ou seja, naquela ocasião, o governo argentino procurou dirimir os problemas internos unindo a população argentina em torno de uma ameaça externa.

Entretanto, por adotar uma perspectiva positiva das relações internacionais, Waltz (2004) considera que uma reforma dos Estados pode resultar na redução ou até mesmo na eliminação das ocorrências de guerras. Neste sentido, o autor destaca que:

Entre os que adotaram essa abordagem das relações internacionais, há uma grande variedade de definições. Karl Marx define “bom” em termos de

propriedade dos meios de produção; Emmanuel Kant, em termos de princípios abstratos de direito; Woodrow Wilson, em termos de autodeterminação nacional e de organização democrática moderna. Ainda que cada definição destaque como cruciais fatores diferentes, todas se unem para afirmar que se, e somente se, todos os Estados fossem substancialmente reformados, haveria paz mundial. Ou seja, considera-se a reforma prescrita base suficiente para a paz no mundo (WALTZ, 2004, p. 105-106).

Assim, Waltz (2004) ancora, conforme colocado por Marx, Kant e Wilson, o estabelecimento da paz mundial na reforma dos Estados. Além disso, o autor considera importante passar em revista “o pensamento político dos liberais do século XIX [e] [...] sua tese [de] que as condições internas determinam efetivamente o comportamento externo” (WALTZ, 2004, p. 107). No caso das condições internas, o autor parte do pressuposto hobbesiano de segurança, ou seja, da ideia de que para sobreviver ao estado de natureza humano, os homens, reunidos em sociedade, decidiram abrir mão de algumas de suas liberdades em prol da criação de um elemento externo a eles, que teria como principal função ser o garantidor da ordem social, da vida e, portanto, da paz.

Deste modo, Waltz (2004) destaca que do ponto de vista liberal o Estado é um mal necessário que precisa ser entendido a partir da compreensão do comportamento humano, em si mesmo, e dele em sociedade. Assim, o autor ressalva que o indivíduo, a sociedade e o Estado são três grandes variáveis do convívio humano que merecem destaque no pensamento hobbesiano, pois “As duas primeiras determinam a extensão e o tipo das funções que o Estado deve assumir” (WALTZ, 2004, p. 108).

De acordo com a visão liberal “a iniciativa individual é a força motriz do sistema e a competição no mercado livre, seu regulador” (WALTZ, 2004, p. 108), ou seja, como o mercado se autorregula, os liberais consideram que o Estado não deve se ocupar das questões econômicas. Se aplicada a questão energética, essa visão afastaria qualquer proposta estatal de complementação energética, pois este tipo de proposta significaria a extrapolação das funções do Estado.

No caso do comportamento externo, Waltz (2004) salienta que os liberais partem do pressuposto de que o entendimento das relações internacionais e de que a ocorrência da guerra depende da compreensão do papel desempenhado pelos Estados em uma comunidade de Estados e da resposta desta Comunidade aos Estados nos casos de divergências de interesses. Além disso, o autor assinala que “Os primeiros liberais [...] pressupunham a existência de uma harmonia objetiva de interesses na sociedade [e que]

[esse] mesmo pressuposto [poderia ser] aplicado às relações internacionais” (WALTZ, 2004, p. 122). Este pensamento se torna evidente quando os liberais afirmam que:

A produção floresce na paz, e a distribuição será equitativa se as pessoas de todos os países forem livres para perseguir seus interesses em todos os quadrantes do mundo. A guerra é destruição, e o enriquecimento a partir da guerra é uma ilusão. O vencedor não obtém ganhos com a guerra; ele pode orgulhar-se tão-somente de perder menos do que o vencido. Esse raciocínio acha-se na base do argumento tradicional segundo o qual a guerra não compensa [...] (WALTZ, 2004, p. 125).

Todavia, cumpre mencionar que o fato de reconhecer que a guerra não compensa, não implica dizer que os liberais esperavam com isso o fim de todos os conflitos entre os Estados. Para eles, os conflitos continuariam a existir, “mas não a propensão a resolvê-las mediante a guerra” (WALTZ, 2004, p. 143). Conforme assinala o autor, o pressuposto liberal era o de que a opção pela guerra nos conflitos interestatais cederia lugar, tal qual posto por Wendt (1992) e (1999), a racionalidade e ao diálogo amigável.

Em conclusão, Waltz (2004) sublinha que nas relações internacionais “os homens fazem a sociedade, incluindo a sociedade internacional, em que vivem [...] [e que] [...] as sociedades em que vivem fazem os homens” (WALTZ, 2004, p. 153). Neste sentido, pode-se dizer que como o ambiente internacional resulta do comportamento dos Estados – ou seja, que os acontecimentos domésticos têm efeitos internacionais – não é possível compreender a primeira imagem sem considerar a importância da segunda imagem e vice versa.

3.2.1.3.5 *A terceira imagem*

A terceira imagem das relações internacionais de Waltz (2004) se preocupa em explicar a ocorrência da guerra a partir do exame das relações entre os Estados em um ambiente internacional considerado anárquico. Deste modo, pode-se dizer que a preocupação central dessa imagem reside na natureza do sistema internacional. Neste sentido, o autor destaca que:

Com tantos Estados soberanos, sem um sistema jurídico que possa ser imposto a eles, com cada Estado julgando suas queixas e ambições segundo os ditames de sua própria razão ou de seu próprio desejo, o conflito, que por vezes leva à guerra, está fadado a ocorrer. A fim de alcançar um desfecho favorável nesse

conflito, os Estados têm de confiar em seus próprios dispositivos, cuja relativa eficiência tem de ser sua constante preocupação (WALTZ, 2004, p. 197).

Para Waltz (2004), a lógica da desconfiança entre os Estados decorre da constatação de que no ambiente de anarquia internacional a possibilidade de harmonia automática é inexistente, pois na “ausência de uma autoridade acima dos Estados para prevenir e conciliar os conflitos que surgem necessariamente de vontades particulares [...] a guerra é inevitável” (WALTZ, 2004, p. 225). Assim sendo, os Estados, na busca por seus objetivos, tendem, conforme coloca o autor, a empregar neste ambiente o uso da força. Além disso, é importante assinalar que:

Para a harmonia existir em meio à anarquia, não só tenho de ser perfeitamente racional, como de ser capaz de supor que todas as outras pessoas o são igualmente. Do contrário, não há base para o cálculo racional. Admitir em meu cálculo os atos irracionais alheios pode não levar a nenhuma solução definida; porém tentar agir a partir de um cálculo racional sem admitir isso pode levar à minha ruína (WALTZ, 2004, p. 209).

Desta forma, a ideia dominante é a de que “todos os Estados têm de estar constantemente prontos para opor a força à força ou para pagar o preço da fraqueza. As exigências de ação do Estado são impostas, nessa concepção, pelas circunstâncias nas quais todos os Estados se encontram” (WALTZ, 2004, p. 198). Em outras palavras, apesar da ausência de uma autoridade superior aos Estados no nível macro, para usar a categoria analítica de Singer (1961), Waltz (2004) identifica que neste nível analítico existe uma relação de interdependência entre todos os Estados na qual as decisões políticas de um Estado pode afetar, positiva ou negativamente⁷⁹, as decisões dos demais Estados.

Neste sentido, ao considerar que as propostas de cooperação se alocam no nível da competição entre os Estados por melhores posições no jogo internacional, o autor considera ser “desnecessário supor [que] a autopreservação [é] a única motivação do homem; porque o conflito resulta da busca de qualquer meta” (WALTZ, 2004, p. 211).

Em suma, Waltz (2004) sustenta que a lógica da terceira imagem obedece à ordem inversa da segunda imagem, ou seja, as causas internacionais têm efeitos domésticos. Além disso, o autor pontua que no estudo da política internacional existe uma relação de interdependência entre as três imagens e que compreender a dinâmica dessa relação é uma condição necessária para entender o funcionamento das relações internacionais.

⁷⁹ Se afeta de forma positiva tem-se como resultado a paz, no caso contrário tem-se a guerra.

Deste modo, esta tese entende que a compreensão do processo de aproximação dos países da América do Sul, com o objetivo de aproveitar as possibilidades regionais de complementação energética, depende da identificação e exame dos interesses envolvidos e, neste caso, defendidos pelos grupos de interesse nas imagens apresentadas por Waltz (2004) em separado ou delas em seus processos de interação. A seguir é apresentado o pensamento, calcado na lógica dos dois níveis de análise da política internacional, desenvolvido por Putnam (2010).

3.2.2 Putnam e a Lógica dos Jogos de Dois Níveis de Análise

Os jogos múltiplos das relações internacionais⁸⁰ examinados por Putnam (2010) apresentam deficiências analíticas tanto no nível doméstico – micro nível de Singer (1961) e primeira e segunda imagens de Waltz (2004) – quanto no internacional – macro nível de Singer (1961) e terceira imagem de Waltz (2004) –, pois se preocupam em demasia com os aspectos constitutivos de cada nível, como por exemplo, sua natureza e seus interesses, e deixam de relacioná-los uns com os outros para explicar satisfatoriamente o mecanismo de interação entre eles. O autor considera que essas deficiências decorrem da constatação de que nenhum dos modelos analíticos examinados observou o fato de que:

A luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos (PUTNAM, 2010, p. 151).

Em outras palavras, Putnam (2010) sustenta que por desconsiderar fatores importantes no processo de interação entre os níveis selecionados, o exame isolado de cada um deles produz interpretações que não passam de “meras análises de ‘equilíbrio parcial’” (PUTNAM, 2010, p. 149). Neste sentido, o autor assinala que ao invés de atribuir foco “em

⁸⁰ Neste ponto é importante salientar que Putnam (2010) não menciona Singer (1961) em sua pesquisa. No entanto, além de Waltz (2004), o autor passa em revista os modelos de análise da interação entre o doméstico e o internacional propostos por Deutsch (1957), Haas (1958), Rosenau (1969), Allison (1971), Katzenstein (1976) (1978) (1985), Keohane e Nye Jr. (1977), Gourevitch (1978), Krasner (1978), Evans (1979), Lake (1984), Alt (1987), e, Milner (1987) (cf. PUTNAM, 2010, p. 149- 151).

[...] análises parciais, devemos voltar a [nossa] atenção para teorias de ‘equilíbrio geral’ que deem conta simultaneamente das interações de fatores domésticos e internacionais” (PUTNAM, 2010, p. 149), uma vez que no jogo político as demandas internacionais são consideradas legítimas quando recebem o apoio de determinados grupos de interesse domésticos⁸¹.

Em seu estudo, Putnam (2010) parte do pressuposto de que a correlação de fatores presentes no nível doméstico e de fatores presentes no nível internacional determina, por meio de pressões favoráveis e contrárias de determinados grupos de interesse, o tipo de relação que será estabelecida entre eles. Para o autor, os jogos múltiplos no campo das relações internacionais são extremamente complexos⁸², pois demandam o estabelecimento de “regras bem definidas, escolhas, ganhos, jogadores e informação e, ainda assim, muitos dos jogos simples de duas pessoas com motivações múltiplas não [apresentam] solução determinada” (PUTNAM, 2010, p. 152). Além disso, o autor destaca que na correlação de fatores,

Os poderes executivos centrais têm um papel especial na mediação das pressões domésticas e internacionais exatamente porque estão diretamente expostos a ambas as esferas e não porque sejam unificados em todas questões ou porque estejam insulados em relação à política doméstica (PUTNAM, 2010, p. 151).

Como exemplos desta correlação de fatores, o autor cita os casos de interação entre os níveis doméstico e internacional da até então Alemanha Ocidental⁸³, do Japão⁸⁴ e dos

⁸¹ Todavia, Putnam (2010) chama a atenção para o fato de que a aplicação de seu modelo de análise em dois níveis exige “Uma concepção mais adequada dos determinantes domésticos da política externa e das relações internacionais [que enfatize] a *luta política* [com foco] [nos] partidos, [nas] classes sociais, [nos] grupos de interesse (tanto econômicos quanto não econômicos), [nos] legisladores e mesmo [na] opinião pública e [nas] eleições – e não apenas [nos] funcionários do poder Executivo e [nos] arranjos institucionais” (PUTNAM, 2010, p. 150).

⁸² Neste particular, o autor coloca que “As complexidades políticas para os jogadores neste jogo de dois níveis são impressionantes. Qualquer jogador importante do tabuleiro internacional que estiver insatisfeito com o resultado pode desorganizar o jogo e, inversamente, qualquer líder que não consiga satisfazer seus companheiros do tabuleiro doméstico arrisca ser retirado de seu assento. Entretanto, às vezes jogadores mais capazes identificam movimentações em determinado tabuleiro que desencadeiam realinhamentos em outro, permitindo-lhes atingir objetivos que não conseguiriam de outra maneira” (PUTNAM, 2010, p. 152).

⁸³ No caso alemão, o autor assinala que as pressões domésticas favoráveis no decorrer das negociações de Bonn partiam de “funcionários do gabinete do Chanceler e do Ministério da Economia, [...] do Partido Socialdemocrata e dos sindicatos” (PUTNAM, 2010, p. 148) e que as contrárias partiam “do Ministério das Finanças, do Partido Democrático Livre (membro da coalizão do governo) e das comunidades financeira e de negócios, em particular a liderança do Bundesbank” (PUTNAM, 2010, p. 148).

⁸⁴ No caso japonês, Putnam (2010) destaca que a formação de “Uma coalizão composta por interesses empresariais, pelo Ministério do Comércio e da Indústria (MITI), pela Agência de Planejamento Econômico e por alguns políticos de pensamento expansionista dentro do Partido Democrático Liberal

EUA⁸⁵ no contexto da realização da Reunião de Cúpula de 1978 que teve lugar na cidade de Bonn na Alemanha Ocidental. A Cúpula de Bonn reuniu os chefes de Estados do G7 – grupo formado pelas sete maiores economias do ocidente (Alemanha Ocidental, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido) – e o representante da Comunidade Econômica Europeia (CEE) para discutir medidas de recuperação da economia ocidental no rescaldo do primeiro choque do petróleo⁸⁶ e da suspensão do sistema de câmbio fixo de Bretton Woods, ocorridos na primeira metade dos anos 1970.

Ao final da Cúpula de 1978 foi assinado do Acordo de Bonn sobre a recuperação econômica dos países ocidentais. Na visão de Putnam (2010), o Acordo “só foi possível porque uma poderosa minoria no interior de cada governo apoiou domesticamente a política demandada internacionalmente” (PUTNAM, 2010, p. 148). Deste modo, o autor conclui que o caso de Bonn é representativo da correlação entre os níveis doméstico e internacional, pois demonstrou como as pressões dos grupos de interesse nos dois níveis foram combinadas para que ao final daquela reunião os representantes do G7 e da CEE chegassem ao Acordo. Porém, Putnam (2010) destaca que uma vez concluído, um acordo precisa ser ratificado no nível doméstico. Isso significa dizer que se os termos do acordo não forem considerados satisfatórios pelos grupos de interesse deste nível, ele corre o risco de não ser ratificado⁸⁷.

Em suma, Putnam (2010) considera que ao contrário das teorias estatocêntricas e das abordagens desenvolvidas por Singer (1961) e Waltz (2004), seu modelo de análise em

pressionou [o governo] por estímulos domésticos adicionais usando a pressão dos Estados Unidos como um de seus principais argumentos contra a teimosa resistência do Ministério das Finanças (MOF)” (PUTNAM, 2010, p. 148).

⁸⁵ No caso estadunidense, o autor observa que “a atividade política interna também reforçou e foi reforçada pela pressão internacional. Durante a preparação para a Cúpula os negociadores estadunidenses convidaram suas contrapartes internacionais a colocar mais pressão sobre os norte-americanos com o intuito de reduzir a importação de petróleo. Funcionários-chave da área econômica do governo apoiavam uma política de energia mais dura, mas sofriam oposição dos assessores políticos mais próximos do Presidente, mesmo depois da Cúpula. Além disso, adversários no Congresso continuavam a bloquear a desregulamentação do preço interno do petróleo” (PUTNAM, 2010, p. 149).

⁸⁶ Este estudo justifica a centralidade conferida ao modelo analítico proposto por Putnam (2010) na construção de seu arco teórico devido ao fato dele se preocupar em identificar e sistematizar o jogo de interesses presente na Cúpula de Bonn que teve na interface de suas negociações a temática energética.

⁸⁷ De acordo com Putnam (2010), “a possibilidade de uma ratificação fracassada sugere que a análise teórica do jogo deveria distinguir entre *defecção voluntária* e *involuntária*. A defecção voluntária refere-se a uma recusa dada por um ator egoísta racional na ausência de contratos obrigatórios [...]. A defecção involuntária, por outro lado, reflete o comportamento de um agente que é incapaz de cumprir uma promessa devido ao fracasso de uma ratificação. Mesmo que esses dois tipos de comportamento sejam difíceis de distinguir em algumas situações, suas lógicas básicas são bem diferentes” (PUTNAM, 2010, p. 154). Todavia, é importante mencionar que no jogo de dois níveis de Putnam (2010) a defecção de um acordo negociado tende a ser evitada nos dois casos, pois o temor de ter que jogar novamente com os mesmos “adversários” no futuro obriga os jogadores a estabelecerem acordos que possam ser cumpridos.

dois níveis oferece soluções plausíveis para os dilemas presentes nos jogos múltiplos das relações internacionais, pois reconhece, ao mesmo tempo, “a inevitabilidade do conflito doméstico em relação às exigências do ‘interesse nacional’” (PUTNAM, 2010, p. 169-170) e o fato de que nestes jogos “os tomadores de decisão lutam para conciliar simultaneamente os imperativos domésticos e [os imperativos] internacionais” (PUTNAM, 2010, p. 170).

3.2.3 O Modelo Teórico Híbrido

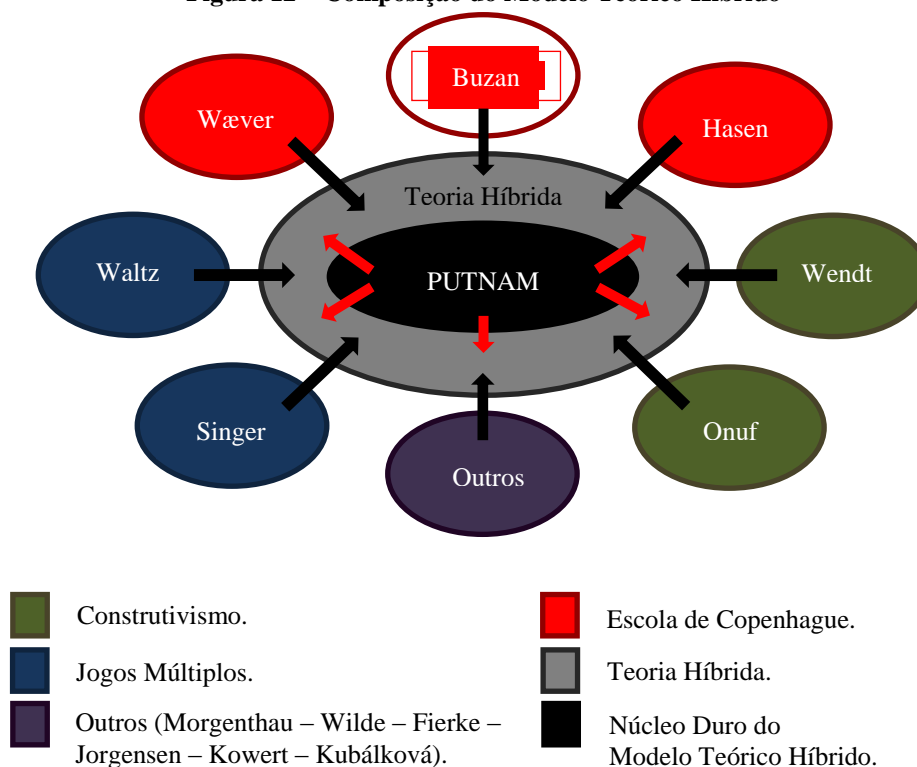
A construção do arcabouço teórico desta tese, como apresentado até aqui, procurou associar a contribuição de diversos autores de variadas vertentes teóricas das Relações Internacionais com o modelo de análise em dois níveis desenvolvido por Putnam (2010). A Figura 12 e o Quadro 3 a seguir, tem como objetivo principal demonstrar como a composição deste modelo foi pensada e de que forma ele se relaciona com o aparato metodológico utilizado no desenvolvimento deste trabalho.

Neste sentido, conforme pode ser observado na Figura 12, o jogo analítico em dois níveis de Putnam (2010) ocupa um lugar de centralidade no modelo teórico desenvolvido para o exame da Política Energética Brasileira no período de 1995 a 2010.

Neste modelo, a contribuição de Putnam (2010) é representada pelas setas marcadas em vermelho e significam a identificação das demandas dos grupos de interesse que pressionam ou influenciam os formuladores da Política Energética do país em seu processo de elaboração. As setas marcadas em preto sinalizam as contribuições dos pensadores adeptos de outras correntes teóricas que foram abordadas nesta pesquisa.

Os balões em vermelho agrupam os pensadores da Escola de Copenhague. Neste modelo, o processo de securitização de um determinado tema, neste caso o energético, é representativo da contribuição dos estudos de Copenhague para a sua composição.

Figura 12 – Composição do Modelo Teórico Híbrido



Fonte: Elaboração própria a partir de Singer (1961), Onuf (1989), Onuf, Kulbálková e Kowert (1998), Buzan (1991, 1997), Buzan, Wilde e Wæver (1998), Buzan e Hasen (2012), Wendt (1992) e (1999), Fierke e Jorgensen (2001), Waltz (2004) e Putnam (2010).

Na Figura acima, os balões em verde reúnem os teóricos da abordagem construtivista das Relações Internacionais trabalhados nesta tese. O papel das regras e da natureza da anarquia internacional no processo de construção da realidade social constitui a principal contribuição desta abordagem teórica para a composição deste modelo teórico. Além disso, é importante mencionar que apesar de pertencerem a correntes teóricas distintas os adeptos de Copenhague concordam, ainda que com enfoque distinto, com a proposição construtivista de que a realidade internacional é fruto de um processo de construção social resultante da interação entre a agência e a estrutura.

Os balões em azul trazem os autores que trabalharam a análise multinível em seus estudos. Embora esta pesquisa reconheça que o pensamento de Waltz (2004) se enquadre melhor abordagem neorrealista das Relações Internacionais, Putnam (2010) classifica a obra do autor sobre as imagens analíticas das Relações Internacionais como sendo uma importante contribuição para o desenvolvimento dos estudos dos jogos múltiplos das Relações Internacionais.

Deste modo, cumpre assinalar que a interação entre as imagens de Waltz (2004) e a interação entre os níveis de análise de Singer (1961) constituem a principal contribuição das análises multiníveis para a constituição deste modelo teórico. Pois, ambas as abordagens se preocupam em explicar a relação de causa e efeito entre as imagens ou níveis analisados que reflete diretamente no processo de tomada de decisão, no âmbito internacional, dos países em questões como as propostas de aproveitamento e complementação energética na América do Sul.

O balão em roxo reúne os demais teóricos – como, por exemplo, Morgenthau (2003) – que foram utilizados na elaboração do modelo teórico híbrido aplicado nesta tese. O balão em cinza representa o Modelo Teórico Híbrido em si mesmo. Nele, o balão em preto concentra a contribuição de Putnam (2010) para o desenvolvimento dos estudos sobre os jogos múltiplos das Relações Internacionais e constitui o núcleo duro deste modelo teórico. É importante salientar que além de estabelecer um nexo entre interesses domésticos e interesses internacionais nos processos de negociações internacionais, a concepção teórica de Putnam (2010) foi desenvolvida na esteira de uma importante crise energética mundial, ou seja, no contexto do primeiro choque do petróleo nos anos 1970.

O Quadro 3, por sua vez, reúne as principais características do modelo teórico híbrido desenvolvido nesta tese. Nele, é possível observar que a adoção da metodologia e a escolha teórica são determinadas pela natureza do tema que será examinado. Neste sentido, Sampieri, Collado e Lucio (2014) colocam que normalmente a análise dos temas de natureza objetiva exige, em função de suas especificidades, a adoção de uma abordagem teórica e metodológica que possua uma natureza de mesmo teor, pois ao passo que o enfoque metodológico adotado deve demonstrar uma capacidade instrumental de quantificar os dados coletados, a teoria aplicada deve demonstrar uma capacidade analítica de sistematizá-los.

Quadro 3 – Características do Modelo Teórico Híbrido

	NATUREZA OBJETIVA	NATUREZA SUBJETIVA	NATUREZA INTERSUBJETIVA
METODOLÓGICO	Quantitativo	Qualitativo	Misto
TEÓRICO	Escola de Copenhague/Jogos Múltiplos	Construtivismo	Modelo Híbrido

Fonte: Elaboração própria a partir de Singer (1961), Richardson (1989), Onuf (1989), Onuf, Kulbáková e Kowert (1998), Tesch (1990), Strauss e Corbin (1990), Buzan (1991, 1997), Buzan, Wilde e Wæver (1998), Buzan e Hasen (2012), Wendt (1992) e (1999), Serrano (1994), Dezin e Lincoln (1994), Olabuénaga (1999), Schwandt (2000), Fierke e Jorgensen (2001), Fonseca (2002), Esteban (2003), Polit, Beck e Hungler (2004), Diehl (2004), Waltz (2004), Borsotti (2009), Puentes (2014), Sampieri, Collado e Lucio (2014) e Putnam (2010).

No caso desta pesquisa, a natureza objetiva dos métodos quantitativos foi associada à natureza objetiva da maior parte dos estudos sobre segurança desenvolvidos pelos adeptos da Escola de Copenhague e dos cenários possíveis de negociação internacional traçados pelos seguidores das teorias dos jogos múltiplos das relações internacionais. Isto porque, a percepção dominante nestes estudos e cenários tem seu foco na ideia de que “[...] o jogo [nos diversos] tabuleiros está interligado [de modo que] [...] [uma] posição vantajosa na política internacional do comércio e investimento pode ser utilizada para conseguir vantagens na política internacional” (BULL, 2002, p. 132) por outros jogadores.

Em outras palavras, as pesquisas de caráter objetivo podem ser representadas pela seguinte equação: metodologia objetiva + teoria objetiva = previsibilidade. Neste caso, o resultado da equação representa a expressão máxima do pensamento objetivo nas Relações Internacionais, pois ter noção de previsibilidade implica em ter noção de antecipação e esta, no jogo internacional, pode ser um fator determinante para a questão da sobrevivência no ambiente de anarquia internacional.

Do mesmo modo, os temas de natureza subjetiva tendem a exigir a adoção de uma abordagem metodológica e a aplicação de um marco teórico que privilegie a interpretação pessoal dos dados coletados. Assim, este trabalho defende que a equação: metodologia subjetiva + teoria subjetiva = imprevisibilidade, é representativa das pesquisas de caráter subjetivo.

O resultado das pesquisas subjetivas é imprevisível porque, conforme coloca Borsotti (2009), elas, dentre outras coisas, consideram o fato “[...] de que las situaciones

sociales son producto de una dinámica resultado de conflictos de intereses, [e que a sua] comprensión consiste, nada más y nada menos, que en establecer el sentido de las acciones, de la orientación de acción, de [seus] conjuntos sociales”⁸⁸ (BORSOTTI, 2009, p. 26). A imprevisibilidade nas pesquisas de natureza subjetiva exige que os dados coletados pelo pesquisador sejam analisados por meio do emprego de uma metodologia que possibilite qualificá-los e sistematizá-los levando-se em consideração suas respectivas conjunturas históricas, econômicas, políticas e sociais. Neste sentido, é importante assinalar que considerando o fato de que a construção da realidade social encontra-se em um processo de constante mudança, os atos e os fatos podem, neste contexto, ser analisados, mas não antecipados pelo examinador.

Os temas de natureza intersubjetiva, por sua vez, podem ser representados pela equação: metodologia intersubjetiva + teoria intersubjetiva = possibilidade. Para Buzan (1993) o resultado da equação intersubjetiva implica o fato de que “the very act of perceiving international relations in societal terms will itself condition behavior by opening new understandings of what is possible and what is desirable”⁸⁹ (BUZAN, 1993, p. 330).

Deste modo, pode-se dizer que a elaboração de um Modelo Teórico Híbrido permite que o tema em análise – o energético, no caso deste trabalho – seja examinado por meio da aplicação de um instrumental teórico formado por diversas abordagens teóricas. A ideia presente nesta proposição é a de que os pressupostos teóricos das teorias selecionadas, de forma isolada, seriam considerados insuficientes para isso. Neste sentido, esta pesquisa justifica a utilização do referencial teórico escolhido e apresentado no presente capítulo desta tese.

3.3 ASPECTOS PRÁTICOS

Conforme mencionado anteriormente, esta tese considera que o aumento da participação do GN na matriz energética brasileira é resultado direto da promulgação da

⁸⁸ “[...] de que as situações sociais são produto de uma dinâmica resultante de conflitos de interesses, [e que a sua] compreensão consiste, nada mais, nada menos, que no estabelecimento do sentido das ações, da orientação da ação, de [seus] conjuntos sociais”. Tradução nossa.

⁸⁹ “Em outras palavras, o próprio ato de perceber as relações internacionais em termos sociais condiciona o comportamento por meio da abertura de novos entendimentos do que é possível e o que é desejável”. Tradução nossa.

Lei nº 9.478/97 (BRASIL, 1997) que criou a ANP e o CNPE e estabeleceu as prioridades nacionais em termos investimentos no setor de energias.

Neste sentido, em conformidade com a proposta de análise política em dois níveis de Putnam (2010), pode-se dizer que a criação da ANP e do CNPE representa para os grupos de interesse domésticos – sendo este último um importante grupo de interesse⁹⁰ – a garantia de que suas demandas, em face aos interesses dos grupos de interesse externos, sejam observadas tanto na elaboração da Política Energética nacional quanto nas negociações políticas e comerciais internacionais que envolva o tema energia.

É importante assinalar que no dia 15 de março de 2004 foi divulgada a Lei nº 10.847 (BRASIL, 2004c) que autorizou a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). No entanto, a EPE só foi criada de fato pelo Decreto nº 5.184 de 16 de agosto de 2004 (BRASIL, 2004b). Assim como o CNPE, a EPE constitui um importante grupo de interesse cuja natureza, finalidade e competências encontram-se indicadas no art. 2º do Capítulo I⁹¹ e no art. 6º do Capítulo IV⁹² do seu Decreto constitutivo.

Os balanços energéticos elaborados e publicados pela EPE em 2004 (ano base 2003), 2006 (ano base 2005), 2007 (ano base 2006) e 2011 (ano base 2010) apresentam o perfil do consumo de energias no Brasil no período de 1995 a 2010. Neles, a EPE

⁹⁰ A atuação do CNPE enquanto grupo de interesse encontra-se circunscrita nas Seções IV, V e VII do Capítulo II de sua Lei de criação. Neste sentido, a Seção IV coloca que é função do Conselho “estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas” (BRASIL, 1997). A Seção V, por sua vez, estipula que é de responsabilidade do Conselho “estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis” (BRASIL, 1997). Por fim, a Seção VII atribui ao CNPE a tarefa de “estabelecer diretrizes para o uso de gás natural como matéria prima em processos produtivos industriais, mediante a regulamentação de condições e critérios específicos, que visem a sua utilização eficiente e compatível com os mercados interno e externo” (BRASIL, 1997).

⁹¹ O Capítulo I do Decreto de criação da EPE versa sobre a sua natureza e finalidade e o seu art. 2º estabelece que a Empresa “tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras” (BRASIL, 2004).

⁹² As Seções I, II, III, VIII, XII e XIV, e o § 1º do art. 6º do Capítulo IV do Decreto estabelecem, respectivamente, que é função da EPE: “[...] realizar estudos e projeções da matriz energética brasileira; [...] elaborar e publicar o balanço energético nacional; [...] identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos; [...] promover estudos para dar suporte ao gerenciamento da relação reserva e produção de hidrocarbonetos no Brasil, visando à [autossuficiência] sustentável; [...] elaborar estudos relativos ao plano diretor para o desenvolvimento da indústria de gás natural no Brasil; [...] dar suporte e participar nas articulações visando à integração energética com outros países; [e, que] [...] os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da [Política Energética] nacional” (BRASIL, 2004).

apresenta os setores nacionais intensivos no consumo de GN, objeto de análise desta tese, são eles: o energético, o comercial, o público, o residencial, o de transportes e o industrial. Neste sentido, esta pesquisa supõe que estes setores constituem importantes grupos de interesse domésticos que podem influenciar, segundo suas demandas, os grupos de interesse governamentais (ANP, CNPE e EPE) na formulação da Política Energética nacional.

3.3.1 Os Grupos de Interesse Não Governamentais

De acordo com o Balanço Energético Nacional (BEN) – emitidos em: 2004, 2006, 2007 e 2011 –, o setor industrial foi aquele que, dentre os setores analisados pela EPE, apresentou o maior índice de consumo de GN no período de 1995 a 2010. A evolução do consumo desses setores, em termos percentuais, pode ser observada tanto na Tabela 1 e 2 quanto no Gráfico 1, a seguir:

Tabela 1 – Evolução do Consumo (%) de GN por Setor (1995-2010)

Ano/Setor	Energético	Comercial	Público	Residencial	Transportes	Industrial
1995	29,1	0,8	0,2	1,5	1,4	67,0
1996	29,5	1,0	0,1	1,6	0,8	67,0
1997	28,4	1,7	0,2	1,7	1,0	67,0
1998	30,0	1,2	0,3	1,8	2,7	64,0
1999	31,4	1,0	0,2	1,4	3,0	63,0
2000	32,3	1,1	0,1	1,6	4,3	60,6
2001	29,1	1,9	0,2	1,6	6,7	60,5
2002	27,2	2,0	0,4	1,5	9,2	59,7
2003	26,9	2,0	0,4	1,7	11,5	57,5
2004	25,8	1,9	0,4	1,6	12,1	58,2
2005	25,7	1,8	0,4	1,5	13,5	57,1
2006	25,7	2,0	0,4	1,5	14,9	55,5
2007	26,0	1,9	0,4	1,5	15,3	54,9
2008	30,9	1,1	0,1	1,4	13,5	53,0
2009	35,2	1,2	0,1	1,6	12,7	49,2
2010	30,3	1,2	0,4	1,5	10,7	55,9
TOTAL	28,8	1,5	0,3	1,6	10,7	57,1

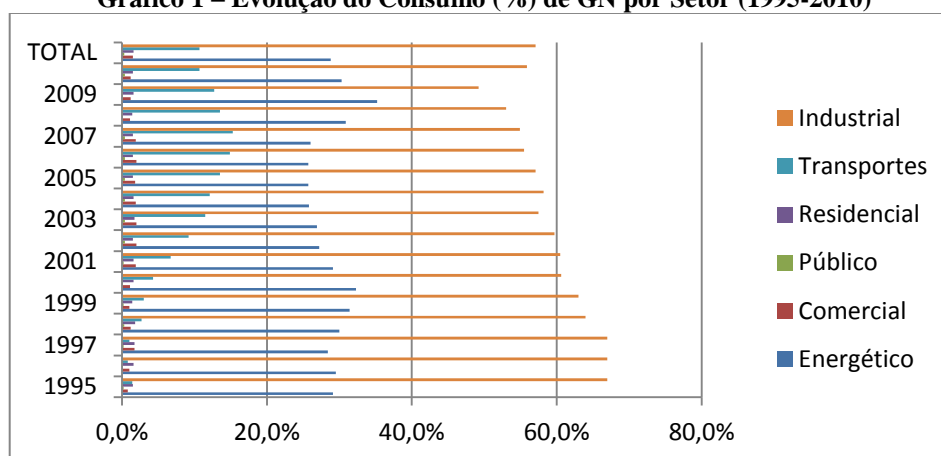
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no BEN 2004 (Ano Base 2003), no BEN 2006 (ano base 2005), no BEN 2007 (ano base 2006) e no BEN 2011 (ano base 2010).

Tabela 2 – Evolução do Consumo (10³ tep) de GN por Setor (1995-2010)

Ano/Setor	Energético	Comercial	Público	Residencial	Transportes	Industrial
1995	898	26	5	46	43	2070
1996	1113	38	5	63	32	2516
1997	1189	73	8	71	41	2814
1998	1294	52	11	77	116	2756
1999	1539	41	9	69	140	3094
2000	2066	69	7	100	275	3868
2001	2198	141	18	123	503	4569
2002	2545	182	38	135	862	5580
2003	2740	206	36	172	1169	5859
2004	2948	216	48	181	1390	6662
2005	3252	233	49	191	1711	7223
2006	3500	266	55	207	2030	7566
2007	3817	275	56	221	2252	8052
2008	4926	171	3	229	2158	8453
2009	5112	176	4	238	1853	7181
2010	5007	202	60	255	1767	9240
TOTAL	44144	2367	412	2378	16342	87503

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no BEN 2004 (Ano Base 2003), no BEN 2006 (ano base 2005), no BEN 2007 (ano base 2006) e no BEN 2011 (ano base 2010).

Gráfico 1 – Evolução do Consumo (%) de GN por Setor (1995-2010)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no BEN 2004 (Ano Base 2003), no BEN 2006 (ano base 2005), no BEN 2007 (ano base 2006) e no BEN 2011 (ano base 2010).

De acordo com os dados da Tabela 1 e 2 acima, o consumo de GN pelos setores analisados somou um total de 153.146 10³ tep⁹³ de GN no período verificado. Desse

⁹³ Toneladas equivalentes de petróleo (tep).

montante, o setor industrial consumiu 87.503 10³ tep. Essa quantia representou – como pode ser observado Gráfico 1, acima, – 57,1% do consumo total de GN naquele período. O setor energético, por sua vez, consumiu 44.144 10³ tep, ou seja, 28,8% do total. O setor de transportes teve um consumo de 16.342 10³ tep o que significou uma participação de 10,7%. Os setores residencial, comercial e público tiveram respectivamente um consumo e participação percentual de 2.378 10³ tep (1,6%), 2.367 10³ tep (1,5%) e 412 10³ tep (0,3%) (BEN, 2004, 2006, 2007 e 2011).

No entanto, cumpre assinalar que este trabalho defende que mesmo representando dois importantes grupos de interesse, em termos de consumo, a participação do setor de transportes foi menos representativa de influência, em termos percentuais, na elaboração da Política Energética nacional do que a do setor industrial no período de 1995 a 1997, pois apresentou uma queda na demanda pelo GN de -28,6 em 1997 (BEN, 2004, 2006, 2007 e 2011). Além disso, observa-se que o aumento do consumo de GN “está muito identificado com o uso **força motriz**” (BEN, 2004, p. 40, grifo do autor) e que isso só foi possível a partir de 1999 com a entrada do GASBOL em operação. Assim sendo, pode-se dizer que o acréscimo de 256,7% no consumo de GN de 1999 em diante é resultado direto do aumento de seu uso como combustível veicular (Gás Natural Veicular – GNV)⁹⁴ em cidades como o Rio de Janeiro.

Apesar de ocupar a segunda posição no *ranking* de consumo energético nacional é importante destacar que o tratamento dado ao setor energético nesta tese é o de grupo de interesse governamental. A demanda por energia no setor energético se concentra principalmente “em duas áreas: Refino de Petróleo e Destilarias de Álcool” (BEN, 2004, p. 39). Destas, a primeira “é a atividade onde se consome mais energia” (BEN, 2004, p. 39). No caso da “geração e distribuição de eletricidade há pouco consumo final de energia” (BEN, 2004, p. 39). Ademais, convém salientar que no Brasil a exploração dos recursos energéticos encontra-se submetida às diretrizes do MME e de suas agências especializadas.

Portanto, pode-se dizer que mesmo apresentando, como no caso do setor de transportes, uma queda de -2,4% na demanda pelo GN no período de 1995 a 1997, o setor

⁹⁴ De acordo com informações retiradas do sítio eletrônico GasNet, “no Brasil, a ideia original era de se utilizar o GNV como substituto do óleo diesel para a propulsão da frota de veículos pesados nos centros urbanos. Esta frota é composta por micro ônibus, ônibus e caminhões de diversas tonelagens. Esta ideia deu lugar a uma maior difusão do uso de GNV na frota de veículos leves, em função algumas dificuldades inerentes ao mercado de GNV como substituto do óleo diesel, tais como: pequena diferença entre o preço do óleo diesel e do GNV e pouca disponibilidade em território nacional de Postos de Serviço com capacidade específica para atender à frota” (GASNET, 2016).

energético, enquanto grupo de interesse, pode ter desempenhado um papel importante na formulação da Política Energética nacional (BEN, 2004, 2006, 2007 e 2011) naquele período. Neste sentido, além de ter criado a ANP e o CNPE, o setor energético exerceu, por meio destas instituições, uma grande influência nas negociações entre o governo brasileiro e o governo boliviano que resultaram na construção do GASBOL.

Este trabalho não ignora o fato de que dentre os setores analisados pela EPE, no período de 1995 a 2010, o setor de transportes foi o que apresentou, com 664,3%, o maior índice de crescimento no consumo de GN (BEN, 2004, 2006, 2007, 2011). O aumento na demanda por GN nos setores público, comercial e energético apresentaram, respectivamente, índices de crescimento de 100%, 50% e 4,1% (BEN, 2004, 2006, 2007 e 2011). O setor residencial não apresentou crescimento, pois o consumo se manteve constante no período analisado. O setor industrial, conforme discutido anteriormente, apesar de ter apresentado o maior índice de crescimento total no consumo de GN, registrou uma queda de -16,6% na demanda do energético no período considerado (BEN, 2004, 2006, 2007 e 2011).

Contudo, esta pesquisa considera que o índice de crescimento no consumo de GN por si só não é suficiente para definir, de forma isolada, a importância, em termos de influência, de um determinado grupo de interesse no processo de elaboração da Política Energética Brasileira. Isto ocorre porque o índice de crescimento percentual não apresenta o volume total de GN consumido pelo setor. Neste particular, o exame das Tabelas 1 e 2 revelam, por exemplo, que apesar do índice de crescimento no setor de transportes ter alcançado o índice de 664,3%, o montante total consumido foi de $16.342 \cdot 10^3$ tep (BEN, 2004, 2006, 2007 e 2011). No setor industrial, apesar da queda de -16,6% no consumo de GN, o montante total consumido do energético no período foi de $87.479 \cdot 10^3$ tep (BEN, 2004, 2006, 2007 e 2011). Ou seja, o montante de GN consumido pelo setor industrial foi cerca de cinco vezes maior do que o montante consumido pelo setor de transportes no mesmo período.

Deste modo, pode-se concluir que dos setores analisados pela EPE, o setor industrial foi o que mais utilizou o GN como fonte de energia no desenvolvimento de suas atividades, ou seja, foi o setor mais intensivo no uso desse tipo de recurso energético. Em função disso, esta tese sustenta que este setor representa um dos principais grupos de interesse doméstico e que suas demandas podem ter exercido uma grande influência nos

processos decisórios que permitiram tanto a criação da ANP e do CNPE em 1997 e da EPE em 2004 quanto da elaboração do PNE 2030 e do MEN-2030, ambos em 2007.

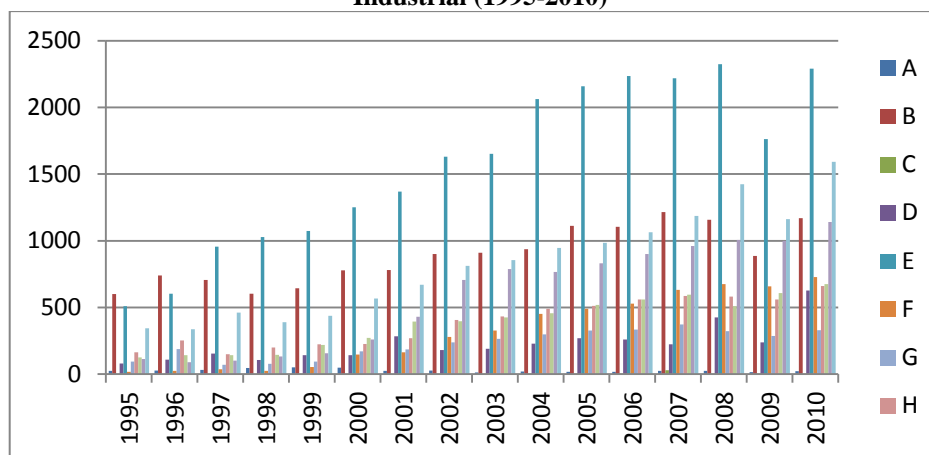
Neste sentido, as Tabelas 3 e 4 e os Gráficos 2 e 3 a seguir, apresentam a evolução do consumo de GN do grupo de interesse industrial, isto é, do setor industrial por segmento de atividades.

Tabela 3 – Evolução do Consumo (10^3 tep) de GN por Segmento do Setor Industrial (1995-2010)

Ano/Segmento	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
1995	24	600	0	80	510	17	94	164	125	113	343
1996	27	740	0	110	603	26	187	253	143	90	337
1997	33	707	0	154	957	36	71	149	143	102	462
1998	47	604	0	106	1027	25	78	200	145	134	390
1999	51	643	0	142	1073	54	94	224	219	156	438
2000	49	779	0	142	1252	148	172	226	273	260	567
2001	24	781	0	283	1368	163	186	269	394	430	671
2002	28	900	0	182	1630	279	238	406	398	706	813
2003	14	911	1	191	1651	327	264	432	426	788	854
2004	20	936	1	229	2063	452	298	491	458	767	947
2005	17	1113	2	270	2159	490	327	511	519	831	984
2006	18	1105	2	260	2236	528	334	559	560	901	1063
2007	24	1214	29	223	2218	632	372	587	597	960	1186
2008	25	1158	2	426	2323	675	322	581	509	1007	1425
2009	15	886	2	239	1762	659	287	559	609	1000	1163
2010	23	1170	2	628	2289	727	329	662	676	1141	1593
TOTAL	439	14247	41	3665	25121	5238	3653	6273	6194	9386	13236

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no BEN 2004 (Ano Base 2003), no BEN 2006 (ano base 2005), no BEN 2007 (ano base 2006) e no BEN 2011 (ano base 2010).
 Nota: Os segmentos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e L representam respectivamente os seguintes segmentos: Cimento; Ferro-Gusa e Aço; Ferro-Ligas; Mineração/Pelotização; Química; Não-Ferrosos e Outros; Têxtil; Alimentos e Bebidas; Papel e Celulose; Cerâmica; e, Outras Indústrias.

Gráfico 2 – Evolução do Consumo (10³ tep) de GN por Segmento do Setor Industrial (1995-2010)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no BEN 2004 (Ano Base 2003), no BEN 2006 (ano base 2005), no BEN 2007 (ano base 2006) e no BEN 2011 (ano base 2010).

Nota: Os segmentos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e L representam respectivamente os seguintes segmentos: Cimento; Ferro-Gusa e Aço; Ferro-Ligas; Mineração/Pelotização; Química; Não-Ferrosos e Outros; Têxtil; Alimentos e Bebidas; Papel e Celulose; Cerâmica; e, Outras Indústrias.

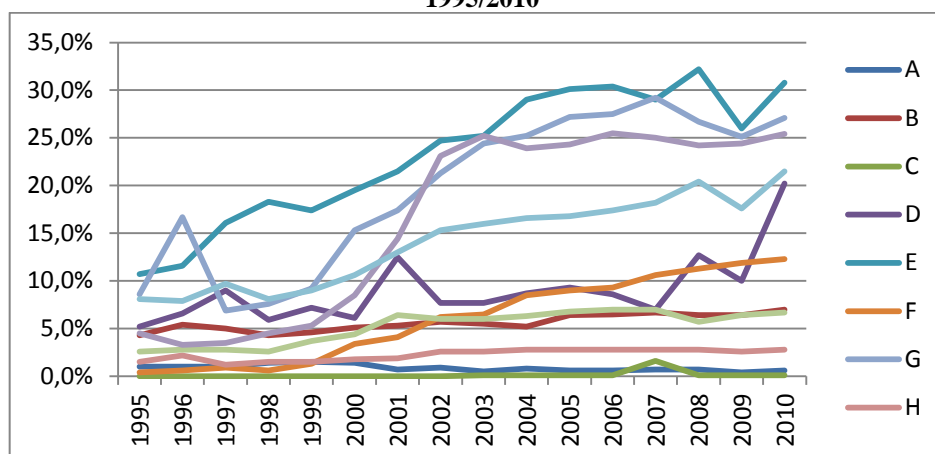
Tabela 4 – Evolução do Consumo (%) de GN por Segmento do Setor Industrial (1995-2010)

Ano/Segmento	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
1995	1,0%	4,3%	0,0%	5,2%	10,7%	0,4%	8,6%	1,5%	2,6%	4,5%	8,1%
1996	1,0%	5,4%	0,0%	6,6%	11,6%	0,6%	16,7%	2,2%	2,8%	3,3%	7,9%
1997	1,0%	5,0%	0,0%	9,0%	16,1%	0,9%	6,9%	1,2%	2,8%	3,5%	9,7%
1998	1,4%	4,3%	0,0%	5,9%	18,3%	0,6%	7,6%	1,5%	2,6%	4,5%	8,1%
1999	1,5%	4,6%	0,0%	7,2%	17,4%	1,3%	9,2%	1,5%	3,7%	5,3%	9,0%
2000	1,4%	5,1%	0,0%	6,1%	19,5%	3,4%	15,3%	1,8%	4,4%	8,5%	10,6%
2001	0,7%	5,3%	0,0%	12,5%	21,5%	4,1%	17,4%	1,9%	6,4%	14,4%	13,0%
2002	0,9%	5,7%	0,0%	7,7%	24,7%	6,2%	21,3%	2,6%	6,0%	23,1%	15,3%
2003	0,5%	5,5%	0,1%	7,7%	25,2%	6,5%	24,4%	2,6%	6,0%	25,2%	16,0%
2004	0,8%	5,2%	0,1%	8,7%	29,0%	8,5%	25,2%	2,8%	6,3%	23,9%	16,6%
2005	0,6%	6,4%	0,1%	9,3%	30,1%	9,0%	27,2%	2,8%	6,8%	24,3%	16,8%
2006	0,6%	6,5%	0,1%	8,6%	30,4%	9,3%	27,5%	2,8%	7,0%	25,5%	17,4%
2007	0,7%	6,7%	1,6%	7,0%	29,0%	10,6%	29,2%	2,8%	7,0%	25,0%	18,2%
2008	0,7%	6,4%	0,1%	12,7%	32,2%	11,3%	26,7%	2,8%	5,7%	24,2%	20,4%
2009	0,4%	6,4%	0,1%	10,0%	26,0%	11,9%	25,1%	2,6%	6,4%	24,4%	17,6%
2010	0,6%	7,0%	0,1%	20,2%	30,8%	12,3%	27,1%	2,8%	6,7%	25,4%	21,5%
TOTAL	0,5	16,3	<0,1	4,2	28,7	6,0	4,2	7,1	7,1	10,7	15,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no BEN 2004 (Ano Base 2003), no BEN 2006 (ano base 2005), no BEN 2007 (ano base 2006) e no BEN 2011 (ano base 2010).

Nota: Os segmentos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e L representam respectivamente os seguintes segmentos: Cimento; Ferro-Gusa e Aço; Ferro-Ligas; Mineração/Pelotização; Química; Não-Ferrosos e Outros; Têxtil; Alimentos e Bebidas; Papel e Celulose; Cerâmica; e, Outras Indústrias.

Gráfico 3 – Evolução do Consumo (%) de GN por Segmento do Setor Industrial 1995/2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no BEN 2004 (Ano Base 2003), no BEN 2006 (ano base 2005), no BEN 2007 (ano base 2006) e no BEN 2011 (ano base 2010).

Nota: Os segmentos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e L representam respectivamente os seguintes segmentos: Cimento; Ferro-Gusa e Aço; Ferro-Ligas; Mineração/Pelotização; Química; Não-Ferrosos e Outros; Têxtil; Alimentos e Bebidas; Papel e Celulose; Cerâmica; e, Outras Indústrias.

Conforme pode ser observado nas Tabelas e Gráficos acima, os segmentos mais intensivos do setor industrial no uso de GN em suas atividades no período de 1995 a 2010 foram os seguintes: o Químico com consumo de $25.121 \cdot 10^3$ tep e participação percentual no consumo total do setor de 28,7 %; o Ferro-Gusa e Aço com $14.247 \cdot 10^3$ tep e 16,3 % do consumo; o que engloba as Outras Indústrias com $13.236 \cdot 10^3$ tep e 15,1 %; e, o Cerâmico com $9.386 \cdot 10^3$ tep e 10,7 % do consumo (BEN, 2004, 2006, 2007 e 2011).

Além disso, é necessário mencionar que os dados acima revelam também que os segmentos que apresentaram um maior índice de crescimento no consumo de GN no mesmo período foram: o Não-Ferrosos e Outros (2.975%); o Cerâmico (464,4%); o Mineração/Pelotização (288,5%); e, o Têxtil (215,1%). Neste particular, a Tabela 5 a seguir, apresenta um comparativo entre o percentual de consumo e o percentual de crescimento no consumo de GN de cada segmento analisado pela EPE no período em questão:

Tabela 5 – Comparação entre Consumo e Crescimento por Segmento do Setor Industrial (1995-2010)

Segmento	Consumo		Crescimento	
	Ranking	%	Ranking	%
A (Cimento)	10 ^a	0,5 →	11 ^a	-40
B (Ferro-Gusa e Aço)	2 ^a	16,3 →	9 ^a	62,8
C (Ferro-Ligas)	11 ^a	<0,1 →	10 ^a	*
D (Mineração/Pelotização)	8 ^a	4,2 →	3 ^a	288,5
E (Química)	1 ^a	28,7 →	5 ^a	187,9
F (Não-Ferrosos e Outros)	7 ^a	6,0 →	1 ^a	2.975,0
G (Têxtil)	9 ^a	4,2 →	4 ^a	215,1
H (Alimentos e Bebidas)	5 ^a	7,1 →	8 ^a	86,7
I (Papel e Celulose)	6 ^a	7,1 →	7 ^a	157,7
J (Cerâmica)	4 ^a	10,7 →	2 ^a	464,4
L (Outras Indústrias)	3 ^a	15,1 →	6 ^a	165,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no BEN 2004 (Ano Base 2003), no BEN 2006 (ano base 2005), no BEN 2007 (ano base 2006) e no BEN 2011 (ano base 2010).

* O segmento Ferro-Ligas não apresentou crescimento no período examinado pela EPE, pois o seu consumo de GN se manteve constante.

Deste modo, o exame da Tabela 5, supracitada, permite concluir que tanto o perfil de consumo quanto o de crescimento no consumo de GN é representativo da importância deste energético para o desempenho das atividades industriais no Brasil. Ademais, os dados analisados nos Balanços Energéticos publicados pela EPE evidenciam quais os segmentos do setor industrial são mais dependentes do fornecimento de GN e, portanto, quais são os grupos de interesse domésticos que, de algum modo, podem exercer maior influência na definição das prioridades energéticas nacionais.

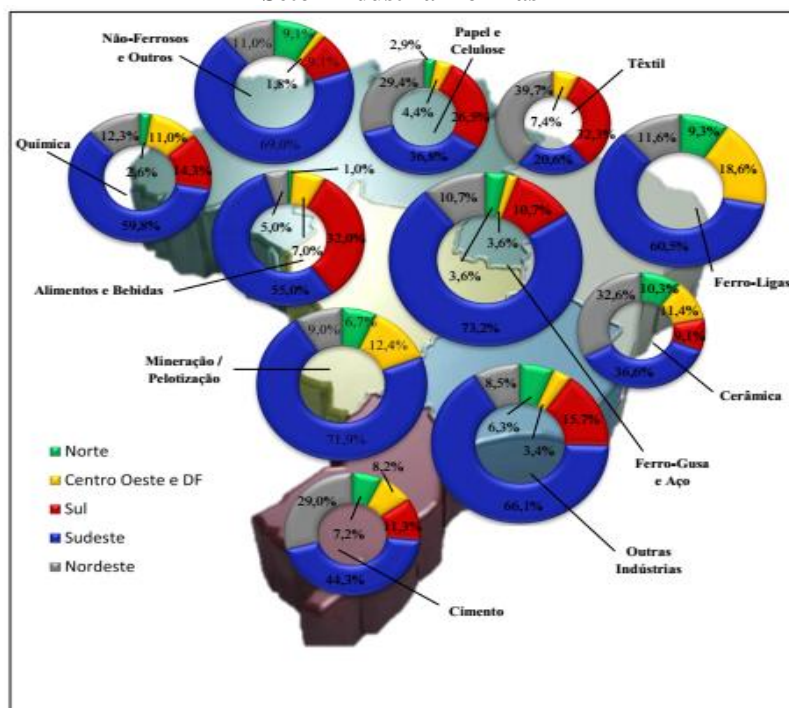
As Figuras 13, 14 e 15, a seguir, apresentam a composição e localização dos segmentos deste grupo de interesse. No primeiro caso, é possível observar que, segundo a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE (2016), as indústrias intensivas no uso de recursos energéticos são partes dos maiores grupos empresariais presentes no Brasil. No segundo, é evidenciado, em termos de quantidade e segmento, o percentual das indústrias instaladas no país como um todo. No último caso, é apresentada a concentração percentual das plantas industriais de todos os segmentos do setor industrial por região brasileira.

Figura 13 – Grupos de Interesse: Maiores Empresas Consumidoras de Energia dos Segmentos do Setor Industrial Brasileiro



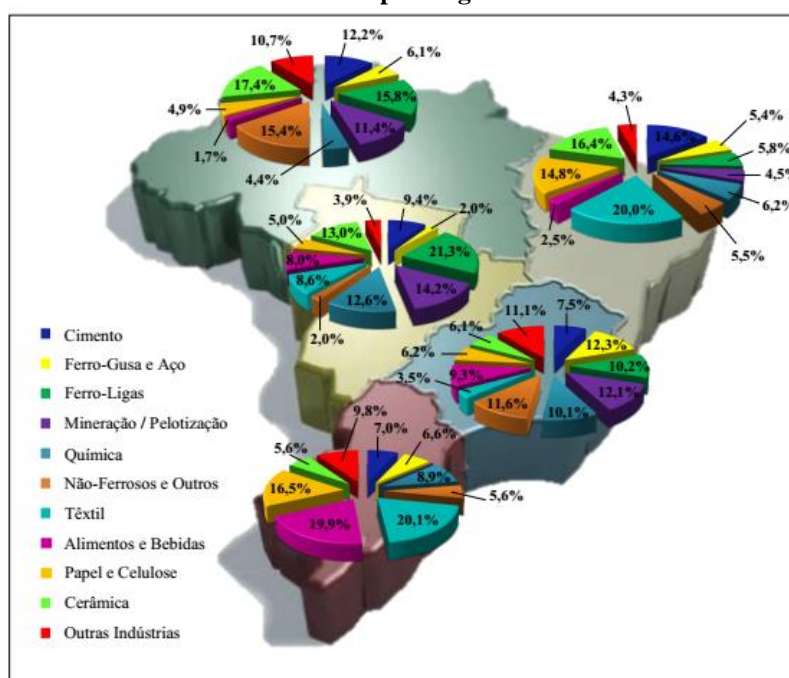
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no sítio eletrônico da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE(2016).

Figura 14 – Grupos de Interesse: Percentual (%) dos Segmentos do Setor Industrial no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados presentes nos Apêndices A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e L deste trabalho.

Figura 15 – Grupos de Interesse: Percentual (%) dos Segmentos do Setor Industrial por Região Brasileira



Fonte: Elaboração própria com base nos dados presentes nos Apêndices A, B, C, D, E, F, G, H, I, J e L deste trabalho.

Com base nas informações disponíveis na Figura 15 e no Quadro 4, pode-se dizer – considerando apenas as quatro primeiras posições no *ranking* de consumo e de crescimento no consumo de GN nas regiões brasileiras servidas pelo GASBOL, ou seja, na região Centro Oeste e DF⁹⁵, na região Sudeste e na região Sul – que os segmentos: Químico; Não-Ferrosos e Outros; Ferro-Gusa e Aço; Cerâmico; Outras Indústrias; Mineração/Pelotização; e, Têxtil, foram responsáveis – tendo-se em conta todos os segmentos do setor industrial ali estabelecidos – por 34,0% do consumo e por 34,1% do crescimento no consumo total de GN no período analisado pela EPE em seus balanços energéticos.

Além disso, a Figura 14 evidencia o fato de que, das três regiões mencionadas, a região Sudeste e a região Sul são as regiões que concentram a maior parte dos segmentos do setor industrial brasileiro. Deste modo, calcula-se que as duas regiões juntas são responsáveis por 68,6% da produção industrial do país. Em função disso, esta tese defende que os segmentos do setor industrial representados na Figura 13 constituem um importante grupo de interesse doméstico. Assim sendo, cumpre assinalar que quanto maior for nível de dependência de um determinado grupo de interesse do fornecimento estável de um determinado recurso energético – como do caso aqui analisado, do fornecimento de GN – maior será o seu interesse em “participar” da elaboração da Política Energética nacional.

Em suma, este capítulo procurou apresentar, em um primeiro momento, os aspectos de maior relevância que compõem o arcabouço metodológico da abordagem de pesquisa científica mista adotada neste trabalho. Em um segundo momento foi discutido a contribuição teórica do pensamento desenvolvido no âmbito da Escola de Copenhague – sobre as questões de segurança, em geral, e as questões de segurança energética em particular –, do pensamento construtivista – a respeito do processo de construção da realidade social por meio da interação entre a agência e a estrutura no contexto da proposta de integração energética na América do Sul –, do pensamento desenvolvido pelos teóricos dos Jogos Múltiplos das Relações Internacionais e da proposta de Putnam (2010) de análise em dois níveis da política internacional – com foco no tema energia – para a construção do Modelo Teórico Híbrido aplicado nesta tese.

Portanto, considera-se que tanto a adoção da abordagem metodológica mista quanto à opção pelo arcabouço teórico híbrido fornecem os instrumentos necessários para identificar – por meio dos dados disponibilizados pelo BEN 2004 (Ano Base 2003), pelo

⁹⁵ Vale mencionar que dos três estados que formam a região Centro Oeste mais o DF, somente o estado do Mato Grosso do Sul é servido pelo GASBOL.

BEN 2006 (ano base 2005), pelo BEN 2007 (ano base 2006) e pelo BEN 2011 (ano base 2010) – os grupos de interesse que atuaram na formulação da Política Energética Brasileira no período de 1995 a 2010.

Inicialmente, o próximo capítulo discutirá como o surgimento da Lei nº 9.478/97⁹⁶ (BRASIL, 1997) – que cria a ANP e o CNPE –, da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c) – que autoriza a criação da EPE – e do Decreto nº 5.184/04 (BRASIL, 2004b) – que cria a EPE – seguiu a lógica da complementação energética dentro de um projeto sul-americano de integração regional, pela via da interconexão do setor de energias, obedeceu, naquele momento, às demandas dos grupos de interesse brasileiros. Posteriormente, o capítulo discutirá como a divulgação do Decreto “Héroes del Chaco” (Decreto Supremo nº 2.8701/06) – que nacionaliza os ativos da Petrobras no território boliviano – impactou as demandas dos grupos de interesse no Brasil de modo que o lançamento do PNE-2030, do MEN-2030, da Lei nº 11.909/09⁹⁷ (BRASIL, 2009) e do Decreto nº 7.382/10 (BRASIL, 2010) provocou, a partir de 2006, uma virada no processo de elaboração da Política Energética Brasileira que passou a seguir uma direção em favor da autossuficiência em produção de energia e, portanto, contrária as propostas regionais de integração energética.

⁹⁶ Também chamada de “Lei do Petróleo”.

⁹⁷ Conhecida como “Lei do Gás”.

4 O GÁS NATURAL E A POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA DE 1995 A 2010

Los proyectos de interconexión pueden ser evaluados desde la óptica del bien común que esa obra de infraestructura puede introducir y del inversor que busca maximizar los resultados financieros y económicos del mismo¹ (BID, 2001, p. 41).

Em conformidade com a citação em epígrafe, este capítulo apresenta uma discussão a cerca da evolução da regulamentação das atividades desempenhadas pela IGN e de seus principais reflexos na formulação da Política Energética Brasileira no período de 1995 a 2010. Para tanto, o capítulo encontra-se dividido em dois momentos distintos.

O primeiro deles compreende um exame dos condicionantes conjunturais que fortaleceram os argumentos defendidos pelos grupos de interesse brasileiros, no processo de formulação da Política Energética nacional, favoráveis, em termos de diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento das potencialidades regionais de complementação energética, à aproximação dos países sul-americanos no período de 1995 a 2005. Além disso, esta tese defende a ideia de que tais argumentos foram elementos determinantes nos processos de tomada de decisão que resultaram na promulgação da Lei nº 9.478/97 (BRASIL, 1997), que cria a ANP e o CNPE, e da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c) e Decreto nº 5.184/04 (BRASIL, 2004b), que, respectivamente, autoriza e cria a EPE.

O segundo momento corresponde ao período que segue ao anúncio do Decreto boliviano que em 2006 nacionalizou os ativos das empresas estrangeiras de exploração de hidrocarbonetos presentes em seu território – de seus desdobramentos na percepção regional dos grupos de interesse que participam do processo de formulação da Política Energética Brasileira, como por exemplo, o lançamento do PNE-2030 e do MEN-2030 e da publicação da Lei nº 11.909/09 (BRASIL, 2009) e do Decreto nº 7.382/10 (BRASIL, 2010) – e que se encerra no ano 2010 e que, portanto, marca o início do processo brasileiro de distanciamento dos países da América do Sul – nos termos das propostas de integração energética trabalhadas anteriormente neste trabalho – e do aprofundamento da busca nacional pela autossuficiência energética.

¹ “Os projetos de interconexão podem ser avaliados tanto da ótica do bem comum que essa obra de infraestrutura pode introduzir quanto da ótica do investidor que busca maximizar seus resultados financeiros e econômicos”. Tradução nossa.

4.1 O INTERESSE E A APROXIMAÇÃO: OS ANOS DE 1995 A 2005

Conforme apontado por Peixoto (2001), no segundo capítulo deste trabalho, a celebração do “Tratado de Assunção”, em 26 de março de 1991, está inserida em um processo de continuidade histórica que envolve os “Tratados de Montevideo” de 1960 e 1980 e foi evidenciada por seus “Estados Partes” logo no preâmbulo desse Tratado, pois reconhece que “a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social” (PARAGUAY, 1991, p. 1).

Ou seja, a celebração do “Tratado de Assunção”, segundo entende Amorim (2007), Guimarães (2007, 2008) e Almeida (2009), significou o reconhecimento por parte seus signatários de que a diversificação de mercados, por meio da cooperação na esfera regional, representou uma importante oportunidade de reduzir as vulnerabilidades externas dos países da região na área econômica e a percepção de rivalidade histórica entre eles.

Além disso, é importante assinalar que ao considerar “[...] a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países” (PARAGUAY, 1991, p. 1) os “Estados Partes” do Tratado de 1991 entenderam que “este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais [acontecimentos]” (PARAGUAY, 1991, p. 1) no sentido de que “[...] o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas [e] a coordenação de políticas macroeconômica da complementação dos diferentes setores da economia [...]” (PARAGUAY, 1991, p. 1) são importantes partes constitutivas desse processo. Assim, pode-se dizer que a partir de 1991 a vertente regional passou a ocupar um espaço de grande relevância na agenda política dos países da região.

Neste sentido, Cordeiro (2008) salienta que o reconhecimento brasileiro de que o seu desenvolvimento, em um contexto de integração, depende do desenvolvimento de seus pares, tornou a América do Sul uma prioridade no processo de formulação da política externa do país. Todavia, é importante destacar que o ambiente favorável à aproximação gerado pela assinatura do Tratado de 1991, apesar de importante, não pode ser

considerado, por si só, suficiente para garantir uma efetiva redução das vulnerabilidades externas dos países da região.

Sob este ponto de vista, Salomão e Silva (2007) e Guimarães (2007) assinalam que os persistentes desequilíbrios econômicos e sociais constituem o principal desafio ao avanço do projeto de integração da América do Sul no século XXI. Além disso, conforme Salomão e Silva (2007) e Almeida (2009) indicam, o desenvolvimento econômico, político e social da região depende, para além do MERCOSUL e tal qual posto pela proposta da IIRSA, de um amplo programa de integração da infraestrutura de transportes, de energia e de comunicações entre seus países.

Neste particular, é necessário destacar que:

La integración energética en la región puede resultar un mecanismo decisivo para mejorar el posicionamiento geopolítico de la región en el escenario internacional; esta parece ser la visión de los gobiernos embarcados en profundizar el proceso de integración² (ARELOVICH et al., 2008, p. 36).

Para Nassif (2006) e Oliveira (2008), a percepção de que o desenvolvimento dos países da América do Sul, em um contexto de integração pelo viés energético, depende tanto do aproveitamento compartilhado de seus recursos energéticos quanto do afastamento de políticas nacionais de autossuficiência em produção de energias e de desenvolvimento independente dos demais países da região. No primeiro caso, Landau e Montamat (2007) pontuam que a natureza assimétrica dos países sul-americanos demanda que a IIRSA desenvolva políticas graduais de integração energética e que estas, por sua vez, persigam seus objetivos em um horizonte de longo prazo. No segundo, autores como Leal e Samaniego (2008) sustentam que o estabelecimento de políticas de caráter nacionalista pode resultar em desentendimentos que coloque em risco o espírito de Assunção.

Além disso, é importante assinalar que a IGN no Brasil, em comparação com a do petróleo, ainda se encontra em um estágio embrionário e que, em função disso, a demanda por esse tipo de insumo energético é incipiente e seu potencial de mercado pouco explorado. Destaca-se que essa demanda se concentra – de acordo com os dados apresentados na Tabela 2, discutida na página 125 desta tese – em dois dos seis setores

² “A integração energética da região pode resultar em um mecanismo decisivo para melhorar o posicionamento geopolítico da região no cenário internacional; esta parece ser a visão dos governos envolvidos no aprofundamento do processo de integração”. Tradução nossa.

nacionais aqui analisados (o Industrial com consumo de 57,1%, no período de 1995 a 2010; e, o Energético com consumo no mesmo período de 28,8%). Deste modo, observa-se que:

Até os anos 1990, o mercado estava concentrado em poucos estados, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Além de não serem representativas, as reservas estimadas de gás eram pouco exploradas e se concentravam em alto-mar, geralmente com acúmulo de gás associado ao petróleo. O papel da atividade de exploração e produção de gás natural era muito mais de complementar e auxiliar a produção de petróleo do que de suprir o mercado de gás (PRATES et al., 2006, p. 37).

Os dados das Figuras 13 e 14 (problematizadas, respectivamente, nas páginas 132 e 133 deste trabalho) demonstram que a partir dos anos 1990 o mercado de GN se concentrou no setor industrial das regiões Sudeste e Sul do Brasil de tal modo que as duas regiões reuniram mais de 50% das plantas produtivas das maiores e mais importantes empresas consumidoras de energia que atuam no país.

Neste sentido, este tópico procura discutir – sob a ótica da Política Energética Brasileira, em termos legais e institucionais – o papel dos grupos de interesse no aprofundamento do processo de integração energética na América do Sul no período de 1995 a 2005. Para tanto, é importante salientar que no decorrer dos anos 1990 importantes mudanças foram empreendidas no setor industrial do petróleo e do GN. Dentre essas mudanças, a ANP (2009) menciona a publicação: das Emendas Constitucionais nº 5/95³ e nº 9/95⁴; da Lei nº 9.478/97⁵; das Portarias ANP nº43/98⁶, nº169/98⁷ e nº 170/98⁸; do

³ Essa Emenda Constitucional alterou a redação do § 2º do art. 25º da Constituição Federal que estabelecia que: “Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado” (BRASIL, 1988, p. 180); para: “Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação” (BRASIL, 1988, p. 180).

⁴ A Emenda nº 9 alterou a redação do § 1º do art. 177º da Constituição Federal que instituía que: “O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades nele mencionadas, sendo vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural, ressalvado o disposto no art. 20, § 1º” (BRASIL, 1988, p. 185); para: “A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei” (BRASIL, 1988, p. 184). É importante mencionar que os incisos citados se referem, conforme consta na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), as atividades de: pesquisa e lavra das jazidas de hidrocarbonetos; refino de petróleo; importação e exportação de produtos e derivados citados nos incisos I e II; e, transporte de qualquer natureza de hidrocarbonetos.

⁵ Esta Lei cria, conforme mencionado anteriormente, a ANP e o CNPE.

⁶ É importante mencionar que a Portaria ANP nº 43/98 “estabeleceu os procedimentos a serem cumpridos pelos agentes interessados em obter autorização de importação de gás natural” (ANP, 2009, p. 8).

Decreto nº 3.371/00⁹ (BRASIL, 2000a); da Lei nº 10.847/04¹⁰; e, entre outros, do Decreto nº 5.184/04 (BRASIL, 2004b)¹¹.

Além disso, esta tese considera que por terem permitido a contratação de empresas privadas para o desenvolvimento de determinadas atividades do setor energético nacional a publicação das Emendas Constitucionais nº 5/95 e nº 9/95 contribuíram para uma relativa quebra do monopólio da União neste setor e que isso pode ter sido um fator determinante na decisão, para além do MERCOSUL, dos demais países da América do Sul pela integração da região pela via energética – como pode ser observado, por exemplo, no caso da Bolívia e do Brasil.

A publicação das Leis nº 9.478/97 (BRASIL, 1997) e nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c) e do Decreto nº 5.184/04 (BRASIL, 2004b) representam, enquanto marco regulatório das atividades desenvolvidas no setor industrial do petróleo e do GN, instrumentos legais que permitiram a criação e institucionalização de importantes grupos de interesse governamentais – ANP, CNPE e EPE – que atuam diretamente no processo de formulação da Política Energética Brasileira.

Assim sendo, é razoável dizer que a publicação desse conjunto de Leis, Decretos, Emendas Constitucionais e Portarias além de ter conferido um caráter de maleabilidade a presença da União frente ao setor de energias criou, também, as condições necessárias para que o processo de integração energética regional – iniciado pelas assinaturas do “Tratado de Itaipu” de 1973 e do “Acordo Tripartite” de 1979 que, conforme mencionado no capítulo 2 desta tese, viabilizaram a construção da usina hidrelétrica de Itaipu – fosse,

⁷ O texto da Portaria ANP nº 169/98 “regulamentou o artigo 58 da Lei [nº 9.478/97], determinando as regras de acesso à [infraestrutura] de movimentação de gás natural” (ANP, 2009, p. 8) no país. Neste particular, destaca-se que o art. 58º dessa Lei reza que “Será facultado a qualquer interessado o uso dos dutos de transporte e dos terminais marítimos existentes ou a serem construídos, com exceção dos terminais de Gás Natural Liquefeito – GNL, mediante remuneração adequada ao titular das instalações ou da capacidade de movimentação de gás natural, nos termos da lei e da regulamentação aplicável” (BRASIL, 1997). Todavia, deve-se assinalar que devido a dois contenciosos com duas empresas estrangeiras presentes em território brasileiro – um com uma empresa do Grupo Enron, a Enersil, e outro com uma empresa da *British Petroleum*, a *British Gas* do Brasil Ltda – a cerca do acesso ao gasoduto GASBOL, a ANP emitiu no dia 17 de abril de 2001 a Portaria nº 62/01 que – em observância ao art. 17º da Lei nº 9.478/97 que preconiza que “O processo decisório da ANP obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade” (BRASIL, 1997) – revogou a Portaria nº 169/98 e permitiu o acesso destas e de outras empresas ao gasoduto.

⁸ A Portaria ANP nº 170/98 “trata dos requisitos necessários à obtenção de autorização para construção, ampliação e operação de instalações de transporte e transferência de gás natural” (ANP, 2009, p. 8).

⁹ Conforme citado anteriormente, este Decreto lançou, no início de 2000, o PPT.

¹⁰ Conforme será discutido posteriormente, esta Lei autorizou, em 15 de março de 2004, a criação da EPE.

¹¹ Por meio da publicação desse Decreto, em 16 de agosto de 2004, a EPE foi criada.

desde a perspectiva brasileira, retomado no final dos anos 1980 com a assinatura dos acordos¹² que possibilitaram a construção do GASBOL, no final dos anos 1990, e com o lançamento da IIRSA no ano 2000. Portanto, os próximos tópicos apresentam uma alteração a cerca da atuação da ANP, do CNPE e da EPE na elaboração da Política Energética Brasileira no contexto das propostas regionais de integração energética no período de 1995 a 2005.

4.1.1 A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Conforme mencionado anteriormente, no dia 6 de agosto de 1997 foi publicada a Lei nº 9.478 que dispõe sobre a Política Energética Brasileira e cujo art. 7º¹³ da Seção I do Capítulo IV criou a ANP. Em seu art. 8º da Seção I do Capítulo IV a Lei coloca que é responsabilidade da ANP “[...] promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis [...]” (BRASIL, 1997), ou seja, pode-se dizer que por meio deste dispositivo normativo as atividades desenvolvidas nas indústrias do petróleo e do GN no Brasil passaram a ser reguladas por essa Agência.

Neste sentido, entende-se que a ANP é, segundo coloca Putnam (2010), um importante grupo de interesse governamental cujos princípios e objetivos que delimitam o seu espaço de atuação no processo de formulação da Política Energética nacional encontram-se dispostos nos 18 incisos do art. 1º do Capítulo I da Lei nº 9.478/97

¹² Dentre os acordos que forneceram a base legal para o estabelecimento do GASBOL é importante mencionar os seguintes: o Acordo, por troca de Notas Reversais, de Compra e Venda de Gás Natural Boliviano de 02 de agosto de 1988; o Acordo, por troca de Notas Reversais, de Compra e Venda de Gás Natural Boliviano de 27 de julho de 1989; o Acordo, por troca de Notas Reversais, de Compra e Venda de Gás Natural Boliviano de 15 de agosto de 1990; o Acordo, por troca de Notas Reversais, de Compra e Venda de Gás Natural Boliviano de 17 de agosto de 1992; o Acordo, por troca de Notas Reversais, de Compra e Venda de Gás Natural Boliviano de 17 de fevereiro de 1993; o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, para Isenção de Impostos Relativos à Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia de 05 de agosto de 1996 (BRASIL, 1996b); e, o Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Bolívia de 17 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996a).

¹³ O art. 7º estabelece que “Fica instituída a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, entidade integrante da Administração Federal Indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, vinculada ao Ministério de Minas e Energia” (BRASIL, 1997).

(BRASIL, 1997). Assim sendo, esta pesquisa entende que destes incisos, o inciso VI¹⁴ reificou à base legal dos acordos que, conforme dito anteriormente, viabilizaram a construção do gasoduto que liga fisicamente a Bolívia ao Brasil.

A centralidade da Bolívia na Política Energética Brasileira e no processo de integração energética regional é justificada, no entender de Almeida (2009), pelo tamanho de suas reservas provadas de GN e por sua localização geográfica em relação aos principais setores consumidores de energia no país. No primeiro caso, conforme pode ser verificado no Gráfico 4 a seguir, o país andino ocupou, com um volume de $281.5 \cdot 10^9 \text{ m}^3$, a 5ª colocação no *ranking* regional de reservas de GN em 2014. Apesar disso, os dados da Tabela 6, apresentada em seguida, informam que a primeira colocação no *ranking* regional de capacidade de exportar GN no biênio de 2013-2014 pertenceu a Bolívia e que neste mesmo período o país registrou um volume total de sobra exportável de $17.600 \cdot 10^9 \text{ m}^3$. No segundo caso, porque as reservas de GN bolivianas¹⁵ se encontram, em termos técnicos¹⁶, relativamente próximas da Argentina e do Brasil¹⁷ – dois dos principais mercados consumidores de insumos energéticos da região, nos anos de 2013 e 2014.

Além disso, conforme pode ser observado nos Gráficos 5 e 6 a seguir, tanto a Argentina quanto o Brasil e a Venezuela foram, ao mesmo tempo no período analisado, os maiores produtores e consumidores de GN na América do Sul e em decorrência disso,

¹⁴ De acordo com este inciso, constitui um objetivo do Estado brasileiro “incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural” (BRASIL, 1997).

¹⁵ As principais reservas provadas de GN bolivianas se encontram nos Departamentos de Tarija, de Chuquisaca, de Cochabamba e de Santa Cruz.

¹⁶ Segundo informações coletadas no sítio eletrônico da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG (2016), ao longo dos 557 Km do trecho boliviano, o GASBOL conta com 2 Estações de Medição – EMEDs (EMED Río Grande e EMED Mutún) e com 4 Estações de Compressão – ECOMPs (ECOMP Izozog, ECOMP Chiquitos, ECOMP Roboré e ECOMP Yacuses). Os 2.593 Km do trecho brasileiro do gasoduto conta com 3 Estações de Medição – EMEDs (EMED Gaspaj-Paulínea, EMED Gascar-Campinas e EMED Guararema) e com 15 Estações de Compressão – ECOMPs (ECOMP Corumbá-MS, ECOMP Miranda-MS, ECOMP Anastácio-MS, ECOMP Campo Grande-MS, Ribas do Rio Pardo-MS, Três Lagoas-MS, Mirandópolis-SP, Penápolis-SP, Lacanga-SP, São Carlos-SP, Paulínea-SP, Capão Bonito-SP, Araucária-PR, Biguaçu-SC e Siderópolis-SC). A principal função das ECOMPs consiste em manter “a pressão do gás natural nas condições ideais para o transporte” (TBG, 2016). Deste modo, pode-se dizer que do ponto de vista técnico a previsão de um universo de 19 ECOMPs para um projeto da envergadura do GASBOL foi um dos fatores que tornou a sua execução possível.

¹⁷ Neste particular, é necessário assinalar que apesar da proximidade e da demanda chilena por GN – apresentada na Tabela 6 a seguir – o Chile não se converteu em um importante mercado consumidor para a Bolívia em função, conforme coloca Almeida (2009), de persistentes rivalidades históricas entre os dois países que decorrem do desfecho da Guerra do Pacífico – que se desenvolveu entre o Chile, a Bolívia e o Peru no período de 1879 a 1883 – na qual “o país perdeu para o Chile [...] sua saída para o mar” (ALMEIDA, 2009, p. 139).

juntamente com o Chile, os países que apresentaram, segundo os dados da Tabela 6, os maiores níveis de dependência externa deste tipo de insumo energético.

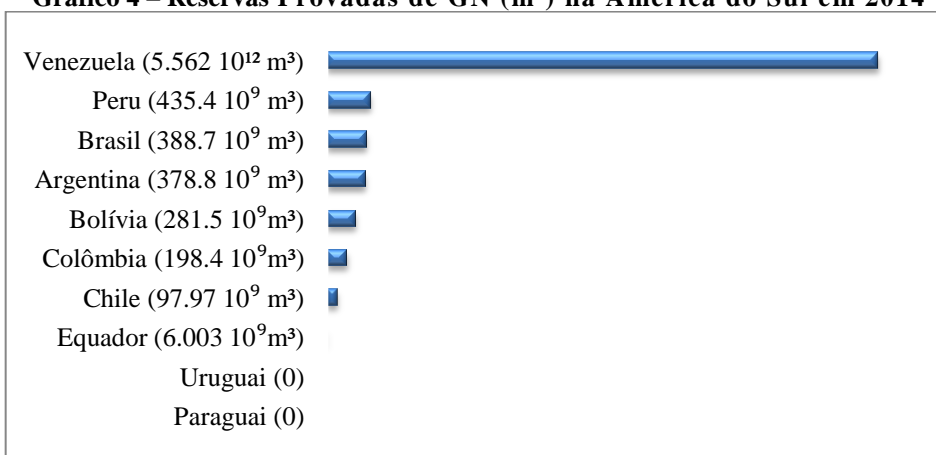
Neste ponto, cabe mencionar que mesmo concentrando o maior volume de GN da América do Sul – como pode ser observado no Gráfico 4 a seguir – a localização geográfica de suas reservas – localizadas, conforme informações da Figura 16 abaixo, na porção Norte e Noroeste do país – e o seu já mencionado perfil de consumo – expresso em seguida na Tabela 6 – não permite que a Venezuela se converta no principal fornecedor de GN da região.

Figura 16 – Localização das Principais Reservas de GN na Venezuela



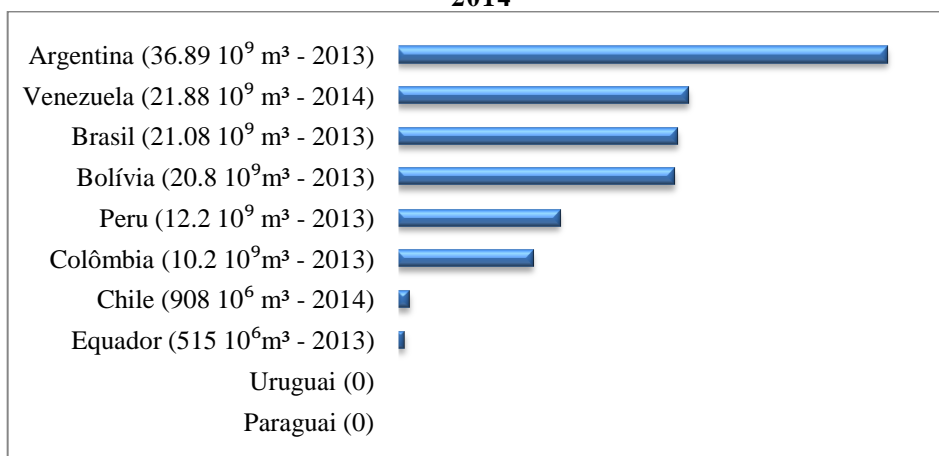
Fonte: PDVSA (2016).

Gráfico 4 – Reservas Provasdas de GN (m³) na América do Sul em 2014



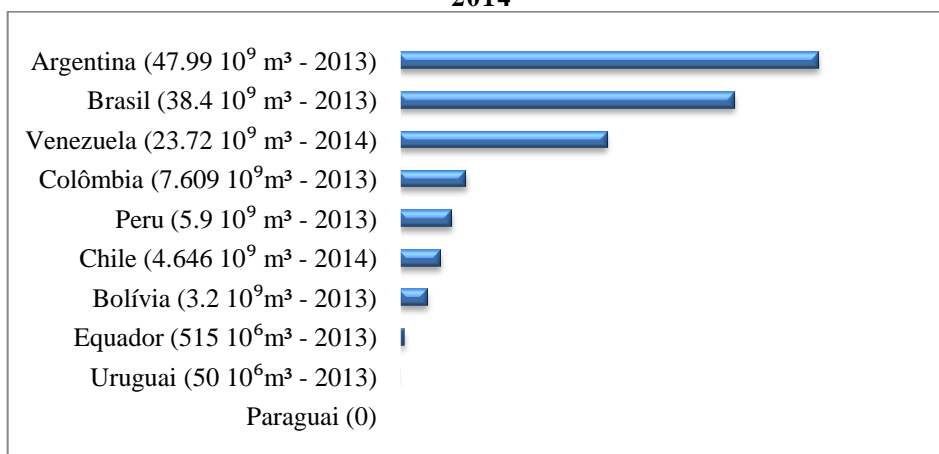
Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas em CIA (2016a, 2016b, 2016c).

Gráfico 5 – Produção de GN (m³) na América do Sul no Biênio de 2013-2014



Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas em CIA (2016a, 2016b, 2016c).

Gráfico 6 – Consumo de GN (m³) na América do Sul no Biênio de 2013-2014



Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas em CIA (2016a, 2016b, 2016c).

Tabela 6 – Comparação entre Reservas, Produção, Consumo e Dependência Externa de GN na América do Sul no Biênio de 2013-2014

País	R/P ^a		R/C ^b		RPC ^c		DE ^d	
	Ranking	Anos (≈)	Ranking	Anos (≈)	Ranking	SE ^e (m ³)	Ranking	Volume (m ³)
Argentina	7	10	8	8	9	0	2	-11.100 10 ⁹
Bolívia	6	14	2	88	1	17.600 10 ⁹	10	0
Brasil	5	18	7	10	10	0	1	-17.320 10 ⁹
Colômbia	2	108	4	26	3	2.591 10 ⁹	8	0
Chile	4	19	5	21	8	0	3	-3.738 10 ⁹
Equador	8	12	6	12	4	0	6	0
Paraguai	9	0	9	0	5	0	7	0
Peru	3	36	3	74	2	6.300 10 ⁹	9	0
Uruguai	9	0	10	0	6	0	5	-50 10 ⁶
Venezuela	1	254	1	116	7	0	4	-1.840 10 ⁹

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas em CIA (2016a, 2016b, 2016c).

^a Coeficiente de Reserva/Produção.

^b Coeficiente de Reserva/Consumo.

^c Relação Produção-Consumo.

^d Dependência Externa.

^e Sobre Exportável

Por um lado, é importante mencionar que as regiões Norte e Nordeste do Brasil foram, em função da proximidade geográfica¹⁸, as que mais se interessaram pela proposta de aproveitamento do GN venezuelano. No entanto, os dados da Figura 14 discutida na página 133 desta tese, informam que das cinco regiões brasileiras estas últimas reúnem aproximadamente 23,4%¹⁹ dos segmentos industriais do país o que do ponto de vista econômico, considerando o potencial hidrográfico da macrorregião, não justificaria, considerando o alto custo, a construção de um gasoduto ligando os dois países.

Por outro, esta tese sustenta que a distância entre as reservas venezuelanas e os principais centros consumidores brasileiros localizados nas regiões Sudeste e Sul do país – que juntas, conforme a Figura 14 da página 133 deste trabalho, respondem por 68,6%²⁰ das atividades industriais brasileiras – pode ter sido um dos principais fatores que dificultaram o avanço das negociações acerca da proposta venezuelana de construção do “Grande Gasoduto do Sul”. Em outras palavras, as regiões que concentram os grupos de interesse

¹⁸ Em função da quantidade de ECOMPs, a construção de redes de transporte muito longas, isto é, de gasodutos muito extensos, é considerada inviável, pois o GN pode não chegar ao Ponto de Entrega (PE) com a pressão adequada.

¹⁹ A região Norte participa com 5,4% e a região Nordeste com 18% do setor industrial brasileiro.

²⁰ As regiões Sul e Sudeste participam, respectivamente, com 14,6% e 54% do setor industrial brasileiro.

não governamentais de maior influência no processo de formulação da Política Energética nacional não demonstraram entusiasmo pela proposta venezuelana de complementação energética.

Além disso, apesar das críticas sobre os impactos negativos que a construção do Gasoduto do Sul poderia ocasionar sobre o meio ambiente, previa-se que o fornecimento de GN a partir daquele país poderia afetar, sobremaneira, os preços do GN importado da Bolívia pelo Brasil, pois o GN proveniente da Venezuela chegaria ao consumidor final no mercado brasileiro com um preço inferior ao praticado pelo governo boliviano. Neste particular, é importante assinalar que mesmo diante da possibilidade de acesso ao GN venezuelano a preços módicos, o desinteresse dos grupos de interesse do setor industrial da porção Sudeste e Sul do Brasil – abastecida pelo GN proveniente da Bolívia – pela proposta de construção do Gasoduto do Sul²¹ fortaleceu o argumento de que:

[...] seja no contexto da IIRSA, da CASA, ou mais recentemente, da UNASUL, não se pode falar em integração sul-americana, em geral, e energética, em particular, sem que a Bolívia seja incluída. Neste sentido, a construção do gasoduto Bolívia-Brasil [surgiu] como uma iniciativa concreta que pode fazer avançar o processo de integração energética sul-americano (ALMEIDA, 2009, p. 143).

Contudo, é necessário assinalar que:

A indústria de energia apresenta, porém, complexidade intrínseca, que envolve aspectos econômicos, técnicos e sociais, irredutíveis, pelo menos no curto prazo, à simples dimensão quantitativa. Nem sempre as importações, por país, refletem carências de balanço energético nacional, mas sim melhor adequação de determinadas fontes a processos produtivos específicos. Esses fluxos, incluindo extrarregionais, também resultam da competitividade adquirida com economias de escala ou de requisitos técnicos inerentes a cada fonte (CRIPPA FILHO, 2016, p. 162).

Ademais, é conveniente reforçar que “excedentes nacionais de produção de energia não constituem garantia de bom equacionamento das necessidades nos diversos setores

²¹ Embora não seja objeto direto de análise desta pesquisa, este trabalho reconhece o fato de que a falta de interesse desta porção do setor industrial brasileiro pela proposta do Gasoduto do Sul possa ser examinada a partir dos pressupostos da “Teoria da Captura das Agências Reguladoras”. De acordo com esta Teoria, quando uma Agência Reguladora passa a atuar em favor dos interesses particulares dos grupos de interesse por ela regulados ocorre o chamado “Fenômeno da Captura das Agências Reguladoras”. Em outras palavras, este fenômeno “ocorre quando há distorção do interesse público em favor do interesse privado, motivada pela enorme pressão do poder econômico das empresas reguladas e de grupos de interesses” (HERNÁNDEZ, 2012, p. 1).

econômicos internos” (CRIPPA FILHO, 2016, p. 162)²². Deste modo, esta pesquisa entende que juntamente com o aumento da oferta de GN no mercado brasileiro, a partir do GASBOL, “cresceu [, também,] a perspectiva da realização de projetos de termelétricas a gás, com o intuito de atuarem como âncora de consumo do gás importado” (ANP, 2009, p. 8) da Bolívia.

Neste particular, é importante assinalar, conforme mencionado anteriormente, que a ANP, por meio do anúncio do Decreto Presidencial nº 3.371/00 (BRASIL, 2000a) e da Portaria Ministerial nº 43/00 – que regulamenta o artigo 58^{o23} da Lei nº 9.478/97 e que lança o PPT –, procurou, enquanto importante grupo de interesse, “incentivar o investimento necessário à implantação de usinas termelétricas, com ênfase em projetos de plantas geradoras a gás natural” (ANP, 2009, p. 8) no país.

Além disso, um conjunto complementar de normas²⁴, com o intuito de “permitir a ampliação e a modernização do parque de processamento de gás natural” (ANP, 2009, p. 10) brasileiro e de garantir a qualidade do GN consumido no país, foi emitido pela a ANP em 2003²⁵ e 2005²⁶. Em suma, considerando os documentos aqui apresentados, esta tese

²² Neste sentido, o autor acrescenta que “A Bolívia e a Venezuela, apesar de exportadores líquidos de energia, apresentam fragilidade estrutural no setor elétrico. O Paraguai, maior exportador de eletricidade do planeta, depende de onerosas importações de derivados de petróleo, viabilizadas por complexa logística, destinadas a atender a necessidades específicas” (CRIPPA FILHO, 2016, p. 162).

²³ O art. 58^o da Lei nº 9.478/97 é formado pelos seguintes parágrafos: “§ 1^o. A ANP fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração adequada com base em critérios previamente estabelecidos, caso não haja acordo entre as partes, cabendo-lhe também verificar se o valor acordado é compatível com o mercado; § 2^o. A ANP regulará a preferência a ser atribuída ao proprietário das instalações para movimentação de seus próprios produtos, com o objetivo de promover a máxima utilização da capacidade de transporte pelos meios disponíveis; e, § 3^o. A receita referida no *caput* deste artigo deverá ser destinada a quem efetivamente estiver suportando o custo da capacidade de movimentação de gás natural” (BRASIL, 1997).

²⁴ Embora não faça parte do recorte temporal aqui analisado, é importante mencionar que a qualidade do GN consumido no Brasil é regulada pela Resolução ANP nº 16/2008.

²⁵ Duas normas foram publicadas em 2003, são elas: a Portaria ANP nº 001/03 que estabelece “os procedimentos para o envio das informações referentes às atividades de transporte e de compra e venda de gás natural ao mercado, aos Carregadores e à ANP [,] [ou seja, o principal objetivo desta Portaria era] garantir a publicidade das informações relacionadas à atividade de transporte de gás natural por meio de gasodutos a todos os agentes do mercado [...] [;] [e, a Portaria ANP nº 003/03 que tornou público] o procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades de exploração, produção, refino, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural” (ANP, 2009, p. 9).

²⁶ Em 2005 foram publicadas as seguintes normas: a Resolução ANP nº 027/05, que versa sobre “o acesso às instalações de transporte dutoviário de gás natural [;] a Resolução ANP nº 028/05 [...] que regulamenta a cessão de capacidade de transporte dutoviário de gás natural [;] [e,] a Resolução ANP nº 029/05 [...] que estabelece os critérios para cálculo de tarifas de transporte dutoviário de gás natural” (ANP, 2009, p. 9) no Brasil.

avalia que a ANP desempenhou um importante papel em favor do processo de integração energética da América do Sul na maior parte do período aqui analisado.

4.1.2 O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

Além da ANP, a Lei nº 9.478/97 criou também o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) cuja natureza encontra-se expressa no art. 2º do Capítulo II dessa Lei. Esse artigo estabelece que “cabe ao CNPE propor ao Presidente da República as políticas nacionais em consonância com os princípios e objetivos da Política Energética nacional” (ANP, 2009, p. 7). Em outras palavras, este artigo concedeu ao CNPE uma via direta de comunicação com a Presidência da República o que, no entender deste trabalho, é representativo de sua relevância, enquanto grupo interesse governamental, no processo de tomada de decisão e formulação da Política Energética nacional, seja ela de alcance doméstico ou de alcance internacional.

Neste particular, assenta sublinhar que:

A instalação do CNPE, que inclui vários ministérios de estado, foi um importante passo na direção da integração das políticas energéticas com outras políticas públicas no País e a elaboração sistemática de estudos prospectivos integrados de longo prazo pelo MME, para o setor energético como um todo, empregando cenários alternativos de desenvolvimento que levam em conta as atuais e possíveis novas políticas econômicas, tecnológicas e ambientais, proveem um pano de fundo técnico consistente para tal integração (BRASIL, 2007, p. 43).

Neste sentido, é importante mencionar que, dentre os Ministérios²⁷ que integram o CNPE, a presidência do Conselho é exercida, em conformidade com o inciso I do art. 2º do Decreto nº 3.520/00 (BRASIL, 2000b), pelo Ministro do MME. Em adição, deve-se pontuar que, no exercício da presidência do CNPE, o Ministro do MME tem como função,

²⁷ A composição ministerial do CNPE é definida pelos incisos II (Ministro de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTI), III (Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP), IV (Ministro de Estado do Ministério da Fazenda – MF), V (Ministro de Estado do Ministério do Meio Ambiente – MMA), VI (Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC), VII (Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República), VIII (Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional – MI) e IX (Ministro de Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA) do art. 2º do Decreto nº 3.520/00 (BRASIL, 2000b).

em conformidade com o disposto no § 3^{o28} do art. 2^o do referido Decreto, convocar, em respeito ao disposto no art. 6^{o29}, os membros do Conselho para reuniões que ocorrem de forma ordinária duas vezes por ano – respeitando sempre um intervalo de seis meses entre cada reunião – ou de forma extraordinária sempre que for necessário³⁰. De acordo com o disposto no § 2^o do art. 11^o da Resolução CNPE n^o 7/09 (BRASIL, 2009), as reuniões de caráter extraordinário podem ser convocadas tanto por decisão do próprio Presidente do CNPE quanto por qualquer um de seus membros efetivos, desde que o pedido de reunião receba o apoio de pelo menos outros dois membros efetivos do Conselho.

Além da composição ministerial, os incisos X, XI, XII, XIII e XIV do art. 2^o do Decreto n^o 3.520/00 (BRASIL, 2000b) estabelecem, respectivamente, que o Conselho seja formado por um representante de cada estado brasileiro e um do Distrito Federal, um especialista em energia da sociedade civil, um acadêmico especialista em energia, o presidente da EPE e do secretário-executivo do MME. Neste particular, é importante salientar, em concordância com o § 2^o do art. 2^o do Decreto n^o 3.520/00, que:

Os membros referidos nos incisos X, XI e XII serão designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, renováveis por mais um período, sendo o representante dos Estados e do Distrito Federal indicado pelos respectivos Secretários de Governo a que estejam afetos os assuntos de energia, e os demais pelo Ministro de Estado de Minas e Energia (BRASIL, 2000b).

Sobre isso, é apropriado acrescentar que, dependendo da pauta e que em observância ao disposto no art. 3^o da Resolução CNPE n^o 7/09, o Ministro do MME pode permitir a participação, sem direito a voto, de representantes de outras instituições como, por exemplo:

[...] os Diretores-Gerais da Agência Nacional de Energia Elétrica [ANEEL], da [ANP], do Departamento Nacional de Produção Mineral [DNPM] e do Operador Nacional do Sistema Elétrico [ONS]; os Diretores-Presidentes da Agência Nacional de Águas [ANA] e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais [CPRM]; os Presidentes da Petróleo Brasileiro S.A. [Petrobras], da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. [Eletrobrás], do Banco Nacional de Desenvolvimento

²⁸ O § 3^o do art. 2^o do Decreto n^o 3.520/00 estabelece que “São atribuições do Presidente do CNPE: I – convocar e presidir as reuniões do colegiado; II – manifestar voto próprio e de qualidade, em caso de empate, na deliberação de proposições a serem encaminhadas ao Presidente da República; [e,] III – encaminhar ao Presidente da República as propostas aprovadas pelo Conselho” (BRASIL, 2000b).

²⁹ De acordo com o disposto neste artigo, “O CNPE reunir-se-á ordinariamente a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente” (BRASIL, 2000b).

³⁰ Além destas atribuições, o § 1^o do art. 4^o do Decreto n^o 3.520/00 reza que cabe ao Presidente do CNPE indicar e designar o Secretário-Executivo da Secretaria-Executiva do Conselho (BRASIL, 2000b).

Econômico e Social [BNDES] e do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica [CCEE]; e os Secretários do [MME³¹], bem como os dirigentes máximos de outros órgãos ou entidades (BRASIL, 2009).

Ademais, o corpo normativo que estabelece as funções do CNPE encontra-se disposto no art. 2º da Lei nº 9.478/97 (BRASIL, 1997) e é formado por dez incisos dentre os quais os incisos III, IV, V, VII e IX configuram os dispositivos que tratam das questões relacionadas à expansão do uso do GN na matriz energética brasileira e de seu uso como insumo energético nos processos industriais das empresas do país.

Neste sentido, a função de “rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis” (BRASIL, 1997), disposta no terceiro inciso, permitiu ao CNPE atuar de forma determinante, pelo menos no entender deste trabalho, no processo decisório que levou o governo brasileiro a optar pela complementação e diversificação de sua matriz energética por meio do GN proveniente da Bolívia. Ou seja, o CNPE, em conformidade com o disposto neste instrumento normativo, pode ter influenciado sobremaneira o processo de negociação bilateral que levou a cabo a construção do GASBOL e a consequente adaptação das plantas produtivas do setor industrial das regiões Sudeste e Sul do Brasil ao GN boliviano.

No caso do quarto inciso, pode-se dizer que, por atuar junto a Presidência da República, a tarefa conferida ao CNPE de “estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas” (BRASIL, 1997) foi um fator determinante, conforme mencionado anteriormente, para o lançamento do PPT – instituído e ampliado pelo decreto Presidencial nº 3.371/00 (BRASIL, 2000a) e pela publicação da Portaria Ministerial nº 43/00 (BRASIL, 2000c), respectivamente.

Em outras palavras, avalia-se que o CNPE, por meio do PPT – que previa tanto a construção de novas usinas termelétricas quanto à inclusão de diversas usinas existentes em seu programa de expansão do GN –, procurou ampliar a demanda por GN no Brasil –

³¹ Cumpre assinalar que o MME possui quatro Secretarias, sendo elas: Secretaria de Energia Elétrica; Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético; e, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

tendo em vista o aumento de sua oferta, em função do fornecimento boliviano – e assim garantir não só a diversificação da matriz energética nacional como também minimizar a sua dependência externa do fornecimento de outros insumos energéticos como o petróleo e a energia hidrelétrica – proveniente das turbinas de geração de energia hidrelétrica de Itaipu Binacional que pertencem ao Paraguai.

Neste sentido, o quinto inciso atribui ao CNPE a função de,

[...] estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 (BRASIL, 1997).

Assim, com o objetivo de controlar a formação dos preços do GN no mercado interno³², o CNPE emitiu em 05 de dezembro de 2001 a Resolução nº 06, no entanto, “tal iniciativa não teve continuidade” (ANP, 2009, p. 10), mas a partir de 2002 a formação dos preços do GN no mercado interno seguiu as seguintes lógicas: “a do [GN] proveniente de importação, que dependia dos contratos de fornecimento do exterior, a da produção nacional, que continuou utilizando as regras das Portarias vigentes durante o período de controle de preços, e a do [GN] destinado ao [PPT]” (ANP, 2009, p. 10). Em adição, observa-se que ao “estabelecer diretrizes para o uso de gás natural como matéria-prima em processos produtivos industriais, mediante a regulamentação de condições e critérios específicos, que visem a sua utilização eficiente e compatível com os mercados interno e externo” (BRASIL, 1997), o sétimo inciso complementa a função de controlar a formação dos preços do GN no mercado interno conferida pelo inciso V ao CNPE. Deste modo, pode-se dizer que a atuação do CNPE, nos termos dos incisos V e VII, procurou garantir a satisfação da demanda interna por GN.

O último inciso – que atribui ao CNPE à função de “definir a estratégia e a política de desenvolvimento econômico e tecnológico da indústria de petróleo, de gás natural, de

³² Neste particular, é importante mencionar que “Quando da publicação da Lei do Petróleo, em 1997, os preços do gás natural eram controlados pela Portaria DNC-24, de 07/06/94. Posteriormente à criação da ANP, uma série de normas editadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), pelo Ministério da Fazenda (MF) e pela própria ANP, regulamentou o preço do gás nacional para a entrega nos *city-gates* (Portarias MF/MME 90/99, 92/99, 153/99 e 155/99 e 003/2000 e Portarias ANP 108/00, 101/01, 130/01 e 45/02)” (ANP, 2009, p. 10).

outros hidrocarbonetos fluidos e de biocombustíveis, bem como da sua cadeia de suprimento” (BRASIL, 1997) – confirma o pressuposto de que o CNPE atua como um relevante grupo de interesse na formulação da Política Energética Brasileira. Além disso, é necessário pontuar que as atribuições conferidas ao CNPE por este inciso ganharam um importante reforço com a publicação, em 21 de junho de 2000, do art. 7º³³ do Decreto nº 3.520 (BRASIL, 2000b). Ou seja, por meio deste artigo a abrangência deste inciso e, consequentemente, a influência do Conselho foram substancialmente ampliadas.

Portanto, é possível concluir que os dispositivos normativos aqui apresentados reiteram o objetivo do já mencionado inciso VI do art. 1º do Capítulo I da Lei nº 9.478/97 e deixam claro o fato de que no momento de criação do CNPE “o legislador preocupou-se com o aumento da participação do gás natural na matriz energética do país” (ANP, 2009, p. 7). Assim sendo, observa-se que o CNPE procurou, por meio de seu aparato normativo, aumentar a participação do GN na matriz energética nacional. Como consequência disso, esta tese defende que tanto esse aparato normativo quanto a composição do CNPE são representativos da diversidade de interesses – no desenvolvimento das atividades atribuídas ao Conselho como, por exemplo, aquelas previstas no art. 1º³⁴ da Resolução CNPE nº 7/09

³³ Este artigo determina que “No último semestre de cada ano, o CNPE avaliará as atividades desenvolvidas pelos diversos setores energéticos do País durante o ano em curso, e suas perspectivas para o ano seguinte, elaborando relatório e apontando eventuais sugestões sobre a situação da Política Energética Nacional, a serem encaminhados ao Presidente da República” (BRASIL, 2000).

³⁴ Este artigo estabelece que “**O Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**, órgão colegiado vinculado à Presidência da República, consoante o que dispõem o art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no art. 1º do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, **tem como finalidade o assessoramento ao Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes de energia destinadas a:** I - promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, em conformidade com o disposto na legislação aplicável e com os seguintes princípios: a) preservação do interesse nacional; b) promoção do desenvolvimento sustentado, ampliação do mercado de trabalho e valorização dos recursos energéticos; c) **proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos e serviços prestados;** d) proteção do meio ambiente e promoção da conservação de energia; e) garantia do fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, nos termos do § 2º do art. 177 da Constituição Federal; f) **incremento da utilização do gás natural;** g) identificação das soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País; h) utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis; i) promoção da livre concorrência; j) atração de investimentos para a produção de energia; l) ampliação da competitividade do País no mercado internacional; m) incremento da participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional; e[, n) garantia de suprimento de biocombustíveis em todo o território nacional; II - assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo as medidas específicas ao Congresso Nacional, quando implicarem criação de subsídios, observado o disposto no parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.478, de 1997; III - rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis; IV - **estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do**

– dos grupos de interesse ali representados e aqui, sob o pensamento desenvolvido por Putnam (2010), analisado.

4.1.3 A Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

De acordo com o MME, o governo brasileiro, “com o intuito de amparar tecnicamente a [sua missão]” (BRASIL, 2007, p. 8), sancionou, em 15 de março de 2004, a Lei nº 10.847 (BRASIL, 2004c) que autorizou a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e tornou público, no dia 16 de agosto daquele mesmo ano, o Decreto nº 5.184 (BRASIL, 2004b) que a criou.

Contudo, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (2016) assinala que a criação da EPE ocorreu no contexto de lançamento das bases de um Novo Modelo para o Setor Elétrico Brasileiro (SEB). Deste modo, o Novo Modelo foi pensado como sendo um importante elemento no processo de:

[...] reestruturação do planejamento da expansão [do setor elétrico brasileiro], com uma abordagem ampla e integrada, de modo a conciliar estrategicamente pesquisa, exploração, uso e desenvolvimento dos insumos e recursos energéticos, dentro de uma política nacional ajustada às diretrizes do governo e às necessidades da sociedade (TOLMASQUIM, 2016, p. 4).

Neste sentido, o Novo Modelo para o SEB deveria desenvolver estratégias de expansão do setor elétrico nacional que, como objetivos, buscassem “Garantir a segurança do suprimento de energia elétrica³⁵; Promover a modicidade tarifária³⁶; [e,] Promover a

gás natural, do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas; e[,] V - **estabelecer diretrizes para a importação e exportação**, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, **gás natural e condensado**, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991” (BRASIL, 2009, grifo nosso).

³⁵ Neste sentido, o Novo Modelo para o SEB estabelece “um conjunto de medidas a [ser observada] pelos agentes, como a exigência de contratação de totalidade da demanda por parte das distribuidoras e dos consumidores livres, nova metodologia de cálculo do lastro para venda de geração, contratação de usinas hidrelétricas e termelétricas em proporções que assegurem melhor equilíbrio entre garantia e custo de suprimento, bem como o monitoramento permanente da continuidade e da segurança de suprimento, visando detectar desequilíbrios conjunturais entre oferta e demanda” (ONS, 2016).

³⁶ Com o intuito de promover a modicidade tarifária, o Novo Modelo “prevê a compra de energia elétrica pelas distribuidoras no ambiente regulado por meio de leilões – observado o critério de menor tarifa, objetivando a redução do custo de aquisição da energia elétrica a ser repassada para a tarifa dos consumidores cativos” (ONS, 2016).

inserção social no Setor Elétrico Brasileiro, em particular pelos programas de universalização de atendimento³⁷” (ONS, 2016). Além disso, a missão de “resgatar a responsabilidade do Estado de assegurar as condições de infraestrutura do país na área energética” (TOLMASQUIM, 2016, p. 4) foi percebida pelos formuladores do Novo Modelo como sendo uma condição fundamental para que a reestruturação do SEB alcançasse seus objetivos.

Para tanto, o ONS (2016) informa que em termos normativos – além da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c) e do Decreto nº 5.184/04 (BRASIL, 2004b) – o Novo Modelo foi concebido sob o aparato legal da Lei nº 10.848/04 (BRASIL, 2004d) – por meio parágrafo único³⁸ do art. 2ºB – e do Decreto nº 5.163/04 (BRASIL, 2004a) – em conformidade com os parágrafos 1º³⁹ do art. 4º e 1º⁴⁰, 2º⁴¹, 3º⁴², 4º⁴³ e 5º⁴⁴ do art. 12º – e que, em termos institucionais, o lançamento desse Modelo foi o principal elemento no processo de:

[...] criação de uma entidade responsável pelo planejamento do setor elétrico [em] longo prazo, a **Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**; uma instituição com a função de avaliar permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE); e uma

³⁷ Para fazer cumprir este objetivo o Novo Modelo deveria criar “condições para que os benefícios da eletricidade sejam disponibilizados aos cidadãos que ainda não contam com esse serviço, e garantir subsídio para os consumidores de baixa renda, de tal forma que estes possam arcar com os custos de seu consumo de energia elétrica” (ONS, 2016).

³⁸ De acordo com o exposto neste parágrafo “O Valor Anual de Referência Específico – VRES será calculado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, considerando condições técnicas e fonte da geração distribuída, e será aprovado pelo Ministério de Minas e Energia” (Brasil, 2004).

³⁹ Este parágrafo estabelece que “O Ministério de Minas e Energia, mediante critérios de garantia de suprimento propostos pelo CNPE, disciplinará a forma de cálculo da garantia física dos empreendimentos de geração, a ser efetuado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, mediante critérios gerais de garantia de suprimento” (BRASIL, 2004).

⁴⁰ O §1º do art. 12º do Decreto nº 5.163/04 reza que “A EPE submeterá ao Ministério de Minas e Energia, para aprovação, a relação de empreendimentos de geração que integrarão, a título de referência, os leilões de energia proveniente de novos empreendimentos, bem como as estimativas de custos correspondentes” (BRASIL, 2004a).

⁴¹ Segundo o disposto no §2º do art. 12º do Decreto nº 5.163/04, “Na definição do montante de energia elétrica e da relação de empreendimentos de que tratam os incisos I e II do **caput**, a EPE submeterá ao Ministério de Minas e Energia estudo que considerará a otimização técnico-econômica do parque hidrotérmico do SIN, bem como do sistema de transmissão associado” (BRASIL, 2004, grifo do autor).

⁴² Este parágrafo prevê que “No caso de empreendimentos hidrelétricos, a EPE poderá propor ao Ministério de Minas e Energia percentual mínimo de energia elétrica a serem destinadas à contratação no ACR” (BRASIL, 2004a).

⁴³ De acordo com o 4º do art. 12º do Decreto nº 5.163/04, “A EPE habilitará tecnicamente e cadastrará os empreendimentos de geração que poderão participar dos leilões de novos empreendimentos, os quais deverão estar registrados na ANEEL” (BRASIL, 2004a).

⁴⁴ Este parágrafo estabelece que “Para atendimento ao disposto neste artigo e cumprimento de suas atribuições legais, a EPE utilizará os dados informados pelos agentes, conforme o disposto nos arts. 17 e 18” (BRASIL, 2004a).

instituição para dar continuidade às atividades do Mercado Atacadista de Energia (MAE), relativas à comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) (ONS, 2016, grifo nosso).

Em função disso, este trabalho concorda com o pressuposto de que o lançamento do Novo Modelo para o SEB forneceu as condições necessárias para que a EPE fosse criada, pois naquele momento entendeu-se que:

A integração de fontes e recursos é a melhor maneira de tratar a questão energética, e, assim, pela primeira vez na história do Brasil, o planejamento energético ganhou a oportunidade de ser pensado como um todo. Passou-se a tratar em conjunto as diferentes fontes de energia: petróleo, gás natural, biocombustíveis, energia elétrica dentre outros (TOLMASQUIM, 2016, p. 4).

Deste modo, a EPE, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c) que estabelece que “Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da Política Energética nacional” (BRASIL, 2004), encontra-se legalmente ligada a este Ministério.

Assim sendo, o art. 2º da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c) define que a prestação de “serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e **gás natural** e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras” (BRASIL, 2004c, grifo nosso) se constitua como principal objetivo da EPE. Além disso, cumpre assinalar que os incisos que formam o art. 4º da Lei nº 10.847/04 e que estabelecem as competências da EPE são expressivos de sua influência no estabelecimento, pelo menos em termos políticos, das prioridades energéticas do país.

Neste sentido, as tarefas de “realizar estudos e projeções da matriz energética brasileira” (BRASIL, 2004), de “elaborar e publicar o balanço energético nacional” (BRASIL, 2004), de “dar suporte e participar nas articulações visando à **integração energética com outros países**” (BRASIL, 2004, grifo nosso), de “promover planos de metas voltadas para a utilização racional e conservação de energia, podendo estabelecer parcerias de cooperação para este fim” (BRASIL, 2004) e de “promover estudos voltados para programas de apoio para a modernização e capacitação da indústria nacional, visando

maximizar a participação desta no esforço de fornecimento dos bens e equipamentos necessários para a expansão do setor energético” (BRASIL, 2004), no caso amplo do estabelecimento da Política Energética Brasileira, foram, respectivamente, estabelecidas pelos incisos I, II, XIV, XVI e XVII do art. 4º da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c).

No caso particular do GN, os incisos VIII e XII do referido artigo estabelecem como competências específicas da EPE as funções de “promover estudos para dar suporte ao gerenciamento da relação reserva e produção de hidrocarbonetos no Brasil, visando à [autossuficiência] sustentável” (BRASIL, 2004) e de “elaborar estudos relativos ao plano diretor para o desenvolvimento da indústria de gás natural no Brasil” (BRASIL, 2004), respectivamente.

A composição do corpo diretivo da EPE é regulada pelo art. 8º da Lei nº 10.847/04 que prevê uma administração compartilhada formada por uma Diretoria Executiva e por três Conselhos, sendo um Administrativo, um Fiscal e um Consultivo. O art. 10º⁴⁵ da Lei nº 10.847/04 determina que a Diretoria Executiva seja composta por um Presidente e por quatro Diretores (BRASIL, 2004c).

O Conselho de Administração possui funções deliberativas e deve ser constituído, conforme estabelece os incisos I, II, III e IV do art. 9º da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c), por um Presidente – que deve ser indicado pelo Ministro do MME – pelo Presidente da Diretoria Executiva e por quatro Conselheiros – dentre os quais um deve ser indicado pelo Ministro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e os demais conforme o regulamento da EPE.

Em observância ao que determina o art. 11º da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c), o Conselho Fiscal deve ser composto por três membros. O art. 12º dessa mesma Lei é formado por doze incisos que tratam da composição do Conselho Consultivo da EPE. Destes, os incisos I⁴⁶, II⁴⁷, VI⁴⁸, XI⁴⁹ e XII⁵⁰ estabelecem que os componentes do Conselho

⁴⁵ O parágrafo único deste artigo reza que “O Presidente e os Diretores são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o estatuto da empresa e com as diretrizes institucionais emanadas do Conselho de Administração” (BRASIL, 2004).

⁴⁶ Este inciso estabelece que o Conselho Consultivo seja composto por “5 (cinco) representantes do Fórum de Secretários de Estado para Assuntos de Energia, sendo 1 (um) de cada região geográfica do país” (BRASIL, 2004).

⁴⁷ De acordo com este inciso “2 (dois) representantes dos geradores de energia elétrica, sendo 1 (um) de geração hidroelétrica e outro de geração termoeletrica” (BRASIL, 2004) devem fazer parte do Conselho Consultivo da EPE.

Consultivo sejam representantes diretos ou indiretos do setor do GN, isto é, os membros do Conselho devem ser representantes dos grupos de interesse ligados à indústria brasileira do GN.

Deste modo, este trabalho parte do pressuposto de que os dispositivos normativos aqui discutidos constituem o arcabouço legal que permite uma ampla participação dos grupos de interesse na definição das prioridades do setor energético nos mecanismos decisórios da EPE e, como reflexo disso, no processo de elaboração da Política Energética Brasileira desenvolvida e definida nos âmbitos do CNPE – considerando o disposto no citado inciso XIII do art. 2º do Decreto nº 3.520/00 (BRASIL, 2000b) – e do MME – conforme reza o texto do, anteriormente mencionado, parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c).

Além disso, é importante considerar o fato de que desde a sua criação, a EPE, por meio do inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c), tem atuado de forma substancial no processo de integração energética em curso na América do Sul. Portanto, pode-se concluir que entre 1995 e 2005 os grupos de interesse aqui analisados desenvolveram um importante papel no processo de aproximação, com vistas ao aproveitamento dos recursos energéticos disponíveis, dos países da região. Assim sendo, o próximo tópico apresenta, em face desse processo de aproximação, o desenvolvimento da Política Energética Brasileira no período de 2006 a 2010.

4.2 A AUTOSSUFICIÊNCIA E O DISTANCIAMENTO: OS ANOS DE 2006 A 2010

O planejamento, sobretudo em setores de [infraestrutura], é uma atividade essencial em qualquer contexto, quer com maior ou menor intervenção estatal (MEN-2030, 2007, p. 7).

A busca pela diversificação da matriz energética brasileira e de uma garantia de fornecimento seguro de GN para o mercado interno – após a decisão do governo boliviano

⁴⁸ Por meio deste inciso ficou estabelecido a participação de “representante das empresas distribuidoras de gás” (BRASIL, 2004) no Conselho Consultivo.

⁴⁹ Este inciso determina que o Conselho Consultivo da EPE tenha em seu quadro constitutivo a participação de “4 (quatro) representantes dos consumidores de energia, sendo 1 (um) representante da indústria, 1 (um) representante do comércio, 1 (um) representante do setor rural e 1 (um) representante dos consumidores residenciais” (BRASIL, 2004).

⁵⁰ Segundo o disposto neste inciso, o Conselho Consultivo da EPE deve ser formado por “representante da comunidade científica com especialização na área energética” (BRASIL, 2004).

de nacionalizar, por meio do Decreto “Héroes del Chaco”, os ativos das empresas estrangeiras que atuavam na exploração dos hidrocarbonetos em seu território – foi um elemento de constante presença nos processos de tomada de decisão e definição das diretrizes que orientaram a formulação da Política Energética Brasileira após 2006.

Deste modo, é importante mencionar que o par de relatórios PNE-2030 e MEN-2030 – desenvolvidos, em conformidade com o já mencionado inciso I do art. 4º da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c), pela EPE em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Energia Elétrica (CEPEL) – apresentados em 2007, projetam as expectativas brasileiras de oferta e de demanda por GN no horizonte 2030.

Neste sentido, Tolmasquim (2012) informa que estas expectativas sinalizam que a oferta total⁵¹ e a demanda total⁵² de GN poderão atingir, respectivamente, os volumes de $142 \cdot 10^6$ m³/dia e de $169 \cdot 10^6$ m³/dia já em 2020. E, além disso, a perspectiva é de que neste horizonte, conforme será apresentado na Tabela 8 situada na página 170 desta tese, ocorra uma considerável ampliação das reservas e produção nacionais de GN e de que, apesar disso, espera-se que a relação reserva-produção, isto é, que o coeficiente R/P se mantenha estável até 2030.

Em decorrência disso, esta tese sustenta que o aumento das atividades desenvolvidas no âmbito da IGN exigiu do MME a criação de um corpo normativo específico para regulamentar a expansão dessas atividades, conforme será discutido mais adiante neste trabalho.

⁵¹ O autor destaca que “Desse total, cerca de $[69 \cdot 10^6$ m³/dia] referem-se a recursos contingentes, e $[32 \cdot 10^6$ m³/dia], a novas descobertas. Essa oferta interna, acrescida das importações de $[30 \cdot 10^6$ m³/dia] de [GN] boliviano e de $[21 \cdot 10^6$ m³/dia] de GNL, amplia a oferta total [...] para $[193 \cdot 10^6$ m³/dia] em 2020” (TOLMASQUIM, 2012, p. 256).

⁵² Conforme aponta Tolmasquim (2012), Espera-se que a participação da demanda total de GN das companhias distribuidoras locais, do consumo em refinarias e nas fábricas de fertilizantes somem um volume de $114 \cdot 10^6$ m³/dia e que o volume demandado “pelo parque de térmicas a gás e bicomustível do país em sua capacidade máxima” (TOLMASQUIM, 2012, p. 257) atinja o valor de $55 \cdot 10^6$ m³/dia no ano de 2020.

4.2.1 O Decreto “Héroes del Chaco” e a Nacionalização dos Ativos da Petrobras no Território Boliviano

Que en históricas jornadas de lucha, el pueblo ha conquistado a costa de su sangre, el derecho de que nuestra riqueza hidrocarburífera vuelva a manos de la nación y sea utilizada en beneficio del país⁵³ (BOLÍVIA, 2006 – Preâmbulo).
 En ejercicio de la soberanía nacional, obedeciendo el mandato del pueblo boliviano expresado en el Referéndum vinculante del 18 de julio del 2004 y en aplicación estricta de los preceptos constitucionales, se nacionalizan los recursos naturales hidrocarburíferos del país. El Estado recupera la propiedad, la posesión y el control total y absoluto de estos recursos⁵⁴ (BOLÍVIA, 2006 – art. 1º).

Motivado pelo desejo, expresso nas citações supracitadas, de recuperar o controle do setor energético do país e respaldado pelo resultado do Referendo Vinculante de 2004, o governo boliviano tornou público, no dia 1º de maio de 2006, o Decreto “Héroes del Chaco” que, em conformidade com o exposto no inciso I de seu art. 2º, determinou que a partir daquela data todas as “[...] empresas petroleras que actualmente realizan actividades de producción de gas y petróleo en el territorio nacional, están obligadas a entregar en propiedad a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB, toda la producción de hidrocarburos”⁵⁵ (BOLÍVIA, 2006). E, por meio do inciso II⁵⁶ do art. 7º desse Decreto foram nacionalizados os ativos das empresas estrangeiras do setor de hidrocarbonetos situadas no território boliviano naquele momento.

Cumprе assinalar que na ocasião da realização do Referendo Vinculante de 2004 a população boliviana foi convocada a responder “SIM” ou “NÃO”, conforme pode ser observado na Figura 17 a seguir, a cinco perguntas relacionadas à Política Energética do

⁵³ “Que em históricas jornadas de luta, o povo conquistou a custo de seu sangue, o direito de que nossa riqueza hidrocarbonífera volte para as mãos da nação e que seja utilizada em benefício do país”. Tradução nossa.

⁵⁴ “No exercício da soberania nacional, obedecendo à vontade do povo boliviano expresso no Referendo vinculante do dia 18 de julho de 2004 e em aplicação estrita dos preceitos constitucionais, são nacionalizados os recursos naturais hidrocarboníferos do país. O Estado recupera a propriedade, a posse e o controle total e absoluto destes recursos”. Tradução nossa.

⁵⁵ “[...] empresas petroleras que actualmente realizan actividades de producción de gas y petróleo en territorio nacional, están obligadas a entregar para a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos – YPFB*, toda a produção de hidrocarbonetos”. Tradução nossa.

⁵⁶ “Se nacionalizan las acciones necesarias para que YPFB controle como mínimo el 50% más 1 en las empresas *Chaco S.A., Andina S.A., Transredes S.A., Petrobrás Bolivia Refinación S.A. y Compañía Logística de Hidrocarburos de Bolivia S.A.*” (BOLÍVIA, 2006). “São nacionalizadas as ações necessárias para que YPFB controle com o mínimo de 50% mais 1 as empresas *Chaco S.A., Andina S.A., Transredes S.A., Petrobrás Bolivia Refinación S.A. e Compañía Logística de Hidrocarburos de Bolivia S.A.*”. Tradução nossa.

país. Na sequência, a Gráfico 7 revela que de um universo de 2.678.518 de votantes mais de 54% dos votos computados responderam, de forma soberana, “SIM” para todas as perguntas realizadas. Em relação à pergunta que indagava a população do país sobre a concordância ou não da “recuperación de la propiedad de todos los hidrocarburos en boca de pozo para el Estado boliviano”⁵⁷ (REFERÉNDUM, 2016a, 2016b), 92,19% dos votos válidos foram favoráveis a medida proposta pelo governo.

Figura 17 – Papeleta do Referendo Vinculante de 2004

1 ¿Está usted de acuerdo con la abrogación de la Ley de Hidrocarburos N° 1689 promulgada por Gonzalo Sánchez de Lozada?

2 ¿Está usted de acuerdo con la recuperación de la propiedad de todos los hidrocarburos en boca de pozo para el Estado boliviano?

3 ¿Está usted de acuerdo con refundar Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, recuperando la propiedad estatal de las acciones de las bolivianas y bolivianos en las empresas petroleras capitalizadas, de manera que pueda participar en toda la cadena productiva de los hidrocarburos?

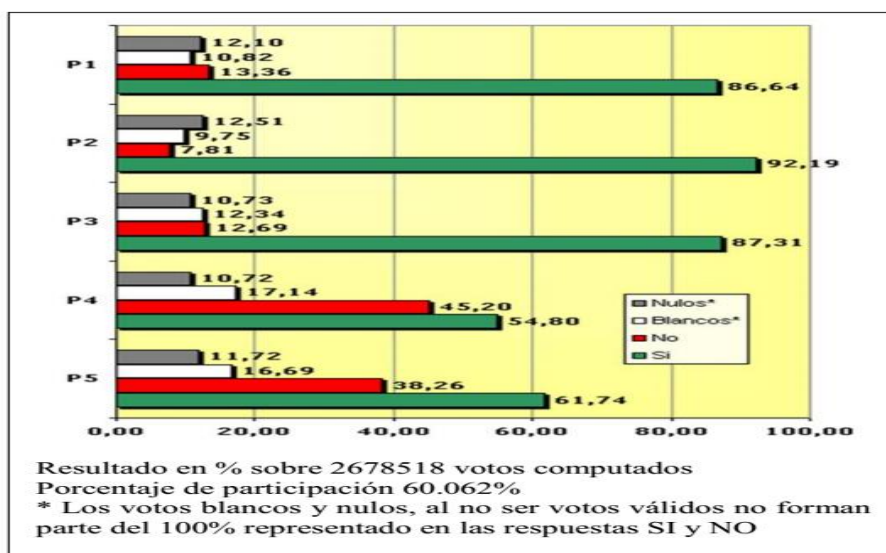
4 ¿Está usted de acuerdo con la política del presidente Carlos Mesa de utilizar el gas como recurso estratégico para el logro de una salida útil y soberana al océano Pacífico?

5 ¿Está usted de acuerdo con que Bolivia exporte gas en el marco de una política nacional que:

- cubra el consumo de gas de las bolivianas y bolivianos;
- fomente la industrialización del gas en territorio nacional;
- cobre impuestos y/o regalías a las empresas petroleras llegando al 50 por ciento del valor de la producción del gas y el petróleo en favor del país;
- destine los recursos de la exportación e industrialización del gas, principalmente para educación, salud, caminos y empleos?

Fonte: REFERÉNDUM 2004... (2016a).

Gráfico 7 – Resultados Nacionais do Referendo Vinculante de 2004



Fonte: REFERÉNDUM 2004... (2016b).

⁵⁷ “recuperação da propriedade de todos os hidrocarbonetos na boca de poço para o Estado boliviano”. Tradução nossa.

Assim sendo, o desejo do governo boliviano, confirmado pela vontade soberana e legítima do povo boliviano no Referendo Vinculante de 2004, de “[...] nacionalizar y recuperar la propiedad de los hidrocarburos, en aplicación a lo dispuesto por la Ley de Hidrocarburos”⁵⁸ (BOLÍVIA, 2006) viabilizou a publicação do Decreto “Héroes del Chaco”. É importante frisar que a legitimidade desse Decreto encontra-se normativamente sustentada pelo art. 1º⁵⁹ da Ley de Hidrocarburos⁶⁰ de 30 de abril de 1996 que determina que:

Por norma constitucional, los yacimientos de hidrocarburos, cualquiera sea el estado en que se encuentren o la forma en que se presenten, son del dominio directo, inalienable e imprescriptible del Estado. Ninguna concesión o contrato podrá conferir la propiedad de los yacimientos de hidrocarburos⁶¹ (BOLÍVIA, 1996).

⁵⁸ “[...] nacionalizar e recuperar a propriedade dos hidrocarbonetos, em aplicação ao disposto na Lei de Hidrocarbonetos”. Tradução nossa.

⁵⁹ Este artigo possui três parágrafos que rezam, respectivamente, que: “El derecho de explorar y de explotar los campos de hidrocarburos y de comercializar sus productos se ejerce por el Estado mediante Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). Esta empresa pública, para la exploración, explotación y comercialización de hidrocarburos, celebrará necesariamente contratos de riesgo compartido, por tiempo limitado, con personas individuales o colectivas, nacionales o extranjeras, según las disposiciones de la presente Ley; El transporte de hidrocarburos y la distribución de gas natural por redes será objeto de concesión administrativa, por tiempo limitado, en favor de personas individuales o colectivas, nacionales o extranjeras, por la Superintendencia de Hidrocarburos del Sistema de Regulación Sectorial (SIRESE); e, La refinación e industrialización de hidrocarburos se realizará conforme a lo dispuesto por el artículo 44 de la presente Ley” (BOLÍVIA, 1996). Além disso, é importante mencionar que o citado art. 44º estipula que: “La refinación e industrialización de hidrocarburos, así como la comercialización de sus productos, es libre y podrá ser realizada por cualquier persona individual o colectiva, nacional o extranjera, mediante su registro en la Superintendencia de Hidrocarburos del Sistema de Regulación Sectorial (SIRESE) y el cumplimiento de las disposiciones legales que regulan estas actividades” (BOLÍVIA, 1996). “O direito de exploração e de prospecção dos campos de hidrocarbonetos e de comercializar seus produtos é exercido pelo Estado mediante a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB). Esta empresa pública, para a exploração, prospecção e comercialização de hidrocarbonetos, celebrará necessariamente contratos de risco compartilhado, por tempo limitado, com pessoas individuais ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, segundo as disposições da presente Lei; O transporte de hidrocarbonetos e a distribuição de gás natural por redes será objeto de concessão administrativa, por tempo limitado, em favor de pessoas individuais ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, pela *Superintendencia de Hidrocarburos del Sistema de Regulación Sectorial* (SIRESE); e, O refino e industrialização de hidrocarbonetos será realizado conforme o disposto no artigo 44º da presente Lei”. E, “O refino e industrialização de hidrocarbonetos, assim como a comercialização de seus derivados, é livre e poderá ser realizada por qualquer pessoa individual ou coletiva, nacional ou estrangeira, mediante o seu registro na *Superintendencia de Hidrocarburos del Sistema de Regulación Sectorial* (SIRESE) e o cumprimento das disposições legais que regulam estas atividades”. Tradução nossa.

⁶⁰ Oficialmente nomeada de Ley nº 1689 (BOLÍVIA, 1996).

⁶¹ “Por norma constitucional, os depósitos de hidrocarbonetos, qualquer que seja o estado em que se encontrem ou a forma em que se apresentem, são de domínio direto, inalienável e imprescritível do Estado. Nenhuma concessão ou contrato poderá conferir a propriedade dos depósitos de hidrocarbonetos”. Tradução nossa.

Além disso, cumpre mencionar que o Decreto de 2006 deu início, conforme apontado em seu preâmbulo⁶², ao terceiro processo de nacionalização da produção de hidrocarbonetos na história da Bolívia. Diante desse fato, Prates et al. (2006) destacam que a decisão do governo boliviano de nacionalizar os ativos das empresas estrangeiras situadas em seu território produziu um alto grau de incerteza sobre o desenvolvimento das atividades realizadas no país por estas empresas a partir de 2006.

De acordo com Prates et al. (2006), esse ambiente de incertezas se expandiu quando o governo boliviano, em função do disposto nos incisos I⁶³, II⁶⁴ e III⁶⁵ do art. 4º do referido

⁶² “Que Bolivia ha sido el primer país del Continente en nacionalizar sus hidrocarburos, en el año 1937 a la Standar Oil Co., medida heroica, que se tomó nuevamente en el año 1969 afectando a la Gulf Oil, correspondiendo a la generación presente llevar adelante la tercera y definitiva nacionalización de su gas y su petróleo” (BOLÍVIA, 2006). “Que a Bolívia foi o primeiro país do Continente a nacionalizar seus hidrocarbonetos, no ano de 1937 a *Standar Oil Co.*, medida heroica, que foi tomada novamente no ano de 1969 afetando a *Gulf Oil*, correspondendo a geração presente levar adiante a terceira e definitiva nacionalização de seu gás e seu petróleo”. Tradução nossa.

⁶³ “Durante el período de transición, para los campos cuya producción certificada promedio de gas natural del año 2005 haya sido superior a los 100 millones de pies cúbicos diarios, el valor de la producción se distribuirá de la siguiente forma: 82% para el Estado (18% de regalías y participaciones, 32% de Impuesto Directo a los Hidrocarburos – IDH y 32% a través de una participación adicional para YPFB), y 18% para las compañías (que cubre costos de operación, amortización de inversiones y utilidades)” (BOLÍVIA, 2006). “Durante o período de transição, para os campos cuja produção certificada média de gás natural do ano de 2005 tenha sido superior a 100 milhões de pés cúbicos diários, o valor da produção será distribuída da seguinte forma: 82% para o Estado (18% de royalties e participações, 32% de *Impuesto Directo a los Hidrocarburos* – IDH e 32% a través de uma participação adicional para YPFB), e 18% para as companhias (que cobre os custos de operação, amortização de investimentos e utilidades)”. Tradução nossa.

⁶⁴ “Para los campos cuya producción certificada promedio de gas natural del año 2005 haya sido menor a 100 millones de pies cúbicos diarios, durante el período de transición, se mantendrá la actual distribución del valor de la producción de hidrocarburos” (BOLÍVIA, 2006). “Para os campos cuja produção certificada média de gás natural do ano 2005 tenha sido menor a 100 milhões de pés cúbicos diários, durante o período de transição, se manterá a atual distribuição do valor da produção de hidrocarbonetos”. Tradução nossa.

⁶⁵ “El Ministerio de Hidrocarburos y Energía determinará, caso por caso y mediante auditorias, las inversiones realizadas por las compañías, así como sus amortizaciones, costos de operación y rentabilidad obtenida en cada campo. Los resultados de las auditorias servirán de base a YPFB para determinar la retribución o participación definitiva correspondiente a las compañías en los contratos a ser firmados de acuerdo a lo establecido en el Artículo 3 del presente Decreto Supremo” (BOLÍVIA, 2006). “O *Ministerio de Hidrocarburos y Energía* determinará, caso por caso e mediante auditorias, os investimentos realizados pelas companhias, assim como suas amortizações, custos de operação e rentabilidade obtida em cada campo. Os resultados das auditorias servirão de base para que a YPFB determine a retribuição ou a participação definitiva correspondente às companhias nos contratos a serem firmados de acordo com o estabelecido no art. 3º do presente Decreto Supremo”. Tradução nossa. Os incisos I, II e III do art. 3º deste Decreto Supremo estipulam, respectivamente, que: “Sólo podrán seguir operando en el país las compañías que acaten inmediatamente las disposiciones del presente Decreto Supremo, hasta que em un plazo no mayor a 180 días desde su promulgación, se regularice su actividad, mediante contratos, que cumplan las condiciones y requisitos legales y constitucionales. Al término de este plazo, las compañías que no hayan firmado contratos no podrán seguir operando en el país; Para garantizar la continuidad de la producción, YPFB, de acuerdo a directivas del Ministerio de Hidrocarburos y Energía, tomará a su cargo la operación de los campos de las compañías que se nieguen a acatar o impidan el cumplimiento de lo

Decreto, aumentou em 32% a sua participação no valor bruto da produção nacional de hidrocarbonetos. Como resultado disso – ou seja, do aumento dos impostos sobre as atividades de produção de hidrocarbonetos na Bolívia – a margem de lucro das empresas petrolíferas situadas no país foi drasticamente comprimida.

Deste modo, pode-se dizer que em resposta as medidas instituídas pelo governo boliviano no dia 1º de maio de 2006, as empresas petrolíferas estrangeiras que atuavam no território boliviano reavaliaram suas políticas de investimento para o país. No caso da Petrobras, a promulgação do Decreto “Héroes del Chaco” provocou o imediato cancelamento do “processo de expansão de capacidade de transporte do GASBOL” (PRATES et al., 2006, p. 46) e o desenvolvimento de fontes de suprimento alternativas ao GN como forma de garantir a segurança energética do país. Portanto, este trabalho considera que a decisão tomada pelo governo boliviano de nacionalizar a produção nacional de hidrocarbonetos em 2006 teve como reflexo um claro *aggiornamento*⁶⁶ das diretrizes que orientam a formulação da Política Energética Brasileira para a América do Sul, como se pretende demonstrar a seguir.

4.2.2 O Horizonte 2030

No Brasil, considerava-se que as reservas nacionais de gás natural eram pouco expressivas para atender ao mercado potencial desse energético [...] (PNE-2030, 2007, p. 126).

Em decorrência da crença de que as reservas brasileiras de GN não eram suficientes para satisfazer uma demanda interna latente por esse tipo de insumo energético e,

dispuesto en el presente Decreto Supremo; e, YPFB no podrá ejecutar contratos de explotación de hidrocarburos que no hayan sido individualmente autorizados y aprobados por el Poder Legislativo en pleno cumplimiento del mandato del inciso 5 del Artículo 59 de la Constitución Política del Estado” (BOLÍVIA, 2006). “Só poderão seguir operando no país as companhias que acatarem imediatamente as disposições do presente Decreto Supremo, até um prazo não maior que 180 dias desde sua promulgação, e que regularize sua atividade, mediante contratos, que cumpram as condições e requisitos legais e constitucionais. Ao término de este prazo, as companhias que não tenham firmado contratos não poderão seguir operando no país; Para garantir a continuidade da produção, a YPFB, de acordo com as diretivas do *Ministerio de Hidrocarburos y Energía*, tomará a seu cargo a operação dos campos das companhias que se negarem a acatar ou impedirem o cumprimento do disposto no presente Decreto Supremo; e, a YPFB não poderá executar contratos de prospecção de hidrocarbonetos que não tenham sido individualmente autorizados e aprovados pelo *Poder Legislativo* em pleno cumprimento do exposto no inciso 5 do art. 59º da *Constitución Política del Estado*”. Tradução nossa.

⁶⁶ Termo italiano muito usado na linguagem diplomática para se referir à correção de rumos.

conforme mencionado anteriormente, atraídos pela possibilidade de acesso às reservas bolivianas de GN – impulsionada pelas negociações bilaterais desenvolvidas, na interface do processo regional de integração energética, entre os governos da Bolívia e do Brasil acerca do estabelecimento de um contrato de compra e venda de longo prazo – que esse energético foi introduzido na matriz energética nacional.

Entretanto, a euforia que marcou o primeiro quinquênio do fornecimento do energético boliviano – bem como o entusiasmo pela expansão dos investimentos nacionais no setor energético daquele país e pelo aprofundamento das relações bilaterais de caráter político energético – foi profundamente abalada pela decisão do governo boliviano de nacionalizar os ativos das empresas estrangeiras que operavam no setor energético do país em 2006.

Em decorrência disso, segundo coloca o PNE-2030 (2007), foram realizados, em conformidade com as diretrizes do Novo Modelo para o SEB, diversos estudos de planejamento energético de curto, médio e longo prazo com o objetivo de orientar tendências e balizar “as alternativas de suprimento da demanda de energia nas próximas décadas, através da orientação estratégica da expansão” (PNE-2030, 2007, p. 7) da infraestrutura nacional de produção, processamento, transporte e distribuição de GN.

Dentre estes estudos, este trabalho defende que o PNE-2030 e o MEN-2030 ocupam um lugar de destaque, pois além projetarem a composição da matriz energética nacional no horizonte 2030 fornecem, também, as diretrizes que “subsidiarão a definição de políticas energéticas” (PNE-2030, 2007, p.7) dos tomadores de decisão no processo de formulação da Política Energética do país.

4.2.2.1 O Plano Nacional de Energia 2030 (PNE-2030)

Conforme mencionado anteriormente, em função da expansão do parque termelétrico brasileiro, o consumo brasileiro de GN foi fortemente impulsionado pela promulgação do Decreto Presidencial nº 3.371/00 (BRASIL, 2000a) e da Portaria Ministerial nº 43/00 (BRASIL, 2000c). Além disso, segundo informa o PNE-2030 (2007), o aumento na demanda nacional por esse tipo de insumo energético foi reforçada pela

substituição do óleo combustível como fonte energética nas atividades desenvolvidas no setor industrial e da gasolina e do óleo diesel como combustível veicular.

Neste particular, é importante ressaltar que o aumento na demanda brasileira por GN e as “incertezas”⁶⁷ acerca do fornecimento boliviano de GN geradas após a divulgação do Decreto “Héroes del Chaco”, criou internamente “uma situação de preocupação quanto à oferta futura deste combustível” (PNE-2030, 2007, p. 126). Em decorrência disso, no final de 2008, o Brasil começou a importar Gás Natural Liquefeito (GNL), como pode ser observado na Tabela 7 a seguir, a partir de países como, por exemplo, Trinidad e Tobago – 35 10⁶ m³ (2008), 360 10⁶ m³ (2009) e 880 10⁶ m³ (2010) –, Nigéria – 75 10⁶ m³ (2010) e 869 10⁶ m³ (2010) –, e Catar – 635 10⁶ m³ (2010).

Tabela 7 – Importação Brasileira de GNL (10⁶ m³) no Período de 1999 a 2010

Países	Importação de GNL ¹ (10 ⁶ m ³)		
	2008 ²	2009	2010
Abu Dhabi	0	0	32
Bélgica	0	0	79
Catar	0	0	635
EUA	0	0	88
Guiné Equatorial	0	0	89
Nigéria	0	75	869
Peru	0	0	154
Trinidad e Tobago	35	360	880
TOTAL	35	435	2827

Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas nos Anuários Estatísticos da ANP (2008-2010).

¹ Volume medido na forma gasosa.

² A partir de novembro de 2008.

Assim sendo, a introdução do GNL na matriz energética brasileira sob o apelo de que:

[...] em virtude da grande dependência do gás da Bolívia (de cerca de 50%) e da instabilidade político-institucional daquele país, somadas ao crescimento do mercado brasileiro de gás natural, tornou-se premente **criar alternativas**

⁶⁷ Fala-se em “incertezas” entre aspas porque, de fato e de direito, o contrato de compra e venda celebrado entre os governos da Bolívia e do Brasil para o fornecimento, via o GASBOL, de GN encontra-se regulado, conforme aponta Almeida (2009), pelas cláusulas *Take or Pay* e *Delivery or Pay*. A primeira garante ao fornecedor o recebimento de um percentual mínimo sobre a quantidade total contratada de gás natural caso o receptor não “retire” o volume de GN contratado. A segunda assegura ao receptor a entrega do volume de GN contratado, caso contrário, o fornecedor se compromete a pagar uma penalidade por sua não entrega. Além disso, é importante ressaltar que o governo boliviano, mesmo após 2006, nunca deixou de cumprir os termos legais estabelecidos no contrato firmado entre ele o governo brasileiro.

confiáveis de suprimento para o atendimento da demanda nacional (ANP, 2010, p. 18, grifo nosso).

Foi respaldada pelos incisos I⁶⁸, II⁶⁹, III e IV do art. 1º da Resolução CNPE nº 4 de 24 de novembro de 2006 cujo texto afirma que é “prioritária e emergencial a implantação de Projetos de Gás Natural Liquefeito – GNL, composto pela importação de gás natural na forma criogênica, armazenamento e regaseificação, bem como a [infraestrutura] necessária” (BRASIL, 2006) para esse fim. Além do caráter prioritário e emergencial desta Resolução é mandatório ressaltar que tanto a intenção de “mitigar riscos de falha no suprimento de gás natural em razão de **anormalidades**” (BRASIL, 2006, grifo nosso) quanto o propósito de “**diversificar as fontes fornecedoras** de gás natural importado” (BRASIL, 2006, grifo nosso), conforme, respectivamente, disposto nos incisos III e IV do art. 1º da Resolução CNPE nº 4/06, fornecem pistas de que o conteúdo normativo deste documento pode ter sido pensado como uma resposta a decisão do governo boliviano de “[...] llevar adelante la nacionalización de los recursos hidrocarburíferos del país”⁷⁰ (BOLÍVIA, 1996).

Neste sentido, os formuladores da Política Energética Brasileira enfatizaram que a “disponibilidade de gás natural é, portanto, básica na análise do avanço desse energético na matriz energética nacional” (PNE-2030, 2007, p. 126-127) e que em função disso, “além do incremento da oferta doméstica, a importação de GNL assumiu importante papel na busca da garantia do abastecimento continuado de gás natural no Brasil” (ANP, 2010, p. 18). Ou seja, pode-se dizer que o GNL foi tratado pelos tomadores de decisão da Política Energética Brasileira como uma alternativa viável ao GN proveniente da Bolívia e que a sua conseguinte introdução na matriz energética nacional visava reduzir a sua dependência daquele país.

Outro argumento favorável à introdução do GNL na matriz energética brasileira diz respeito ao perfil de suas jazidas de GN uma vez que estas se encontram associadas ao petróleo “o que vincula as condições de sua produção ao programa de exploração de petróleo” (PNE-2030, 2007, p.127) e, além disso, que esse perfil foi “um fator limitante à

⁶⁸ Por intermédio deste inciso pretende-se “assegurar a disponibilidade de gás natural para o mercado nacional com vistas a priorizar o atendimento das termelétricas” (BRASIL, 2006).

⁶⁹ O objetivo deste inciso é “facilitar o ajuste da oferta de gás natural às características do mercado nacional, por meio de suprimento flexível” (BRASIL, 2006).

⁷⁰ “[...] llevar adelante la nacionalización dos recursos hidrocarboníferos do país”. Tradução nossa

expansão da produção de gás natural destinado ao consumo final” (PNE-2030, 2007, p. 127). Neste particular, é importante assinalar que os adeptos do GNL defendem que a sua adoção no mercado energético brasileiro, como alternativa confiável e viável ao GN complementar proveniente da Bolívia, é beneficiada,

[...] entre outros aspectos, pelo fato de que os principais mercados domésticos de gás natural, bem como a rede de gasodutos, [estão] concentrados próximos ao litoral. Além disso, o GNL oferece uma flexibilidade especialmente desejada na geração termoelétrica. Assim, incluir o GNL na composição da oferta de energia do país é uma alternativa atraente e estrategicamente conveniente (PNE-2030, 2007, p.129).

Contudo, não se deve perder vista o fato de que, em termos comparativos, a implantação de um sistema GNL, que é altamente intensiva em capital, o que o torna menos competitivo do que o GN. Em outras palavras, os investimentos exigidos na implantação de um sistema GNL são maiores do que aqueles exigidos na implantação de um sistema de transporte dutoviário de GN. Deste modo, pode-se dizer que a lógica econômica do custo-benefício favorece o sistema de transporte dutoviário porque este representa a “alternativa mais econômica para o transporte de grandes volumes de gás natural em regime de fornecimento contínuo”⁷¹ (PNE-2030, 2007, p.132) que oferece ao consumidor final as melhores condições tarifárias para o energético.

Ademais, conforme apontado no capítulo 2 desta tese, a América do Sul, em função da diversidade e disponibilidade de recursos energéticos, apresenta um enorme potencial para geração de energia por meio do desenvolvimento de políticas regionais de aproveitamento e complementação energética. Neste sentido, o *BP Statistical Review of World Energy June 2016* informa que as reservas sul-americanas provadas de GN somaram, em 2015, um volume de $7.1 \cdot 10^{12} \text{ m}^3$ o que, considerando o coeficiente R/P daquele ano, é suficiente para suprir a região por mais de 40 anos.

Todavia, este trabalho entende que, após as medidas adotadas em 2006 pelo governo boliviano, nem mesmo o coeficiente R/P e o enorme volume de reservas provadas de GN foram suficientes para fortalecer entre os tomadores de decisão em Política

⁷¹ Neste particular, é necessário pontuar que “o raio econômico a partir do qual projetos de GNL se tornam mais competitivos do que gasodutos tem sofrido contínua redução e mesmo em trajetos mais curtos, por restrições relacionadas ao traçado, o GNL pode ser a solução mais adequada. [...] [Ademais, a] competitividade dessas instalações é fortemente dependente do grau de dispersão espacial dos consumidores de gás natural” (PNE-2030, 2007, p. 129, 132).

Energética no Brasil a “tendência de que a [infraestrutura] de oferta de gás natural para o Brasil a partir de países vizinhos ocorra majoritariamente através de gasodutos” (PNE-2030, 2007, p.129). Ou seja, a partir de 2006 os formuladores da Política Energética nacional – resguardados pelos dispositivos normativos da Resolução CNPE nº 4/06 e sob as alegações de que a garantia de segurança energética do país é dependente do desenvolvimento de um sistema flexível de fornecimento de GN⁷² e de que “a introdução do GNL na matriz energética nacional não [exclui] [...] os investimentos na ampliação da produção do gás natural nacional” (PNE-2030, 2007, p.130) – desenvolveram os mecanismos normativos, aqui discutidos, que permitiram a introdução do GNL no mercado energético brasileiro.

Deste modo, além de aumentar a produção nacional de GN e desenvolver um amplo sistema dutoviário interno e ampliar o sistema externo (Argentina, Bolívia, Peru e Venezuela), projeta-se que para atender a demanda doméstica futura de GN no horizonte 2030 o país deve investir pesado na expansão do sistema GNL com vista a permitir o aumento da sua importação e a criar uma rede flexível de fornecimento de GN. No caso da ampliação do sistema dutoviário, a Figura 18 a seguir apresenta, dentre outras informações, a infraestrutura brasileira de transporte de GN em 2015⁷³, os gasodutos de transporte em construção⁷⁴ e o sistema de transporte projetado e em avaliação⁷⁵.

⁷² Sobre este tema, argumenta-se que na América do Sul “o Brasil não é o único país a necessitar de sistemas flexíveis de suprimento de gás natural” (PNE-2030, 2007, p. 130). Como exemplo disso, cita-se o caso argentino que no inverno enfrenta constantes crises energéticas, decorrentes das flutuações do mercado de GN na região – ou seja, assim como o Brasil, o país é fortemente dependente do fornecimento de GN boliviano.

⁷³ De acordo com informações disponibilizadas no sítio eletrônico da GasNet (2016), o Brasil possui em operação os seguintes gasodutos: **GARSOL** (Urucu/AM-Coari/AM); **GASCOM** (Coari/AM-Manaus/AM); **LATERAL CUIABÁ** (San Matías/Bolívia-Cuiabá/MT); **GASALP** (Pilar/AL-Cabo/PE); **PILAR-IPOJUCA** (Pilar/AL-Ipojuca/PE); **GNL PECÉM** (Caucaia/CE-São Gonçalo do Amarante/CE); **RAMAL TERMOFORTALEZA** (Caucaia/CE-Caucaia/CE); **RAMAL ARACATI** (Aracati/CE-Aracati/CE); **GASFOR** (Guamaré/RN-Icapuí, Horizonte, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante/CE); **GASMEL** (Alto Rodrigues/RN-Serra do Mel/RN); **NORDESTÃO** (Guamaré/RN-Cabo/PE); **VARIANTE NORDESTÃO** (Recife/PE-Jaboatão dos Guararapes/PE); **RAMAL TERMOPERNAMBUCO** (Ipojuca/PE-Ipojuca/PE); **SANTA RITA-SÃO MIGUEL DE ITAIPU** (Santa Rita/PB-São Miguel de Itaipu/PB); **CANDEIAS-ARATU** (Candeias/BA-Aratu/BA); **CANDEIAS-CAMAÇARI** (Candeias/BA-Camaçari/BA); **CANDEIAS-CAMAÇARI II** (Candeias/BA-Camaçari/BA); **SANTIAGO-CAMAÇARI** (Pojuca/BA-Camaçari/BA); **CATU-ITAPORANGA** (Catu/BA-Itaporanga/SE); **GASEB** (Atalaia/SE-Catu/BA); **ATALAIA-ITAPORANGA** (Atalaia/SE-Itaporanga/SE); **ITAPORANGA-CARMÓPOLIS** (Itaporanga/SE-Carmópolis/SE); **FAFEN-SERGÁS** (Riachuelo/SE-Laranjeiras/SE); **CARMÓPOLIS-PILAR** (Carmópolis/SE-Pilar/AL); **GASBOL – trecho Norte** – (Corumbá/MS-Paulínia/SP); **GASBOL – trecho Paulínia-Guararema** – (Paulínia/SP-Guararema/SP); **GASBOL – trecho Sul** – (Campinas/SP-Porto Alegre/RS); **GASAN II** (Mauá/SP-São Bernardo do Campo/SP); **GASPAJ** (Paulínia/SP-Jacutinga/MG); **GASPAL** (Volta Redonda/RJ-

Figura 18 – Infraestrutura de Gasodutos de Transporte no Brasil em 2015



Fonte: Adaptado da EPE (2016). Infraestrutura de Gasodutos de Transporte no Brasil.

Capuava/SP); **GASPAL II** (Guararema/SP-Mauá/SP); **GASAN** (Capuava/SP-Cubatão/SP); **MERLUZÃO** (Praia Grande/SP-Cubatão/SP); **GASTAU** (Caraguatatuba/SP-Taubaté/SP); **GASTAU – trecho SDV03-UTGCA** – (Caraguatatuba/SP-Taubaté/SP); **GASCAR** (Campinas/SP-Rio de Janeiro/RJ); **GASDUC I** (Cabiúnas/RJ-Duque de Caxias/RJ); **GASDUC II** (Cabiúnas/RJ-Duque de Caxias/RJ); **GASDUC III** (Cabiúnas/RJ-Duque de Caxias/RJ); **GNL-BGB** (Rio de Janeiro/RJ-Duque de Caxias/RJ); **RAMAL CAMPOS ELÍSEOS** (Duque de Caxias/RJ-Duque de Caxias/RJ); **GASJAP** (Japeri/RJ-Duque de Caxias/RJ); **GASVOL** (Volta Redonda/RJ-Volta Redonda/RJ); **GASVOL II** (Duque de Caxias/RJ-Volta Redonda/RJ); **GASCAB I** (Macaé/RJ-Macaé/RJ); **GASCAB II** (Macaé/RJ-Macaé/RJ); **GASCAB III** (Macaé/RJ-Macaé/RJ); **GASBEL** (Duque de Caxias/RJ- Betim/MG); **GASBEL II** (Duque de Caxias/RJ-São Brás do Suaçuí/MG); **GASBEL III** (Duque de Caxias/RJ-São Brás do Suaçuí/MG); **GASCAV** (Cabiúnas/RJ-Vitória/ES); **CACIMBAS-VITÓRIA** (Cacimbas/ES-Vitória/ES); **GASVIT** (Serra/ES-Viana/ES); **LAGOA PARDA-VITÓRIA** (Lagoa Parada/ES-Vitória/ES); **GASCAV-UTG SUL CAPIXABA** (Anchieta/ES-Anchieta/ES); **GASCAC** (Cacimbas/ES-Catu/BA); **URUGUAIANA-PORTO ALEGRE – trecho I** (Leito do Rio Uruguai/RS-Uruguaiana/RS); e, **URUGUAIANA-PORTO ALEGRE – trecho III** (Triunfo/RS-Canoas/RS). Para informações detalhadas ver o Apêndice M.

⁷⁴ Encontra-se em construção no país, segundo dados coletados no sítio eletrônico da GasNet (2016), os seguintes gasodutos: **SÃO FRANCISCO DO CONDE-RLAM** (São Francisco do Conde/BA-São Francisco do Conde/BA); e, **IPOJUCA-JABOATÃO** (Ipojuca/PE-Jaboatão dos Guararapes/PE). Para informações detalhadas consultar o Apêndice N.

⁷⁵ Conforme o exposto no sítio eletrônico da GasNet (2016), os projetos em avaliação são os seguintes: **URUCU-PORTO VELHO** (Urucu/AM-Porto Velho/RO); **JURUÁ-URUCU** (Juruá/AM-Urucu/AM); **URUGUAIANA-PORTO ALEGRE – trecho II** (Uruguaiana/RS-Triunfo/RS); **GASODUTO DO AMAZONAS** (Manaus/AM-Nhamundá/AM); **GASODUTO DO PARÁ** (Açailândia/MA-Belém/PA); **GASODUTO DO CENTRO NORTE** (Anápolis/GO-Imperatriz/MA); **GASODUTO MEIO NORTE** (Caucaia/CE-São Luís/MA); **GASODUTO DO BRASIL CENTRAL** (São Carlos/SP-Brasília/DF); **GASFOR II** (Serra do Mel/RN-Caucaia/CE); **ESTAÇÃO DE BOMBAS DE CUBATÃO-RPBC** (Cubatão/SP-Cubatão/SP); **GASBAR** (Paulínia/SP-Barueri/SP); **GASTAJ** (Itaguaí/RJ-Japeri/RJ); e, **GUAPIMIRIM-COMPERJ** (Guapimirim/RJ-Itaboraí/RJ). Informações detalhadas no Apêndice O.

* Gasodutos que haviam recebido Autorização de Construção ou se encontravam em processo de Licenciamento Ambiental na data da publicação da Lei do Gás (BRASIL, 2009).

No caso do aumento da produção de GN, as projeções apresentadas na Tabela 8, a seguir, levam em consideração “a possibilidade de recursos não descobertos em áreas ainda não licitadas” (PNE-2030, 2007, p. 134) a partir de 2017. Deste modo, estima-se que a produção brasileira alcance em 2020 um volume diário de $169,0 \cdot 10^6 \text{ m}^3$ e que até 2030 ela sofra um acréscimo de 33%.

Além disso, a hipótese adotada no PNE-2030 é a de que em 2030 o país atinja o volume de $1.650,0 \cdot 10^9 \text{ m}^3$ em reservas de GN. Esse volume, em relação às projeções feitas para 2020, representa um aumento de 33% nas reservas nacionais de GN. O coeficiente R/P estimado para 2020 e 2030 é de 18 anos – o que significa dizer que se não forem descobertos novos recursos nas áreas ainda não licitadas, como prevê os cálculos do horizonte 2030, o país poderá contar com suas reservas até 2048, se o ritmo da produção nacional se mantiver constante neste período.

Tabela 8 – Projeção das Reservas, da Produção, do Coeficiente R/P, da Importação e das Perdas e Reinjeção⁷⁶ de GN no Brasil para os anos de 2020 e 2030

	2020	2030	Crescimento (%) ²
Reservas(10^9 m^3)	1.110,0	1.650,0	33
Produção ¹ ($10^6 \text{ m}^3/\text{dia}$)	169,0	251,7	33
R/P (anos)	18	18	-
Importação ($10^6 \text{ m}^3/\text{dia}$)	45,9	71,9	36
Perdas e Reinjeção ³	40,1	56,6	29
Consumo Total ⁴	174,9	267,0	35

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no PNE-2030, 2007, p. 135 e 138.

¹ A produção inclui parcela para consumo próprio, queima e reinjeção.

² Projeção aproximada de acréscimo em relação ao ano de 2020.

³ Inclui o volume não aproveitado e diferenças.

⁴ Inclui o consumo energético e o consumo não energético.

Todavia, os dados apresentados na Tabela 9 e nos Gráficos 8, 9, 10 e 11 parecem contradizer a expectativa de que o Brasil poderá contar com provisões de GN até 2048. No

⁷⁶ Segundo Santos (2002, p. 105), o processo de reinjeção é aplicado nas ocasiões onde o processamento do GN não é possível de modo que “uma parte do gás associado retirado de um campo é reinjetada no próprio campo ou em outro campo vizinho para manter a pressão do reservatório e aumentar a recuperação de petróleo.”

caso da Tabela 9 a seguir, observa-se que as projeções de consumo de GN para transformação indicam um crescimento de 39% entre 2020 e 2030 – neste, espera-se que as atividades de produção de derivados de petróleo apresentem um crescimento de 47% e as atividades de geração de energia elétrica um crescimento de 34%.

Em relação ao consumo final a expectativa de crescimento no horizonte 2030 é de 31%. O consumo não energético deve apresentar uma taxa de crescimento 4% maior do que a taxa crescimento prevista de 31% para o consumo energético – neste, o consumo setorial de GN deve apresentar um crescimento médio de próximo de 31%. O consumo total de GN esperado é de 35%.

Tabela 9 – Projeção do Consumo Total de GN (10^6 m³/ano) no Brasil para os anos de 2020 e 2030

Consumo/Ano	2020	2030	Crescimento (%) ¹
Transformação	23.957	39.419	39
<i>Produção de derivados de petróleo</i>	8.114	15.367	47
<i>Geração de energia elétrica</i>	15.843	24.052	34
Consumo Final	39.869	58.041	31
<i>Consumo não energético</i>	2.854	4.413	35
<i>Consumo energético</i>	37.015	53.628	31
<i>Setor energético</i>	11.720	16.537	29
<i>Setor residencial</i>	666	812	18
<i>Setor comercial/público</i>	790	1.513	48
<i>Setor de transportes</i>	4.940	7.048	30
<i>Setor industrial</i>	18.899	27.718	32
Consumo Total	63.826	97.460	35

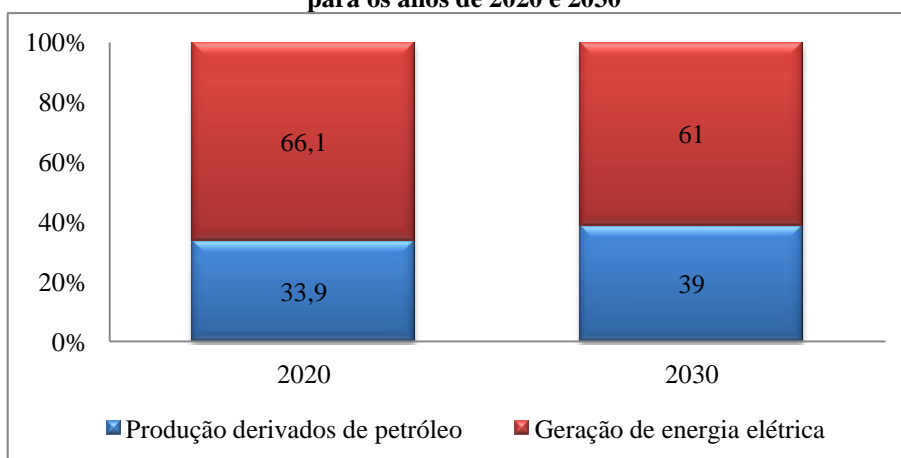
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no PNE-2030 (2007, p. 137).

¹ Projeção aproximada de acréscimo em 2030 em relação ao ano de 2020.

Os Gráficos 8, 9, 10 e 11, por sua vez, apresentam uma projeção percentual comparativa da participação dos itens listados na Tabela 9 acima no consumo de GN para os anos de 2020 e 2030.

Assim, o Gráfico 8 a seguir apresenta uma projeção de acréscimo de 5,1% no consumo de GN nas atividades de produção de derivados de petróleo e um igual percentual de decréscimo para as atividades de geração de energia.

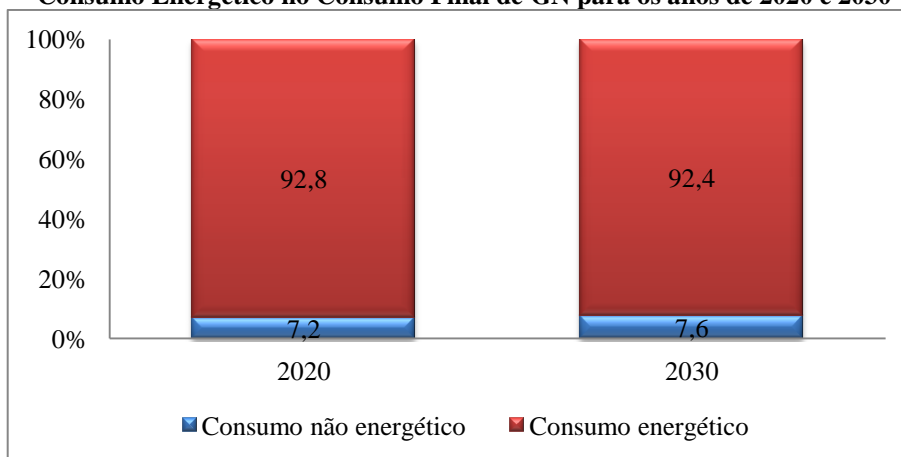
Gráfico 8 – Projeção (%) de Participação do Consumo de GN na Produção de Derivados de Petróleo e na Geração de Energia Elétrica na Transformação para os anos de 2020 e 2030



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no PNE-2030 (2007, p. 137).

O Gráfico 9, abaixo, prevê um acréscimo de 0,4% no consumo não energético e um decréscimo percentual de igual valor no consumo energético do GN.

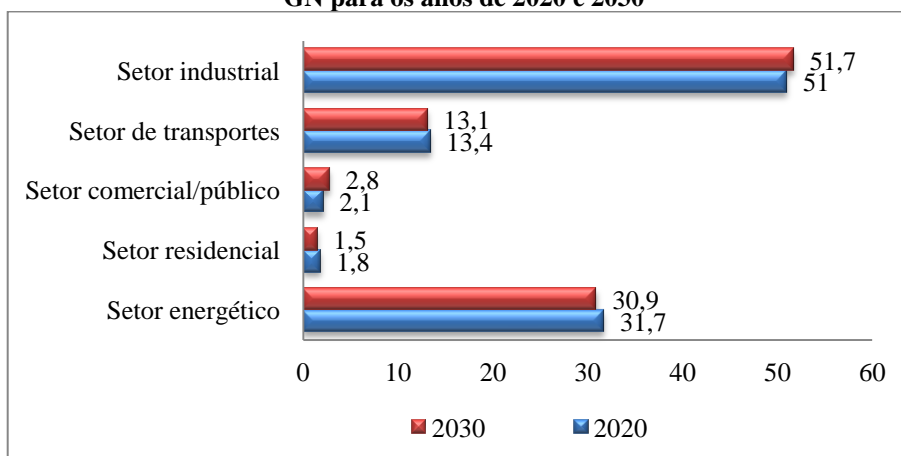
Gráfico 9 – Projeção (%) de Participação do Consumo Não Energético e do Consumo Energético no Consumo Final de GN para os anos de 2020 e 2030



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no PNE-2030 (2007, p. 137).

Por sua vez, o Gráfico 10, a seguir, espera os seguintes resultados no consumo setorial de GN: acréscimo de 0,7% no setor industrial; decréscimo de 0,3% no setor de transportes; acréscimo de 0,7% no setor comercial/público; decréscimo de 0,3% no setor residencial; e, decréscimo de 0,8% no setor energético.

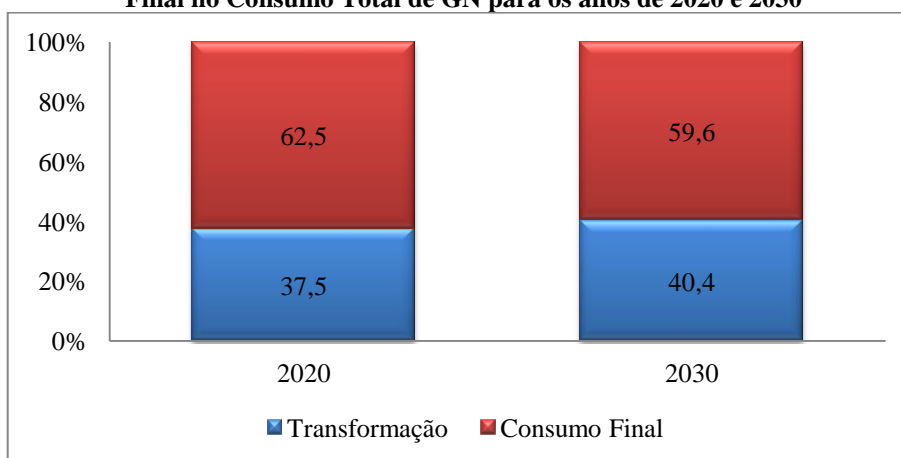
Gráfico 10 – Projeção (%) de Participação Setorial no Consumo Energético de GN para os anos de 2020 e 2030



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no PNE-2030 (2007, p. 137).

Por fim, o Gráfico 11, abaixo, projeta um acréscimo de 2,9% no consumo de GN na transformação e um decréscimo de igual valor percentual no consumo final de GN.

Gráfico 11 – Projeção (%) de Participação da Transformação e do Consumo Final no Consumo Total de GN para os anos de 2020 e 2030



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no PNE-2030 (2007, p. 137).

Neste ponto, é importante lembrar que as informações apresentadas na Tabela 2 (dicutidas na página 125 desta tese) demonstraram que os setores que mais contribuíram para o aumento do consumo brasileiro de GN no período de 1995 a 2010 foram os setores industrial e energético⁷⁷. Para este trabalho, estas informações confirmam a existência de

⁷⁷ Os dados da Tabela 2 revelaram que o consumo de GN nos setores citados foi, respectivamente, de $62.629 \cdot 10^3$ tep e $10.564 \cdot 10^3$ tep no período examinado.

uma tendência, observada na Tabela 9 e no Gráfico 10, supracitadas, de que no Brasil estes serão os setores mais dependentes do fornecimento de GN no horizonte 2030.

Assim, destaca-se que o aumento do consumo de GN no setor industrial foi impulsionado, conforme dito anteriormente, pela sua substituição por óleo combustível nas atividades industriais. No setor energético, segundo informa o PNE-2030, o consumo de GN ganhou impulso a partir da “disponibilidade do combustível proveniente da Bolívia” (PNE-2030, 2007, p. 135). Além disso, convém mencionar que o aumento no consumo de GN no setor de transportes decorre, conforme discutido anteriormente nesta tese, da difusão e popularização do uso, “especialmente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina” (PNE-2030, 2007, p. 135), do GNV como combustível no país.

Em linhas gerais, a expectativa projetada de consumo de GN no horizonte 2030 é, conforme os dados apresentados pela Tabela 9, “de crescimento sustentado [...], porém a taxas mais baixas do que as observadas” (PNE-2030, 2007, p. 136) até o ano de 2005. Entretanto, o PNE-2030 calcula que se, além da expectativa de consumo, forem confirmadas também as projeções de reservas e de produção, o país tenha que vir a importar – incluindo a expansão da capacidade de transporte do GASBOL em $10 \cdot 10^6$ m³/dia – perto de $70 \cdot 10^6$ m³/dia de GN em 2030.

Desta forma, os formuladores da Política Energética Brasileira esperam que se concretizado o estabelecimento de um sistema flexível de fornecimento de GN, o aumento da presença do GNL na matriz energética nacional consiga ao mesmo tempo reduzir a enorme dependência do país do fornecimento boliviano e a esperada necessidade de importação adicional de GN em 2030 de $70 \cdot 10^6$ m³/dia para $20 \cdot 10^6$ m³/dia. Em resumo, este tópico procurou apresentar, do ponto de vista normativo e técnico, os principais aspectos do PNE-2030. O próximo tópico trata das questões apresentadas no MEN-2030 que se referem ao processamento do GN produzido no país.

4.2.2.2 A Matriz Energética Nacional 2030 (MEN-2030)

No passado as políticas energéticas do governo brasileiro foram formuladas de uma forma isolada para cada segmento do setor energético – petróleo e gás, eletricidade, carvão, nuclear, etc. – e com pouca ou

nenhuma relação com outras políticas públicas, o que está paulatinamente mudando nos últimos anos (MEN-2030, 2007, p. 231).

A criação do CNPE representa um importante marco na formulação da Política Energética Brasileira, pois, conforme mencionado anteriormente, a sua composição, em respeito ao exposto no art. 2º do Decreto nº 3.520/00 (BRASIL, 2000b), conta com a participação de vários Ministérios de Estado o que reforça o argumento de que nos últimos anos vêm ocorrendo uma gradual interação entre os segmentos do setor energético com os segmentos responsáveis pela formulação das políticas públicas nacionais.

Todavia, o MEN-2030 ressalta que essa integração depende da observância dos seguintes pontos: do envolvimento do governo e da sociedade na implantação do PNE-2030; do estabelecimento de medidas e dispositivos que facilitem o alcance dos objetivos propostos pelo PNE-2030; do envolvimento irrestrito do CNPE⁷⁸; e, de que as propostas constantes no PNE-2030 se materializem em Decretos Presidenciais.

Neste sentido, é importante sublinhar que a elaboração do MEN-2030 e do PNE-2030 encontram-se respaldadas pelos já citados § 1º e incisos II e IX do art. 2º da Lei nº 9.478/97 (BRASIL, 1997) e incisos I, II, XIV e XVII do art. 4º da Lei nº 10.847/04 (BRASIL, 2004c) que estabelecem, respectivamente, as competências e funções do CNPE e da EPE, sendo esta última a responsável pela elaboração do “par de relatórios [...] que consolidam os estudos desenvolvidos sobre a expansão da oferta e da demanda de energia no Brasil” (MEN-2030, 2007, p. 8) para os próximos anos.

Em seu balanço energético, o MEN-2030 apresenta o estado da arte da infraestrutura brasileira para processamento de GN. Como pode ser observado na Tabela 10 a seguir, em 2012 as Unidades de Processamento de GN (UPNGs)⁷⁹ brasileiras processaram um volume total de aproximadamente 96.7 103 m³/dia.

⁷⁸ Neste sentido, a EPE recomenda “que os membros do CNPE conheçam em profundidade o esforço e a qualidade dos estudos realizados, a propriedade dos objetivos almejados, encampando-os como seus, para que possam ser alcançados, em [benefício] da sociedade brasileira. A diretriz governamental neste caso deve ser no sentido de que os ministérios membros do CNPE executem as tarefas que lhes cabem para a consecução dos objetivos do [PNE-2030]” (MEN-2030, 2007, p. 43).

⁷⁹ Na cadeia produtiva do GN, as UPNGs desenvolvem as seguintes operações: “remoção de impurezas contidas no gás natural (vapor d’água e compostos de enxofre) para melhoria das suas propriedades de transporte ao mercado consumidor e para proteção dos equipamentos, bem como para separar as frações mais pesadas de maior valor econômico, tais como gasolina e [o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)]. Origina-se, além destes produtos, o denominado [GN Seco ou, também, GN Pobre], composto principalmente por metano e etano e correspondendo ao gás natural comercializado” (MEN-2030, 2007, p. 41). É importante salientar que o GLP pode ser constituído de gás propano, gás metano ou da mistura

Tabela 10 – Unidades de Processamento de GN (UPGNs) no Brasil em 2012

Unidades Produtoras	Operação	CP ¹ (10 ³ m ³ /dia)
<i>Região Sudeste</i>		
UGN-RPBC ² (Cubatão-SP)	1993	2.300
UAPO-Caraguatatuba (Caraguatatuba-SP)	2011	3.000
UAPO I-Caraguatatuba (Caraguatatuba-SP)	2011	7.500
UAPO II-Caraguatatuba (Caraguatatuba-SP)	2011	7.500
UPNG-U-2500-REDUC ³ (D. de Caxias-RJ)	1983	2.500
UPNG-U-2600-REDUC (D. de Caxias-RJ)	1987	2.000
UPNG Cabiúnas (Macaé-RJ)	1987	580
URNG Cabiúnas (Macaé-RJ)	1997	2.800
URL Cabiúnas I (Macaé-RJ)	2002	4.500
URL Cabiúnas II (Macaé-RJ)	2004	4.500
URL Cabiúnas III (Macaé-RJ)	2009	4.860
UPGN Lagoa Parda (Linhares-ES)	1983	450
DPP Lagoa Parda (Linhares-ES)	2004	1.500
UPGN Cacimbas (Linhares-ES)	2008	3.500
DPP Cacimbas (Linhares-ES)	2008	5.500
UPGN II-Cacimbas (Linhares-ES)	2010	3.500
UPGN III-Cacimbas (Linhares-ES)	2010	3.500
UAPO-Sul Capixaba (Anchieta-ES)	2010	2.500
Total Sudeste		62.490
<i>Região Nordeste</i>		
UPGN Candeias (Candeias-BA)	1972	2.900
UPGN Catu (Pojuca-BA)	1960	1.900
URGN-3 Bahia (Pojuca-BA)	2005	2.500
UPGN Pilar (Pilar-AL)	2003	1.800
UPGN Atalaia (Aracaju-SE)	1981	2.900
UPGN Carmópolis (Carmópolis-SE)	1989	350
UPGN Guamaré I (Guamaré-RN)	1985	2.300
UPGN Guamaré II (Guamaré-RN)	2001	2.000
UPGN Guamaré III (Guamaré-RN)	2006	1.500
UPGN LUBNOR ⁴ (Fortaleza-CE)	1987	350
ETSF ⁵ (São Francisco do Conde-BA)	2007	6.000
Total Nordeste		24.500
<i>Região Norte</i>		
UPGN I (Coari-AM)	1993	706
UPGN II (Coari-AM)	2000	6.000
UPGN III (Coari-AM)	2004	3.000
Total Norte		9.706
TOTAL BRASIL		96.696

Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas em GasNet (2016).

¹ Capacidade de Processamento.

² Refinaria Presidente Bernardes Cubatão.

³ Refinaria Duque de Caxias.

⁴ Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste.

⁵ Estação de Tratamento São Francisco.

Importa salientar que do volume total processado em 2012, próximo de 65% foram processados nas UPGNs localizadas na região Sudeste do país. As regiões Norte e

destes dois gases e é armazenado em botijões, mas em Condições Normais de Temperatura e Pressão (CNTP) se liquefaz. Este tipo de gás é obtido no processo de refino do petróleo bruto ou no processamento do GN. No Brasil o emprego do GLP, como combustível doméstico, é muito difundido.

Nordeste processaram 10% e 25%, respectivamente. Além disso, observa-se que dos quase 44% das UPGNs presentes nas regiões Norte e Nordeste do país somente uma foi instalada após 2006.

Deste modo, esta tese considera que o alto percentual de GN processado na região Sudeste do país fortalece, sobretudo, o pressuposto defendido neste trabalho de que a Política Energética nacional é fortemente influenciada pelos grupos de interesses – neste caso os provenientes do setor industrial – daquela região, pois 50% de suas unidades foram instaladas e entraram em operação após 2006.

Outro ponto que merece destaque no balanço energético do MEN-2030 diz respeito à localização das reservas brasileiras de GN. Neste sentido, um balanço energético das reservas nacionais de GN destaca que apenas 25% dessas reservas encontram-se localizadas em campos *onshore* e, além disso, que parte delas está localizada nos campos de Urucu “em uma região de difícil acesso no interior da floresta Amazônica” (MEN-2030, 2007, p. 37). Deste modo, destaca-se que a maior parte da produção de Urucu é utilizada, via reinjeção, na produção de petróleo.

Para atender à demanda energética do setor industrial da região Norte do país, conforme foi demonstrado na Figura 14, apresentada na página 133 deste trabalho, parte do GN que é produzido em Urucu é escoado para Manaus, como pode observado na Figura 18, localizada na página 169 desta tese, pelo gasoduto GASCOM. Além disso, o MEN-2030 (2007) prevê que a partir da construção do gasoduto URUCU-PORTO VELHO uma parte da produção de Urucu deixe de ser empregada na produção de petróleo e para ser escoada para Porto Velho.

Espera-se também, que a exploração dos campos *offshore* localizados no Espírito Santo, na Bacia de Campos e na Bacia de Santos⁸⁰ amplie consideravelmente a oferta interna de GN nos próximos anos. Neste particular, o MEN-2030 (2007) assinala que a expansão da oferta de GN depende, principalmente, dos polos de produção localizados na Bacia de Santos, sendo eles: o polo de produção de Merluza⁸¹; o polo de produção de

⁸⁰ Conforme informa o MEN-2030 (2007), a Bacia de Santos se estende do litoral sul do estado do Rio de Janeiro até o litoral norte do estado de Santa Catarina. A EPE espera que por meio da produção da Bacia de Santos o país consolide o seu mercado interno de GN.

⁸¹ Este polo encontra-se localizado a 200 km de Santos.

Mexilhão⁸²; o polo de produção BS-500⁸³; o polo de produção do Sul⁸⁴; e, o polo de produção Centro⁸⁵.

Conclui-se, portanto, que, dada a complementariedade existente entre o MEN-2030 e o PNE-2030, as projeções de oferta de GN no mercado energético brasileiro visam, em primeiro lugar, garantir a segurança energética nacional por meio do desenvolvimento dos campos e polos de produção *onshore* e *offshore* e, também, da ampliação da capacidade de transporte e processamento dos volumes produzidos internamente. Em segundo, assegurar que por intermédio da autossuficiência em produção de GN o país reduza a sua vulnerabilidade e dependência do fornecimento externo.

Todavia, esta tese defende o argumento de que em todo e qualquer processo de integração energética o objetivo principal deva ser antes o desenvolvimento de mecanismo que permitam a complementação e o aproveitamento ótimo dos recursos disponíveis nos Estados partes desse processo do que a busca por autossuficiência e autonomia produtiva. A seguir serão apresentados os principais aspectos da Lei nº 11.909/09 (BRASIL, 2009) e do Decreto nº 7.382/10 (BRASIL, 2010) que tem como propósito regulamentar as atividades de comercialização de GN no mercado energético brasileiro.

4.2.3 A Normatização das Atividades da IGN no Brasil

De acordo com a ANP (2009), a promulgação da Lei nº 9.478/97 representa um importante marco na história da regulamentação das atividades desenvolvidas nas indústrias do petróleo e do GN, pois foi por meio dessa Lei que a ANP e o CNP foram, conforme dito anteriormente, criados. Todavia, cumpre dizer que do ponto de vista regulatório esta Lei concedeu as novas instituições, especialmente para a primeira delas, poucos instrumentos de regulação aplicáveis a IGN.

Assim, apesar de instituir uma definição distinta para o GN, conforme o exposto pelos incisos II⁸⁶, VI⁸⁷, XXII⁸⁸ e XXIII⁸⁹ do art. 6º da Lei nº 9.478/97 (BRASIL, 1997),

⁸² O polo de Mexilhão está situado a 140 km do Terminal de São Sebastião no estado de São Paulo.

⁸³ Este polo de produção encontra-se localizado a 160 km da cidade do Rio de Janeiro.

⁸⁴ O polo de produção do Sul está localizado a 200 km da costa dos estados de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina.

⁸⁵ Este polo de produção está situado a 250 km da costa dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

convém mencionar que o GN permaneceu sendo tratado como um derivado do petróleo, como pode ser observados nos incisos VII⁹⁰, VIII⁹¹, XIX⁹², XX⁹³, XXI⁹⁴ e XXVII⁹⁵ desse mesmo artigo e Lei. Em função disso, a Lei de 1997 foi considerada por muitos especialistas como sendo “insuficiente para tratar das especificidades” (ANP, 2009, p. 11) das atividades desenvolvidas na IGN.

Neste sentido, pode-se dizer que, apesar dos avanços que a Lei nº 9.478/97 representa para o desenvolvimento das atividades concernentes ao setor energético brasileiro, ela não apresenta dispositivos normativos específicos sobre as atividades desenvolvidas pelas IGNs relativas à comercialização de GN o que, no entender da ANP (2009), permitia a sua livre comercialização no mercado interno.

Em função disso, destaca-se que “a própria ANP, em diversos fóruns, explicitou a necessidade de uma legislação específica para o [GN]” (ANP, 2009, p. 11) o que resultou na publicação da Lei nº 11.909 (BRASIL, 2009), também conhecida como “Lei do Gás”, no dia 4 de março de 2009 e do Decreto nº 7.382, no dia 2 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010). Estes dispositivos normativos são analisados a seguir.

⁸⁶ Este inciso define como “Gás natural ou gás: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros” (BRASIL, 1997).

⁸⁷ Este inciso define como, “Tratamento ou processamento de gás natural: conjunto de operações destinadas a permitir o seu transporte, distribuição e utilização” (BRASIL, 1997).

⁸⁸ Este inciso define como “Distribuição de gás canalizado: serviços locais de comercialização de gás canalizado, junto aos usuários finais, explorados com exclusividade pelos Estados, diretamente ou mediante concessão, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal” (BRASIL, 1997).

⁸⁹ Este inciso define como “Estocagem de gás natural: armazenamento de gás natural em reservatórios próprios, formações naturais ou artificiais” (BRASIL, 1997).

⁹⁰ Este inciso define como “Transporte: movimentação de petróleo, seus derivados, biocombustíveis ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse geral” (BRASIL, 1997).

⁹¹ Este inciso define como “Transferência: movimentação de petróleo, seus derivados, biocombustíveis ou gás natural em meio ou percurso considerado de interesse específico e exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades” (BRASIL, 1997).

⁹² Este inciso define como “Indústria do petróleo: conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados” (BRASIL, 1997).

⁹³ Este inciso define como “Distribuição: atividade de comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado, exercida por empresas especializadas, na forma das leis e regulamentos aplicáveis” (BRASIL, 1997).

⁹⁴ Este inciso define como “Revenda: atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis” (BRASIL, 1997).

⁹⁵ Este inciso define como “Cadeia produtiva do petróleo: sistema de produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados, incluindo a distribuição, a revenda e a estocagem, bem como o seu consumo” (BRASIL, 1997).

4.2.3.1 A Lei nº 11.909/09

De acordo com a ANP (2009), dadas às especificidades e dificuldades normativas de regular as atividades de comercialização de GN no Brasil – uma vez que a Lei nº 9.478/97 tratava o GN como um derivado do petróleo e não como uma fonte primária de energia – o Senado Federal brasileiro, com o objetivo de resolver essa questão, propôs em 2005 um projeto de Lei específico para o GN. Na esteira do reconhecimento de que a Lei nº 9.478/97 não era adequada para o caso do GN, em 2006 foram apresentados, no âmbito da Câmara dos Deputados Federais, dois projetos de Lei de regulamentação das atividades próprias da IGN (BRASIL, 1997).

As propostas de regulação apresentadas foram unificadas em um único projeto de regulamentação que deu origem a Lei nº 11.909/09 (BRASIL, 2009). Deste modo, o desenvolvimento das atividades relacionadas à IGN passou a ser regulado por instrumentos normativos próprios que, em observância ao exposto em seu art. 1º, estabeleceram o conjunto legal de:

[...] normas para a exploração das atividades econômicas de transporte de gás natural por meio de condutos e da importação e exportação de gás natural, de que tratam os incisos III⁹⁶ e IV⁹⁷ do *caput* do art. 177 da Constituição Federal, bem como para a exploração das atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural (BRASIL, 2009).

Além disso, destaca-se que os incisos I e II do § 3º do art. 1º da Lei nº 11.909/09 estabelecem que no desenvolvimento de suas atividades os agentes⁹⁸ da IGN devem respeitar a legislação específica sobre meio ambiente, normas técnicas e serviços de gás canalizado e conceder “ao órgão fiscalizador competente o livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações vinculadas à exploração de sua atividade, bem como a seus registros contábeis” (BRASIL, 2009).

⁹⁶ O inciso III do art. 177º da Constituição Federal estipula que “a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores” (BRASIL, 1988).

⁹⁷ Este inciso determina que “o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem” (BRASIL, 1988).

⁹⁸ O inciso XXX do art. 2º da Lei nº 11.909/09 classifica como sendo agentes da IGN todos aqueles “que atuam nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, exportação, processamento, tratamento, transporte, carregamento, estocagem, acondicionamento, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural” (BRASIL, 2009).

Em relação às atividades de transporte, o art. 3º da Lei nº 11.909/09 prevê a formação, sob os termos das leis brasileiras, de sociedades ou consórcios com os agentes da IGN que atuam nessa área. De acordo com o exposto nesse artigo, a atuação destes agentes deve ser regulada pelos parágrafos 1º⁹⁹ e 2º¹⁰⁰ e devem ocorrer sob os regimes de concessão e autorização, conforme orienta os incisos I e II do referido artigo (BRASIL, 2009).

Além disso, destaca-se que os artigos 9º¹⁰¹ e 32º¹⁰² da Lei nº 11.909/09 assegura, conforme determina o exposto em seu art. 33º¹⁰³, que terceiros tenham um livre acesso as instalações de transporte de GN, ou seja, o transportador fica obrigado permitir a interconexão de redes de transporte e de transferência de outros agentes do setor de transportes a suas instalações. Neste sentido, é importante salientar que o parágrafo único do art. 33º estipula que “O acesso aos gasodutos dar-se-á primeiramente na capacidade disponível e somente após sua integral contratação é que ficará garantido o direito de acesso à capacidade ociosa” (BRASIL, 2009), conforme reza o disposto nos, já citados em nota de rodapé, § 2º do art. 3º e § 3º do art. 30º da Lei em questão.

Por fim, cumpre dizer que cabe ao MME – conforme reza o exposto no art. 4º da Lei nº 11.909/09 – decidir sobre a ampliação ou construção de gasodutos de transporte, definir as regras a serem adotadas nos processos de contratação de capacidade de transporte e o regime de contratação – em observância ao disposto no § 1º do art. 3º desta

⁹⁹ O § 1º determina que “O regime de autorização de que trata o inciso II do *caput* deste artigo aplicar-se-á aos gasodutos de transporte que envolvam acordos internacionais, enquanto o regime de concessão aplicar-se-á a todos os gasodutos de transporte considerados de interesse geral” (BRASIL, 2009).

¹⁰⁰ De acordo com o § 2º “Caberá ao Ministério de Minas e Energia, ouvida a ANP, fixar o período de exclusividade que terão os carregadores iniciais para exploração da capacidade contratada dos novos gasodutos de transporte” (BRASIL, 2009).

¹⁰¹ Conforme estabelece o art. 9º “O transportador deverá permitir a interconexão de outras instalações de transporte e de transferência, nos termos da regulação estabelecida pela ANP, respeitadas as especificações do gás natural estabelecidas pela ANP e os direitos dos carregadores existentes” (BRASIL, 2009)

¹⁰² Segundo o exposto no art. 32º “Fica assegurado o acesso de terceiros aos gasodutos de transporte, nos termos da lei e de sua regulamentação, observado o disposto no § 2º do art. 3º e no § 3º do art. 30º desta Lei” (BRASIL, 2009). Neste particular, é importante assinalar que o § 3º do art. 30º da Lei nº 11.909/09 estipula que “Para o caso dos empreendimentos de que tratam o *caput* e o § 2º este artigo, o período de exclusividade que terão os carregadores iniciais será de 10 (dez) anos, contados do início da operação comercial do respectivo gasoduto de transporte” (BRASIL, 2009). Por sua vez, o § 2º determina que “Aplica-se o disposto neste artigo aos empreendimentos em processo de licenciamento ambiental que, na data de publicação desta Lei, ainda não tenham obtido autorização da ANP” (BRASIL, 2009).

¹⁰³ O art. 33º da Lei nº 11.909/09 informa que “O acesso aos gasodutos de transporte dar-se-á, entre outras formas previstas em regulamentação, por contratação de serviço de transporte: I – firme, em capacidade disponível; II – interruptível, em capacidade ociosa; e III – extraordinário, em capacidade disponível” (BRASIL, 2009).

Lei – a ser empregado¹⁰⁴. Portanto, pode-se dizer que a promulgação da Lei nº 11.909/09 pôs fim ao “livre comércio”¹⁰⁵ de GN – devido à falta de um corpo normativo específico que regulasse as atividades desenvolvidas pela IGN no país – que passou a ser autorizada pela ANP (BRASIL, 2009).

4.2.3.2 O Decreto nº 7.382/10

Com o intuito de regulamentar os capítulos¹⁰⁶ da Lei nº 11.909/09 (BRASIL, 2009) que tratam: das disposições preliminares; do transporte de GN; da importação e exportação de GN; da estocagem e do acondicionamento de GN; dos gasodutos de escoamento da produção e das instalações de processamento, tratamento, liquefação e regaseificação de GN; e, da distribuição e comercialização do GN, foi publicado o Decreto nº 7.382/10 (BRASIL, 2010).

Em relação às atividades de exploração de transporte de GN, os incisos I, II e III do art. 6º do Decreto nº 7.382/10 estabelecem, respectivamente, que é função do MME:

I – propor, por iniciativa própria ou por provocação de terceiros, os gasodutos de transporte que deverão ser construídos ou ampliados; II – estabelecer as diretrizes para o processo de contratação de capacidade de transporte; e, III – definir o regime de outorga aplicável, em cada caso, à exploração da atividade de transporte de gás natural, observado o disposto no art. 4º¹⁰⁷ (BRASIL, 2010).

¹⁰⁴ Para tanto, o § 1º do art. 4º desta Lei estabelece que “O Ministério de Minas e Energia considerará estudos de expansão da malha dutoviária do País para dar cumprimento ao disposto nos incisos I e III do *caput* deste artigo” (BRASIL, 2009).

¹⁰⁵ Uso desta expressão sem qualquer referência aos pressupostos do Liberalismo político ou econômico.

¹⁰⁶ Ou seja, dos capítulos que tratam dos capítulos I, II, III, IV, V, VI e VIII, respectivamente.

¹⁰⁷ O art. 4º do Decreto nº 7.382/10 tem por finalidade regular, por meio dos regimes de concessão ou de autorização, as atividades de transporte de GN desempenhadas pelas sociedades ou consórcios estabelecidos para este fim. Neste particular, cumpre salientar que as diretrizes que orientam o desenvolvimento destas atividades encontram-se dispostas nas alíneas, incisos e parágrafos formam este artigo. Destes, este trabalho coloca em relevo o § 3º que determina que “A sociedade ou consórcio, concessionário ou autorizado para o exercício da atividade de transporte de gás natural somente poderá explorar aquelas atividades referidas no [art. 56º da Lei nº 9.478/97], além das atividades de estocagem, transporte de biocombustíveis, construção e operação de terminais” (BRASIL, 2010). Destaca-se ainda, que o art. 56º da mencionada Lei reza que “Observadas às disposições das leis pertinentes, qualquer empresa ou consórcio de empresas que atender ao disposto no art. 5º poderá receber autorização da ANP para construir instalações e efetuar qualquer modalidade de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, seja para suprimento interno ou para importação e exportação” (BRASIL, 1997).

Além disso, não é fora de propósito mencionar os parágrafos 1^{o108}, 2^{o109} e 4^{o110} deste artigo atribuem a EPE a importante tarefa de fornecer ao MME as informações necessárias para a formulação da Política Energética Brasileira como, por exemplo, estimativas de investimentos e estudos técnicos de viabilidade da expansão da rede nacional de transporte dutoviário de GN.

Sobre as atividades de importação e exportação, o art. 53^{o111} do Decreto nº 7.382/10 (BRASIL, 2010), em conformidade com o disposto em seus parágrafos 1^o e 2^o, determina que a ANP e o CNPE autorize, fiscalize e forneça as diretrizes para que as sociedades ou consórcios formados desempenhem suas atividades. As atividades de estocagem de GN são reguladas pelo art. 55^{o112} deste Decreto cujo § 4^o atribui a ANP a função de elaborar e promover os editais de concessão para este fim.

Por fim, cabe mencionar que as atividades desempenhadas pelas UPGNs, pelos terminais e pelas unidades de tratamento de GN são reguladas pelo art. 61^{o113} desse Decreto cujo parágrafo único confere a ANP a tarefa de “estabelecer os requisitos e condições para a outorga e transferência da titularidade da autorização, respeitadas as normas de proteção ambiental e de segurança das instalações” (BRASIL, 2010).

¹⁰⁸ Este parágrafo estabelece que “Para atendimento ao estabelecido no inciso I, o Ministério de Minas e Energia deverá elaborar o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País, preferencialmente revisto anualmente, com base em estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE” (BRASIL, 2010).

¹⁰⁹ Segundo o § 2^o do referido artigo, “Os estudos a serem desenvolvidos pela EPE deverão conter, entre outros elementos, propostas de traçados, de sistemas de compressão a serem instalados e de localização de pontos de entrega, bem como as estimativas de investimentos dos gasodutos” (BRASIL, 2010).

¹¹⁰ Conforme o exposto neste parágrafo, “O Ministério de Minas e Energia estabelecerá regras para que os agentes da indústria do gás natural forneçam à EPE dados para a elaboração dos estudos sobre a expansão da malha de transporte dutoviário” (BRASIL, 2010).

¹¹¹ De acordo com esse artigo, “Qualquer sociedade ou consórcio, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, poderá receber autorização do Ministério de Minas e Energia para exercer as atividades de importação e exportação de gás natural” (BRASIL, 2010).

¹¹² Este artigo determina que “O exercício da atividade de estocagem de gás natural em reservatórios de hidrocarbonetos devolvidos à União e em outras formações geológicas não produtoras de hidrocarbonetos será objeto de concessão de uso, precedida de licitação na modalidade de concorrência, nos termos do § 1^o do art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devendo a exploração da atividade se dar por conta e risco do concessionário” (BRASIL, 2010). Cabe mencionar que o § 1^o do art. 22 da Lei nº 8.666/93 estabelece que a “Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto” (BRASIL, 1993).

¹¹³ Em conformidade com o disposto neste artigo, “Qualquer sociedade ou consórcio, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, poderão receber autorização da ANP para construir, ampliar a capacidade e operar unidades de processamento ou tratamento de gás natural, terminais de GNL, unidades de liquefação e de regaseificação de gás natural, bem como gasodutos de transferência e de escoamento da produção não integrantes de concessão de exploração e produção de petróleo e gás natural” (BRASIL, 2010).

O parágrafo único do art. 65^{o114} e o art. 72^o do Decreto nº 7.382/10 rezam, respectivamente, que é papel da ANP “autorizar a construção e a operação dos pontos de entrega que interconectem gasodutos de transporte aos dutos referidos no art. 63^{o115}” (BRASIL, 2010) e “editar as normas que caracterizem a ampliação de capacidade de gasodutos de transporte” (BRASIL, 2010). Assim, esta tese considera que por intermédio do Decreto nº 7.382/10 que regulamenta a Lei nº 11.909/09 (BRASIL, 2009), a ANP, o CNPE e a EPE – enquanto representantes governamentais de importantes grupos de interesse da esfera governamental e da iniciativa privada – passaram a desempenhar um papel de grande relevância e de inquestionável influência nos processos de tomada de decisão desenrolados no âmbito do MME que estabelecem as diretrizes da Política Energética Brasileira.

Por tudo que foi aqui exposto, esta pesquisa avalia que os documentos analisados neste trabalho como, por exemplo: os Tratados e Acordos Internacionais; os Documentos emitidos pela OLADE e pelo MME; e, algumas das Leis, Decretos e Resoluções promulgadas pelos governos dos países sul-americanos, dentre outros documentos consultados, confirmam o argumento de que, pelo menos até o final do mês de abril de 2006, o processo sul-americano de integração energética, alinhado aos interesses dos grupos de interesse aqui trabalhados, passou por um período de intenso aprofundamento.

Em função disso, argumenta-se que o período de 1995 a 2005 foi marcado por entendimentos, avanços e convergências de interesses em torno de uma América do Sul integrada e desenvolvida pelo viés energético. Neste sentido, a construção do GASBOL e o anúncio da IIRSA são aqui considerados como sendo os principais exemplos desse processo de aproximação.

Contudo, o exame dos Relatórios e Anuários Estatísticos emanados da ANP, do CNPE e da EPE, além da análise de um conjunto de normas publicadas pelo governo

¹¹⁴ Este artigo prevê que “A construção, a implantação e a incorporação ao patrimônio das distribuidoras estaduais das instalações e dutos referidos no **caput** do art. 63, assim como o enquadramento de usuários finais como consumidores livres, deverão respeitar a legislação específica sobre os serviços locais de gás canalizado” (BRASIL, 2010, grifo do autor).

¹¹⁵ De acordo com esse artigo, “O consumidor livre, o autoprodutor, ou o autoimportador cujas necessidades de movimentação de gás natural não possam ser atendidas pela distribuidora estadual poderão construir e implantar, diretamente, instalações e dutos para o seu uso específico, mediante celebração de contrato que atribua à distribuidora estadual a sua operação e manutenção, devendo as instalações e dutos ser incorporados ao patrimônio estadual mediante declaração de utilidade pública e justa e prévia indenização, quando de sua total utilização” (BRASIL, 2010).

brasileiro, reforçou a hipótese que motivou a elaboração desta pesquisa de que a partir do dia 1 de maio de 2006, e em função da mudança de percepção dos grupos de interesse em relação ao processo regional de integração energética, as guias mestras que conduziam a formulação da Política Energética Brasileira foram severamente alteradas.

Deste modo, esta tese sustenta o pressuposto de que o período de 2006 a 2010 foi caracterizado por desentendimentos, retrocessos e divergências de interesses em torno do projeto de integração energética entre os países da América do Sul. Neste ínterim, em detrimento do desejo de complementação energética regional, ainda presente na Cúpula de *Isla Margarita* de 2007, identificou-se que os objetivos perseguidos pelo país, em termos de Política Energética doméstica e em respostas aos interesses dos grupos de interesse do país, passaram a ser a busca pela segurança e pela autossuficiência energética. Como exemplos desse afastamento, tem-se o lançamento do PNE-2030 e do MEN-2030.

Neste sentido, as Tabelas 11, 12, 13 e 14 e nos Gráficos 12 e 13 apresentam um rol de importantes informações estatísticas sobre o desenvolvimento das atividades de comercialização de GN e GNL no Brasil no período de 1999 a 2010. O principal objetivo destas informações é testar a validade dos argumentos hipotéticos discutidos nesta tese.

Como pode ser observado na Tabela 11 abaixo, de 1999 a 2010 o Brasil importou da Argentina e da Bolívia um volume total de GN de $84.883 \cdot 10^6 \text{ m}^3$. Deste total, as importações provenientes da Bolívia foram de $33.017 \cdot 10^6 \text{ m}^3$ para o período de 1999 a 2005 e de $48.588 \cdot 10^6 \text{ m}^3$ para o de 2006 a 2010.

Tabela 11 – Importação Brasileira de GN e GNL (10⁶ m³) no Período de 1999 a 2010

Países	Importação de GN e GNL ¹ (10 ⁶ m ³)											
	1999 ²	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ³	2009	2010
<i>GN</i>												
Argentina ⁴	0	106	753	492	350	451	349	475	166	135	0	0
Bolívia	400	2105	3855	4777	5597	7635	8648	9314	10168	11178	8108	9820
<i>Total</i>	400	2211	4608	5269	5947	8086	8997	9789	10334	11313	8108	9820
<i>GNL</i>												
Abu Dhabi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	79
Catar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	635
EUA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	88
Guiné												
Equatorial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	75	869
Peru	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	154
Trinidad e Tobago	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	360	880
<i>Total</i>										35	435	2827
TOTAL (GN+GNL)	400	2211	4608	5269	5947	8086	8997	9789	10334	11348	8543	12647

Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas nos Anuários Estatísticos da ANP (2001-2010).

¹ Volume medido na forma gasosa.

² As atividades de importação de GN tiveram início em julho de 1999.

³ A partir de novembro de 2008.

⁴ As oscilações no volume de GN importado da Argentina decorrem, também, da redução de suas reservas e consequentemente do coeficiente R/P do país. Em função disso, não foram registrados volumes de importação de GN argentino nos anos de 2009 e 2010.

É importante mencionar que apesar do volume importado no segundo período ter sido 19% maior do que o volume importado no primeiro, o crescimento percentual no volume importando foi maior neste do que naquele período, conforme pode ser verificado na Tabela 12 a seguir.

Tabela 12 – Importação Brasileira de GN e GNL (%) no Período de 1999 a 2010

Países	Importação de GN e GNL ¹ (%)											
	1999 ²	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ³	2009	2010
<i>GN</i>												
Argentina ⁴	0	3,2	23,0	15,0	10,7	13,8	10,6	14,5	5,1	4,1	0	0
Bolívia	0,5	2,6	4,7	5,8	6,9	9,4	10,6	11,4	12,5	13,7	9,9	12,0
<i>Total</i>	0,5	2,6	5,4	6,2	7,0	9,5	10,6	11,5	12,2	13,3	9,6	11,6
<i>GNL</i>												
Abu Dhabi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Catar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
EUA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Guiné Equatorial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Nigéria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,9	92,1
Peru	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Trinidad e Tobago	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,7	28,3	69
<i>Total</i>										1,1	13,2	85,7
TOTAL (GN+GNL)	0,4	2,5	5,2	6,0	6,7	9,2	10,2	11,1	11,8	12,9	9,7	14,3

Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas nos Anuários Estatísticos da ANP (2001-2010).

¹ Volume medido na forma gasosa.

² As atividades de importação de GN tiveram início em julho de 1999.

³ A partir de novembro de 2008.

⁴ As oscilações no volume de GN importado da Argentina decorrem, também, da redução de suas reservas e consequentemente do coeficiente R/P do país. Em função disso, não foram registrados volumes de importação de GN argentino nos anos de 2009 e 2010.

Desta forma, conforme apresentado no início deste trabalho, observa-se que enquanto o volume de $33.017 \cdot 10^6 \text{ m}^3$ correspondeu a um crescimento de 2.062% o de $48.588 \cdot 10^6 \text{ m}^3$ representou um crescimento de apenas 5,4% na importação de GN boliviano nos períodos analisados nesta pesquisa, tendo registrado inclusive um decréscimo, possivelmente provocado pela introdução do GNL no mercado energético nacional em 2008¹¹⁶, de 3,7% no ano de 2009 em relação ao ano de 2008, como informa logo em seguida, a Tabela 13 e o Gráfico 12.

¹¹⁶ Conforme dados da Tabela 14 e do Gráfico 13, a importação de GNL no ano de 2010 teve um acréscimo de 84,6% em relação a 2008. No entanto, é importante assinalar que apesar desse enorme valor percentual, o volume de GNL importado, segundo dados da Tabela 11, foi de $3.297 \cdot 10^6 \text{ m}^3$ no período de 2008 a 2010. Esse volume representa praticamente o volume de GN importado da Argentina no período de 2000 a 2008 que foi de $3.277 \cdot 10^6 \text{ m}^3$. Esse dado sinaliza o quanto a entrada do GNL no mercado energético brasileiro pode vir a desempenhar um papel desintegrador entre os países da região.

Tabela 13 – Taxa de Acréscimo ou Decréscimo (%) na Importação Brasileira de GN e GNL no Período de 1999 a 2010

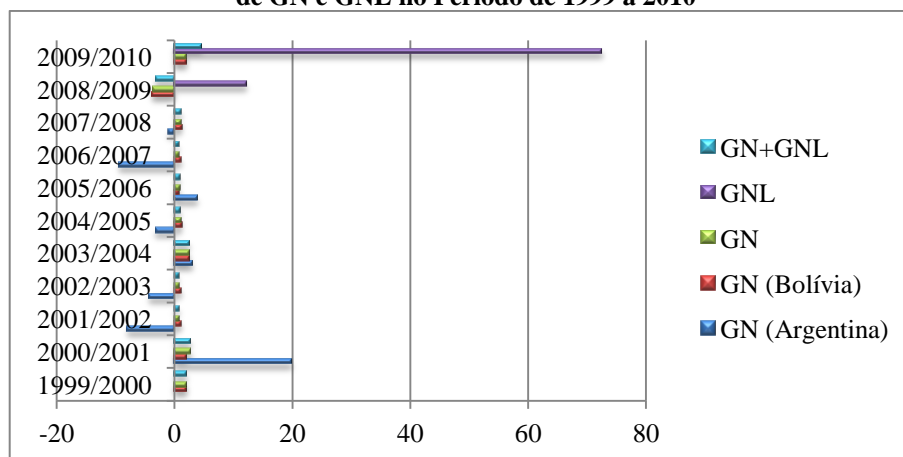
Período	GN (Argentina) ¹	GN (Bolívia)	GN	GNL	GN+GNL
1999/2000	SRI*	↑2,1	↑2,1	SRI*	↑2,1
2000/2001	↑19,8	↑2,1	↑2,8	SRI*	↑2,7
2001/2002	↓8,0	↑1,1	↑0,8	SRI*	↑0,8
2002/2003	↓4,3	↑1,1	↑0,8	SRI*	↑0,7
2003/2004	↑3,1	↑2,5	↑2,5	SRI*	↑2,5
2004/2005	↓3,2	↑1,2	↑1,1	SRI*	↑1,0
2005/2006	↑3,9	↑0,8	↑0,9	SRI*	↑0,9
2006/2007	↓9,4	↑1,1	↑0,7	SRI*	↑0,7
2007/2008	↓1,0	↑1,2	↑1,1	SRI*	↑1,1
2008/2009	SRI*	↓3,8	↓3,7	↑12,1	↓3,2
2009/2010	SRI*	↑2,1	↑2,0	↑72,5	↑4,6

Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas nos Anuários Estatísticos da ANP (2001-2010).

* Sem Registro de Importação.

¹ As oscilações no volume de GN importado da Argentina decorrem, também, da redução de suas reservas e consequentemente do coeficiente R/P do país. Em função disso, não foram registrados volumes de importação de GN argentino nos anos de 2009 e 2010.

Gráfico 12 – Taxa de Acréscimo ou Decréscimo (%) na Importação Brasileira de GN e GNL no Período de 1999 a 2010



Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas nos Anuários Estatísticos da ANP (2001-2010).

Além disso, é importante destacar que a análise das informações estatísticas apresentadas acima revela, também, que a taxa percentual média de acréscimo registrada na importação de GN de 2000 a 2005 foi 1,24% superior à taxa média do período de 2006 a 2010.

De acordo com os dados da Tabela 14 e o Gráfico 13 a seguir, ao passo que a taxa percentual de acréscimo nas atividades de importação de GN registrada nos períodos de 1999 a 2006 e de 2006 a 2008 foram, respectivamente, de 8,8% e de 2,3%, o período de 2008 a 2010 registrou um decréscimo de 1,7% nestas mesmas atividades.

Tabela 14 – Taxa de Acréscimo ou Decréscimo (%) na Importação Brasileira de GN e GNL nos Períodos de 1999-2006, 2006-2008 e 2008-2010

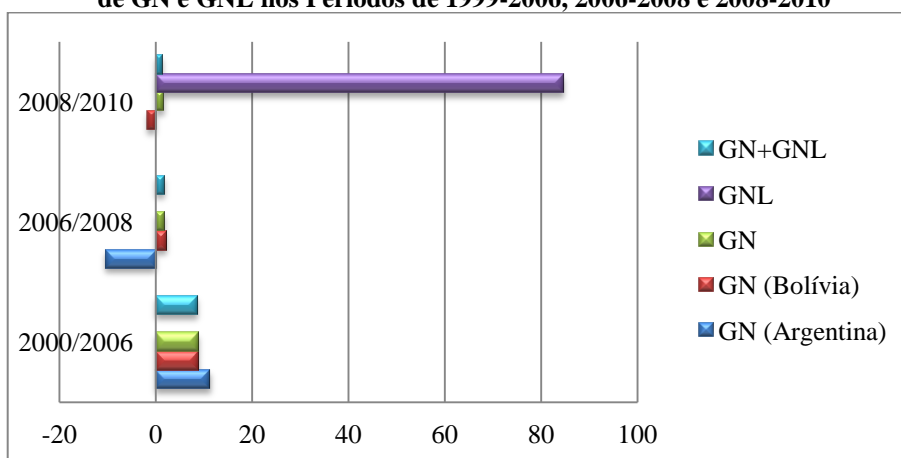
	GN (Argentina) ¹	GN (Bolívia)	GN	GNL	GN+GNL
2000/2006	↑11,3	↑8,8	↑8,9	SRI*	↑8,6
2006/2008	↓10,4	↑2,3	↑1,8	SRI*	↑1,8
2008/2010	SRI*	↓1,7	↑1,7	↑84,6	↑1,4

Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas nos Anuários Estatísticos da ANP (2001-2010).

* Sem Registro de Importação.

¹ As oscilações no volume de GN importado da Argentina decorrem, também, da redução de suas reservas e conseqüentemente do coeficiente R/P do país. Em função disso, não foram registrados volumes de importação de GN argentino nos anos de 2009 e 2010.

Gráfico 13 – Taxa de Acréscimo ou Decréscimo (%) na Importação Brasileira de GN e GNL nos Períodos de 1999-2006, 2006-2008 e 2008-2010



Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas nos Anuários Estatísticos da ANP (2001-2010).

Desta forma, cumpre assinalar que as mudanças no perfil das importações brasileiras de GN a partir da Bolívia, coincidiram com a publicação, em 2006, do Decreto “Héroes del Chaco” e, também, lembrar que na pesquisa científica as coincidências estão sujeitas a investigação. Portanto, esta tese conclui que as referências consultadas para a sua elaboração comprovaram a validade da hipótese central que norteou o seu desenvolvimento, bem como dos argumentos e suposições a ela adjacentes.

5 CONCLUSÃO

Na interface do processo de integração energética da América do Sul, esta tese procurou demonstrar como se deu o processo de formulação da Política Energética Brasileira no período de 1995 a 2010. Em seu desenvolvimento, a pesquisa revelou que o processo de aproximação entre o Brasil e os demais países da América do Sul, em geral, e da Bolívia¹, em particular, foi orientado por duas Políticas Energéticas distintas.

A primeira delas gestada no período de 1995 a 2005 foi marcada pelo estabelecimento de políticas que favoreceram as iniciativas de aproximação entre os países da região. Neste sentido, defendeu-se o pressuposto de que a promulgação das Leis que determinaram a criação da ANP, do CNPE e da EPE favoreceu esse processo de aproximação.

Além disso, convém mencionar que foi por meio da construção do GASBOL e dos dispositivos normativos emanados das Agências especializadas do MME – como, por exemplo, o Decreto Presidencial nº 3.371/00 (BRASIL, 2000a) que lançou o PPT – que o mercado de GN foi estabelecido no país. Em outras palavras, foi por meio do aparato normativo emitido pelo MME e por suas Agências que o mercado nacional para o GN proveniente da Bolívia foi criado.

A segunda Política foi desenvolvida entre 2006 e 2010 e abarca a promulgação do Decreto “Héroes del Chaco” e os lançamentos do PNE-2030 e do MEN-2030. Esta tese defendeu o pressuposto de que a publicação destes documentos inaugurou o período de afastamento entre os países sul-americanos. Neste sentido, verificou-se que o movimento de distanciamento entre o Brasil e os países da região ganhou reforço com a entrada do GNL no mercado energético nacional e com o estabelecimento do corpo normativo que,

¹ Conforme coloca Almeida (2009), no final dos anos 1930 o governo brasileiro demonstrou interesse em estabelecer um acordo de aproveitamento e complementação energética com a Bolívia. Contudo, o projeto do nacional desenvolvimentismo brasileiro impediu o avanço das negociações entre os dois países de tal modo que nem mesmo as altas do preço do petróleo dos anos 1970 permitiu o avanço dos entendimentos entre os dois países. Nos anos 1970 o governo brasileiro privilegiou as negociações com o Paraguai e a Argentina em torno da construção da usina de Itaipu e o lançamento do Proálcool como energético alternativo ao petróleo. Somente a partir dos anos 1990, o GN boliviano foi percebido pelos grupos de interesse brasileiros – talvez estimulados pelo espírito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Rio-92 ou Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992 – como fonte energética viável ao desenvolvimento do setor industrial nacional.

por meio da promulgação da Lei nº 11.909/09 (BRASIL, 2009) e do Decreto nº 7.382/10 (BRASIL, 2010), regulou as atividades de comercialização de GN no país.

Neste sentido, esta tese, por meio da análise de sua base de dados estatísticos, confirmou a hipótese de que a nacionalização dos ativos das empresas estrangeiras exploradoras de hidrocarbonetos no território boliviano provocou, a partir de 2006, uma evidente guinada na formulação da Política Energética Brasileira que teve como principal resultado um acentuado abandono das políticas de complementação energética entre o Brasil e os demais países da região. Em adição, destaca-se que no ano de 2006 o governo brasileiro anunciou as descobertas do pré-sal² e a autossuficiência na produção de petróleo o que de certo modo justificou esse abandono.

Esse distanciamento foi comprovado pela mudança no perfil das importações de brasileiras de GN boliviano no período aqui analisado. Assim, a pesquisa demonstrou que enquanto o volume de GN importado no período de 1999-2005 registrou um crescimento de 2.062%, o volume registrado no período de 2006 a 2010 foi de apenas 5,43%. Além disso, a importação de GN no período de 2007³ a 2010 e no biênio de 2008⁴-2009 apresentou, respectivamente, uma queda de 3,42% e de 27,46% no volume de GN importado da Bolívia.

Com as descobertas do pré-sal, o país deixou, em 2009, a condição de importador e atingiu o *status* de exportador de petróleo. Além disso, as projeções do PNE-2030 e do MEN-2030 sinalizam que até 2020 os recursos do pré-sal respondam por cerca de 50% da produção nacional desse energético. Deste modo, a expectativa é que a produção do pré-sal

² Conforme informações disponibilizadas no sítio eletrônico da Petrobras (2016), “As descobertas no pré-sal estão entre as mais importantes em todo o mundo na última década. A província pré-sal é composta por grandes acumulações de óleo leve, de excelente qualidade e com alto valor comercial. Uma realidade que nos coloca em uma posição estratégica frente à grande demanda de energia mundial. [...] O volume expressivo produzido por poço no pré-sal da Bacia de Santos, em torno de 25 mil barris de petróleo por dia, está muito acima da média da indústria. Dos dez poços com maior produção no Brasil, nove estão localizados nessa área. O mais produtivo está no campo de Lula, com vazão média diária de 36 mil barris de petróleo por dia” (PETROBRAS, 2016).

³ Em 2007 o MME emitiu o “Plano Nacional de Energia 2030” (PNE 2030) contendo a nova concepção e as principais diretrizes para a expansão da matriz energética brasileira até o ano de 2030.

⁴ De acordo com os Anuários Estatísticos da ANP, o Brasil começou a importar Gás Natural Liquefeito (GNL), em volume, na forma gasosa em 2008. Este trabalho sustenta que a importação de GNL pode ter contribuído fortemente para a revisão da Política Energética do país em relação a importação do GN boliviano.

amente a oferta de GN no período de 2020-2030 de tal forma que a capacidade de produção estimada para esse período é de $168 \cdot 10^6 \text{ m}^3/\text{dia}$ ⁵.

É importante mencionar que por causa do aumento da produção de GN e da consolidação do GNL na matriz energética brasileira, a EPE prevê a realização de investimentos na construção de novos terminais de regaseificação de GNL, a expansão da rede de transporte e a construção de novas unidades de tratamento e processamento de GN, no horizonte 2030.

Ainda em relação à Política Energética Brasileira do segundo período aqui discutido, é importante salientar que a ampliação do mercado de GN a partir da introdução do GNL na matriz energética brasileira foi seguida pela criação, por meio do item 10 da Ata nº 1.301 emitida pelo Conselho de Administração da Petrobras em 3 de março de 2008, de uma nova subsidiária da Petrobras, a Petrobras Biocombustível. O art. 3^o dessa Ata estabelece que o principal objetivo da nova subsidiária da Petrobras deve ser a promoção da produção nacional de etanol⁷ e de biodiesel⁸.

Neste sentido, esta tese defende a proposição de que o aumento da produção de biocombustíveis⁹ foi fortemente impulsionado por uma significativa expansão do setor de energias renováveis no segmento do agronegócio brasileiro¹⁰ e da produção nacional de

⁵ De acordo com a Petrobras (2016), “Com uma média de $96,10 [10^6 \text{ m}^3/\text{dia}]$ em 2014, nossa oferta de gás natural cresceu 10% em relação ao volume médio de $87,30 [10^6 \text{ m}^3/\text{dia}]$ no ano anterior. Até o horizonte de 2030, a oferta, em termos de capacidade, será suficiente para atender à demanda de todos os compromissos assumidos” (PETROBRAS, 2016).

⁶ Na íntegra, este artigo estabelece que “A Companhia tem como objeto a produção de etanol e biodiesel, bem como de quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações, podendo também explorar todas essas atividades através da participação em outras sociedades” (BRASIL, 2008).

⁷ O etanol é um “Biocombustível líquido derivado de biomassa renovável, que tem como principal componente o álcool etílico, que pode ser utilizado, diretamente ou mediante alterações, em motores a combustão interna com ignição por centelha, em outras formas de geração de energia ou em indústria petroquímica, podendo ser obtido por rotas tecnológicas distintas [...]” (ANP, 2016).

⁸ Este energético “[...] é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis como óleos vegetais e gorduras animais. Este biocombustível pode ser produzido no Brasil a partir de diferentes espécies oleaginosas, como a mamona, o dendê, a canola, o girassol, o amendoim, a soja e o algodão, além de matérias-primas de origem animal como o sebo bovino e gordura suína” (PETROBRAS, 2016).

⁹ Neste ponto, é importante destacar que “Além de investir no desenvolvimento tecnológico do etanol, a Petrobras Biocombustível, por meio das empresas coligadas, tem capacidade de produção estimada de $[1,5 \cdot 10^9 \text{ l/ano}]$ do produto” (PETROBRAS, 2016).

¹⁰ Neste particular, destaca-se que “[...] a corrida de empresários nacionais e estrangeiros por licenças da [ANP] para produzir biodiesel, motivados pelo alto preço do petróleo e o baixo (menos de US\$ 500,00/t) preço do óleo de soja (90% do óleo vegetal produzido no Brasil), além das previsões alarmantes do relatório da ONU sobre riscos do aquecimento global causado pelos gases de efeito estufa, particularmente do CO₂ proveniente da queima de derivados do petróleo” (ACABOU..., 2016), figuram entre os principais fatores que alavancaram a produção de biocombustível no Brasil a partir de 2006.

carros com motor *flex fuel*¹¹. Além disso, defende-se a ideia de que a soma destes fatores contribuiu para o *aggionarmento*, a partir de 2006, das diretrizes que orientaram a formulação da Política Energética Brasileira no primeiro período aqui analisado. Portanto, este trabalho conclui que o estabelecimento de uma Política Energética nacional voltada para a busca da autonomia na produção de energias não pode conviver com políticas de complementação e aproveitamento energético em um ambiente de integração regional.

O primeiro capítulo apresentou a hipótese que orientou o desenvolvimento desta tese e o panorama geral da, em termos de disposição de recursos, situação energética na América do Sul. Além disso, o capítulo demonstrou que a construção da usina de Itaipu foi um importante marco no processo de integração energética regional e que a construção do GASBOL aprofundou esse processo.

No segundo capítulo foram analisadas as tentativas de aproximação entre os países sul-americanos com vistas à complementação e aproveitamento de seus recursos energéticos. Neste capítulo foi discutido o alcance e as limitações a cerca da complementação energética nos Tratados que deram origem a ALALC, a ALADI e ao MERCOSUL.

Além disso, a pesquisa revelou que as recentes propostas regionais de integração energética estão inseridas em um processo histórico de interação que culminou com o lançamento da IIRSA ao final da Reunião de Cúpula de 2000. As demais Reuniões de Cúpula ou de Chefes de Estado, incluindo aí um exame do processo constitutivo da CASA e da UNASUL, também foram objeto de análise desse capítulo.

O terceiro capítulo realizou uma discussão teórico-metodológica, aplicada ao caso prático da integração energética da América do Sul, que procurou identificar os limites do emprego de um arcabouço teórico e metodológico constituído apenas por uma teoria e uma metodologia aos estudos energéticos.

Do ponto de vista do método, esta pesquisa concluiu, após examinar os instrumentos analíticos da metodologia quantitativa e qualitativa, que o caráter intersubjetivo – marcado por dinâmicas randômicas de aproximação e afastamento – do processo sul-americano de integração energética, exigia a adoção de uma abordagem metodológica de análise científica que possibilitasse o exame dessas dinâmicas em seus

¹¹ Motor de combustível flexível ou duplo, ou seja, motor com alternativa de rodar a álcool ou a gasolina.

respectivos contextos (histórico, político, econômico e social) que não incorresse no risco de cometer prejuízos analíticos sobre o tema em análise. Deste modo, para o exame da base de dados que sustenta os argumentos levantados nesta tese optou-se pelo emprego do enfoque analítico misto.

O ponto de vista teórico segue a lógica adotada para a escolha do instrumental metodológico. Assim sendo, foi usado um modelo de análise composto por contribuições de diversas vertentes do pensamento teórico das Relações Internacionais com centralidade para a Lógica dos Jogos de Dois Níveis de Análise da Política Internacional desenvolvida por Putnam (2010). Desta forma, foi elaborado o Modelo Teórico Híbrido usado para o exame da Política Energética Brasileira nesta tese.

Do ponto de vista prático, o terceiro capítulo identificou a região e o segmento do setor produtivo brasileiro que concentra a maior parte dos grupos de interesse não governamentais intensivos no uso de GN. A pesquisa revelou que mais de 50% desses grupos de interesse se concentram nas regiões Sudeste e Sul do país e estas, não por acaso, são as regiões que abrigam o GASBOL. Assim, foi possível concluir que importantes grupos de interesse governamentais como a ANP, o CNPE e a EPE foram, inclusive em seus processos de criação, fortemente influenciados em seus processos decisórios pelos grupos de interesse localizados nestas regiões.

O quarto capítulo apresentou a defesa da hipótese que orientou o desenvolvimento desta tese. Do ponto de vista estatístico, concluiu-se que a publicação do Decreto “Héroes del Chaco” provocou uma reorientação das diretrizes que definem as prioridades da Política Energética Brasileira para a América do Sul. O lançamento do PNE-2030 e do MEN-2030, do ponto de vista normativo, confirmou a proposição de que a partir de 2006 a busca brasileira pela autonomia em produção de energias teve como principal resultado o distanciamento do Brasil dos demais países da região o que de algum modo refletiu em um acentuado enfraquecimento do processo regional de integração energética.

Assim, diante de tudo o que foi discutido nesta tese, conclui-se que existem duas respostas à pergunta feita no primeiro capítulo deste trabalho sobre qual seria o lugar da América do Sul na Política Energética Brasileira.

Na primeira resposta, que corresponde ao período de 1995 a 2005, pode-se dizer que a região ocupou um lugar de centralidade na Política Energética do Brasil – o que

corroborar o argumento de que esse período foi caracterizado por entendimentos, avanços e convergências de interesses em torno do projeto de integração energética regional.

Na segunda, referente ao período de 2006 a 2010, verificou-se que o lugar ocupado pela região no imaginário dos formuladores da Política Energética Brasileira foi periférico com relações marcadas por desentendimentos, retrocessos e divergências de interesses em torno das propostas regionais de aproveitamento e complementação energética.

Portanto, em função da complexidade do tema analisado neste trabalho, ressalta-se que a diversidade das fontes utilizadas como referência para a escrita desta tese fornece informações suficientes para o desenvolvimento de muitos outros trabalhos futuros sobre energia na área dos Estudos Estratégicos Internacionais. Neste sentido, é importante salientar que o objetivo desta tese não foi esgotar a análise do tema por ela proposto, mas sim procurar entender como as demandas dos grupos de interesse influenciaram, em determinados momentos, o processo de tomada de decisões que deram origem as Políticas Energéticas desenvolvidas no Brasil no decorrer do período aqui examinado.

REFERÊNCIAS

- 3M DO BRASIL. **Localidades**. Sumaré, 2016. Disponível em:
<http://www.3m.com.br/3M/pt_BR/3m-do-brasil/?WT.mc_id=www.3m.com.br>. Acesso em: 24 jun. 2016.
- ACABOU a Febre do Biodiesel? **Portal do Agronegócio**, [S.l.], 2016. Disponível em:
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.portaldogronegocio.com.br/artigo/acabou-a-febre-do-biodiesel&gws_rd=cr&ei=Dg4QWJOqDoen8AXFh7TQDQ>. Acesso em: 26 out. 2016.
- ADAMI S/A. **Localização**. Caçador, 2016. Disponível em:
<<http://www.adami.com.br/index.php/contato/localizacao/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. **Anuário Estatístico 2001**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?pg=15280>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- _____. **Anuário Estatístico 2002**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?pg=14523>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- _____. **Anuário Estatístico 2003**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?pg=8972>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- _____. **Anuário Estatístico 2004**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?pg=8974>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- _____. **Anuário Estatístico 2005**. Rio de Janeiro, 2005; Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?pg=8969>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- _____. **Anuário Estatístico 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?pg=8970>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- _____. **Anuário Estatístico 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?pg=8242>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- _____. **Anuário Estatístico 2008**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?pg=8950>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- _____. **Anuário Estatístico 2009**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?pg=8240>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- _____. **Anuário Estatístico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?pg=31286>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. **Evolução da Indústria Brasileira de Gás Natural:** aspectos técnico-econômicos e jurídicos. Rio de Janeiro: Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural, 2009. Nota técnica nº 013/2009-SCM.

_____. **O Gás Natural Liquefeito no Brasil:** Experiência da ANP na implantação dos projetos de importação de GNL. Rio de Janeiro: Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural, 2010.

_____. **Glossário.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
<<http://www.anp.gov.br/?id=582#h>>. Acesso em: 6 out. 2016.

_____. **Relatório Bienal:** 2007-2008. Rio de Janeiro: Superintendência de Divulgação e Comunicação Institucional (SCI), 2008.

AKZO NOBEL. **Localizações:** contato. São Paulo, 2016. Disponível em:
<https://www.akzonobel.com/br/sobre_nos/localizacoes_america_latina/>. Acesso em: 24 jun. 2016.

ALCOA. **ALCOA no Brasil.** São Paulo, 2016. Disponível em:
<http://www.alcoa.com/brasil/pt/info_page/unidades.asp>. Acesso em: 25 jun. 2016.

ALMEIDA, Adriano Pires de. **Prós e Contras da Integração Energética na América do Sul:** o caso do gás natural. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, Rio de Janeiro, 2009.

ALPARGATAS. **Conheça a Empresa.** São Paulo, 2016. Disponível em:
<<http://www.alpargatas.com.br/#/conheca-empresa>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

AMORIM, Celso. Discurso do Ministro das Relações Exteriores. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 1., 2006, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí.** Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

_____. Discurso do Ministro das Relações Exteriores. (Seminário no Palácio do Itamaraty). In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Integração Latino-Americana:** 50 anos de ALALC/ALADI. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

APERAM. **Contatos.** Campinas, 2016. Disponível em:
<<http://www.aperam.servicos.com.br/contato.php>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

ARCELOR MITTAL BRASIL. **Quem Somos:** nossos negócios: localização. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.arcelormittal.com.br/quem-somos/nossos-negocios/localizacao>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

ARELOVICH, Sergio et al. **Escenarios Energéticos en América del Sur: energía, integración, modelo productivo: aportes para un debate necesario**. Santa Fe: Inercia, 2008.

AREZZO&CO. **Histórico e Perfil**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.arezzoco.com.br/show.aspx?idCanal=bXyofIK6e8JK2dJsQ6/wzg>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

ARGENTINA. **Acordo Quadro para a Criação da Zona de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina**. Buenos Aires, 16 abr. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2873.htm>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Ata de Buenos Aires**. Buenos Aires, 6 jul. 1990. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1990/b_24_2011-10-17-15-48-37/at_download/arquivo>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Ata para Integração Brasileiro-Argentina**. Buenos Aires, 29 jul. 1986. Disponível em: <<http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Ata-para-integra%C3%A7%C3%A3o-brasileiro-argentina-portugu%C3%AAs-assinada.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Convenio Constitutivo Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA)**. Buenos Aires, 12 jun. 1974. Disponível em: <<http://www.fonplata.org/index.php/fonplata/nuestra-historia>>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile**. Ushuaia, 24 jul. 1998. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/110/1/1998_protocolo_de_ushuaia-compromiso_democratico_port.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Governo da Republica Federativa do Brasil e o Governo da Republica Argentina**. Buenos Aires, 29 nov. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98177.htm>. Acesso em: 17 maio 2016.

AS 100 MAIORES EMPRESAS DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO BRASIL. **Revista Ingredientes e Tecnologias**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.revistait.com.br/noticias/materia-de-capa/as-100-maiores-industrias-de-alimentos-e-bebidas-do-brasil/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

AS MAIORES EMPRESAS DO BRASIL. **Revista Exame**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://cse.google.com/cse?cx=006885904927921877034%3A61pryqlpwwg&ie=UTF-8&q=As+maiores+empresas+do+brasil#gsc.tab=0&gsc.q=As%20maiores%20empresas%20do%20brasil&gsc.page=1>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO PLÁSTICO – ABIPLAST. **Associadas**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.abiplast.org.br/associadas>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA – ABIQUIM. **Empresas Associadas**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br/abiquim/associada>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL – BRACELPA. **Institucional**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://bracelpa.org.br/bra2/?q=node/43>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GRANDES CONSUMIDORES INDUSTRIAIS DE ENERGIA E DE CONSUMIDORES LIVRES – ABRACE. **Associadas**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://abrace.org.br/associados/>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO – ABAL. **Empresas Associadas**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.abal.org.br/a-abal/empresas-associadas/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE FERROLIGAS E DE SILÍCIO METÁLICO – ABRAFE. **Associadas**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.abrafe.ind.br/abrafe/associadas>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA CERÂMICA – ANICER. **Cerâmica**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://portal.anicer.com.br/nossos-associados/ceramicas/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – ANFAVEA. **Associadas**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/associadas.html>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

BAHIA SPECIALITY CELLULOSE. **Localização**. Camaçari, 2016. Disponível em: <<http://www.bahiaspeccell.com/web/pt/empresa/localizacao.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

BANCO INTERAMERICANO DE DESAROLLO – BID. **Integración Energética en el Mercosur Ampliado**. Washington, DC: Departamento Regional de Operaciones 1 (RE1), División de Finanzas e Infraestructura Básica 1 (RE1/FI1) e Departamento del Sector Privado (PRI), 2001.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID. **Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**. Washington, DC, 8 abr. 1959. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=555878>>. Acesso em: 17 maio 2016.

BARUFI, Clara Bonomi; SANTOS, Edmilson Moutinho dos; IDE, Cristiane Reis. Autossuficiência Energética e Desenvolvimento: o Comércio de Gás Natural entre Brasil e Bolívia. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 5, v. 2, p. 183-208, 2006.

BASF. **Fábricas e Filiais**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.basf.com/br/pt/company/about-us/fabrica_filiais.html>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BAYER. **Unidades no Brasil**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.bayer.com.br/a-bayer/perfil-e-estrutura/unidades-brasil/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BEIRA RIO. **Unidades Industriais**. Igrejinha, 2016. Disponível em: <<http://www.calcadosbeirario.com.br/site/content/institucional/unidades.php>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

BHP BILLITON. **Businesses: minerals Americas**. Melbourne, 2016. Disponível em: <<http://www.bhpbilliton.com/businesses/minerals-americas>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOLÍVIA. **Acordo, por troca de Notas Reversais, de Compra e Venda de Gás Natural Boliviano**. La Paz, 2 ago. 1988. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_64/>. Acesso em: 1 set. 2016.

_____. **Acordo, por troca de Notas Reversais, de Compra e Venda de Gás Natural Boliviano**. La Paz, 27 jul. 1989. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_39/>. Acesso em: 1 set. 2016.

_____. **Acordo, por troca de Notas Reversais, de Compra e Venda de Gás Natural Boliviano**. La Paz, 15 ago. 1990. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1990/b_37_2011-10-17-15-48-41/at_download/arquivo>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Acordo, por troca de Notas Reversais, de Compra e Venda de Gás Natural Boliviano**. Santa Cruz de la Sierra, 17 ago. 1992. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1992/b_38_2011-10-14-15-30-18/>. Acesso em: 1 set. 2016.

_____. **Acordo, por troca de Notas Reversais, de Compra e Venda de Gás Natural Boliviano**. Cochabamba, 17 fev. 1993. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1993/b_3_2011-10-04-15-02-59/at_download/arquivo>. Acesso em: 1 set. 2016.

_____. Decreto Supremo nº 28701. **Gaceta Oficial de Bolivia**, La Paz, 1 mayo 2006.

_____. Ley n° 1689 (Ley de Hidrocarburos). **Gaceta Oficial de Bolivia**, La Paz, 30 abr. 1996.

BORSOTTI, Carlos A. **Temas de Metodología de la Investigación en Ciencias Sociales Empíricas**. 2. ed. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2009.

BOTELHO, João Carlos Amoroso. **La Creación y la Evolución de Unasur**. Curitiba: Juruá, 2013.

BRASIL. **Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Bolívia**. Fortaleza, 17 dez. 1996a. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=462>>. Acesso em: 1 set. 2016.

_____. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, para Isenção de Impostos Relativos à Implementação do Projeto do Gasoduto Brasil-Bolívia**. Brasília, DF, 5 ago. 1996b. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1996/b_76/>. Acesso em: 1 set. 2016.

_____. **Ata n° 1.301 (Item 10), de 3 de março de 2008**. O Conselho de Administração da Petrobras cria a Petrobras Biocombustível S/A. Escritura de Constituição de Sociedade registrada no 13° Ofício de Notas da cidade do Rio de Janeiro no dia 16 de junho de 2008. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/minisite/petrobrasbiocombustivel/arquivos/ConstituicaodaPBIO-Registrada.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n° 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. **Declaração Conjunta sobre Política Nuclear**. Foz do Iguaçu, 30 nov. 1985. Disponível em: <<http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-conjunta-sobre-Pol%C3%ADtica-Nuclear-portugu%C3%AAs.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Declaração Presidencial e Agenda Prioritária**. Brasília, DF, 29 e 30 set. 2005. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/285-Comunidade_Sul-Americana_de_Nacoes.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. Decreto n° 3.371, de 24 de fevereiro de 2000. Institui, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, o Programa Prioritário de Termelétricidade, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil – Imprensa Nacional]**, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, n. 40-E, 25 fev. 2000a. Seção 1, p. 2. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3371.htm>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000.** Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e dá outras providências. Brasília, DF, 2000b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3520.htm>. Acesso em: 1 out. 2016.

_____. **Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.** Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5163.htm>. Acesso em: 4 out. 2016.

_____. **Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004.** Cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), aprova seu Estatuto Social e dá outras providências. Brasília, DF, 2004b. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/quemsomos/Documents/Decreto5.184.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

_____. **Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010.** Regulamenta os Capítulos I a VI e VIII da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7382.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973.** Promulga o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, Pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu, bem como as seis Notas trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores dos dois países. Brasília, DF, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d72707.htm>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. Emenda Constitucional nº 5, de 15 de agosto de 1995. Altera o § 2º do art. 25 da Constituição Federal. In: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. Emenda Constitucional nº 9, de 09 de novembro de 1995. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. In: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de

1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. **Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004.** Dispõe sobre a autorização da criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e dá outras providências. Brasília, DF, 2004c. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/Downloads/Lei_10.847_15.03.04.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

_____. **Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.** Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.848.htm>. Acesso em: 4 out. 2016.

_____. **Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009.** Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11909.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a Política Energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil – Imprensa Nacional]**, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, n. 150, 7 ago. 1997. Seção 1, p. 16925-16932. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. Portaria nº 43, de 25 de fevereiro de 2000. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil – Imprensa Nacional]**, Ministério de Minas e Energia, Brasília, DF, n. 41-E, 28 fev. 2000. Seção 1, p. 15-16. Disponível em: <[http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/folder_portarias/portarias_mme/2000/pmme%2043%20-%202000.xml?fn=document-frameset.htm\\$f=templates\\$3.0](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/folder_portarias/portarias_mme/2000/pmme%2043%20-%202000.xml?fn=document-frameset.htm$f=templates$3.0)>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Protocolo de Ouro Preto.** Ouro Preto, 17 dez. 1994. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/SM/Normas/PT/CMC_1994_OuroPreto.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Resolução CNPE nº 4, de 21 de novembro de 2006.** Estabelece diretrizes e recomenda ações para a implementação de Projetos de Importação de Gás Natural Liquefeito - GNL, a serem disponibilizados ao mercado brasileiro, de forma a garantir suprimento confiável, seguro e diversificado de gás natural. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_1036711_RESOLUCAO_N_4_DE_21_DE_NOVEMBRO_DE_2006.aspx>. Acesso em: 8 out. 2016.

_____. **Resolução CNPE nº 7, de 10 de novembro de 2009.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=111978>>. Acesso em: 1 out. 2016.

_____. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).** Brasília, DF, 23 maio 2008. Disponível em: <[http://www.isags-unasur.org/uploads/biblioteca/1/bb\[158\]ling\[1\]anx\[402\].pdf](http://www.isags-unasur.org/uploads/biblioteca/1/bb[158]ling[1]anx[402].pdf)>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Tratado de Itaipu.** Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná. Pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaira até a Foz do Rio Iguazu. Brasília, DF, 26 abr. 1973. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/dlg1973023_IATIPU.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

_____. **Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.** Rio de Janeiro, 2 set. 1947. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/tratado_interamericano_assistencia_reciproca_riodejaneiro.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Representação Brasileira. **Globalização e Integração.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/introd.htm>>. Acesso em: 4 maio 2016.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Matriz Energética Nacional 2030.** Brasília, DF: MME; EPE, 2007a.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030.** Brasília, DF: MME; EPE, 2007b.

BRASKEM. **BRASKEM no Mundo.** São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.braskem.com.br/braskem-no-mundo>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BRITISH PETROLEUM – BP. **BP Statistical Review of World Energy June 2016.** London, 2016. Disponível em: <<http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília, DF: Editora UnB – IPRI ; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BUNGE FERTILIZANTES. **Unidades**: fertilizantes. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.bunge.com.br/Bunge/Unidades.aspx>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

BUZAN, Barry. From International System to International Society: structural realism and regime theory meet the english school. **International Organization**, Cambridge, v. 47, n. 3, p. 327-352, Summer 1993.

_____. **People, States and Fear**: an agenda for international security studies in the post-Cold War. London: Hasvester Wheatsheaf, 1991.

_____. Rethinking Security After the Cold War. **Cooperation and Conflict**, London, v. 32, n. 1, p. 5-28, 1997.

_____; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

_____; WÆVER, Ole. **Regions and Powers**: the structure of international security. New York: Cambridge University Press, 2003.

_____; WILDE, Jaap de; WÆVER, Ole. **Security**: a new framework for analysis. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAMARGO CORRÊA. **Denim and Workwear**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.camargocorrea.com.br/grupo-camargo-correa/grupo/negocios/denim-e-workwear.html>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CELULOSE IRANI. **Unidades e Escritórios**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.irani.com.br/pt/info/unidades-e-escritorios>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

CENIBRA. **Endereços**. Belho Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.cenibra.com.br/index.php/enderecos/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. **The World Factbook**: natural gás: consumption. Washington, DC, 2016a. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2250.html#163>>. Acesso em: 3 set. 2016.

_____. **The World Factbook**: natural gás: production. Washington, DC, 2016b. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2249.html#166>>. Acesso em: 3 set. 2016.

_____. **The World Factbook**: natural gas: proved reserves. Washington, DC, 2016c. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2253.html#167>>. Acesso em: 3 set. 2016.

CERVO, Amado Luiz. Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, DF, v. 46, n. 2, p. 5-25, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. **Relações Internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. Brasília, DF: IBRI, 2001. (Coleção Relações Internacionais).

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHILE. **Acuerdo Marco de la Alianza del Pacífico**. Paranaguá, 6 jun. 2012. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/?wpdmdl=4464>>. Acesso em: 16 maio 2016.

CIA HERING. **Localização**. Blumenau, 2016. Disponível em: <<http://www.ciahering.com.br/novo/pt/contato/localizacao>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

COLOMBIA. **Carta de la Organización de los Estados Americanos**. Bogotá, 30 abr. 1948. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/afrodescendientes_Manual_Formacion_Lideres_anexos.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Convenio Constitutivo Corporación Andina de Fomento (CAF)**. Bogotá, 7 feb. 1968. Disponível em: <<https://www.caf.com/media/51718/convenio-constitutivo-marzo-2012.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

COMBA, Andrea. Da ALALC à ALADI. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 21, n. 81, p.33-46, jan./mar. 1984. Suplemento 01/1984.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. **Sobre a CEPAL**. Santiago, 2016. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/about>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

COMITÊ DE COORDENAÇÃO TÉCNICA – CCT. **10 Anos Depois**: IIRSA, suas conquistas e desafios. Buenos Aires: BID-INTAL, 2011.

COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM. **Nossa História**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://cspecem.com/nossa-companhia/D5>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL – CSN. **Relatório Anual 2013**. São Paulo, 2016. Disponível em:

<http://www.csn.com.br/irj/go/km/docs/csn_multimidia/csn/html/rel2013/csn-pt/a-empresa/default.htm>. Acesso em: 22 jun. 2016.

CONFIRA os principais pontos da cúpula energética. **Estadão**, São Paulo, 16 abr. 2007. Economia e Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,confira-os-principais-pontos-da-cupula-energetica,20070416p21024>>. Acesso em: 10 maio 2016.

CORDEIRO, Enio. Debate sobre América do Sul. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2., 2007, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO – CAF. **Sobre CAF**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<https://www.caf.com/pt/sobre-caf/quem-somos/>>. Acesso em: 9 maio 2016.

COTEMINAS. **Empresa**: institucional. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.coteminas.com.br/scripts/cgiip.exe/WService=coteminas/cot/emp/endsaopau.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

CREMER. **Localização**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.portal.cremer.com.br/site-corporativo-cremer/home.html>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

CRIPPA FILHO, Clélio Nivaldo. Integração Energética: condicionantes e perspectivas para o Brasil e a América do Sul. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 159-176, jul. 2016.

DAKOTA. **Institucional**. Nova Petrópolis, 2016. Disponível em: <<http://www.universodakota.com/page/institucional>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Entering the Field of Qualitative Research. In: _____; _____ (Ed.). **Handbook of Qualitative Research**. 2 ed. London: Sage, 1994. p. 1-17.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOW CORNING. **Onde Estamos**. [São Paulo], 2016. Disponível em: <<http://www.dow.com/brasil/onde-estamos/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

DU PONT. **Instalações**. Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <<http://www.pioneersementes.com.br/institucional/instalacoes>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

ECUADOR. **Consenso de Guayaquil sobre Integración, Seguridad e Infraestructura para el Desarrollo**. Guayaquil, 26, 27 jul. 2002. Disponível em:

<http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/Consenso_guayaquil.htm>. Acesso em: 17 maio 2016.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE . **Balço Energético Nacional 2004:** ano base 2003. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/3597235/01+-+BEN+2004+-+Ano+Base+2003+%28PDF%29/1e7a3a37-cae3-4256-a7e7-3fe443f84373>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. **Balço Energético Nacional 2006:** ano base 2005. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/3597239/01+-+BEN+2006+-+Ano+Base+2005+%28PDF%29/0b5543a3-4e73-4fce-b089-730b9e16bd6a>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. **Balço Energético Nacional 2007:** ano base 2006. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/3597241/01+-+BEN+2007+-+Ano+Base+2006+%28PDF%29/d3b8d0d9-4487-498c-9846-61a5bbdb8fc3>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. **Balço Energético Nacional 2011:** ano base 2010. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1143905/5.8+-+BEN+2011+-+Ano+Base+2010+%28PDF%29/69751d09-dbe3-4343-bad1-8e4ec7d3fb28?version=1.1>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. **Infraestrutura de Gasodutos de Transporte no Brasil.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/MAPA%20G%C3%A1s%20Natural_EPE%202015.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2016.

ESPINOSA, Agustin. Dez anos de MERCOSUL: uma avaliação crítica. Palestra (Mesa I). **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 33-40, set./dez. 2001.

ESTEBAN, M. Paz Dandín. **Investigación Cualitativa en Educación:** fundamentos e tradiciones. Madrid: McGrawHill, 2003.

ESTIGARRIBIA, José Felix Fernandez. Discurso do Secretário Geral da ALADI. (Seminário no Palácio do Itamaraty). In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Integração Latino-Americana: 50 anos de ALALC/ALADI.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. **The Penguin Dictionary of International Relations.** London: Penguin Books, 1998.

FIERKE, Karin M.; JORGENSEN, Knud Erik. **Constructing International Relations: the next generation.** New York: M. E. Sharpe, 2001.

FIORI, José Luís. A Geografia Econômica Mundial. In: _____. **O Poder Global**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2007.

FLÔRES JUNIOR, Renato G. Os símbolos do MERCOSUL. **Estudos CEBRI**, Rio de Janeiro, p. 35-53, set. 2007.

FONDO FINANCIERO PARA EL DESARROLLO DE LA CUENCA DEL PLATA – FONPLATA. **Reseña Histórica**. Santa Cruz de la Sierra, 2016. Disponível em: <<http://www.fonplata.org/index.php/fonplata/nuestra-historia>>. Acesso em: 9 maio 2016.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO – FUNAG. **Comunidade Sul-Americana de Nações**: documentos. Brasília, DF, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Conferências Pan-Americanas**. Rio de Janeiro, 2016a. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFER%C3%80NCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Liga das Nações**. Rio de Janeiro, 2016b. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDasNacoes>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1996.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. La Habana: Siglo XXI, 1991.

GASNET. **Gasodutos em Construção**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.gasnet.com.br/gasodutos/construcao.asp>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Gasodutos em Operação**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.gasnet.com.br/gasodutos/operacao.asp> 12/10/2016>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Gasodutos Projetados**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.gasnet.com.br/gasodutos/projetados.asp>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

_____. **Entendendo o GNV**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.gasnet.com.br/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. **Unidades de Processamento de Gás Natural no Brasil**. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.gasnet.com.br/conteudo/14387/Unidades-de-Processamento-de-Gas-Natural-no-Brasil>>. Acesso em: 14 out. 2016.

GENERAL CABLE. **Onde Estamos**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.generalcable.com/latam/br/about-us/our-locations>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

GONÇALVES, José Botafogo; LIRIO, Mauricio Carvalho. Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual e perspectivas. **Dossiê CEBRI**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2003.

GRENDENE. **Institucional**. Farroupilha, 2016. Disponível em: <<https://www.grendene.com.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

GRUPO BIGNARDI. **Grupo**. Jundiaí, 2016. Disponível em: <<http://www.grupobignardi.com.br/grupo?empresaEscolhida=GRUPO%20BIGNARDI>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

GRUPO GERDAU. **Quem Somos**: presença no Brasil. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.gerdau.com/br/pt/quem-somos/presenca-no-brasil>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

GUARARAPES. **Histórico e Perfil da Companhia**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://ri.riachuelo.com.br/guararapes/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=19886&conta=28#mapa>. Acesso em: 24 jun. 2016.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 169-189, set./dez. 2007.

_____. **Quinhentos Anos de Periferia**: uma contribuição ao estudo da política internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

_____. Sessão de Encerramento: palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2., 2007, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

HERINGER. **Unidades de Produção**. Paulínia, 2016. Disponível em: <http://www.heringer.com.br/heringer/index_pt.htm>. Acesso em: 23 jun. 2016.

HERNÁNDEZ, José Manuel Lavers. O Fenômeno da Captura e o Direito Brasileiro. **DireitoNet**, Sorocaba, 9 maio 2012. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6978/O-fenomeno-da-captura-e-o-Direito-Brasileiro>>. Acesso em: 23 set. 2016.

HISPANOBRAS. **Institucional**. Vitória, 2016. Disponível em:

<<http://trade.nosis.com/pt/CIA-HISPANO-BRASILEIRA-DE-PELOTIZACAO-HISPANOBRAS/106885179/315/p#.V2uPOfl9600>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

HYDRO. **Operações no Brasil**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<<http://www.hydro.com/pt/A-Hydro-no-Brasil/Operacoes-no-Brasil/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

INTERNATIONAL PAPER. **Fábricas de Papel**. Mênfis, 2016. Disponível em:

<<http://www.internationalpaper.com/pt/empresa/regi%C3%B5es/am%C3%A9rica-do-sul/f%C3%A1bricas-de-papel>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

ITAIPU BINACIONAL. **Energía: generación**. Asunción, 2016. Disponível em:

<<http://www.itaipu.gov.py/es/energia/generacion>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

_____. **Itaipu, um “Trabalho de Hércules”, Chega aos 40 Anos**. Assunção, 2016.

Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/itaipu-um-trabalho-de-hercules-chega-aos-40-anos>>. Acesso em: 13 maio 2016.

KINROSS. **Quem Somos**. [S.l.], 2016. Disponível em:

<http://www.kinross.com.br/quem_somos.php?id_category=16>. Acesso em: 23 jun. 2016.

KLABIN. **Unidades e Escritórios**. São Paulo, 2016. Disponível em:

<<https://www.klabin.com.br/pt/a-klabin/unidades-e-escritorios/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

LANDAU, George; MONTAMAT, Daniel. Energia. In: CEBRI. **Brasil e Argentina 2015: construindo uma visão compartilhada**. Rio de Janeiro, 2007. p. 41-60.

LEAL, José; SAMANIEGO, Jose Luis. Questões Ambientais na América Latina e no Caribe. In: WEINTRAUB, Sidney; HESTER, Annette; PRADO, Verônica R. (Org.). **Cooperação Energética nas Américas: entraves e benefícios**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

LUPO. **História**. Araraquara, 2016. Disponível em: <<http://site.lupo.com.br/lupo/linha-do-tempo/#periodo/1>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

MACEDO, Aline. Pioneiro no Mundo, Proálcool é Criado no Governo Geisel após ‘Choque do Petróleo’. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2015. Economia. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/pioneiro-no-mundo-proalcool-criado-no-governo-geisel-apos-choque-do-petroleo-18046357#ixzz4Ng6yytZu>>. Acesso em: 21 out. 2016.

MAGNESITA. **Onde Estamos**. [S.l.], 2016. Disponível em:

<<http://www.magnesita.com/a-magnesita/onde-estamos/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 9, n. 4, out./dez. 1989.

MARTINS, Carlos Eduardo. As experiências dos pactos regionais (EU, Pacto Andino, Nafta, Alalc). Palestra (Mesa IV). **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 169-177, set./dez. 2001.

MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL. **Saiba Mais Sobre o MERCOSUL**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 7 maio 2016.

MILI. **A Mili**. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.mili.com.br/a-mili/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

MINERAÇÃO MARACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO – MMIC. **Minérios e Minerais**. [S.l.], 2016. Disponível em: <http://www.minerios.com.br/EdicoesInt/1397/33/Producao_de_concentrado_de_cobre_e_ouro_segue_ate_2029_em_Alto_Horizonte_GO.aspx>. Acesso em: 23 jun. 2016.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE – MRN. **Operação**: sequência operacional. [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.mrn.com.br/pt-BR/Operacao/Sequencia-Operacional/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

MOREIRA, Cássio Silva. **Do Nacional-Desenvolvimentismo ao Social Desenvolvimentismo**: a retomada do projeto trabalhista. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.pppe.ufrgs.br/anpecsul2015/artigo/do_nacional.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2016.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações**: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UnB; IPRI, 2003.

NASSIF, Luís. A geoeconomia do gás. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jun. 2006. Disponível em: <<http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/95845.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

ODUM, Howard Thomas. **Environment, Power and Society**. New York: John Wiley & Sons, 1971.

_____; ODUM, Elisabeth C. **Energy Basis for Man and Nature**. New York: McGrawHill, 1981.

OLABUÉNAGA, J. L. Ruiz. **Metodología de la Investigación Cualitativa**. 2. ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 1999.

OLIVEIRA, Adilson de. **Tupi ou não Tupi?** Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial da UFRJ, 2008. (Texto para discussão interna).

ONUF, Nicholas. **World of Our Making: rules and rule in social theory and international relations**. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

_____; KUBÁLKOVÁ, Vendulka; KOWERT, Paul. **International Relations in a Constructed World**. New York: M. E. Sharpe, 1998.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO – ONS. **O Setor Elétrico**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.ons.org.br/institucional/modelo_setorial.aspx>. Acesso em: 4 out. 2016.

ORGANIZACIÓN LATINOAMERICANA DE ENERGÍA – OLADE. **Indicadores Energéticos 2013**. Sistema de Información Energética (SIEE). Quito, 2013. Disponível em: <<http://www.olade.org>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

_____; MERCADOS ENERGÉTICOS. **La Situación Energética en América Latina: informe final**. [S.l.], marzo 2003. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/end_la_situacion_energetica_en_america_latina.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

ORTEGA y GASSET, José. **Meditaciones del Quijote**. Madrid: Publicaciones de la Residencia de Estudiantes, 1914.

PARAGUAY. **Acordo sobre Cooperação Técnico-Operativa entre os aproveitamentos de Itaipu e Corpus**. Ciudad Presidente Stroessner, 19 oct. 1979.

_____. **Tratado de Assunção**. Asunción, 26 marzo 1991. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Tratado de Yacyretá**. Asunción, 3 dic. 1973. Disponível em: <<http://www.mre.gov.py/v1/Adjuntos/Normativas/TRATADOYACYRETA.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Dez anos de MERCOSUL: uma avaliação crítica. Palestra (Mesa I). **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 57-64, set./dez. 2001.

PENHA. **Unidades**. Salvador, 2016. Disponível em: <<http://www.penha.com.br/1/unidades.html>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

PERU. **Declaração de Ayacucho**. Cusco, 9 dic. 2004a. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/285-Comunidade_Sul-Americana_de_Nacoes.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações**. Cusco, 8 dic. 2004b. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/285-Comunidade_Sul-Americana_de_Nacoes.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

PETROBRAS. **Nossas Atividades**: oferta de gás natural. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/oferta-de-gas-natural/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

_____. **Nossas Atividades**: pré-sal. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

_____. **Nossas Atividades**: produção de biocombustível. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/producao-de-biocombustiveis/>>. Acesso em: 26 out. 2016.

_____. **Refinarias**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

PETRÓLEOS DE VENEZUELA S.A. – PDVSA. **Aspectos Técnicos**: reservas gasíferas. [Caracas], 2016. Disponível em: <http://www.pdvsa.com/PESP/Pages_pes/aspectostecnicos/gasnatural/reservas_gasiferas.html>. Acesso em: 10 set. 2016.

PHAFARNET. **Indústrias Farmacêuticas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.pharmanet.com.br/pharmanet/industri.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl T.; HUNGLER, Bernadette P. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem**: métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POLLOCK, David; KERNER, Daniel; LOVE, Joseph L. Entrevista inedita a Prebisch: logros y deficiencias de la CEPAL. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n. 75, p. 9-23, dez. 2001.

PRATES, Cláudia Pimentel T. et al. Evolução da Oferta e da Demanda de Gás Natural no Brasil. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 35-68, set. 2006.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. A Integração Sul-Americana: uma ideia ainda fora do lugar? In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO – FUNAG; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI. **O Brasil e a América do Sul**: desafios no século XXI Brasília, DF, 2006. p. 13-63. (Coleção América do Sul). Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/335-Premio_America_do_Sul_-_2005_O_Brasil_e_a_America_do_Sul_Desafios_no_Seculo_XXI.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

PREBISCH, Raúl. **El Desarrollo Económico de América Latina y aAgunos de sus Principales Problemas**. Santiago de Chile: CEPAL, 1949.

PUENTES, Ricardo Sánchez. **Enseñar a Investigar**: una didáctica nueva de la investigación en ciencias sociales y humanas. 4 ed. México, DF: IISUE, 2014.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

QUINTANAR, Silvia; LOPEZ, Rodolfo. O Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA): oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e a Argentina. **Rev. Bras. Polít. Int.** Brasília, DF, v. 46, n. 1, p. 213-221, jun. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2016.

REFERÉNDUM 2004: papeleta. **Bolivia.com**, [S.l.], 2016a. Disponível em: <<http://www.bolivia.com/Especiales/2004/Referendum/papeleta/index.asp>>. Acesso em: 6 out. 2016.

REFERÉNDUM 2004: resultados nacionales. **Bolivia.com**, [S.l.], 2016b. Disponível em: <<http://www.bolivia.com/especiales/2004/referendum/resultados/>>. Acesso em: 6 out. 2016.

REIS, Carlos Nelson dos; FISCHER, Sérgio; CAMPOS, Silvia Horst. Programa Iniciativa para as Américas (Plano Bush): algumas considerações. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 151-156, 1990. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/323/543>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

RHODIA. **Localidades**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.rhodia.com.br/pt/localidades/participacoes/dacarto-benvic/index.html>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RIOS, Sandra P.; VEIGA, Pedro da M. América do Sul: a integração pode sobreviver ao nacionalismo econômico? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 88, jul./set. 2006.

SALOMÃO, Luiz Alfredo; SILVA, José Malhões da. Energia. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 1., 2006, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

SALTO GRANDE. **Salto Grande**: un símbolo de unión entre dos países. Buenos Aires; Montevideo, 2016. Disponível em: <<https://www.saltogrande.org/historia.php>>. Acesso em: 12 maio 2016.

SAMARCO. **Institucional**: sobre a SAMARCO. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.samarco.com/institucional/a-empresa/>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodología de la Investigación**. 6. ed. México, DF: McGrawHill, 2014.

SANTOS, Edmilson Moutinho dos. **Gás Natural**: estratégias para uma energia nova no Brasil. São Paulo: Annablume, 2002.

SCHWANDT, Thomas A. Three Epistemological Stances for Qualitative Inquiry. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Ed.). **Handbook of Qualitative Research**. 2. ed. London: Sage, 2000. p. 118-137.

SERRANO, Gloria Pérez. **Investigación Cualitativa**: retos e interrogantes. Madrid: La Muralla, 1994.

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL – SINOBRAS. **Institucional**. Marabá, 2016. Disponível em: <<http://www.sinobras.com.br/index.php/institucional>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO – SNIC. **Fábricas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.snic.org.br/fabricas.asp>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

SINGER, J. David. The Level-of-Analysis Problem in International Relations. **World Politics**, New York, v. 42, n. 3, The International System: heoretical essays, p. 77-92, Oct. 1961.

SKAF, Paulo. Carta do Presidente. In: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP. Departamento de Energia. **Segurança Energética na América do Sul 10**: um panorama brasileiro. São Paulo, maio 2010. p. 4. Disponível em: <http://cebri.org/midia/documentos/seguranca_energetica.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2016.

STORA ENZO. **Location**. Helsinki, 2016. Disponível em: <<http://www.storaenso.com/search?k=ARAPOTI>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basics of Qualitative Research**: grounded theory procedures and techniques. California: Sage, 1990.

SUZANO. **Grupo Suzano no Mundo**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/portal/grupo-suzano/grupo-suzano-no-mundo.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

SYNGENTA. **Quem Somos**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www3.syngenta.com/country/br/pt/quemsomos/NoBrasil/Pages/NoBrasil.aspx>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

TAUNAY FILHO, Jorge D'Escragnolle. Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 2., 2007, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

TAVARES, Maria da Conceição et al. O Papel do BNDE na Industrialização do Brasil: os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980. **Memórias do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 7-217, set. 2010.

TEKA. **Empresa**. Blumenau, 2016. Disponível em: <<http://www.teka.com.br/empresa/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

TESCH, Renata. **Qualitative Research: analysis, types and software tools**. New York: The Falmer, 1990.

THYSSENKRUPP CSA. **Institucional**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.thyssenkrupp-csa.com.br/institucional/>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. **EPE: Empresa de Pesquisa Energética: nossa história**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br/Documents/LivroEPE-NossaHist%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2016.

_____. Perspectivas e Planejamento do Setor Energético no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. p. 249-260.

TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. – TBG. **O Gasoduto**: informações técnicas. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.tbg.com.br/pt_br/o-gasoduto/tracado.htm>. Acesso em: 10 set. 2016.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – UNEP. **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment**. Stockholm, 1972. Disponível em: <<http://www.unep.org/documents.multilingual/default.asp?documentid=97&articleid=1503>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

UNITED STATES. White House. Office of Communications. **The 2007 State of The Union Address**. Washington, 2007. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/stateoftheunion/2007/initiatives/sotu2007.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

URUGUAY. **Convenio de Cooperación Económica entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay**. Montevideo, 20 agosto 1974. Disponível em: <http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/Derecho_Integracion/documentos/018-019-Documentacion_02.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Protocolo de Expansão Comercial Brasil-Uruguaí**. Rivera, 12 jun. 1975a.

Disponível em:

<http://www.aladi.org/biblioteca/Publicaciones/ALADI/Comite_de_Representantes/CR_di/PT/0000/004_pt.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai**. Rivera, 12 jun. 1975b. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123564>>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Tratado de Montevideo**. Montevideo, 12 ago. 1980. Disponível em:

<<http://www.aladi.org/nsfaladi/juridica.nsf/vtratadowebp/tm80>>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Tratado de Montevideo**. Montevideo, 18 fev. 1960. Disponível em:

<<http://www.ehu.es/ceinik/tratados/10TRATADOSSOBREINTEGRACIONYCOOPERACIONENAMERICA/101ALADI/IC1011ESP.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

USIMINAS. **Guia da Siderurgia**, São Paulo, 2016. Disponível em:

<<http://www.guiadasiderurgia.com.br/novogs/home/produtores-de-aco>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

VALE. **Bahia**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<<http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Brasil/BA>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. **Ceará**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<<http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Brasil/CE>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. **Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<<http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Brasil/ES>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. **Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<<http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Brasil/MS>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. **Minas Gerais**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<<http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Brasil/MG>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. **Pará**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
<<http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Brasil/PA>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. **Sergipe**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
<<http://mundo.intranetvale.com.br/PT/Unidade/Content/Brasil/SE>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

VALLOUREC. **Contatos e Localização**. São Paulo, 2016. Disponível em:
<<http://www.vallourec.com/COUNTRIES/BRAZIL/PT/Locations/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973)**: uma análise empírica. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para Discussão, 1273).

VENEZUELA. **Declaración de Margarita Construyendo la Integración Energética del Sur**. Isla de Margarita, 17 abr. 2007. Disponível em:
<http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/declaracion_margarita.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

VICUNHA. **Unidades**. São Paulo, 2016. Disponível em:
<<http://www.vicunha.com.br/institucional.php?id=4>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

VILLARES METALS. **Alumínio**. Sumaré, 2016. Disponível em:
<<http://www.vmetais.com.br/pt-BR/Contato/Paginas/Aluminio.aspx>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. **Empresa: histórico**. Sumaré, 2016. Disponível em:
<<http://www.villaresmetals.com.br/pt/Empresa/Historico>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

_____. **Níquel**. Sumaré, 2016. Disponível em: <<http://www.vmetais.com.br/pt-BR/Contato/Paginas/Niquel.aspx>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. **Zinco**. Sumaré, 2016. Disponível em: <<http://www.vmetais.com.br/pt-BR/Contato/Paginas/Zinco.aspx>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

VOTORANTIM SIDERURGIA. **Institucional: unidades**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.vsiderurgia.com.br/pt-br/institucional/unidades/Paginas/unidades.aspx>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

VULCABRAS AZALEIA. **Unidades**. Jundiaí, 2016. Disponível em:
<<http://www.vulcabras.com.br/unidades/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

WALTZ, Kenneth N. **O Homem, o Estado e a Guerra**: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, Cambridge, v. 46, n. 2, p. 391-425, Spring 1992.

_____. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge University Press, 1999.

WHITE MARTINS. **Indústrias**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.praxair.com.br/industries/chemicals>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

YOUNG, Oran R. A Eficácia das Instituições Internacionais: alguns casos difíceis e algumas variáveis críticas. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Org.). **Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília, DF: UnB, 2000. p. 219-261.

APÊNDICE A – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO CIMENTO

Tabela 1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cimento por Região Brasileira em 2016

Brasil: Setor Industrial – Segmento Cimento		
Região	Plantas Industriais	%
Norte	7	7,2
Centro-Oeste e DF	8	8,2
Sul	11	11,3
Sudeste	43	44,3
Nordeste	28	29
TOTAL	97	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das empresas associadas ao Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC (2016); e, da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE (2016).

Tabela 1.1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cimento na Região Norte em 2016

Região Norte: Setor Industrial – Segmento Cimento		
Estados	Plantas Industriais	%
Tocantins^a	1	14,3
Pará^b	3	42,8
Amazonas^c	2	28,6
Rondônia^d	1	14,3
TOTAL	7	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das empresas associadas ao Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC (2016).

^a UNIDADE: VOTORANTIM (Xambioá).

^b UNIDADES: JOÃO SANTOS (Capanema e Itaituba) e VOTORANTIM (Barcarena).

^c UNIDADES: JOÃO SANTOS (Manaus) e MIZU (Manaus).

^d UNIDADE: VOTORANTIM (Porto Velho).

Tabela 1.2 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cimento na Região Centro-Oeste e DF em 2016

Região Centro-Oeste e DF: Setor Industrial – Segmento Cimento		
Estados	Plantas Industriais	%
Mato Grosso^a	2	25
Mato Grosso do Sul^b	2	25
Goiás^c	2	25
DF^d	2	25
TOTAL	8	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das empresas associadas ao Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC (2016).

^a UNIDADES: VOTORANTIM (Nobres e Cuiabá).

^b UNIDADES: VOTORANTIM (Corumbá) e INTERCEMENT (Bodoquena).

^c UNIDADES: LAFARGE (Cocalzinho de Goiás) e INTERCEMENT (Cezarina).

^d UNIDADES: VOTORANTIM (Sobradinho) e CIPLAN (Sobradinho).

Tabela 1.3 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cimento na Região Sul em 2016

Região Sul: Setor Industrial – Segmento Cimento		
Estados	Plantas Industriais	%
Paraná^a	3	27,2
Santa Catarina^b	4	36,4
Rio Grande do Sul^c	4	36,4
TOTAL	11	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das empresas associadas ao Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC (2016).

^a UNIDADES: VOTORANTIM (Rio Branco do Sul), ITAMBÉM (Balsa Nova) e SUPREMO (Adrianópolis).

^b UNIDADES: VOTORANTIM (Itajaí, Vidal Ramos e Imbituba) e SUPREMO (Pomerode).

^c UNIDADES: VOTORANTIM (Esteio e Pinheiro Machado) e INTERCEMENT (Nova Santa Rita e Candiota).

Tabela 1.4 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cimento na Região Sudeste em 2016

Região Sudeste: Setor Industrial – Segmento Cimento		
Estados	Plantas Industriais	%
Espírito Santo^a	3	7
Minas Gerais^b	16	37
Rio de Janeiro^c	9	21
São Paulo^d	15	35
TOTAL	43	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das empresas associadas ao Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC (2016).

^a UNIDADES: JOÃO SANTOS (C. de Itapemirim), MIZU (Vitória) e HOLCIM (Vitória).

^b UNIDADES: VOTORANTIM (Itaú de Minas), INTERCEMENT (Santana do Paraíso, Pedro Leopoldo e Ijaci), LAFARGE (Montes Claros, Matozinhos, Santa Luzia e Arcos), LIZ (Vespasiano), CSN (Arcos), TUPI (Carandaí), CARMOCAL (Pains), BRENNAND (Sete lagoas), e HOLCIM (Barroso, Barbacena e Pedro Leopoldo).

^c UNIDADES: VOTORANTIM (Itaguaí e Cantagalo), LAFARGE (Cantagalo e Rio de Janeiro), CSN (Volta Redonda), TUPI (Volta Redonda), MIZU (Rio de Janeiro) e HOLCIM (Rio de Janeiro e Magé).

^d UNIDADES: VOTORANTIM (Santa Helena, Salto de Pirapora, Ribeirão Grande e Cubatão), INTERCEMENT (Cubatão, Jacareí, Cajati e Apiaí), LAFARGE (Itapeva), TUPI (Mogi das Cruzes), MIZU (Mogi das Cruzes), HOLCIM (Sorocaba, Santo André e Ribeirão Preto) e SPcim (Suzano).

Tabela 1.5 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cimento na Região Nordeste em 2016

Região Nordeste: Setor Industrial – Segmento Cimento		
Estados	Plantas Industriais	%
Alagoas^a	1	3,6
Bahia^b	4	14,3
Ceará^c	5	17,8
Maranhão^d	4	14,3
Paraíba^e	4	14,3
Pernambuco^f	4	14,3
Piauí^g	1	3,6
Sergipe^h	3	10,7
Rio Grande do Norteⁱ	2	7,1
TOTAL	28	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das empresas associadas ao Sindicato Nacional da Indústria do Cimento – SNIC (2016).

^a UNIDADE: INTERCEMENT (São Miguel dos Campos).

^b UNIDADES: INTERCEMENT (Campo Formoso e Brumado), JOÃO SANTOS (Ituaçu) e LAFARGE (Candeias).

^c UNIDADES: VOTORANTIM (Caucaia e Sobral), JOÃO SANTOS (Barbalha) e APODI (Caucaia e Quixeré).

^d UNIDADES: VOTORANTIM (São Luís), JOÃO SANTOS (Codó), CIMENTO VERDE (Açailândia) e BRAVO (São Luís).

^e UNIDADES: INTERCEMENT (João Pessoa), LAFARGE (Caaporã), ELIZABETH (Alhandra) e BRENNAND (Pitimbu).

^f UNIDADES: VOTORANTIM (Poty Paulista), INTERCEMENT (Cabo de Santo Agostinho), JOÃO SANTOS (Goiana) e PAJEÚ (Carnaíba).

^g UNIDADE: JOÃO SANTOS (Fronteiras).

^h UNIDADES: VOTORANTIM (Laranjeiras), JOÃO SANTOS (N. Sra. do Socorro) e MIZU (Bacaraúna).

ⁱ UNIDADES: JOÃO SANTOS (Mossoró) e MIZU (Paracatuba).

APÊNDICE B – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO FERRO-GUSA E AÇO

Tabela 1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Ferro-Gusa e Aço por Região Brasileira em 2016

Brasil: Setor Industrial – Segmento Ferro-Gusa e Aço		
Região	Plantas Industriais	%
Norte	2	3,6
Centro-Oeste e DF	1	1,8
Sul	6	10,7
Sudeste	41	73,2
Nordeste	6	10,7
TOTAL	56	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Aperam (2016); Arcelor Mittal Brasil (2016); Companhia Siderúrgica do Pecém (2016); Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (2016); Grupo Gerdau (2016); Siderúrgica Norte Brasil – SINOBRAS (2016); Thyssenkrupp CSA (2016); Vallourec (2016); Villares Metals (2016); Votorantim Siderurgia (2016); e, Usiminas (2016).

Tabela 1.1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Ferro-Gusa e Aço na Região Norte em 2016

Região Norte: Setor Industrial – Segmento Ferro-Gusa e Aço		
Estados	Plantas Industriais	%
Pará^a	1	50
Rondônia^b	1	50
TOTAL	2	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (2016); e, Siderúrgica Norte Brasil – SINOBRAS (2016).

^a UNIDADE: SINOBRAS (Marabá).

^b UNIDADE: CSN (Ariquemes).

Tabela 1.2 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Ferro-Gusa e Aço na Região Centro-Oeste e DF em 2016

Região Centro-Oeste e DF: Setor Industrial – Segmento Ferro-Gusa e Aço		
Estados	Plantas Industriais	%
Mato Grosso do Sul^a	1	100
TOTAL	1	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletada no sítio eletrônico da empresa Votorantim Siderurgia (2016).

^a UNIDADE: VOTORANTIM SIDERURGIA (Três Lagoas).

Tabela 1.3 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Ferro-Gusa e Aço na Região Sul em 2016

Região Sul: Setor Industrial – Segmento Ferro-Gusa e Aço		
Estados	Plantas Industriais	%
Paraná^a	2	33,3
Santa Catarina^b	1	16,7
Rio Grande do Sul^c	3	50
TOTAL	6	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Aperam (2016); Arcelor Mittal Brasil (2016); Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (2016); e, Grupo Gerdau (2016).

^a UNIDADES: ARCELOR MITTAL BRASIL (Curitiba) e CSN (Araucária).

^b UNIDADE: ARCELOR MITTAL BRASIL (São Francisco do Sul).

^c UNIDADES: APERAM (Caxias do Sul) e GRUPO GERDAU (Charqueadas e Sapucaia do Sul).

Tabela 1.4 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Ferro-Gusa e Aço na Região Sudeste em 2016

Região Sudeste: Setor Industrial – Segmento Ferro-Gusa e Aço		
Estados	Plantas Industriais	%
Espírito Santo^a	3	7,3
Minas Gerais^b	20	48,8
Rio de Janeiro^c	6	14,6
São Paulo^d	12	29,3
TOTAL	41	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Aperam (2016); Arcelor Mittal Brasil (2016); Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (2016); Grupo Gerdau (2016); Thyssenkrupp CSA (2016); Vallourec (2016); Villares Metals (2016); Votorantim Siderurgia (2016); e, Usiminas (2016).

^a UNIDADES: ARCELOR MITTAL BRASIL (Cariacica e Serra) e VALLOUREC (Serra).

^b UNIDADES: ARCELOR MITTAL BRASIL (Sabará, Juiz de Fora, Itaúna, João Monlevade, Contagem, Vespasiano, Belo Horizonte e Rio Piracicaba), APERAM (Timóteo), CSN(Uberlândia, Fernandinho – controla 60% – e Engenho – controla 60%), GRUPO GERDAU (Divinópolis e Ouro Branco), USIMINAS (Ipatinga), VOTORANTIM (Curvelo) e VALLOUREC (Jeceaba, Belo Horizonte e Brumadinho).

^c UNIDADES: CSN (Volta Redonda e Porto Real), GRUPO GERDAU (Rio de Janeiro), THYSSENKRUPP CSA (Rio de Janeiro – Surgiu em 2010); VOTORANTIM (Barra Mansa e Resende).

^d UNIDADES: ARCELOR MITTAL BRASIL (São Paulo, Piracicaba, Osasco, Campinas e Hortolândia), APERAM (Campinas), CSN (São Paulo), GRUPO GERDAU (Araçariguama, Pindamonhangaba e Mogi das Cruzes), USIMINAS (Cubatão) e VILLARES METALS (Sumaré).

Tabela 1.5 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Ferro-Gusa e Aço na Região Nordeste em 2016

Região Nordeste: Setor Industrial – Segmento Ferro-Gusa e Aço		
Estados	Plantas Industriais	%
Bahia^a	2	33,3
Ceará^b	3	50
Pernambuco^c	1	16,7
TOTAL	6	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Arcelor Mittal Brasil (2016); Companhia Siderúrgica do Pecém (2016); Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (2016); e, Grupo Gerdau (2016).

^a UNIDADES: ARCELOR MITTAL BRASIL (Feira de Santana) e GRUPO GERDAU (Simões Filho).

^b UNIDADES: CSN (Maracanaú), COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM (São Gonçalo do Amarante – Surgiu em 2007) e GRUPO GERDAU (Maracanaú).

^c UNIDADE: GRUPO GERDAU (Recife).

APÊNDICE C – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO FERRO-LIGAS

Tabela 1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Ferro-Ligas por Região em 2016

Brasil: Setor Industrial – Segmento Ferro-Ligas		
Região	Plantas Industriais	%
Norte	4	9,3
Centro-Oeste e DF	8	18,6
Sul	0	0
Sudeste	26	60,5
Nordeste	5	11,6
TOTAL	43	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico – ABRAFE (2016); Dow Corning (2016); Vale (2016); e, Votorantim Metais (2016).

Tabela 1.1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Ferro-Ligas na Região Norte em 2016

Região Norte: Setor Industrial – Segmento Ferro-Ligas		
Estados	Plantas Industriais	%
Pará^a	4	100
TOTAL	4	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico – ABRAFE (2016); Dow Corning (2016); e, Vale (2016).

^a UNIDADES: DOW CORNING (Breu Branco) e VALE (Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás e Marabá).

Tabela 1.2 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Ferro-Ligas na Região Centro-Oeste e DF em 2016

Região Centro-Oeste e DF: Setor Industrial – Segmento Ferro-Ligas		
Estados	Plantas Industriais	%
Mato Grosso do Sul^a	1	12,5
Goiás^b	7	87,5
TOTAL	8	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico – ABRAFE (2016); Vale (2016); e, Votorantim Metais (2016).

^a UNIDADE: VALE (Corumbá).

^b UNIDADES: ANGLOAMERICAN (Catalão – Abriga duas unidades –, Ouvidor – Abriga duas unidades –, Niquelândia – Abriga duas unidades – e Barro Alto) e VOTORANTIM (Niquelândia).

Tabela 1.3 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Ferro-Ligas na Região Sudeste em 2016

Região Sudeste: Setor Industrial – Segmento Ferro-Ligas		
Estados	Plantas Industriais	%
Minas Gerais^a	20	76,9
Rio de Janeiro^b	1	3,9
São Paulo^c	5	19,2
TOTAL	26	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico – ABRAFE (2016); Dow Corning (2016); Vale (2016); e, Votorantim Metais (2016).

^a UNIDADES: ANGLOAMERICAN (Conceição do Mato Dentro, Santo Antônio do Grama, Juiz de Fora e Tombos), BOZEL (São João Del Rei), CBMM (Araxá), DOW CORNING (Santos Dumont), ELETROLIGAS (São Gotardo), FERLIG – FERRO LIGA (Divinópolis), GRANHA LIGAS (São João Del Rei e Conselheiro Lafaiete), INONIBRÁS (Pirapora), LIASA (Pirapora), LIGAS GERAIS (São João Del Rei), MINASLIGAS (Pirapora), NOVA ERA SILICON (Nova Era), VALE (Barbacena) e RIMA (Várzea da Palma, Bocaiúva e Capitão Enéas).

^b UNIDADE: ANGLOAMERICAN (São João da Barra).

^c UNIDADES: ANGLOAMERICAN (Ouvidor e Cubatão), VOTORANTIM (São Paulo), DOW CORNING (Hortolândia) e MARINGÁ FERRO-LIGA (Itapeva).

Tabela 1.4 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Ferro-Ligas na Região Nordeste em 2016

Região Nordeste: Setor Industrial – Segmento Ferro-Ligas		
Estados	Plantas Industriais	%
Bahia^a	4	80
Piauí^b	1	20
TOTAL	5	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico – ABRAFE (2016); e, Vale (2016).

^a UNIDADES: VALE (Simões Filho) e FERBASA (Pojuca, Campo Formoso e Andorinha).

^b UNIDADE: VALE (Capitão Gervásio de Oliveira).

APÊNDICE D – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO MINERAÇÃO E PELOTIZAÇÃO

Tabela 1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Mineração e Pelotização por Região em 2016

Brasil: Setor Industrial – Segmento Mineração e Pelotização		
Região	Plantas Industriais	%
Norte	6	6,7
Centro-Oeste e DF	11	12,4
Sul	0	0
Sudeste	64	71,9
Nordeste	8	9
TOTAL	89	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico – ABRAFE (2016); Arcelor Mittal Brasil (2016); Vale (2016); BHP Billiton (2016); Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (2016); Mineração Maracá Indústria e Comércio – MMIC (2016); Mineração Rio do Norte – MRN (2016); Grupo Gerdau(2016); Usiminas (2016); Hydro (2016); Kinross (2016); Magnesita (2016); Samarco (2016); Hispanobras (2016); e, Votorantim Siderurgia (2016).

Tabela 1.1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Mineração e Pelotização na Região Norte em 2016

Região Norte: Setor Industrial – Segmento Mineração e Pelotização		
Estados	Plantas Industriais	%
Pará^a	6	100
TOTAL	6	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Vale (2016); Hydro (2016); Magnesita (2016); e, Mineração Rio do Norte – MRN (2016).

^a UNIDADES: VALE (Complexo de Carajás), HYDRO (Barcarena, Porto Trombetas e Paragominas), MAGNESITA (Marabá) e MRN (Porto Trombetas).

Tabela 1.2 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Mineração e Pelotização na Região Centro-Oeste e DF em 2016

Região Centro-Oeste e DF: Setor Industrial – Segmento Mineração e Pelotização		
Estados	Plantas Industriais	%
Mato Grosso do Sul^a	1	9,1
Goiás^b	10	90,9
TOTAL	11	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico – ABRAFE (2016); Vale (2016); Kinross (2016); Mineração Maracá Indústria e Comércio – MMIC (2016); e, Votorantim Siderurgia (2016).

^a UNIDADE: VALE (Complexo de Corumbá).

^b UNIDADES: ANGLOAMERICAN (Catalão – Abriga duas unidades –, Ouvidor – Abriga duas unidades –, Niquelândia – Abriga duas unidades – e Barro Alto), VOTORANTIM (Niquelândia), MMIC (Alto Horizonte) e KINROSS-ANGLO GOLD ASHANTI (Crixás).

Tabela 1.3 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Mineração e Pelotização na Região Sudeste em 2016

Região Sudeste: Setor Industrial – Segmento Mineração e Pelotização		
Estados	Plantas Industriais	%
Espírito Santo^a	14	21,9
Minas Gerais^b	39	60,9
Rio de Janeiro^c	4	6,3
São Paulo^d	7	10,9
TOTAL	64	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico – ABRAFE (2016); Arcelor Mittal Brasil (2016); Vale (2016); BHP Billiton (2016); Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (2016); Grupo Gerdau (2016); Usiminas (2016); Hydro (2016); Kinross (2016); Magnesita (2016); Samarco (2016); Hispanobras (2016); e, Votorantim Siderurgia (2016).

^a UNIDADES: VALE (Tubarão – Abriga oito usinas de pelotização), HISPANOBRAS (Tubarão), SAMARCO (Anchieta – Abriga quatro usinas de pelotização) e MAGNESITA (Serra).

^b UNIDADES: ANGLOAMERICAN (Conceição do Mato Dentro, Santo Antônio do Gramma, Juiz de Fora e Tombos), ARCELOR MITTAL BRASIL (Itatiaçu e Bela Vista de Minas), CBMM (Araxá), SAMARCO (Mariana e Ouro Preto), BHP BILLITON (Mariana e Ouro Preto), CSN (Congonhas e Arcos), KINROSS (Paracatu), GRUPO GERDAU (Itabirito e Barão dos Cocais), MAGNESITA (Ouro Branco, Ipatinga, Timóteo, Jeceaba, Esmeraldas, Belo Horizonte, Uberaba, Ponte Alta, Onça de Pitangui, Conceição do Pará, Coronel Fabriciano e João Monlevade), USIMINAS (Itatiaçu e Ipatinga), VOTORANTIM (Paracatu, Três Marias e Vazante) e VALE (Complexo Itabira, Complexo Vargem Grande, Complexo Minas Mariana, Complexo Itabiritos, Complexo Minas Centrais e Complexo Paraopeba).

^c UNIDADES: ANGLOAMERICAN (São João da Barra) e MAGNESITA (Volta Redonda, Rio de Janeiro e Barra Mansa).

^d UNIDADES: ANGLOAMERICAN (Ouvidor e Cubatão), HYDRO (Itu), MAGNESITA (São Paulo e Cubatão), USIMINAS (Cubatão) e VOTORANTIM (São Paulo).

Tabela 1.4 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Mineração e Pelotização na Região Nordeste em 2016

Região Nordeste: Setor Industrial – Segmento Mineração e Pelotização		
Estados	Plantas Industriais	%
Bahia^a	4	50
Ceará^b	2	25
Paraíba^c	1	12,5
Sergipe^d	1	12,5
TOTAL	8	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Usiminas (2016); Vale (2016); e, Magnesita (2016).

^a UNIDADES: MAGNESITA (Baía de Aratu, Sento Sé, Brumado e Santaluz).

^b UNIDADES: VALE (Pecém) e MAGNESITA (Iguatu).

^c UNIDADE: ELIZABETH (Alhandra).

^d UNIDADE: VALE (Rosário do Catete).

APÊNDICE E – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO QUÍMICA

Tabela 1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Química por Região em 2016

Brasil: Setor Industrial – Segmento Química		
Região	Plantas Industriais	%
Norte	4	2,6
Centro-Oeste e DF	17	11
Sul	22	14,3
Sudeste	92	59,8
Nordeste	19	12,3
TOTAL	154	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM (2016); 3M do Brasil (2016); Akzo Nobel (2016); Basf (2016); Bayer (2016); Braskem (2016); Bunge Fertilizantes (2016); Dow Corning (2016); Du Pont (2016); Heringer (2016); Petrobras (2016); Rhodia (2016); Syngenta (2016); e, White Martins (2016).

Tabela 1.1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Química na Região Norte em 2016

Região Norte: Setor Industrial – Segmento Química		
Estados	Plantas Industriais	%
Tocantins^a	2	50
Amazonas^b	2	50
TOTAL	4	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM (2016); 3M do Brasil (2016); Du Pont (2016); Petrobras (2016); e, White Martins (2016).

^a UNIDADES: DU PONT (Porto Nacional) e White Martins (Palmas).

^b UNIDADES: Petrobras (Manaus) e 3M (Manaus).

Tabela 1.2 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Química na Região Centro-Oeste e DF em 2016

Região Centro-Oeste e DF: Setor Industrial – Segmento Química		
Estados	Plantas Industriais	%
Mato Grosso^a	5	29,4
Mato Grosso do Sul^b	2	11,8
Goiás^c	8	47
DF^d	2	11,8
TOTAL	17	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM (2016); Bunge Fertilizantes (2016); Dow Corning (2016); Du Pont (2016); Heringer (2016); e, Syngenta (2016).

^a UNIDADES: HERINGER (Rondonópolis), DU PONT (Sorriso, Primavera do Leste e Sorriso) e SYNGENTA (Lucas do Rio Verde).

^b UNIDADES: HERINGER (Dourados) e DU PONT (Campo Grande).

^c UNIDADES: HERINGER (Rio Verde e Catalão), DOW (Rio Verde); DU PONT (Catalão, Itumbiara e Formosa), SYNGENTA (Formosa) e BUNGE FERTILIZANTES (Bom Jesus de Goiás).

^d UNIDADES: DU PONT (Planaltina) e WHITE MARTINS (Brasília).

Tabela 1.3 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Química na Região Sul em 2016

Região Sul: Setor Industrial – Segmento Química		
Estados	Plantas Industriais	%
Paraná^a	9	40,9
Santa Catarina^b	1	4,6
Rio Grande do Sul^c	12	54,5
TOTAL	22	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM (2016); Akzo Nobel (2016); Basf (2016); Braskem (2016); Bunge Fertilizantes (2016); Dow Corning (2016); Du Pont (2016); Heringer (2016); Petrobras (2016); Rhodia (2016); e, Syngenta (2016).

^a UNIDADES: Petrobras (Araucária e São Mateus do Sul), BASF (Weisopolis), HERINGER (Paranaguá), DOW (Castro), DU PONT (Toledo e Guarapuava), RHODIA-PERÓXIDOS DO BRASIL (Curitiba) e BUNGE FERTILIZANTES (Ponta Grossa).

^b UNIDADE: DU PONT (Chapecó).

^c UNIDADES: BRASKEM (Porto Alegre e Triunfo), Petrobras (Canoas), BASF (Sapucaia do Sul), HERINGER (Porto Alegre e Rio Grande), DU PONT (Santa Cruz do Sul, Passo Fundo e Santa Rosa), AKZO NOBEL (Porto Alegre) e BUNGE FERTILIZANTES (Porto Alegre e Cruz Alta).

Tabela 1.4 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Química na Região Sudeste em 2016

Região Sudeste: Setor Industrial – Segmento Química		
Estados	Plantas Industriais	%
Espírito Santo^a	1	1,1
Minas Gerais^b	18	19,6
Rio de Janeiro^c	10	10,8
São Paulo^d	63	68,5
TOTAL	92	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM (2016); Akzo Nobel (2016); 3M do Brasil (2016); Basf (2016); Bayer (2016); Braskem (2016); Bunge Fertilizantes (2016); Dow Corning (2016); Du Pont (2016); Heringer (2016); Petrobras (2016); e, Rhodia (2016).

^a UNIDADE: HERINGER (Viana).

^b UNIDADES: Petrobras (Betim), HERINGER (Uberaba, Patos de Minas, Iguatama, Três Corações, Manhaçu e São João do Manhaçu), DU PONT (Uberlândia), SYNGENTA (Uberlândia e Ituiutaba), BUNGE FERTILIZANTES (Alfenas, Congonhal e Uberaba), AKZO NOBEL (Belo Horizonte) e DOW (Janaúba, Paracatu, Indianópolis e Capinópolis).

^c UNIDADES: BRASKEM (Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Itaboraí), Petrobras (Duque de Caxias), BAYER (Belford Roxo), BUNGE FERTILIZANTES (Gambôa), DOW (Rio de Janeiro), WHITE MARTINS (Rio de Janeiro) e AKZO NOBEL (Rio de Janeiro e São Gonçalo).

^d UNIDADE: BRASKEM (São Paulo, Campinas, Cubatão e Paulínia), Petrobras (Mauá, Paulínia, Cubatão e São José dos Campos), BASF (São Paulo, Paulínia, Indaiatuba, São Bernardo do Campo – Abriga duas unidades –, Jacareí, Guaratinguetá e Santo Antônio de Posse), BAYER (São Paulo), HERINGER (Paulínia, Ourinhos e Bebedouro), DU PONT (Monte Azul Paulista), BUNGE FERTILIZANTES (Cubatão, Campinas e Cajati), SYNGENTA (Holambra, São Paulo, Paulínia, Matão e Itápolis), DOW (São Paulo, Jundiaí, Franco da Rocha, Guarujá, Pindamonhangaba, Jacareí, Mogi Mirim, Cravinhos, Ribeirão Preto, Jardinópolis, Morro Agudo e Guaíra), AKZO NOBEL (São Paulo, Mauá, Jundiaí, São Bernardo do Campo, Santo André, São Roque e Itupeva), RHODIA (São Bernardo do Campo, Paulínia, Santo André, Brotas, Taboão da Serra e Itatiba), RHODIA-DECARTO BENVIC (Osasco), RHODIA-SGBio (São Paulo), 3M (Sumaré, Ribeirão Preto, Piracicaba e Itapetininga), 3M-CUNO LATINA (Mairinque), 3M-ABZIL (São José do Rio Preto) e WHITE MARTINS (Bauru).

Tabela 1.5 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Química na Região Nordeste em 2016

Região Nordeste: Setor Industrial – Segmento Química		
Estados	Plantas Industriais	%
Alagoas^a	2	10,5
Bahia^b	9	47,3
Ceará^c	2	10,5
Paraíba^d	1	5,3
Pernambuco^e	3	15,8
Sergipe^f	1	5,3
Rio Grande do Norte^g	1	5,3
TOTAL	19	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM (2016); Akzo Nobel (2016); Basf (2016); Braskem (2016); Dow Corning (2016); Du Pont (2016); Heringer (2016); Petrobras (2016); Rhodia (2016); Syngenta (2016); e, White Martins (2016).

^a UNIDADES: BRASKEM (Maceió e Marechal Deodoro).

^b UNIDADES: BRASKEM (Salvador e Camaçari), Petrobras (São Francisco do Conde), BASF (Camaçari), DOW (Aratu e Luís Eduardo Magalhães), HERINGER (Candeias), RHODIA-DECARTO BENVIC (Simões Filho) e DU PONT (Luís Eduardo Magalhães).

^c UNIDADES: Petrobras (Fortaleza) e SYNGENTA (Aracati).

^d UNIDADE: WHITE MARTINS (João Pessoa).

^e UNIDADES: Petrobras (Ipojuca), BASF (Jaboatão) e AKZO NOBEL (Recife).

^f UNIDADE: HERINGER (Rosário do Catete).

^g UNIDADE: Petrobras (Guamaré).

**APÊNDICE F – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL
BRASILEIRO: SEGMENTO NÃO-FERROSOS E OUTROS DA
METALURGIA**

Tabela 1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Não-Ferrosos e Outros da Metalurgia por Região em 2016

Brasil: Setor Industrial – Segmento Não-Ferrosos e Outros		
Região	Plantas Industriais	%
Norte	10	9,1
Centro-Oeste e DF	2	1,8
Sul	10	9,1
Sudeste	76	69
Nordeste	12	11
TOTAL	110	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira do Alumínio – ABAL (2016); Alcoa (2016); Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (2016); General Cable (2016); Grupo Gerdau (2016); Usiminas (2016); Hydro (2016); Kinross (2016); Magnesita (2016); Mineração Rio do Norte – MRN (2016); Samarco (2016); Vale (2016); e, Votorantim Metais (2016).

Tabela 1.1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Não-Ferrosos e Outros da Metalurgia na Região Norte em 2016

Região Norte: Setor Industrial – Segmento Não-Ferrosos e Outros		
Estados	Plantas Industriais	%
Pará^a	10	100
TOTAL	10	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira do Alumínio – ABAL (2016); Alcoa (2016); Hydro (2016); Magnesita (2016); Mineração Rio do Norte – MRN (2016); e, Vale (2016).

^a UNIDADES: ALCOA (Juruti e Porto Trombetas), RIO TINTO (Porto Trombetas), VALE (Complexo de Carajás), HYDRO (Barcarena, Porto Trombetas e Paragominas), MAGNESITA (Marabá), MRN (Porto Trombetas) e ALUBAR (Barcarena).

Tabela 1.2 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Não-Ferrosos e Outros da Metalurgia na Região Centro-Oeste e DF em 2016

Região Centro-Oeste e DF: Setor Industrial – Segmento Não-Ferrosos e Outros		
Estados	Plantas Industriais	%
Mato Grosso do Sul^a	1	50
Goiás^b	1	50
TOTAL	2	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira do Alumínio – ABAL (2016); Kinross (2016); e, Vale (2016).

^a UNIDADE: VALE (Complexo de Corumbá).

^b UNIDADE: KINROSS-ANGLO GOLD ASHANTI (Crixás).

Tabela 1.3 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Não-Ferrosos e Outros da Metalurgia na Região Sul em 2016

Região Sul: Setor Industrial – Segmento Não-Ferrosos e Outros		
Estados	Plantas Industriais	%
Paraná^a	4	40
Santa Catarina^b	3	30
Rio Grande do Sul^c	3	30
TOTAL	10	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira do Alumínio – ABAL (2016); e, Alcoa (2016).

^a UNIDADES: CDA (Curitiba), PERFIL LEVE (Maringá), PROLIND (Londrina) e METALIS (São José dos Pinhais).

^b UNIDADES: ALCOA (Tubarão), IBRA METAIS (Joinville) e IBRAP (Urussanga).

^c UNIDADES: CDA (Porto Alegre), METALIS (Porto Alegre) e PERFILO (Veranópolis).

Tabela 1.4 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Não-Ferrosos e Outros da Metalurgia na Região Sudeste em 2016

Região Sudeste: Setor Industrial – Segmento Não-Ferrosos e Outros		
Estados	Plantas Industriais	%
Espírito Santo^a	2	2,6
Minas Gerais^b	36	47,4
Rio de Janeiro^c	6	7,9
São Paulo^d	32	42,1
TOTAL	76	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira do Alumínio – ABAL (2016); Alcoa (2016); Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (2016); General Cable (2016); Grupo Gerdau (2016); Usiminas (2016); Hydro (2016); Kinross (2016); Magnesita (2016); Samarco (2016); Vale (2016); e, Votorantim Metais (2016).

^a UNIDADES: CDA (Colatina) e ELKEM (Serra).

^b UNIDADES: KINROSS-PARACATU (Paracatu), VOTORANTIM (Itamarati de Minas, Poços de Caldas e Miraf), ALCOA (Poços de Caldas), GENERAL CABLE (Poços de Caldas), BOREDA (Contagem), AMG (São João Del Rei), CDA (Itapeva), CBMM (Araxá), SAMARCO (Mariana e Ouro Preto), CSN (Congonhas e Arcos), GRUPO GERDAU (Itabirito e Barão dos Cocais), MAGNESITA (Ouro Branco, Ipatinga, Timóteo, Jeceaba, Esmeraldas, Belo Horizonte, Uberaba, Ponte Alta, Onça de Pitangui, Conceição do Pará, Coronel Fabriciano e João Monlevade), USIMINAS (Itatiaiuçu e Ipatinga) e VALE (Complexo Itabira, Complexo Vargem Grande, Complexo Minas Mariana, Complexo Itabirito, Complexo Minas Centrais e Complexo Paraopeba).

^c UNIDADES: CDA (Rio de Janeiro), COTHERPACK (Três Rios), METALIS (Rio de Janeiro) e MAGNESITA (Volta Redonda, Rio de Janeiro e Barra Mansa).

^d UNIDADE: VOTORANTIM (São Paulo), HYDRO (Itu), ALCOA (Santo André), ALDORO (Rio Claro), GRUPO ISA (Sorocaba – Abriga três unidades – e Itaquaquetuba), NOVELIS (Santo André e Pindamonhangaba), METALIS (São Paulo e Barueri), FUNDALUMÍNIO (Guarulhos), PROLIND (São José dos Campos), ALUMILEST (Campo Limpo Paulista), HEIDORN (São Paulo), SHOCK METAIS (São Paulo), GRUPO SAPA (Itu), GROUPE SEB (São Paulo), WYDA (Sorocaba), BELMETAL (Sorocaba), IBRA METAIS (Itatiaia), SANDRÉ (Mauá), STEELTECH (Itaquaquetuba), SPS (Embu Guaçu e Sorocaba), CDA (Santo André e Diadema), WOLFER (Caieiras), MAGNESITA (São Paulo e Cubatão) e USIMINAS (Cubatão).

Tabela 1.5 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Não-Ferrosos e Outros da Metalurgia na Região Nordeste em 2016

Região Nordeste: Setor Industrial – Segmento Não-Ferrosos e Outros		
Estados	Plantas Industriais	%
Bahia^a	5	41,6
Ceará^b	2	16,7
Maranhão^c	3	25
Pernambuco^d	2	16,7
TOTAL	12	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira do Alumínio – ABAL (2016); Alcoa (2016); Magnesita (2016); e, Vale (2016).

^a UNIDADES: CDA (Candeias) e MAGNESITA (Baia de Aratu, Sento Sé, Brumado e Santaluz).

^b UNIDADES: VALE (Pecém) e MAGNESITA (Iguatu).

^c UNIDADES: ALCOA (São Luís), RIO TINTO (São Luís) e SOUTH 32 (São Luís).

^d UNIDADES: ALCOA (Itapissuma) e METALIS (Jaboatão dos Guararapes).

**APÊNDICE G – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL
BRASILEIRO: SEGMENTO TÊXTIL (INCLUI CALÇADOS)**

Tabela 1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Têxtil por Região em 2016

Brasil: Setor Industrial – Segmento Têxtil (Inclui Calçados)		
Região	Plantas Industriais	%
Norte	0	0
Centro-Oeste e DF	5	7,4
Sul	22	32,3
Sudeste	14	20,6
Nordeste	27	39,7
TOTAL	68	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Arezzo&CO (2016); Beira Rio (2016); Camargo Corrêa (2016); CIA Hering (2016); Coteminas (2016); Cremer (2016); Dakota (2016); Alpargatas (2016); Grendene (2016); Guararapes (2016); Lupo (2016); Teka (2016); Vicunha (2016); e, Vulcabras Azaleia (2016).

Tabela 1.1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Têxtil na Região Centro-Oeste e DF em 2016

Região Centro-Oeste e DF: Setor Industrial – Segmento Têxtil (Inclui Calçados)		
Estados	Plantas Industriais	%
Goiás^a	5	100
TOTAL	5	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônicos da empresa CIA Hering (2016).

^a UNIDADES: CIA HERING (Anápolis, Goianésia, Paraúna, Santa Helena de Goiás e São Luís de Montes Belos).

Tabela 1.2 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Têxtil na Região Sul em 2016

Região Sul: Setor Industrial – Segmento Têxtil (Inclui Calçados)		
Estados	Plantas Industriais	%
Santa Catarina^a	8	36,4
Rio Grande do Sul^b	14	63,6
TOTAL	22	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Arezzo&CO (2016); Beira Rio (2016); CIA Hering (2016); Coteminas (2016); Cremer (2016); Dakota (2016); Grendene (2016); Teka (2016); e, Vulcabras Azaleia (2016).

^a UNIDADES: CIA HERING (Blumenau – Abriga três unidades – e Indaial), COTEMINAS (Blumenau), CREMER (Blumenau) e TEKA (Blumenau e Indaial).

^b UNIDADES: GRENDENE (Farroupilha e Carlos Barbosa), VULCABRAS AZALÉIA (Parobé), BEIRA RIO (Novo Hamburgo, Igrejinha, Mato Leitão, Sapiranga, Osório, Roca Sales, Santa Clara do Sul e Candelária), AREZZO&CO (Campo Bom) e DAKOTA (Sarandi e Nova Petrópolis).

Tabela 1.3 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Têxtil na Região Sudeste em 2016

Região Sudeste: Setor Industrial – Segmento Têxtil (Inclui Calçados)		
Estados	Plantas Industriais	%
Minas Gerais^a	4	28,6
São Paulo^b	10	71,4
TOTAL	14	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Camargo Corrêa (2016); Coteminas (2016); Cremer (2016); Alpargatas (2016); Lupo (2016); Teka (2016); e, Vulcabras Azaleia (2016).

^a UNIDADES: COTEMINAS (Montes Claros – Abriga três unidades) e CREMER (São Sebastião do Paraíso).

^b UNIDADES: ALPARGATAS (São Paulo – Abriga cinco unidades), VULCABRAS AZALÉIA (Jundiaí); CAMARGO CORRÊA (Americana e Tatuí), LUPO (Araraquara) e TEKA (Arthur Nogueira).

Tabela 1.4 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Têxtil na Região Nordeste em 2016

Região Nordeste: Setor Industrial – Segmento Têxtil (Inclui Calçados)		
Estados	Plantas Industriais	%
Bahia^a	2	7,4
Ceará^b	11	40,8
Paraíba^c	2	7,4
Pernambuco^d	1	3,7
Sergipe^e	4	14,8
Rio Grande do Norte^f	7	25,9
TOTAL	27	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Camargo Corrêa (2016); CIA Hering (2016); Coteminas (2016); Dakota (2016); Grendene (2016); Guararapes (2016); Vicunha (2016); e, Vulcabras Azaleia (2016).

^a UNIDADES: GRENDENE (Teixeira de Freitas) e VULCABRAS AZALÉIA (Itapetinga).

^b UNIDADES: VICUNHA (Maracanaú e Pacajus), GRENDENE (Sobral, Crato e Fortaleza), VULCABRAS AZALÉIA (Horizonte), GUARARAPES (Fortaleza) e DAKOTA (Quixadá, Maranguape, Russas e Iguatu).

^c UNIDADES: COTEMINAS (João Pessoa e Campina Grande).

^d UNIDADE: CAMARGO CORRÊA (Poty Paulista).

^e UNIDADES: VULCABRAS AZALÉIA (Frei Paulo), CAMARGO CORRÊA (N. Sra. do Socorro) e DAKOTA (Simão Dias e Poço Verde).

^f UNIDADE: CIA HERING (Parnamirim), COTEMINAS (São Gonçalo do Amarante e Macaíba), VICUNHA (São Gonçalo do Amarante) e GUARARAPES (Natal, Mossoró e Extremoz).

APÊNDICE H – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO ALIMENTOS E BEBIDAS

Tabela 1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Alimentos e Bebidas por Região em 2016

Brasil: Setor Industrial – Segmento Alimentos e Bebidas		
Região	Plantas Industriais	%
Norte	1	1
Centro-Oeste e DF	7	7
Sul	32	32
Sudeste	55	55
Nordeste	5	5
TOTAL	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas na Revista Ingredientes e Tecnologias (AS 100 MAIORES..., 2016).

Tabela 1.1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Alimentos e Bebidas na Região Norte em 2016

Região Norte: Setor Industrial – Segmento Alimentos e Bebidas		
Estados	Plantas Industriais	%
Amazonas^a	1	100
TOTAL	1	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas na Revista Ingredientes e Tecnologias (AS 100 MAIORES..., 2016).

^a UNIDADE: AROSUCO (Manaus).

Tabela 1.2 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Alimentos e Bebidas na Região Centro-Oeste e DF em 2016

Região Centro-Oeste e DF: Setor Industrial – Segmento Alimentos e Bebidas		
Estados	Plantas Industriais	%
Mato Grosso^a	2	28,6
Goiás^b	4	57,1
DF^c	1	14,3
TOTAL	7	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas na Revista Ingredientes e Tecnologias (AS 100 MAIORES..., 2016).

^a UNIDADES: AMAGGI (Rondonópolis) e FIAGRILL (Lucas do Rio Verde).

^b UNIDADES: CARAMURU ALIMENTOS (Itumbiara), COMIGO (Rio Verde), LBR (Goiânia) e LATICÍNIOS BELA VISTA (Bela Vista de Goiás).

^c UNIDADE: BRASAL REFRIGERANTES (Brasília).

Tabela 1.3 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Alimentos e Bebidas na Região Sul em 2016

Região Sul: Setor Industrial – Segmento Alimentos e Bebidas		
Estados	Plantas Industriais	%
Paraná^a	18	56,2
Santa Catarina^b	7	21,9
Rio Grande do Sul^c	7	21,9
TOTAL	32	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas na Revista Ingredientes e Tecnologias (AS 100 MAIORES..., 2016).

^a UNIDADES: KRAFT FOODS (Curitiba), COAMO (Campo Mourão), C. VALE (Palotina), SPAIPA COCA-COLA (Curitiba), LAR (Medianeira), COCAMAR (Maringá), USAÇÚCAR (Maringá), COPACOL (Cafelândia), COOPERATIVA AGRÁRIA (Guarapuava), INTEGRADA (Londrina), CASTROLANDA (Castro), BELAGRÍCOLA (Londrina), COOPAVEL (Cascavel), FRIMESA (Medianeira), DIPLOMATA (Cascavel), BATAVO (Carambeí), COROL (Rolândia) e KAEFER AGRO INDUSTRIAL (Cascavel).

^b UNIDADES: BUNGE ALIMENTOS (Gaspar), BRF (Itajaí), SADIA (Concórdia), SEARA (Itajaí), AURORA ALIMENTOS (Chapecó), COOPERALFA (Chapecó) e GOMES DA COSTA (Itajaí).

^c UNIDADES: DOUX (Montenegro), BIANCHINI (Porto Alegre), CAMERA (Santa Rosa), OLEOPLAN (Porto Alegre), JOSAPAR (Porto Alegre), COTRIJAL (Não-Me-Toque) e MOINHOS CRUZEIRO DO SUL (Canoas).

Tabela 1.4 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Alimentos e Bebidas na Região Sudeste em 2016

Região Sudeste: Setor Industrial – Segmento Alimentos e Bebidas		
Estados	Plantas Industriais	%
Espírito Santo^a	2	3,6
Minas Gerais^b	6	10,9
Rio de Janeiro^c	2	3,6
São Paulo^d	45	81,9
TOTAL	55	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas na Revista Ingredientes e Tecnologias (AS 100 MAIORES..., 2016).

^a UNIDADES: GAROTO (Vila Velha) e TANGARÁ FOODS (Vila Velha).

^b UNIDADES: ITAMBÉ (Belo Horizonte), COOXUPÉ (Guaxupé), MATABOI (Araguari), ALGAR AGRO (Uberlândia), PIF PAF (Belo Horizonte) e SANTA AMÁLIA (Machado).

^c UNIDADES: RIO DE JANEIRO REFRESCOS (Rio de Janeiro) e SCHINCARIOL (Cachoeiras de Macacu).

^d UNIDADE: AMBEV (São Paulo), CARGILL (São Paulo), JBS BRASIL (São Paulo), AMBEV BEBIDAS (Jaguariúna), UNILEVER (São Paulo), ADM (São Paulo), NESTLÉ (São Paulo), LOUIS DREYFUS (São Paulo), MARFRIG (São Paulo), PEPSICO DO BRASIL (São Paulo), COPERSUCAR (São Paulo), SPAL (São Paulo), FRIGORÍFICO MINERVA (Barretos), SCHINCARIOL (Itu), HEINEKEN BRASIL (Jacareí), COSAN (São Paulo e Tarumã), GRANOL (São Paulo), PARMALAT (São Paulo), MULTIGRAIN (São Paulo), AJINOMOTO (São Paulo), USINA ALTO ALEGRE (Presidente Prudente), YOKI ALIMENTOS (São Bernardo do Campo), GUARANI S.A. (São Paulo), USINA COLOMBO (Ariranha), CAMIL (São Paulo), VIGOR (São Paulo), USINA DA PEDRA (Serrana), USINA SÃO JOÃO (São Paulo), COCA-COLA (Ribeirão Preto), SUCDEN (São Paulo), BIG FRANGO (São Bernardo do Campo), ALTA MOGIANA (São Joaquim da Barra), USINA CERRADINHO (Catanduva), DANONE (São Paulo), RUBI (Osasco), QUERO (Jundiaí), USINA BATATAIS (Batatais), CLEALCO (Clementina), LDC AGROINDUSTRIAL (São Paulo), CLARION (Osasco), SELMI (Sumaré), AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA (José Bonifácio), VIRGOLINO DE OLIVEIRA (Ariranha) e FRIGOL (São Paulo).

Tabela 1.5 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Alimentos e Bebidas na Região Nordeste em 2016

Região Nordeste: Setor Industrial – Segmento Alimentos e Bebidas		
Estados	Plantas Industriais	%
Alagoas^a	1	20
Ceará^b	3	60
Pernambuco^c	2	7,4
TOTAL	5	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas na Revista Ingredientes e Tecnologias (AS 100 MAIORES..., 2016).

^a UNIDADE: USINA CORURIFE (Coruripe).

^b UNIDADES: M. DIAS BRANCO (Eusébio), NORSA (Fortaleza) e J. MACÊDO (Fortaleza).

^c UNIDADE: COCA-COLA GUARARAPES (Jaboatão dos Guararapes).

APÊNDICE I – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO PAPEL E CELULOSE

Tabela 1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Papel e Celulose por Região em 2016

Brasil: Setor Industrial – Segmento Papel e Celulose		
Região	Plantas Industriais	%
Norte	2	2,9
Centro-Oeste e DF	3	4,4
Sul	18	26,5
Sudeste	25	36,8
Nordeste	20	29,4
TOTAL	68	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA (2016); Adami (2016); Bahia Speciality Cellulose (2016); Celulose Irani (2016); Cenibra (2016); Grupo Bignardi (2016); International Paper (2016); Klabin (2016); Mili (2016); Penha (2016); Stora Enzo (2016); e, Suzano (2016).

Tabela 1.1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Papel e Celulose na Região Norte em 2016

Região Norte: Setor Industrial – Segmento Papel e Celulose		
Estados	Plantas Industriais	%
Pará^a	1	50
Amazonas^b	1	50
TOTAL	2	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA (2016).

^a UNIDADE: GRUPO ORSA (Munguba).

^b UNIDADE: GRUPO ORSA (Manaus).

Tabela 1.2 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Papel e Celulose na Região Centro-Oeste e DF em 2016

Região Centro-Oeste e DF: Setor Industrial – Segmento Papel e Celulose		
Estados	Plantas Industriais	%
Mato Grosso do Sul^a	2	66,7
Goiás^b	1	33,3
TOTAL	3	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA (2016); e, International Paper (2016).

^a UNIDADES: FIBRIA (Três Lagoas) e INTERNATIONAL PAPER (Três Lagoas).

^b UNIDADE: GRUPO ORSA (Rio Verde).

Tabela 1.3 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Papel e Celulose na Região Sul em 2016

Região Sul: Setor Industrial – Segmento Papel e Celulose		
Estados	Plantas Industriais	%
Paraná^a	6	33,3
Santa Catarina^b	10	55,6
Rio Grande do Sul^c	2	11,1
TOTAL	18	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA (2016); Adami (2016); Celulose Irani (2016); Klabin (2016); Mili (2016); Penha (2016); e, Stora Enzo (2016).

^a UNIDADES: MILI (Curitiba), STORA ENZO (Arapoti), KLABIN (Monte Alegre, Ortigueira e Telêmaco Borba) e PENHA (Coronel Vivida).

^b UNIDADES: MILI (Três Barras), ADAMI (Caçador – Abriga duas unidades), CELULOSE IRANI (Vargem Bonita), KLABIN (Correia Pinto, Otacílio Costa, Itajaí, Lages – Abriga duas unidades) e MWV RIGESA (Blumenau).

^c UNIDADES: CELULOSE IRANI (Balneário Pinhal) e KLABIN (São Leopoldo).

Tabela 1.4 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Papel e Celulose na Região Sudeste em 2016

Região Sudeste: Setor Industrial – Segmento Papel e Celulose		
Estados	Plantas Industriais	%
Espírito Santo^a	1	4
Minas Gerais^b	3	12
São Paulo^c	21	84
TOTAL	25	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA (2016); Celulose Irani (2016); Cenibra (2016); Grupo Bignardi (2016); International Paper (2016); Klabin (2016); Penha (2016); e, Suzano (2016).

^a UNIDADE: FIBRIA (Aracruz).

^b UNIDADES: CELULOSE IRANI (Santa Luzia), CENIBRA (Belo Oriente) e KLABIN (Betim).

^c UNIDADES: CELULOSE IRANI (São Paulo e Indaiatuba), SUZANO (Suzano, Embu, Rio Verde e Limeira), INTERNATIONAL PAPER (Mogi Guaçu e Luiz Antônio), FIBRIA (Jacareí), KLABIN (Jundiaí – Abriga duas unidades –, Angatuba e Piracicaba), GRUPO ORSA (Suzano, Franco da Rocha, Nova Campina e Paulínia), GRUPO BIGNARDI (Jundiaí), MWV RIGESA (Araçatuba e Valinhos) e PENHA (Itapira).

Tabela 1.5 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Papel e Celulose na Região Nordeste em 2016

Região Nordeste: Setor Industrial – Segmento Papel e Celulose		
Estados	Plantas Industriais	%
Alagoas^a	1	5
Bahia^b	16	80
Ceará^c	1	5
Maranhão^d	1	5
Pernambuco^e	1	5
TOTAL	20	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas nos sítios eletrônicos das seguintes empresas: Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA (2016); Bahia Speciality Cellulose (2016); Klabin (2016); Mili (2016); Penha (2016); Stora Enzo (2016); e, Suzano (2016).

^a UNIDADE: MILI (Maceió).

^b UNIDADES: VERACEL (Eunápolis, Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itapebi, Itagimirim, Itabela, Guaratinga, Mascote e Canavieiras), BAHIA SPECIALITY CELLULOSE (Camaçari), STORA ENZO-FIBRIA (Eunápolis), SUZANO (Mucuri), KLABIN (Feira de Santana) e PENHA (Feira de Santana e Santo Amaro).

^c UNIDADE: MWV RIGESA (Pacajus).

^d UNIDADE: SUZANO (Imperatriz).

^e UNIDADE: KLABIN (Goiana).

APÊNDICE J – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO: SEGMENTO CERÂMICA

Tabela 1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cerâmica por Região em 2016

Brasil: Setor Industrial – Segmento Cerâmica		
Região	Plantas Industriais	%
Norte	18	10,3
Centro-Oeste e DF	20	11,4
Sul	16	9,1
Sudeste	64	36,6
Nordeste	57	32,6
TOTAL	175	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Nacional da Indústria Cerâmica – ANICER (2016).

Tabela 1.1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cerâmica na Região Norte em 2016

Região Norte: Setor Industrial – Segmento Cerâmica		
Estados	Plantas Industriais	%
Tocantins^a	1	5,6
Pará^b	7	38,8
Amapá^c	1	5,6
Amazonas^d	4	22,2
Rondônia^e	5	27,8
TOTAL	18	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Nacional da Indústria Cerâmica – ANICER (2016).

^a UNIDADE: CERÂMICA JOCA COSTA (Dianópolis).

^b UNIDADES: CENOL CERÂMICA DO NORTE (São Miguel do Guamá), CERÂMICA MIRANDA LIMA (São Miguel do Guamá), CERÂMICA SANTA TEREZINHA (Uruará), CERÂMICA TROPICAL (Castanhal), CERÂMICA SANTA CLARA (Altamira), CERÂMICA VERMELHA (Inhangapi) e TELHA VERMELHA (Inhangapi).

^c UNIDADE: AMAPÁ TELHAS INDÚSTRIA CERÂMICA (Macapá).

^d UNIDADES: CERÂMICA FABRÍCIO (Manaus), CERÂMICA AMAZÔNIA (Manacapuru), CERÂMICA JOÃO DE BARRO (Iranduba) e LITIARA INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA (Itacoatiara).

^e UNIDADES: CEMEL CERÂMICA MEDICI (Jaru), CENA PRODUTOS CERÂMICOS (Cacoal), CERÂMICA ROSALINO S/A (Cacoal), CERÂMICA BELÉM (Ji-Paraná) e CERÂMICA SANTO AUGUSTO (Vilhena).

Tabela 1.2 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cerâmica na Região Centro-Oeste e DF em 2016

Região Centro-Oeste e DF: Setor Industrial – Segmento Cerâmica		
Estados	Plantas Industriais	%
Mato Grosso^a	6	30
Mato Grosso do Sul^b	10	50
Goiás^c	4	20
TOTAL	20	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Nacional da Indústria Cerâmica – ANICER (2016).

^a UNIDADES: ARGIBLOCOS INDÚSTRIA CERÂMICA (Várzea Grande), CERÂMICA LAVAQUI (Várzea Grande), CERÂMICA SANTO ANDRÉ (Várzea Grande), CERÂMICA SANTA TEREZINHA (Várzea Grande), INDÚSTRIA DE PRODUTOS CERÂMICOS FAAT (Primavera do Leste) e CERÂMICA MURALHA (Sorriso).

^b UNIDADES: CERAMICA CAMPO GRANDE (Campo Grande), CERÂMICA ISABELA (Batayporã), CERAMITELHA INDÚSTRIA DE CERÂMICA (Rio Verde de Mato Grosso), COTTO CERÂMICA FIGUEIRA (Rio Verde de Mato Grosso), NHF INDÚSTRIA CERÂMICA (Rio Verde de Mato Grosso), CERÂMICA GUERRA (Três Lagoas), CERÂMICA MS (Três Lagoas), CERÂMICA VOLPISO (Terenos), VOLPINI INDÚSTRIA CERÂMICA (Terenos) e JOSÉ NEMER AYUB & CIA LTDA (Miranda).

^c UNIDADES: ROSA E CAVALCANTE (Mara Rosa), LEONARDO SIMÃO E CIA LTDA (Campo Lindo de Goiás), CERÂMICA PARAÍSO (Ouvidor) e CERÂMICA DOLAR (São Simão).

Tabela 1.3 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cerâmica na Região Sul em 2016

Região Sul: Setor Industrial – Segmento Cerâmica		
Estados	Plantas Industriais	%
Paraná^a	5	31,2
Santa Catarina^b	5	31,2
Rio Grande do Sul^c	6	37,6
TOTAL	16	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Nacional da Indústria Cerâmica – ANICER (2016).

^a UNIDADES: BLOCO INDÚSTRIA CERÂMICA (Campo do Tenente), CERÂMICA PLANALTO I (Jataizinho), CERÂMICA CIDADE NOVA (Sapopema), JOSÉ RODOLFO MACHADO DE ALMEIDA (Arapoti) e CERÂMICA SÃO GERÔNIMO (Prudentópolis).

^b UNIDADES: CERÂMICA CHAPECÓ (Chapecó), MARTINS & MARTINS INDÚSTRIA CERÂMICA DE TELHAS (Sangão), TELHAS HOBUS ESMALTADOS (Agrolândia), TERRACOTAGRES CERÂMICA (Sangão) e CERÂMICA ELIZABETH (Criciúma).

^c UNIDADES: CERÂMICA CANDELÁRIA (Candelária), CERÂMICA JOÃO VOGEL (Bom Princípio), CERÂMICA RITTER UNIÃO (Campo Bom), CERÂMICA ROHR (Bom Princípio), GUIDO EINHARDT (Pelotas) e PAULUZZI PRODUTOS CERÂMICOS (Sapucaia do Sul).

Tabela 1.4 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cerâmica na Região Sudeste em 2016

Região Sudeste: Setor Industrial – Segmento Cerâmica		
Estados	Plantas Industriais	%
Espírito Santo^a	4	6,3
Minas Gerais^b	15	23,4
Rio de Janeiro^c	18	28,1
São Paulo^d	27	42,2
TOTAL	64	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Nacional da Indústria Cerâmica – ANICER (2016).

^a UNIDADES: CERÂMICA ADELIO LUBIANA (Nova Venécia), CERÂMICA BOAPABA (Colatina), CERÂMICA CIMACO (Itapemirim) e CERÂMICA IMPERIAL (São Roque do Canaã).

^b UNIDADES: CORDEIRO SILVICULTURA INDÚSTRIA (Turmalina), CERÂMICA FORTE (Turmalina), INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CERÂMICA JOÃO DE BARRO (Januária), MBC (Visconde do Rio Branco), CERÂMICA GORUTUBA (Janaúba), CERÂMICA JACARANDÁ (Ribeirão das Neves), CERÂMICA MINAS BRASIL (Igaratinga), CERÂMICA PARAPUAN (Pará de Minas), CERÂMICA SANTA MARIA (Campo Belo), CERÂMICA UNIÃO (Salinas), CERÂMICA BRAÚNAS (Ribeirão das Neves), CERÂMICA DO VALE (Sobralia), CERÂMICA DRUMMOND (Capinópolis), CERÂMICA ALMEIDA PIRES (São João do Manteninha) e CERÂMICA NASCE FORTE (Carmo do Rio Claro).

^c UNIDADES: CERÂMICA LAJOTÃO (Itaboraí), CERÂMICA R.J. NUNES (Itaboraí), CERÂMICA SANTA IZABEL (Itaboraí), CERÂMICA COLONIAL (Itaboraí), CERÂMICA VILA NOVA (Itaboraí), CIL CERÂMICA ITABIRA (Itaboraí), SECULUM PRODUTOS CERÂMICOS (Itaboraí), CERÂMICA MARAJÓ (Tanguá), CERÂMICA PORTO VELHO (Vassouras), CERÂMICA VULCÃO (Queimados), OLARIA SÃO SEBASTIÃO (Barra do Piraí), OLARIA VARGEM ALEGRE (Pinheiral), CERÂMICA ARGIBEM (Três Rios), GGP INDUSTRIAL (Paraíba do Sul), CERÂMICA MARRECAS (Paraíba do Sul), F.P.R. INDÚSTRIA CERÂMICA (Campos dos Goytacazes), ARTEFATOS CERÂMICOS SÃO JOSÉ (Campos dos Goytacazes) e SANDRA M.T.TOLED0 B CRESPO CERÂMICA (Campos dos Goytacazes).

^d UNIDADES: ESTRUTURAL BLOCOS E TELHAS (Itu), INCARGEL INDÚSTRIA DE CERÂMICA (Itu), EDNEIA A. PALERMO DAS CHAGAS & CIA. LTDA (Ourinhos), JEFFERSON LOPES CERÂMICA (Ourinhos), CERÂMICA MUNDI (Salto), CERÂMICA BARFRAN (Monte Mor), CERÂMICA DA MATA (Monte Mor), CERÂMICA BARROBELLO (Santa Cruz da Conceição), CERÂMICA CANELLA (Itapira), CERÂMICA CAVALHEIRO (Vargem Grande do Sul), CERÂMICA CITY (Cesário Lange), VIBEOLI CERÂMICA (Cesário Lange), CERÂMICA ENDO EIRELI (Tatuí), CERÂMICA GRESCA G2 (Jundiaí), CERÂMICA LARANJAL PAULISTA (Laranjal Paulista), CERÂMICA LOPES (Conchas), CERÂMICA NOSSA SENHORA AUXILIADORA (Vinhedo), CERÂMICA PALMA DE OURO (Elias Fausto), CERÂMICA RINCÃO (Rincão), CERÂMICA SANTA CLARA DE INDAIATUBA (Indaiatuba), CERÂMICA SHANADU (Indaiatuba), INDÚSTRIAS CERÂMICAS MATIELI (Sorocaba), IZAIR DOS SANTOS TEIXEIRA & CIA LTDA (Buritama), LARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS (Cachoeira Paulista), MARISTELA TELHAS (Leme), REAL TELHAS E REVESTIMENTOS (Iracemápolis) e TUBOS CERÂMICOS TAMBAÚ (Tambaú).

Tabela 1.5 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Cerâmica na Região Nordeste em 2016

Região Nordeste: Setor Industrial – Segmento Cerâmica		
Estados	Plantas Industriais	%
Alagoas^a	2	3,5
Bahia^b	4	7
Ceará^c	12	21
Maranhão^d	7	12,3
Paraíba^e	7	12,3
Pernambuco^f	10	17,5
Piauí^g	11	19,3
Sergipe^h	3	5,3
Rio Grande do Norteⁱ	1	1,8
TOTAL	57	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Nacional da Indústria Cerâmica – ANICER (2016).

^a UNIDADES: CERÂMICA CAMARAGIBE (Passo de Camaragibe) e CERÂMICA ARAPIRACA (Arapiraca).

^b UNIDADES: AILTON DA CRUZ ALVES DE CAETITE (Alagoinhas), SIMONASSI NORDESTE INDUSTRIAL (Alagoinhas), CERÂMICA BLOCOFORTE (Camaçari), COMERCIAL E INDÚSTRIAL CANABRAVA (Jacobina) e LEMOS & NEVES (Candiba).

^c UNIDADES: ARTRICAL ARGILA DO TRIÂNGULO CARIRIENSE (Milagres), CEAGRA CERÂMICA E AGROPECUÁRIA ASSUNÇÃO (Aquiraz), CEARÁ CERÂMICA (Aquiraz), CERAMPEDRAS CERÂMICA PASSAGEM DE PEDRAS (Aquiraz), CERÂMICA BRASÍLIA (Beberibe), TIJOLARIA FORTALEZA (Beberibe), CERÂMICA CAJAZEIRAS (Cascavel), CERÂMICA LUMA (Cascavel), CERÂMICA SAGRADA FAMÍLIA (São Gonçalo do Amarante), CERÂMICA TORRES (Sobral), CERÂMICAS KAPPA (Russas) e JACERAMA JAGUARUANA CERÂMICA (Jaguaruana).

^d UNIDADES: CERÂMICA BB MENDES (Itapecuru Mirim), CERÂMICA MENDES (Itapecuru Mirim), CERÂMICA FORTES (Timon), CERÂMICA LIVRAMENTO (Timon), CERITA CERÂMICA INDUSTRIAL ITA (Bacabeira), CESP CERÂMICA SÃO PEDRO (Imperatriz) e CERÂMICA NOSSA SENHORA APARECIDA EIRELI (Imperatriz).

^e UNIDADES: CARLOS ANTONIO VILAR CAMPOS (Taperoá), CERÂMICA INDUSTRIAL HARDMAN (Santa Rita), CIA INDUSTRIAL DE CERÂMICA (Santa Rita), MINACER MINÉRIO CERÂMICO (Santa Rita), CERÂMICA SALEMA (Rio Tinto), CERÂMICA SANTA CÂNDIDA (Caldas Brandão) e CERÂMICA ELIZABETH (João Pessoa e Conde).

^f UNIDADES: CERÂMICA CHÃO DE CAPOEIRA (Paudalho), CERÂMICA SÃO JOSÉ (Paudalho), MARIO HENRIQUE DE MATTOS E SILVA (Paudalho), PORTO SEGURO PRODUTOS CERÂMICOS (Paudalho), CERÂMICA ELSA (Ribeirão), CERÂMICA PORTO NASSAU EIRELI (Rio Formoso), INDÚSTRIA DE CERÂMICA KITAMBAR (Tacaímbó), JOSILEIDE OLIVEIRA ALVES (São Caetano), KITAMBAR ARTEFATOS DE CERÂMICA (Caruaru) e PATRICIA MATTOS CUNHA (Buenos Aires).

^g UNIDADES: CERÂMICA CAPIVARA (São João do Piauí), CERÂMICA SANTA MARIA (Teresina), TELHAMAR (Teresina), TELHAS MAFRENSE (Teresina), CERÂMICA CAMPO MAIOR (Campo Maior), INDÚSTRIA TRÊS IRMÃOS (Campo Maior), CERÂMICA SANTA VITÓRIA (Miguel Alves), RAIMUNDO RIBEIRO SOARES (Anísio de Abreu), CERÂMICA JENIPAPO (Jatobá do Piauí), CERÂMICA IDEAL EIRELI (Valença do Piauí) e CERÂMICA VERMELHA DO VALE DO PARNAÍBA (CEVVAP) (União).

^h UNIDADES: CERÂMICA SÃO JOSÉ (Itabaianinha), H & N BORGES & CIA LTDA (Itabaianinha) e H.B.N. SANTOS (Itabaianinha).

ⁱ UNIDADE: CERÂMICA ITAJÁ (Itajá).

**APÊNDICE L – OS GRUPOS DE INTERESSE NO SETOR INDUSTRIAL
BRASILEIRO: SEGMENTO OUTRAS INDÚSTRIAS (FARMACÊUTICAS –
PLÁSTICOS – VEÍCULOS AUTOMOTORES)**

Tabela 1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Outras Indústrias (Farmacêuticas – Plásticos – Veículos Automotores) por Região em 2016

Brasil: Setor Industrial – Segmento Outras Indústrias		
Região	Plantas Industriais	%
Norte	20	6,5
Centro-Oeste e DF	11	3,6
Sul	50	16,3
Sudeste	211	68,7
Nordeste	15	4,9
TOTAL	307	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST (2016); da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA (2016); e, da Phafarnet (2016).

Tabela 1.1 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Outras Indústrias (Farmacêuticas – Plásticos – Veículos Automotores) na Região Norte em 2016

Região Norte: Setor Industrial – Segmento Outras Indústrias		
Estados	Plantas Industriais	%
Pará^a	1	5
Amazonas^b	18	90
Rondônia^c	1	5
TOTAL	20	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST (2016); da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA (2016); e, da Phafarnet (2016).

^a UNIDADE: *FARMACÊUTICAS* – IBIFAM (Belém).

^b UNIDADES: *PLÁSTICOS* – AMÉRICA TAMPAS (Manaus), PLASTIPACK (Manaus) e VIDEOLAR (Manaus). *VEÍCULOS AUTOMOTORES* – MAHINDRA BRAMONT (Manaus), EFFA MOTORS (Manaus), HONDA (Manaus), YAMAHA (Manaus), SUZUKI (Manaus), DAFRA BMW (Manaus), KAWASAKI (Manaus), HARLEY-DAVIDSON (Manaus), HAobao (Manaus), TRIUMPH (Manaus), TRAXX (Manaus), IROS (Manaus), KASINSKI (Manaus) e SUNDOWN (Manaus – Fechada). *FARMACÊUTICAS* – SEM CORP (Manaus).

^c UNIDADE: *PLÁSTICOS* – RECICLAR (Vilhena).

Tabela 1.2 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Outras Indústrias (Farmacêuticas – Plásticos – Veículos Automotores) na Região Centro-Oeste e DF em 2016

Região Centro-Oeste e DF: Setor Industrial – Segmento Outras Indústrias		
Estados	Plantas Industriais	%
Mato Grosso^a	2	18,2
Goiás^b	8	72,7
DF^c	1	9,1
TOTAL	11	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST (2016); da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA (2016); e, da Pharfarnet (2016).

^a UNIDADES: *PLÁSTICOS* – PLASTIBRAS (Cuiabá) e PLASMEL (Cuiabá).

^b UNIDADES: *PLÁSTICOS* – EMBALO (Anápolis). *VEÍCULOS AUTOMOTORES* – CAO A HYUNDAI SUBARU (Anápolis), JOHN DEERE (Catalão), HPE MITSUBISHI SUZUKI (Catalão) e HPE SUZUKI (Itumbiara – Fechada). *FARMACÊUTICAS* – HYPERMARCAS (Anápolis e Senador Canedo) e ACHÉ (Anápolis).

^c UNIDADE: *FARMACÊUTICAS* – SANOFI (Brasília).

Tabela 1.3 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Outras Indústrias (Farmacêuticas – Plásticos – Veículos Automotores) na Região Sul em 2016

Região Sul: Setor Industrial – Segmento Outras Indústrias		
Estados	Plantas Industriais	%
Paraná^a	18	36
Santa Catarina^b	15	30
Rio Grande do Sul^c	17	34
TOTAL	50	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST (2016); da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA (2016); e, da Pharfarnet (2016).

^a UNIDADES: *PLÁSTICOS* – MACROPLASTIC (Curitiba), COLORFIX (Colombo), PARANÁ (Curitiba), MONOPLAST (São José dos Pinhais), KAPERSUL (Fazenda Rio Grande), TECNORECYCLING (Campina Grande do Sul) e PLM (Campina Grande do Sul). *VEÍCULOS AUTOMOTORES* – NISSAN (São José dos Pinhais), RENAULT (São José dos Pinhais), WOLKSWAGEM (São José dos Pinhais), VOLVO (Curitiba), CATERPILLAR (Campo Largo), FCA-FIAT (Campo Largo), DAF (Ponta Grossa), CNH (Curitiba) e AUDI (São José dos Pinhais). *FARMACÊUTICAS* – NOVARTIS SANDOZ (Cambé) e NOVO NORDISK (Araucária).

^b UNIDADES: *PLÁSTICOS* – REAL PVC (Timbó), TERMO TÉCNICA (Joinville), CANGURU (Criciúma e Chapecó), INCOPLAST (São Ludgero), PLASTLIFE (São Ludgero), ALCAPLAS (Xanxerê), PLASVALE (Gaspar), MINAPLAST (Urussanga) e TIGRE S/A (Joinville). *VEÍCULOS AUTOMOTORES* – BMW (Araquari). *FARMACÊUTICAS* – MINANCORA (Joinville), CATARINENSE (Joinville), ELOFAR (Florianópolis) e GEMBALA (Rio do Sul).

^c UNIDADES: *PLÁSTICOS* – AMÉRICA TAMPAS (Venâncio Aires), FFS FILMES (Cachoeirinhas), PAMPA (Eldorado do Sul), PLASTIWEBER (Feliz), MARTIPLAST (Caxias do Sul), LORENZON PLÁSTICOS (Encantado), SANREMO (Esteio) e SOFTER (Campo Bom). *VEÍCULOS AUTOMOTORES* – JOHN DEERE (Horizontina e Montenegro), INTERNATIONAL CAMINHÕES (Canoas), AGRALE (Caxias do Sul), GM (Gravataí), MAHINDRA (Dois Irmãos), e AGCO MASSEY FERGUSON (Canoas, Santa Rosa e Ibirubá).

Tabela 1.4 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Outras Indústrias (Farmacêuticas – Plásticos – Veículos Automotores) na Região Sudeste em 2016

Região Sudeste: Setor Industrial – Segmento Outras Indústrias		
Estados	Plantas Industriais	%
Espírito Santo^a	2	0,9
Minas Gerais^b	7	3,3
Rio de Janeiro^c	35	16,6
São Paulo^d	167	79,2
TOTAL	211	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST (2016); da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA (2016); e, da Pharfarnet (2016).

^a UNIDADES: *PLÁSTICOS* – FORTLEV (Serra) e FIBRASA (Serra).

^b UNIDADES: *PLÁSTICOS* – POLITRY (Belo Horizonte) e CANGURU (Três Corações). *VEÍCULOS AUTOMOTORES* – CNH (Sete Lagoas e Contagem), MERCEDES-BENS (Juiz de Fora) e FCA-FIAT (Betim). *FARMACÊUTICAS* – BIOBRÁS (Belo Horizonte).

^c UNIDADES: *PLÁSTICOS* – SOL MR PLÁSTICO (Rio de Janeiro). *VEÍCULOS AUTOMOTORES* – JAGUAR LAND ROVER (Itatiaia), MAN VWCO (Resende), NISSAN (Resende) e PSA PEUGEOT-CITROËN (Porto Real). *FARMACÊUTICAS* – GLAXO SMITH KLINE (Rio de Janeiro), EUROFARMA (Rio de Janeiro), BAYER (Belford Roxo), NOVARTIS (Resende), CASA GRAMADO (Rio de Janeiro), CIF (Rio de Janeiro), BAXTER (Rio de Janeiro), INFABRA (Rio de Janeiro), MAYNE (Rio de Janeiro), MEPHA (Rio de Janeiro), SILVESTRE LABS (Rio de Janeiro), LABORIS (Rio de Janeiro), SYNTHELABO-ESPASIL (Rio de Janeiro), SYDNEY ROSS CO FARMACÊUTICA (Rio de Janeiro), SERVIER (Rio de Janeiro), SCHERING-PLOUGH (Rio de Janeiro), ROCHE (Rio de Janeiro), NIKKHO DO BRASIL (Rio de Janeiro), MILLET ROUX (Rio de Janeiro), MERCK S.A. (Rio de Janeiro), I.Q.B. (Niterói), KNOLL (Rio de Janeiro), GROSS (Rio de Janeiro), GUERBET (Rio de Janeiro), FARMOQUÍMICA (Rio de Janeiro), FISIONS (Rio de Janeiro), HERALD'S (São Gonçalo), B.BRAUN (São Gonçalo), BARRENNE (Rio de Janeiro) e BEECHAM (Rio de Janeiro).

^d UNIDADES: *PLÁSTICOS* – TECNOPLAST (São Paulo), TERMOCOLOR (Diadema), ZARAPLAST (São Paulo), VITOPEL (São Paulo), FAMAPACK (São Paulo), FADEMAC (São Paulo), FLC PLÁSTICOS (São Paulo), SANSUY (São Paulo), NOBELPLAST (São Paulo), LOGOPLASTE (São Paulo), INP (São Paulo), PLANO (São Paulo), KORBETY (São Paulo), LAMIPLÁSTICA (São Paulo), INPLAFER (São Paulo), INTERJECT (São Paulo), IBEPLAS (São Paulo), GUAXUFLEX (São Paulo), IGARATIBA (São Paulo), INCEPI (São Paulo), WEENER BRASIL (São Paulo), METALMA (São Paulo), PLASTIRRICO (São Paulo), CHAMFER (São Paulo), AMPACET (São Paulo), MUELLER (São Paulo), DIXIE TOGA (São Paulo), DEJOTA (São Paulo), POLY VAC (São Paulo), CROMEX (São Paulo), POLO (São Paulo), BCF PLÁSTICOS (São Paulo), PRIMO (São Paulo), MAJESTIC (Guarulhos), SCHUTZ VASITEX (Guarulhos), KARINA (Guarulhos), ARTEB (São Bernardo do Campo), SILVATRIM (São Bernardo do Campo), JACTO (Pompeia), MAQUIPLAST (Jandira), SR EMBALAGENS PLÁSTICAS (Barretos), TRACHPLAS (Cajamar), DAS'PLAST (Bom Jesus dos Perdões), WISEWOOD (Itatiba), PRAFESTA (Mairiporã), BEVI PLÁSTICOS (Mairinque), AKRO PLASTIC DO BRASIL (Itupeva), BRASALPLA (Itapevi), ELDORADO (Barueri), NORTENE (Barueri), GRALDISCOS (Barueri), PLASTIMAX (Barueri), PROCOLOR (Cotia), KLOCKNER (Cotia), NZ COOPER POLYMER (São Roque), NOLDPOLITECH (Itaquaquecetuba), PERMATTI (Mauá), RESIMAX (Vargem Grande Paulista), LORENPET (Lorena), JBS S/A (Lins), KS (Carapicuíba), INPET BRASIL (Itu), FRANPLAST (Louveira), EMBRASA (Sumaré), 3M DO BRASIL (Sumaré), GRECO & GUERREIRO (Morungaba), EPEMA (Araraquara), ENGRATECH (Jaguariúna), CIMPLAST (Osasco), DACARTO BENVIL (Osasco), PLASTEK (Indaiatuba), AFA PLÁSTICOS (São Caetano do Sul), PLASTIPACK (Paulínia), CIMFLEX (Maringá), CIPATEX (Cerquilha), GLOBALPACK (Diadema), MERCOPACK (Diadema), KANAFLEX (Embu), ISOFORMA (Cabreúva) e MIRVI BRASIL (Cabreúva). *VEÍCULOS AUTOMOTORES* – KARMANN GHIA (São Bernardo do Campo), KOMATSU (Suzano), TOYOTA (Sorocaba, Indaiatuba, São Bernardo do Campo e Porto Feliz – Em construção), WOLKSWAGEM (São Bernardo do Campo, São Carlos e Taubaté), GM (São José dos Campos, São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes), MERCEDES-BENS (São Bernardo do Campo, Campinas e Iracemápolis – A ser inaugurada no segundo semestre de 2016), HONDA (Sumaré), SCANIA (São Paulo), FORD (São

Bernardo do Campo e Jundiaí), SUZUKI (Taubaté), HYUNDAI (Piracicaba), CATERPILLAR (São Paulo e Piracicaba), CNH NEW HOLLAND (Sorocaba e Piracicaba), AGCO VALTRA (Mogi das Cruzes), CHERY (Jacareí) e IROS (Barueri). *FARMACÊUTICAS* – TAKEDA (Jaguariúna), EUROFARMA (São Paulo – Abriga três unidades –, Itapevi e Ribeirão Preto), EMS CORP (São Bernardo do Campo e Hortolândia), SANOFI (Campinas, Suzano e Paulínia), BAYER (São Paulo), PFIZER (Itapevi), NOVARTIS (São Paulo e Taboão da Serra), ACHÉ (São Paulo e Guarulhos), ASTRA ZENECA (Cotia), ZAMBOM (Potuverá), WYETH-WHITEHALL (Itapevi), WARNER LAMBERT (Guarulhos), VIRTU’S (São Paulo), TRB PHARMA (Campinas), STIEFEL (Guarulhos), SINTOFARMA (São Paulo), SERONO (Barueri), PROCTER & GAMBLE (Barueri), LUITPOLD (Barueri), SEARLE (Cambuci), SCHERING-PLOUGH (Cotia e São Paulo), ORGANON (São Paulo), ROCHE (São Paulo), HOECHST MARION ROUSSEL (São Paulo), JANSSEN (São Paulo), LILLY (São Paulo), GUNTHER (São Paulo), BRISTOL-MYERS SQUIBB (São Paulo), BYK (São Paulo), CENTEON (São Paulo), CILAG (São Paulo), FARMALAB CHIESI (São Paulo), FARMASA (São Paulo), FRUMTOST (São Paulo), CRISTÁLIA (Itapira), RHODIA FARMA (Santo Amaro), BILLI (Santo Amaro), PASTEUR-MERIEUX (Itaim Bibi), NOVAQUÍMICA (São Bernardo do Campo), MERCK SHARP & DOHME (São Paulo), BOEHRINGER DE ANGELI (São Paulo), BIOSINTÉTICA (São Paulo), BIOGALÊNICA (São Paulo), BALDACCI (São Paulo), ASTA MEDICA (São Paulo), APSEN (São Paulo), ALLERGAN-FRUMTOST (São Paulo), AJINOMOTO (São Paulo) e ABBOTT (São Paulo).

Tabela 1.5 – Quantidade e Participação Percentual dos Grupos de Interesse do Setor Industrial no Segmento Outras Indústrias (Farmacêuticas – Plásticos – Veículos Automotores) na Região Nordeste em 2016

Região Nordeste: Setor Industrial – Segmento Outras Indústrias		
Estados	Plantas Industriais	%
Alagoas^a	1	6,7
Bahia^b	7	46,6
Ceará^c	1	6,7
Pernambuco^d	5	33,3
Rio Grande do Norte^e	1	6,7
TOTAL	15	100

Fonte: Elaboração própria a partir de informações coletadas no sítio eletrônico da Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST (2016); da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA (2016); e, da Phafarnet (2016).

^a UNIDADE: *PLÁSTICOS* – BEIRA RIO PLÁSTICOS (Maceió).

^b UNIDADES: *PLÁSTICOS* – AMPACET (Camaçari), EUROPACK (Camaçari), BOMIX (Salvador), ENGEPACK (Simões Filho) e BEIJA FLOR (Simões Filho). *VEÍCULOS AUTOMOTORES* – FORD (Camaçari) e JAC MOTORS (Camaçari).

^c UNIDADE: *VEÍCULOS AUTOMOTORES* – FORD TROLLER (Horizonte).

^d UNIDADES: *PLÁSTICOS* – TRAMONTINA (Recife), PLASTIPACK (Cabo de Santo Agostinho) e CRISTALPET (Cabo de Santo Agostinho). *VEÍCULOS AUTOMOTORES* – FCA-FIAT (Goiana) e SHINERAY (Cabo de Santo Agostinho).

^e UNIDADE: *PLÁSTICOS* – IMPLAS VERDE (João Camará).

APÊNDICE M – GASODUTOS EM OPERAÇÃO NO BRASIL

Gasoduto (Localização)	Operadora ¹	IO ²	D/E ³	CT ⁴
GARSOL (Urucu/AM-Coari/AM)	TRANSPETRO	2009	18"/281	6,85 10 ⁶ m ³ /dia
GASCOM (Coari/AM-Manaus/AM)	TRANSPETRO	2009	20"/382	6,85 10 ⁶ m ³ /dia
LATERAL CUIABÁ (San Matías/Bolívia-Cuiabá/MT)	GMG	2001	18"/283	2,8 10 ⁶ m ³ /dia
GASALP (Pilar/AL-Cabo/PE)	TRANSPETRO	2006	12"/204	20 10 ⁶ m ³ /dia
PILAR-IPOJUCA (Pilar/AL-Ipojuca/PE)	TRANSPETRO	2010	24"/190	15 10 ⁶ m ³ /dia
GNL PECÉM (Caucaia/CE-São Gonçalo do Amarante/CE)	TRANSPETRO	2009	20"/19	7 10 ⁶ m ³ /dia
RAMAL TERMOFORTALEZA (Caucaia/CE-Caucaia/CE)	TRANSPETRO	2006	10"/2	1,54 10 ⁶ m ³ /dia
RAMAL ARACATI (Aracati/CE-Aracati/CE)	TRANSPETRO	2006	4"/6	NI ⁵
GASFOR (Guamaré/RN-Icapuí, Horizonte, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante/CE)	TRANSPETRO	1999	12"-10"/383	2 10 ⁶ m ³ /dia
GASMEL (Alto Rodrigues/RN-Serra do Mel/RN)	TRANSPETRO	2007	24"/31	2,74 10 ⁶ m ³ /dia
NORDESTÃO (Guamaré/RN-Cabo/PE)	TRANSPETRO	1986	12"/424	1,9 10 ⁶ m ³ /dia
VARIANTE NORDESTÃO (Recife/PE-Jaboatão dos Guararapes/PE)	TRANSPETRO	2010	12"/33	2,72 10 ⁶ m ³ /dia
RAMAL TERMOPERNAMBUCO (Ipojuca/PE-Ipojuca/PE)	TRANSPETRO	2006	16"/12	2,8 10 ⁶ m ³ /dia
SANTA RITA-SÃO MIGUEL DE ITAIPU (Santa Rita/PB-São Miguel de Itaipu/PB)	TRANSPETRO	2005	8"/25	450 10 ³ m ³ /dia
CANDEIAS-ARATU (Candeias/BA-Aratu/BA)	TRANSPETRO	1970	12"/22	1,7 10 ⁶ m ³ /dia
CANDEIAS-CAMAÇARI (Candeias/BA-Camaçari/BA)	TRANSPETRO	1981	12"/37	1,5 10 ⁶ m ³ /dia
CANDEIAS-CAMAÇARI II (Candeias/BA-Camaçari/BA)	TRANSPETRO	2003	14"/37	3,2 10 ⁶ m ³ /dia
SANTIAGO-CAMAÇARI (Pojuca/BA-Camaçari/BA)	TRANSPETRO	1975	14"/32	1,5 10 ⁶ m ³ /dia
CATU-ITAPORANGA (Catu/BA-Itaporanga/SE)	TRANSPETRO	2007	26"/198	12 10 ⁶ m ³ /dia
GASEB (Atalaia/SE-Catu/BA)	TRANSPETRO	1974	14"/230	543 10 ⁶ m ³ /dia
ATALAIA-ITAPORANGA (Atalaia/SE-Itaporanga/SE)	TRANSPETRO	2007	14"/29	2 10 ⁶ m ³ /dia
ITAPORANGA-CARMÓPOLIS (Itaporanga/SE-Carmópolis/SE)	TRANSPETRO	2007	26"/65	12 10 ⁶ m ³ /dia
FAFEN-SERGÁS (Riachuelo/SE-Laranjeiras/SE)	TRANSPETRO	2009	8"/23	1,8 10 ⁶ m ³ /dia
CARMÓPOLIS-PILAR (Carmópolis/SE-Pilar/AL)	TRANSPETRO	2007	26"/175	10 10 ⁶ m ³ /dia
GASBOL – trecho Norte – (Corumbá/MS-Paulínia/SP)	TBG	1999	32"/1264	30 10 ⁶ m ³ /dia
GASBOL – trecho Paulínia-Guararema – (Paulínia/SP-Guararema/SP)	TBG	1999	24"/153	9,3 10 ⁶ m ³ /dia
GASBOL – trecho Sul – (Campinas/SP-Porto Alegre/RS)	TBG	2000	21"-16"/1190	12,5 10 ⁶ m ³ /dia
GASAN II (Mauá/SP-São Bernardo do Campo/SP)	TRANSPETRO	2011	12"-22"/38	7,1 10 ⁶ m ³ /dia
GASPAJ (Paulínia/SP-Jacutinga/MG)	TRANSPETRO	2010	14"/80	1,25 10 ⁶ m ³ /dia
GASPAL (Volta Redonda/RJ-Capuava/SP)	TRANSPETRO	1988	22"/325	NI ⁵
GASPAL II (Guararema/SP-Mauá/SP)	TRANSPETRO	2011	22"/55	12 10 ⁶ m ³ /dia

Gasoduto (Localização)	Operadora ¹	IO ²	D/E ³	CT ⁴
GASAN (Capuava/SP-Cubatão/SP)	TRANSPETRO	1993	12"/42	NI ⁵
MERLUZÃO (Praia Grande/SP-Cubatão/SP)	TRANSPETRO	1992	16"/29	NI ⁵
GASTAU (Caraguatatuba/SP-Taubaté/SP)	TRANSPETRO	2010	28"/67	20 10 ⁶ m ³ /dia
GASTAU – trecho SDV03-UTGCA – (Caraguatatuba/SP-Taubaté/SP)	TRANSPETRO	2010	28"/67	2,6 10 ⁶ m ³ /dia
GASCAR (Campinas/SP-Rio de Janeiro/RJ)	TRANSPETRO	2007	28"/453	5,8 10 ⁶ m ³ /dia
GASDUC I (Cabiúnas/RJ-Duque de Caxias/RJ)	TRANSPETRO	1982	16"/184	NI ⁵
GASDUC II (Cabiúnas/RJ-Duque de Caxias/RJ)	TRANSPETRO	1996	20"/182	NI ⁵
GASDUC III (Cabiúnas/RJ-Duque de Caxias/RJ)	TRANSPETRO	2010	38"/183	40 10 ⁶ m ³ /dia
GNL-BGB (Rio de Janeiro/RJ-Duque de Caxias/RJ)	TRANSPETRO	2009	28"/16	20 10 ⁶ m ³ /dia
RAMAL CAMPOS ELÍSEOS (Duque de Caxias/RJ-Duque de Caxias/RJ)	TRANSPETRO	2009	20"/2	14,7 10 ⁶ m ³ /dia
GASJAP (Japeri/RJ-Duque de Caxias/RJ)	TRANSPETRO	2009	28"/45	25,3 10 ⁶ m ³ /dia
GASVOL (Volta Redonda/RJ-Volta Redonda/RJ)	TRANSPETRO	1986	14"/6	25,3 10 ⁶ m ³ /dia
GASVOL II (Duque de Caxias/RJ-Volta Redonda/RJ)	TRANSPETRO	1986	18"/95	NI ⁵
GASCAB I (Macaé/RJ-Macaé/RJ)	TRANSPETRO	1982	18"/67	NI ⁵
GASCAB II (Macaé/RJ-Macaé/RJ)	TRANSPETRO	2002	20"/67	NI ⁵
GASCAB III (Macaé/RJ-Macaé/RJ)	TRANSPETRO	2002	22"/67	NI ⁵
GASBEL (Duque de Caxias/RJ- Betim/MG)	TRANSPETRO	1996	16"/357	NI ⁵
GASBEL II (Duque de Caxias/RJ-São Brás do Suaçuí/MG)	TRANSPETRO	2010	18"/267	5 10 ⁶ m ³ /dia
GASCAV (Cabiúnas/RJ-Vitória/ES)	TRANSPETRO	2008	28"/302	20 10 ⁶ m ³ /dia
CACIMBAS-VITÓRIA (Cacimbas/ES-Vitória/ES)	TRANSPETRO	2007	26"-16"/117	20 10 ⁶ m ³ /dia
GASVIT (Serra/ES-Viana/ES)	TRANSPETRO	1996	8"/43	NI ⁵
LAGOA PARDA-VITÓRIA (Lagoa Parada/ES-Vitória/ES)	TRANSPETRO	1983	8"/100	1 10 ⁶ m ³ /dia
GASCAV-UTG SUL CAPIXABA (Anchieta/ES-Anchieta/ES)	TRANSPETRO	2010	10"/9	2 10 ⁶ m ³ /dia
GASCAC (Cacimbas/ES-Catu/BA)	TRANSPETRO	2010	28"/954	20 10 ⁶ m ³ /dia
URUGUAIANA-PORTO ALEGRE – trecho I (Leito do Rio Uruguai/RS-Uruguaiana/RS)	TSB	2000	24"/25	15 10 ⁶ m ³ /dia
URUGUAIANA-PORTO ALEGRE – trecho III (Triunfo/RS-Canoas/RS)	TSB	2000	24"/25	12,2 10 ⁶ m ³ /dia

Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas no sítio eletrônico da GasNet (2016).

¹ Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO); GASOCIDENTE do Mato Grosso (GMG); Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil (TBG); e, Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB).

² Início das Operações.

³ Diâmetro em Polegadas (") e Extensão em km.

⁴ Capacidade de Transporte.

⁵ Capacidade de Transporte Não Informada.

APÊNDICE N – GASODUTOS EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL

Gasoduto (Localização)	Operadora ¹	D/E ²	CT ³
SÃO FRANCISCO DO CONDE-RLAM (São Francisco do Conde/BA-São Francisco do Conde/BA)	TRANSPETRO	14"/5	2,4 10 ⁶ m ³ /dia
IPOJUCA-JABOATÃO (Ipojuca/PE-Jaboatão dos Guararapes/PE)	TRANSPETRO	20"/34	NI ⁴

Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas no sítio eletrônico da GasNet (2016).

¹Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO).

²Diâmetro em Polegadas (") e Extensão em km.

³Capacidade de Transporte.

⁴Capacidade de Transporte Não Informada.

APÊNDICE O – GASODUTOS PROJETADOS E EM AVALIAÇÃO NO BRASIL

Gasoduto (Localização)	Operadora ¹	D/E ²	CT ³
URUCU-PORTO VELHO (Urucu/AM-Porto Velho/RO)	TRANSPETRO	14"/538	2,5 10 ⁶ m ³ /dia
JURUÁ-URUCU (Juruá/AM-Urucu/AM)	TRANSPETRO	18"/120	NI ⁴
URUGUAIANA-PORTO ALEGRE – trecho II (Uruguaiana/RS-Triunfo/RS)	TSB	24"/565	12 10 ⁶ m ³ /dia
GASODUTO DO AMAZONAS (Manaus/AM- Nhamundá/AM)	TGM	20"/410	6 10 ⁶ m ³ /dia
GASODUTO DO PARÁ (Açailândia/MA-Belém/PA)	TGP	20"/774	3,5 10 ⁶ m ³ /dia
GASODUTO DO CENTRO NORTE (Anápolis/GO- Imperatriz/MA)	TGP	20"/1687	4 10 ⁶ m ³ /dia
GASODUTO MEIO NORTE (Caucaia/CE-São Luís/MA)	TMN	20"/948	6 10 ⁶ m ³ /dia
GASODUTO DO BRASIL CENTRAL (São Carlos/SP- Brasília/DF)	TGBC	20"/817	6 10 ⁶ m ³ /dia
GASFOR II (Serra do Mel/RN-Caucaia/CE)	TAG	20"/293	3,6 a 8 10 ⁶ m ³ /dia
ESTAÇÃO DE BOMBAS DE CUBATÃO-RPBC (Cubatão/SP-Cubatão/SP)	TAG	12"/6	0,4 a 2,1 10 ⁶ m ³ /dia
GASBAR (Paulínia/SP-Barueri/SP)	TAG	16"/99	0,7 a 7 10 ⁶ m ³ /dia
GASTAJ (Itaguaí/RJ-Japeri/RJ)	TAG	30/40"	14 10 ⁶ m ³ /dia
GUAPIMIRIM-COMPERJ (Guapimirim/RJ-Itaboraí/RJ)	TAG	16"/11	5,5 10 ⁶ m ³ /dia

Fonte: Elaboração própria com base em informações coletadas no sítio eletrônico da GasNet (2016).

¹ Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO); Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB); Transportadora de Gás de Manaus (TGM); Transportadora de Gás do Pará (TGP); Transportadora de Gás Meio Norte (TMN); e, Transportadora Associada de Gás (TAG).

² Diâmetro em Polegadas (") e Extensão em km.

³ Capacidade de Transporte.

⁴ Capacidade de Transporte Não Informada.

APÊNDICE P – GLOSSÁRIO

Acondicionamento de Gás Natural	Confinamento de gás natural na forma gasosa, líquida ou sólida para o seu transporte ou consumo.
Agentes da Indústria do Gás Natural	Agentes que atuam nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, exportação, processamento, tratamento, transporte, carregamento, estocagem, acondicionamento, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural.
Autoimportador	Agente autorizado para a importação de gás natural que utiliza parte ou totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais.
Autoprodutor	Agente explorador e produtor de gás natural que utiliza parte ou totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais.
Bacia Sedimentar	Depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de Petróleo ou Gás, associados ou não.
Biocombustível	Substância derivada de Biomassa Renovável, tal como Biodiesel, Etanol e outras substâncias estabelecidas em regulamento da ANP, que pode ser empregada diretamente ou mediante alterações em motores a combustão interna ou para outro tipo de geração de energia, podendo substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil.
Biodiesel	Biocombustível derivado de Biomassa Renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil.
Bioquerosene de Aviação	Substância derivada de Biomassa Renovável que pode ser usada em turborreatores e turbopropulsores aeronáuticos ou, conforme regulamento, em outro tipo de aplicação que possa substituir parcial ou totalmente combustível de origem fóssil.
Bloco	Parte de uma bacia sedimentar, formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de Petróleo e Gás Natural.
Cadeia Produtiva do Petróleo	Sistema de produção de Petróleo, Gás Natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados, incluindo a distribuição, a revenda e a estocagem, bem como o seu consumo.
Campo de Petróleo ou de Gás Natural	Área produtora de Petróleo ou Gás Natural, a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção.
Capacidade Contratada de Transporte	Volume diário de gás natural que o transportador é obrigado a movimentar para o carregador, nos termos do respectivo contrato de transporte.
Capacidade de Transporte	Volume máximo diário de gás natural que o transportador pode movimentar em um determinado gasoduto de transporte.
Capacidade Disponível	Parcela da capacidade de movimentação do gasoduto de transporte que não tenha sido objeto de contratação sob a modalidade firme.
Capacidade Ociosa	Parcela da capacidade de movimentação do gasoduto de transporte contratada que, temporariamente, não esteja sendo utilizada.
Carregador	Agente que utilize ou pretenda utilizar o serviço de movimentação de gás natural em gasoduto de transporte, mediante autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.
Carregador Inicial	É aquele cuja contratação de capacidade de transporte tenha viabilizado ou contribuído para viabilizar a construção do gasoduto, no todo ou em parte.
Chamada Pública	Procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a contratação de capacidade de transporte em dutos existentes, a serem construídos ou ampliados.
Comercialização de	Atividade de compra e venda de gás natural, realizada por meio da celebração de

Gás Natural	contratos negociados entre as partes e registrados na ANP, ressalvado o disposto no § 2º do art. 25 da Constituição Federal.
Consumidor Livre	Consumidor de gás natural que, nos termos da legislação estadual aplicável, tem a opção de adquirir o gás natural de qualquer agente produtor, importador ou comercializador.
Consumo Próprio	Volume de gás natural consumido exclusivamente nos processos de produção, coleta, transferência, estocagem e processamento do gás natural.
Derivados Básicos	Principais derivados de Petróleo, referidos no art. 177 da Constituição Federal, a serem classificados pela Agência Nacional do Petróleo.
Derivados de Petróleo	Produtos decorrentes da transformação do Petróleo.
Descoberta Comercial	Descoberta de Petróleo ou Gás Natural em condições que, a preços de mercado, tornem possível o retorno dos investimentos no desenvolvimento e na produção.
Desenvolvimento	Conjunto de operações e investimentos destinados a viabilizar as atividades de produção de um campo de Petróleo ou Gás.
Dew Point Plant	Unidade de ajuste do ponto de orvalho do gás natural.
Distribuição	Atividade de comercialização por atacado com a rede varejista ou com grandes consumidores de combustíveis, lubrificantes, asfaltos e gás liquefeito envasado, exercida por empresas especializadas, na forma das leis e regulamentos aplicáveis.
Distribuição de Gás Canalizado	Serviços locais de comercialização de gás canalizado, junto aos usuários finais, explorados com exclusividade pelos Estados, diretamente ou mediante concessão, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal.
Estocagem de Gás Natural	Armazenamento de Gás Natural em reservatórios próprios, formações naturais ou artificiais.
Etanol	Biocombustível líquido derivado de Biomassa Renovável, que tem como principal componente o álcool etílico, que pode ser utilizado, diretamente ou mediante alterações, em motores a combustão interna com ignição por centelha, em outras formas de geração de energia ou em indústria petroquímica, podendo ser obtido por rotas tecnológicas distintas, conforme especificado em regulamento.
Gás Natural ou Gás	Todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros.
Gás Natural Comprimido – GNC	Todo gás natural processado e acondicionado para o transporte em ampolas ou cilindros à temperatura ambiente e a uma pressão que o mantenha em estado gasoso.
Gás Natural Liquefeito – GNL	Gás natural submetido a processo de liquefação para estocagem e transporte, passível de regaseificação em unidades próprias.
Gasoduto de Escoamento da Produção	Dutos integrantes das instalações de produção, destinados à movimentação de gás natural desde os poços produtores até instalações de processamento e tratamento ou unidades de liquefação.
Gasoduto de Transferência	Duto destinado à movimentação de gás natural, considerado de interesse específico e exclusivo de seu proprietário, iniciando e terminando em suas próprias instalações de produção, coleta, transferência, estocagem e processamento de gás natural.
Gasoduto de Transporte	Gasoduto que realize movimentação de gás natural desde instalações de processamento, estocagem ou outros gasodutos de transporte até instalações de estocagem, outros gasodutos de transporte e pontos de entrega a concessionários estaduais de distribuição de gás natural, ressalvados os casos previstos nos incisos XVII e XIX do caput deste artigo, incluindo estações de compressão, de medição, de redução de pressão e de entrega, respeitando-se o disposto no § 2º do art. 25 da Constituição Federal.
Hidrocarboneto	Composto constituído apenas por carbono e hidrogênio. O petróleo e o gás natural são exemplos de hidrocarbonetos.
Indústria de Biocombustível	Conjunto de atividades econômicas relacionadas com produção, importação, exportação, transferência, transporte, armazenagem, comercialização, distribuição, avaliação de conformidade e certificação de qualidade de Biocombustíveis.

Indústria do Gás Natural – IGN	Conjunto de atividades econômicas relacionadas com exploração, desenvolvimento, produção, importação, exportação, processamento, tratamento, transporte, carregamento, estocagem, acondicionamento, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural.
Indústria do Petróleo	Conjunto de atividades econômicas relacionadas com a exploração, desenvolvimento, produção, refino, processamento, transporte, importação e exportação de Petróleo, Gás Natural e outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados.
Indústria Petroquímica de Primeira e Segunda Geração	Conjunto de indústrias que fornecem produtos petroquímicos básicos, a exemplo do eteno, do propeno e de resinas termoplásticas.
Jazida	Reservatório ou depósito já identificado e possível de ser posto em produção.
Lavra ou Produção	Conjunto de operações coordenadas de extração de Petróleo ou Gás Natural de uma jazida e de preparo para sua movimentação.
Pesquisa ou Exploração	Conjunto de operações ou atividades destinadas a avaliar áreas, objetivando a descoberta e a identificação de jazidas de Petróleo ou Gás Natural.
Petróleo	Todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado.
Ponto de Entrega	Ponto nos gasodutos de transporte no qual o gás natural é entregue pelo transportador ao carregador ou a quem este venha a indicar.
Ponto de Orvalho	Temperatura na qual ocorre a formação da primeira gota de líquido quando o gás sofre resfriamento ou compressão. Os líquidos normalmente encontrados são água, hidrocarbonetos ou glicol, que apresentam pontos de orvalho distintos.
Ponto de Recebimento	Ponto nos gasodutos de transporte no qual o gás natural é entregue ao transportador pelo carregador ou por quem este venha a indicar.
Produção de Biocombustível	Conjunto de operações industriais para a transformação de Biomassa Renovável, de origem vegetal ou animal, em combustível.
Prospecto	Feição geológica mapeada como resultado de estudos geofísicos e de interpretação geológica, que justificam a perfuração de poços exploratórios para a localização de Petróleo ou Gás Natural.
Refino ou Refinação	Conjunto de processos destinados a transformar o petróleo em derivados de Petróleo.
Reservatório ou Depósito	Configuração geológica dotada de propriedades específicas, armazenadora de Petróleo ou Gás, associados ou não.
Revenda	Atividade de venda a varejo de combustíveis, lubrificantes e gás liquefeito envasado, exercida por postos de serviços ou revendedores, na forma das leis e regulamentos aplicáveis.
Serviço de Transporte Extraordinário	Modalidade de contratação de capacidade disponível, a qualquer tempo, e que contenha condição resolutiva, na hipótese de contratação da capacidade na modalidade firme.
Serviço de Transporte Firme	Serviço de transporte no qual o transportador se obriga a programar e transportar o volume diário de gás natural solicitado pelo carregador até a capacidade contratada de transporte estabelecida no contrato com o carregador.
Serviço de Transporte Interruptível	Serviço de transporte que poderá ser interrompido pelo transportador, dada a prioridade de programação do Serviço de Transporte Firme.
Terminal de GNL	Instalação utilizada para a liquefação de gás natural ou para a importação, descarga e regaseificação de GNL, incluindo os serviços auxiliares e tanques de estocagem temporária necessários para o processo de regaseificação e subsequente entrega do gás natural à malha dutoviária ou a outros modais de transporte.
Transferência	Movimentação de Petróleo, seus derivados, Biocombustíveis ou Gás Natural em meio ou percurso considerado de interesse específico e exclusivo do proprietário ou explorador das facilidades.
Transporte	Movimentação de Petróleo, seus derivados, Biocombustíveis ou Gás Natural em meio ou percurso considerado de interesse geral.

Transportador	Empresa autorizada ou concessionária da atividade de transporte de gás natural por meio de duto.
Transporte de Gás Natural	Movimentação de gás natural em gasodutos de transporte, abrangendo a construção, a expansão e a operação das instalações.
Tratamento ou Processamento de Gás Natural	Conjunto de operações destinadas a permitir o seu transporte, distribuição e utilização.
Unidade de Ajuste do Ponto de Orvalho	Unidade que emprega processos físicos para a remoção de umidade e hidrocarbonetos mais pesados encontrados no gás natural oriundo dos campos de produção.
Unidade de Liquefação	Instalação na qual o gás natural é liquefeito, de modo a facilitar a sua estocagem e transporte, podendo compreender unidades de tratamento de gás natural, trocadores de calor e tanques para estocagem de GNL.
Unidade de Recuperação de Gás Natural (URGN)	Unidade de Recuperação de Gás Natural – Instalação industrial que objetiva separar o metano e o etano das frações mais pesadas, contendo C3+ na forma de líquido (LGN).
Unidade de Recuperação de Líquidos de Gás Natural (URL)	Instalação industrial que visa separar o metano das frações mais pesadas, contendo C2+ na forma de líquido (LGN).
Unidade de Regaseificação	Instalação na qual o gás natural liquefeito é regaseificado mediante a imposição de calor para ser introduzido na malha dutoviária, podendo compreender tanques de estocagem de GNL e regaseificadores, além de equipamentos complementares.

Fonte: Elaboração própria com base no art. 6º da Lei nº 9.478/97 (BRASIL, 1997), no art. 2º da Lei nº 11.909/09 (BRASIL, 2009) e nas informações disponibilizadas no sítio eletrônico da ANP (2016).